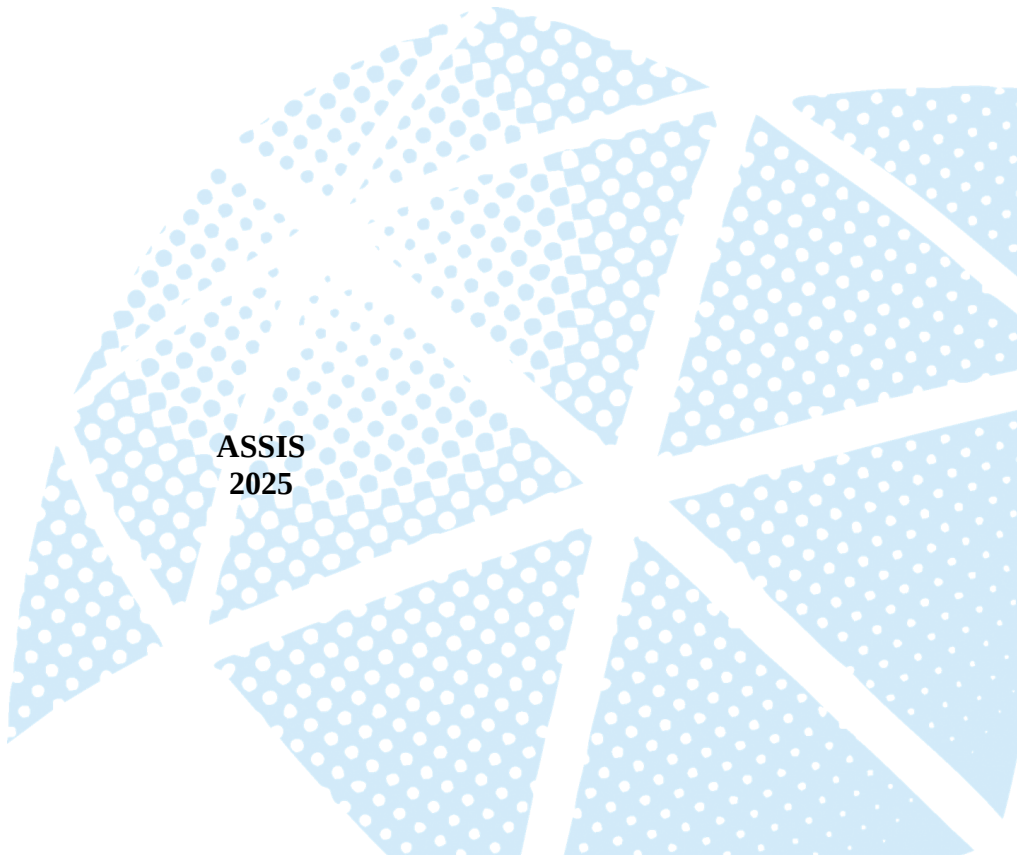


**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS**

ROSEMEIRE PEREIRA D'ÁVILA

***A “direção dos ventos”:* um estudo sobre a imigração dos japoneses para Bauru
(1914-1958)**

**ASSIS
2025**



ROSEMEIRE PEREIRA D'ÁVILA

***A “direção dos ventos”*: um estudo sobre a imigração dos japoneses para Bauru
(1914-1958)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, para a obtenção do título de doutora em História (Área de Conhecimento: História e Cultura).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zélia Lopes da Silva

**ASSIS
2025**

D259"

D'Ávila, Rosemeire Pereira

A "direção dos ventos": um estudo sobre a imigração dos japoneses para Bauru (1914-1958) / Rosemeire Pereira D'Ávila. -- Assis, 2025
255 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Zélia Lopes da Silva

1. Imigração. 2. Japoneses. 3. Bauru. 4. Cafeicultura. 5. Eugenia. I.
Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ROSEMEIRE PEREIRA D'AVILA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 14h, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e sala virtual: meet.google.com/ayk-vthi-pcj, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ROSEMEIRE PEREIRA D'AVILA, intitulada **Um estudo sobre a imigração dos japoneses para Bauru (1914-1958), que foi alterado para: "A "direção dos ventos": um estudo sobre a imigração dos japoneses para Bauru (1914-1958)" por solicitação da Comissão Examinadora.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. JANETE LEIKO TANNO (Participação Presencial) do(a) Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Prof. Dr. JOÃO PAULO RODRIGUES (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Prof. Dr. RICHARD GONÇALVES ANDRÉ (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Londrina (UEL), Profa. Dra. MARCIA REGINA CAPELARI NAXARA (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCHS - Franca. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: ___ APROVADO ___. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis), na qual pude desfrutar da estrutura e excelência.

Ao trabalho desenvolvido por todos os funcionários dentro do Câmpus (especialmente aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação), que permitem a realização de estudos e pesquisas com responsabilidade, colaborando para a produção de novos conhecimentos e de benefícios para a sociedade.

À professora Zélia Lopes da Silva, que foi incansável e dedicada, indo além, na orientação para a elaboração de todo o trabalho. Agradeço o apoio constante, aconselhamentos assertivos e incentivo, sem os quais esse trabalho não teria sido possível.

Aos professores Janete Leiko Tanno, Richard Gonçalves André, Márcia Regina Capelari Naxara e João Paulo Rodrigues, respectivamente das bancas do exame de qualificação e defesa, pela leitura atenta, correções, indicações e orientações valorosas com muito respeito e atenção.

Aos professores das disciplinas ministradas (Ivan Esperança Rocha, José Luis B. Beired, Zélia Lopes da Silva) durante o curso, pela dedicação e excelência da qualidade de ensino.

A equipe de trabalho do Museu Ferroviário de Bauru, pelo trabalho honroso e “artesanal”, pela disponibilidade, atenção e delicadeza do atendimento dispensado no cotidiano.

A todos os funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela presteza, dedicação, exatidão de informações e disponibilidade para atendimento.

Ao Clube Nipo-brasileiro de Bauru, na pessoa do Sr. Shozo Nakamine, colaboração, perseverança e imensa dedicação na preservação da história da comunidade nipônica em Bauru.

Aos amigos do curso, por compartilharem arquivos, dicas, conhecimentos e gentilezas, especialmente ao Antônio Ricardo Calori de Lion e Abner Alexandre Nogueira.

Às minhas Supervisoras de Ensino (Henriette Scarabotto Padovani de Moraes, Cláudia Regina Botura Ruiz, Maria da Glória Urbano Azenha e Alexandre Augusto Castro de Souza Freitas), na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo pelo apoio e incentivo constantes.

À minha Diretora no início do curso, Valdinês Peruche e aos meus companheiros de trabalho Rafael Santos, Emerson de Araújo, Marcelo Uchida e Wagner Monge, a quem devo partilhas, ânimo e incentivo. Especialmente, a minha colega de trabalho Cristiane Gonçalves Santos Pinto, sem a qual esse trabalho não seria possível, ela sabe os porquês.

Aos meus pais e irmã, pela ajuda permanente, em tempo integral, sem os quais eu não conseguiria.

“Levei vinte anos da minha vida para compreender a direção dos ventos, que é completamente diferente da do Japão. Levei vinte anos para perceber que o vento sul é frio e o vento norte, quente”.

Nempuku Sato

RESUMO

Esta pesquisa aborda a temática da imigração dos japoneses para Bauru, entre 1914, ano de sua chegada à cidade, e se estende a 1958, ano da retomada de bens, direitos e instituições criadas pelo grupo, que haviam sido confiscadas durante a Segunda Guerra Mundial. Percebe-se que na cidade, não houve ação direta de agentes legais das Companhias de Colonização, portanto, trata-se de uma imigração diferenciada, pois mesmo sem a ação dessas Companhias, a cidade atraía grande quantidade de imigrantes. Nesse proceder buscou-se verificar a realidade do Japão que antecedeu a emigração e compreender o contexto histórico nacional da imigração, inclusive a discussão em torno do imigrante japonês como opção de mão de obra livre para o país, principalmente para a frente paulista, impulsionada pela monocultura do café. Mas, esse processo vem acompanhado pela mobilidade geográfica, pois de forma progressiva, eles abandonavam a situação de colonos, tornando-se arrendatários, locatários, proprietários de terra ou dirigiam-se para a zona urbana. Diante desse contexto, Bauru, passou a oferecer aos nipônicos oportunidades que permitiram que se instalassem como pequenos proprietários agrícolas (após trabalharem alguns anos em fazendas da região) e que desenvolvessem diferentes atividades relacionadas a cotonicultura, sericicultura, avicultura e plantações de frutas e hortaliças, inclusive com enclaves étnicos como a Vila Independência e Nipônica. Procurou-se mostrar também, o estabelecimento do comércio na zona urbana, vantajoso para diferentes atividades, haja vista, o entroncamento ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Sorocabana e Paulista, por onde circulavam diariamente centenas de indivíduos. Assim, essa movimentação dos nipônicos foi recuperada por meio de trajetórias de vida, onde procurou-se desvelar os espaços, possibilidades e oportunidades de fixação dessas pessoas, e consequentemente, suas identidades resignificadas. Nesse sentido, foi fundamental recuperar as estratégias que permitiram a mobilidade, inserção na sociedade local e os mecanismos utilizados pelos imigrantes japoneses para recriarem seu universo cultural visando garantir a identidade étnica do grupo, o que se deu por meio de festas como o *Undokai* e *Bon Odori*. A educação e escolarização também foram abordadas como articuladoras dessa identidade, dentro do contexto de consolidação do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, cujas consequências foram nefastas para os nipônicos instalados no país, como veremos no corpo da tese. A bibliografia (teórica e histórica) foi utilizada para refletir especificamente sobre essas trajetórias. E, também, várias fontes orais, escritas e fotográficas que fazem parte das memórias da imigração, como depoimentos disponíveis em documentários, a publicação “Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru – Edição Comemorativa do Centenário da Imigração” – com resumos das atas do clube, livro de memórias, jornais que circulavam em Bauru na época e em períodos posteriores, que trouxeram reportagens, entrevistas e biografias com os protagonistas envolvidos, cujos prontuários do DEOPS/SP, indicaram o processo de prisões de lideranças nipônicas. Essas últimas informações propiciaram a pesquisa documental nesses prontuários, o que abalizou a compreensão das formas de resistência e a retomada de instituições, assim como bens e direitos cassados durante o citado evento bélico.

Palavras-chave: Imigração; Japoneses; Bauru; cafeicultura; eugenia.

ABSTRACT

This research addresses the issue of Japanese immigration to Bauru, between 1914, the year they arrived in the city, and 1958, the year when the assets, rights and institutions created by the group were reclaimed, which had been confiscated during the Second World War. It is clear that there was no direct action by legal agents of the Colonization Companies in the city, therefore, this is a different type of immigration, because even without the action of these Companies, the city attracted a large number of immigrants. In this procedure, we sought to verify the reality of Japan that preceded the emigration and to understand the national historical context of immigration, including the discussion around the Japanese immigrant as an option for free labor for the country, mainly for the São Paulo front, driven by the monoculture of coffee. However, this process was accompanied by geographic mobility, because gradually, they abandoned the situation of colonists, becoming tenants, renters, landowners or headed to the urban area. In this context, Bauru began to offer Japanese people opportunities that allowed them to settle as small landowners (after working for a few years on farms in the region) and to develop different activities related to cotton farming, silkworm farming, poultry farming, and fruit and vegetable plantations, including ethnic enclaves such as Vila Independência and Nipônica. The study also sought to demonstrate the establishment of commerce in the urban area, which was advantageous for different activities, given the railroad junction of the Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Sorocabana, and Paulista, through which hundreds of individuals circulated daily. Thus, this movement of Japanese people was recovered through life trajectories, where the study sought to reveal the spaces, possibilities, and opportunities for these people to settle, and consequently, their reinterpreted identities. In this sense, it was essential to recover the strategies that allowed mobility, insertion into local society and the mechanisms used by Japanese immigrants to recreate their cultural universe in order to guarantee the ethnic identity of the group, which was done through festivals such as Undokai and Bon Odori. Education and schooling were also addressed as articulators of this identity, within the context of the consolidation of the Estado Novo and the Second World War, whose consequences were disastrous for the Japanese settled in the country, as we will see in the body of the thesis. The bibliography (theoretical and historical) was used to reflect specifically on these trajectories. And also, several oral, written and photographic sources that are part of the memories of immigration, such as testimonies available in documentaries, the publication “Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru – Edição Comemorativa do Centenário da Imigração” – with summaries of the club’s minutes, a book of memories, newspapers that circulated in Bauru at the time and in later periods, which brought reports, interviews and biographies with the protagonists involved, whose records from DEOPS/SP indicated the process of arrests of Japanese leaders. This last information allowed the documentary research in these records, which supported the understanding of the forms of resistance and the retaking of institutions, as well as assets and rights revoked during the aforementioned war event.

Keywords: immigration; japanese; Bauru; coffee farming; eugenics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da conformação urbana de Bauru, 1911.....	61
Figura 2- Mapa com rios e ferrovias do Centro Oeste Paulista.....	64
Figura 3 - Hotel Sawao e hotel Progresso.....	73
Figura 4 – Vista parcial da Praça Machado de Melo, hotéis e oficinas da NOB, 1928.....	74
Figura 5- Mori e seu mestre no monte das meditações.....	85
Figura 6 - Goichi Kosaka.....	87
Figura 7 - Mapa do município de Bauru, 1938.....	88
Figura 8 – Jornal editado em Bauru/SP.....	96
Figura 9 – Comemoração do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Bairro Água do Sobrado em 18 de junho de 1958.....	102
Figura 10 – Anúncio de Academia de Corte e Costura Japonesa, 1938.....	112
Figura 11 – Batismo de imigrantes japoneses, 1932.....	124
Figura 12 – Koyama - vencedor do primeiro torneio de tênis interno no BTC, 1925.....	128
Figura 13 – Nissei Futebol Clube, 1958.....	129
Figura 14 – Carta enviada do Rio de Janeiro interceptada pelo correio de Botucatu, assinada por Ikeda.....	173
Figura 15 – Carteira de Identidade de Nagasawa, nº 249.373 - expedida pelo Serviço de Identidade do Gabinete de Investigação - 04/09/1936.....	174
Figura 16 – Recorte da <i>Folha da Noite</i> encontrado com Nagasawa, 1942.....	175
Figura 17 – Auto de Qualificação de Nagasawa - Delegacia Regional de Polícia de Bauru, 07/1942.....	176
Figura 18 – Carta de próprio punho escrita por Nagasawa a Hayao, seguindo orientações do delegado adjunto Nicolau Mario Centela, 25/07/1942.....	180
Figura 19 – Tradução da carta de próprio punho, escrita por Nagasawa a Hayao, segundo orientação do delegado adjunto Nicolau Mario Centela, 25/07/1942.....	180
Figura 20 – Informação 41/50 (Inquérito arquivado) – Nagasawa.....	190
Figura 21 – Pedido de visto ao serviço de salvo - conduto, 1943.....	192
Figura 22 – Solicitação de atestado negativo de antecedentes políticos-sociais, 1950.....	194
Figura 23 – Atestado de saúde e fotografia de suposto pai de Otake, 1938.....	202

Figura 24 – Passaporte apreendido de Chujiro Otake.....	203
Figura 25 – Ficha com número de prontuário de Chujiro Otake - DEOPS/SP, 1944.....	203
Figura 26 – Identificação de Otake - DEOPS/SP.....	204
Figura 27 – Imagem de Otake em navio.....	206
Figura 28 – Fotografia tirada a bordo de navio mercante apreendida com Otake.....	210
Figura 29 – Fotografia tirada a bordo de navio mercante apreendida com Otake.....	211
Figura 30 – Toi (Irene) Koitice Maruno com enteados.....	212
Figura 31 – Irmãos Tokiti (Geraldo), Togo e Luiz.....	212
Figura 32 - Família Tanaka Sessão de cinema ambulante na cidade de Bastos em 1936.....	214
Figura 33- Diplomação e posse dos vereadores de Bauru eleitos em 1956.....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística de emigração - 1868 a 1950.....	41
Tabela 2 – Entrada de imigrantes japoneses em países da América Central/Sul (1899-1941)	41
Tabela 3 – Entrada de imigrantes japoneses no Brasil – 1908 a 1941.....	47
Tabela 4 – Grupos étnicos no estado de São Paulo, 1920 a 1950.....	53
Tabela 5 – Imigração de japoneses no Brasil por período – 1908 a 1941.....	69
Tabela 6 – Mobilidade de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo – 1915 a 1955.....	70
Tabela 7 – Famílias estabelecidas em Bauru, 1923 a 1958.....	76
Tabela 8 – Quantidade de imigrantes nas principais zonas, antes da Segunda Guerra Mundial – 1939 a 1945.....	77
Tabela 9 – Propriedades agrícolas na região da Noroeste – Agudos, 1936.....	77
Tabela 10 – Propriedades agrícolas na região da Noroeste – Araçatuba, 1938.....	78
Tabela 11 – Propriedades agrícolas em Bauru, 1938.....	78
Tabela 12 – Exportação de algodão por toneladas – 1936 a 1937.....	81
Tabela 13 – Distribuição de imigrantes nipônicos e famílias segundo o consulado do Japão, 1927.....	91
Tabela 14 – Escola de língua japonesa por zonas de localização, 1932.....	107
Tabela 15 – Crianças idade escolar em cidades do Estado de São Paulo e capital, 1934.....	108
Tabela 16 – Crianças idade escolar região e cidade de Bauru, 1934.....	109
Tabela 17 – Região escolar de Bauru – município, sede de Distrito de Paz, zona rural, núcleos da zona rural e população esparsa, 1934.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Imigrantes japoneses: o Brasil como opção!	38
1.1 Entre a tradição e a modernidade: o Japão que o emigrante deixou em princípios do século XX.....	39
1.2 Os imigrantes nipônicos e a vinda para o Brasil: as negociações diplomáticas e seus revezes.....	42
1.3 As tensões e continuidades da resistência das elites aos amarelos: das primeiras décadas do século XX ao forjamento do paradigma de segurança pública social.....	49
CAPÍTULO II – A trajetória de vida dos imigrantes japoneses na cidade de Bauru e a construção de identidades possíveis	57
2.1 A política de fixação dos nipônicos no Estado de São Paulo	58
2.1.1 A crise de 1929 – e o surgimento de pequenas propriedades	67
2.2 “Espaços japoneses” em Bauru: economia e sociedade.....	72
2.2.1 A atuação do consulado japonês em Bauru.....	92
2.3 “Espaços japoneses” na memória de Bauru: Vila Independência e Nipônica – o refúgio dos nipônicos.....	97
2.4 Educação e Escolarização em Bauru: diálogos silenciosos.....	104
2.4.1 Uma professora, um padre e um batizado.....	122
2.5 Clubes e Associações como rede de apoio e sociabilidade.....	125
2.5.1 O <i>Undokai</i> em Bauru como expressão de identidade.....	132
2.5.2 A celebração do <i>Bon Odori</i> e o retorno dos ancestrais.....	142
CAPÍTULO III – Cotidianos marcados pela guerra.....	154
3.1 O contexto da Segunda Guerra Mundial.....	154
3.1.1 As consequências da guerra para o Japão.....	159
3.1.2 As consequências da guerra para o Brasil.....	162
3.2 Bauru em tempos de perseguições e proibições: tempos de lutas e resistências.....	170
3.2.1 O cinema Nippaku Shinema Sha!.....	213
3.3 Bauru em tempos de liberdade: a retomada de bens e direitos.....	215
3.3.1 A retomada do processo de ensino e a volta da escola de língua japonesa.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS.....	224
ANEXOS.....	247
A – Identificação dos nipônicos nos autos de qualificação e termos de declarações do interrogatório.....	247
B – Quadro de descendentes de nipônicos que foram candidatos em eleições municipais em Bauru - 1951 a 1997.....	253

INTRODUÇÃO

Este estudo trata da imigração dos nipônicos para Bauru¹, cidade do estado de São Paulo, visto que, no decorrer dos últimos séculos, várias correntes migratórias se deslocaram constantemente da Europa e da Ásia para as Américas, por isso buscamos compreender principalmente, a trajetória daqueles que vieram para essa região.

A imigração é um tema clássico e bastante pesquisado em diversos países. Os deslocamentos dos nipônicos para as Américas do Norte, do Sul (da qual o Brasil faz parte) e Ásia, insere-os nesse campo de investigação. Tal fato não diminui a importância de se investigar a sétima zona - Alta Paulista² que abriga parte desses sujeitos que aportaram no país. Independentemente das diferenças, esses migrantes que se fixaram em Bauru também integram tal campo e, em face de suas características específicas, requerem um olhar mais acurado, como veremos mais adiante.

Ao refletirem sobre as movimentações populacionais, de uma pessoa ou de grupos, em tempo de paz ou não, os especialistas alertam que as pessoas podem se locomover e deixar seus países de origem por várias motivações: em busca de novas oportunidades; por opção ou espírito de aventura; por perseguição política ou intolerância religiosa, fuga de guerras e da fome. Porém, muitas delas somente deixam seus países de origem em busca de melhores oportunidades quando não existem outras possibilidades. Esses grupos deixam atrás de si, experiências de vida, sonhos, cultura, relações sociais, sedimentos de histórias e projetos de vida. O sonho de muitos, na maioria das vezes, é o retorno à terra natal, embora tenham consciência da enorme distância entre o desejo e as possibilidades efetivas em face aos desafios

¹ Love considera a importância dos critérios usados por Monbeig para as divisões regionais: a fisiografia, o período de colonização, as redes de colonização e comunicação, os núcleos urbanos, os tipos de organizações econômicas e os sistemas ferroviários, ele apoiou-se nos estudos de José Francisco de Camargo, o qual reconhece dez regiões ou zonas dentro do Estado (Capital, Vale do Paraíba, Central, Mogiana, Baixa Paulista, Araraquarense, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Baixa Sorocabana e Litoral Sul). A sétima zona corresponde ao nosso interesse nesta tese — a Alta Paulista, formada pelas linhas Paulista e Noroeste. Como alguns autores usam a referência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) para a localização de Bauru (como Zona Noroeste), utilizaremos quando for possível essa denominação para caracterizar a região de Bauru, também denominada em algumas circunstâncias como Oeste Paulista ou Novo Oeste em alguns textos e artigos de jornais e revistas. LOVE, Joseph L. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Tradução: Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 471 p. Grifos nossos.

² Seguindo à Noroeste, a partir de Bauru, único município ali existente antes de 1913, a estrada de Ferro Sorocabana atingiu Bauru em 1905, a Paulista em 1910 e o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, deu-se em 11/1905. Para se ter uma ideia, por volta de 1910, a região de Marília era considerada território de índios, mas na década de 1930, trens carregados de imigrantes lá chegavam diariamente. Lins, por sua vez, passou a representar a fronteira com território não colonizado (boca do sertão). Porém, no período de 1920 a 1934, a população da Alta Paulista cresceu 350%, representando 1/10 da população estadual. Entre 1901 e 1940, o fluxo de migrantes e imigrantes era maior nessa região do que nas demais, 310 mil habitantes entre 1901 e 1940, sendo que 93% desses indivíduos chegaram após 1920. LOVE, Joseph L. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Tradução: Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 49.

que enfrentarão dali para frente. Os nipônicos que se instalaram no Brasil vivenciaram seu desenraizamento paulatino no decurso do século XX, ao perceberem que se tornaram os renegados, recebendo epítetos de “feio”, o “outro”, o “estrangeiro”, etc., em narrativas diversificadas.

Convém observar, conforme explana Edward Wadie Said, que a expansão capitalista e o imperialismo vão deslocar populações à revelia de suas vontades, riscando do mapa seus passados históricos e suas memórias, deixando expostas todas as imbricações do jogo do poder. Dessa forma, ao final da Primeira Guerra Mundial, a Europa tinha dominado 85% do planeta, incorporando a seu bel prazer povos e territórios. Na sequência, após a Segunda Guerra Mundial, o que se viu foi um dos maiores deslocamentos de populações da história contemporânea: grupos de refugiados, imigrantes e exilados. Portanto, a partir do momento em que se vive em qualquer lugar e se tem a capacidade de deixar tudo e todos, esses sujeitos vão se tornando cada vez mais fortalecidos³. Ainda segundo o autor, a realidade do exílio gera uma perda inesperada: “A verdade universal do exílio não é que se tenha perdido esse lar ou esse amor, mas que, inerente a cada um, existe uma perda inesperada e indesejada”.⁴

É importante ter presente que o exílio está estritamente ligado à terra natal, um depende do outro, numa relação dialética. Diz o autor que essa realidade se efetua concretamente, em situação imprevista, solapando às expectativas e projetos, a qual “joga” o imigrante em qualquer espaço ou temporalidade, onde ele acaba por representar “o outro”, “o estrangeiro”, “o diferente” e passa a compartilhar com os da terra sua vida e seus projetos⁵.

Assim, para o encaminhamento do tema proposto, o recorte temporal inicia-se em 1914 e representa a data de chegada e fixação do imigrante nipônico em Bauru. A partir daí, a pesquisa volta-se para recuperar em suas trajetórias de vida, às especificidades da mobilidade — mudanças — e seus recomeços, considerando que passam pelo uso de estratégias de inserção e a integração deles à cidade, bem como as formas de manifestarem a identidade e desenvolverem a sociabilidade, apesar das adversidades. O final, em 1958, significa a ruptura em relação às medidas tomadas durante o governo Vargas, antes e após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial (1942), ao lado de países que se opunham ao bloco formado pelo “eixo” do qual o Japão era parte integrante.

Cabe lembrar que os nipônicos, assim como os imigrantes italianos e alemães, passaram a ser vigiados durante todo o período da guerra. De 1942 a 1945 a vigilância recrudescceu, mas

³ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 509.

⁴ Ibid., p. 509.

⁵ Ibid.

no caso dos nipônicos residentes em Bauru, os líderes religiosos, consulares e de entidades culturais foram perseguidos e presos e, seus bens, individuais e coletivos foram confiscados. Portanto, apesar de a Segunda Guerra Mundial (1939-45) ter como marco final o ano de 1945, várias consequências do conflito ainda atingiam esses imigrantes uma vez que o Japão não reconheceu o término do conflito mundial ⁶. Entretanto, a retomada dos patrimônios confiscados e direitos dos nipônicos de Bauru, ocorreram somente na década de 1950, após recorrentes solicitações, intervenções e intermediações de autoridades brasileiras nessas negociações (como advogado, políticos, aliados e outras lideranças nipônicas surgidas no pós-guerra), como por exemplo, o vereador Giro Ishikawa (eleito pelo PSP em 1955 e reeleito pelo PTN, em 1959 para Câmara Municipal de Bauru - ver quadro no anexo B). Assim, associações que haviam se desintegrado nesse processo, também retornaram suas atividades ao longo dessa década, como foi o caso da escola de língua japonesa que só foi reconquistada em 1954, bem como do Clube Cultural Nipo-brasileiro de Bauru, que retornou com suas atividades somente em 1958. Daí a extensão da pesquisa até essa data, pois a estruturação da vida, a organização dos espaços que antes demarcavam locais de encontros, festividades, comemorações, integração e reverência da memória e das tradições estavam inacessíveis.

O trabalho se desenvolveu a partir da ideia de que havia nichos que ainda precisavam ser investigados, portanto, era preciso ir além do que foram os memorialistas, jornalistas e intelectuais sobre os imigrantes japoneses que se deslocaram em direção a Bauru, os quais se prenderam mais especificamente a aspectos biográficos, econômicos e culturais. Não que tais aspectos não sejam importantes. Entretanto, o interesse e parte do esforço de análise da tese voltou-se para a interpretação do grupo a partir do acompanhamento de suas trajetórias de vida e da tentativa de compreensão de singularidades e especificidades da mobilidade para fixação desses indivíduos. Portanto, necessita de um olhar mais amplo para os espaços que a cidade oferecia para o desenvolvimento de seus projetos de vida, de expressão de suas identidades e a forma como lidaram com a intolerância, esclarecendo como se deram as perseguições, estigmas, repressões e, também, a resistência dos nipônicos a partir de mecanismos voltados para o cultivo

⁶Segundo Arnaut e Motta a situação em agosto de 1945 era a seguinte: os aliados haviam encerrado a guerra na Europa, vencendo Alemanha e Itália, o exército anglo-americano estava obtendo vitórias sobre o exército japonês desde meados de 1943. O palco da luta já era no próprio território japonês e embora resistisse, o Japão estava cada vez mais fraco e disposto a negociar a paz, o que não impediu que os Estados Unidos lançassem as bombas atômicas contra Hiroshima (06/08/1945) e Nagasáqui (09/08/1945), fazendo com que o Japão assinasse em 15/08/1945 a rendição incondicional. A oficialização ocorreu em 02/09/1945, com a assinatura do documento no encouraçado Missouri. ARNAUT, Luiz; MOTTA, Rodrigo P. Sá. A Segunda Grande Guerra. Do nazi-fascismo à guerra fria. São Paulo: Atual, 1994.

de antigas tradições e costumes. Além dos aspectos levantados, as questões que envolvem a guerra e o pós-guerra tornaram-se cruciais para essa pesquisa, considerando que as medidas oficiais contra os nipônicos tiveram desdobramentos posteriores. Por isso, procuramos desvelar como ocorreram as reações nesse período e como se estabeleceu a retomada de bens, direitos e instituições.

Dessa forma, o trabalho justifica-se pela necessidade de um aprofundamento sobre o tema elaborado a partir de uma abordagem diferente em alguns aspectos. Primeiramente, o fato de a cidade de Bauru não se organizar a partir de colonato, nem tão pouco por meio de Companhias de Colonização como houve em Bastos, Assaí, Uraí (Paraná), por exemplo, e nem a partir de empresas individuais como em Promissão. Mas, é específica e forma uma estrutura capaz de permitir a organização da vida com o desenvolvimento de diversas atividades: agrícolas, comércio, prestação de serviços, montagem de pequenas fábricas, entre outros, principalmente a partir da implantação das ferrovias. Ao considerar esses diferentes aspectos, a proposta em pauta converteu esse estudo em uma dimensão interpretativa única.

Prescrutar a produção espacializada permitiu avaliar o estado da arte sobre a imigração japonesa com destino ao Brasil e detectar suas balizas e interpretações que marcaram as pesquisas pioneiras e as subsequentes. Por exemplo, Helbert Baldus e Emilio Willems e posteriormente, com Hiroshi Saito, que trouxeram reflexões, as quais tinham como pressuposto a assimilação, aculturação e integração dos imigrantes japoneses, momento que ficou conhecido como primeira fase dessa produção. Saito demonstrou a assimilação e a integração dos japoneses no Brasil, organizando juntamente com Takashi Maeyama a publicação de *Assimilação e integração dos Japoneses no Brasil*,⁷ deixando claro que as produções anteriores aos anos 1940 são consideradas “pré-científicas”, na medida em que os argumentos se limitavam a serem “pró ou contra a entrada de japoneses no Brasil”.⁸ Diante de tal fato, buscaram reunir vários trabalhos, de diversos autores, sobre a teoria da assimilação e fixação dos imigrantes japoneses, considerados “mais representativos dos domínios de estudo”. Foi importante observar as “defesas” do autor de que os primeiros imigrantes nipônicos, atados aos planos da imigração temporária, suportavam diversas dificuldades e sacrifícios. Tais desafios acabavam sendo atenuados pelos laços de solidariedade grupal (pois formavam grupos exclusivos), visando garantir maior liberdade na área da residência, de trabalho e melhor disposição quanto à força de trabalho familiar, porém isso desencadeou acusações de formação

⁷ SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

⁸ Ibid., p. 7.

de enquistamentos e de não assimilação. O intuito dos autores dessa primeira fase foi demonstrar o contrário, ou seja, que os japoneses se assimilavam ao Brasil, enfrentando condições que os imigrantes de outras nacionalidades não enfrentavam.⁹

As pesquisas seguintes inauguraram, segundo Ueno e Luiz, a segunda fase de interpretação do assunto. Essa fase foi estabelecida com as pesquisas de Jeffrey Lesser, a partir da percepção de que os *nikkeis* não foram somente vítimas do discurso e das práticas antinipônicas, mas resistiram às violências e negociaram, ainda que desigualmente, a sua identidade na sociedade. Lesser preocupou-se menos com a aculturação e dedicou-se a pensar na construção da identidade dos *nikkeis* por intermédio da negociação e da identidade situacional. Entre as características que demarcaram essa segunda fase, estão: a teoria da negociação da identidade; a construção de identidade hifenizada e situacional; e, também, o fato de os historiadores começarem a integrar suas análises às reflexões de sociólogos e antropólogos (implicando em outras abordagens teóricas, objetos, metodologias e fontes, como entrevistas orais e fotografias); para essas abordagens incorporaram o uso de fontes traduzidas por órgãos oficiais; e a ampliação dos lugares sociais, com o surgimento de novos programas de pós-graduação. Entre os pesquisadores brasileiros, a segunda fase foi marcada por um processo de mudança a partir das abordagens, por exemplo, de Célia Sakurai que não trabalhou a assimilação ou a integração dos imigrantes, preocupando-se com a construção da etnicidade do grupo, da identidade étnica e alteridade. Integram essa segunda fase ainda os autores Márcia Yumi Takeuchi, Rogério Dezem e Richard Gonçalves André. Ueno e Luiz admitem ainda uma possível terceira fase, na qual se acentua: a dispersão e defasagem dos pesquisadores (grupos de pesquisa e laboratórios); a variação das abordagens teóricas, com tentativas de distanciar-se da teoria de negociação (não se concentrando em uma única linha, tida como insuficiente para as análises, por estabelecer relações de forças desiguais). Nessa trajetória houve a ampliação dos pesquisadores do tema, que vão desde os antropólogos, sociólogos, historiadores, jornalistas, psicólogos, geógrafos, até os pesquisadores da área de letras. A proposta é analisar o processo de inserção dos *nikkeis* por intermédio de outros caminhos teóricos e objetos, pensando as análises por meio do conceito de *japonesidades* que enfatizam as formas singulares de expressar a experiência japonesa no Brasil, destacando a subjetividade de cada indivíduo, mas evidenciando que todos são “japoneses, *nikkeis* ou nipo-brasileiros”, cada um à sua maneira, sem homogeneizá-los como grupo único¹⁰.

⁹Ibid., p. 23-25.

¹⁰ UENO, Luana Martina Magalhães; LUIZ, Leonardo Henrique. O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos. *Revista de História da UEG* — Morrinhos, v. 10, n. 2, e-022120, jul./dez., p. 11-25, 2021.

Considerando-se que se faz necessária uma análise mais específica, as produções especializadas como livros, dissertações e teses foram essenciais para compreender o processo migratório em diversas regiões do país. Apesar de terem suas especificidades, atraem pelas características das experiências relativas ao contexto das trajetórias, relações sociais, integração, organização das festividades e comemorações tradicionais. O debate ampliou-se com a leitura de obras já publicadas e, algumas são referências sobre o assunto que passaram a embasar as reflexões e responderam às questões propostas na pesquisa. Para tanto, foram consultados, entre outros, os seguintes trabalhos: Rosangela Kimura¹¹, Célia Sakurai¹², José Júnio da Silva¹³, Márcia Yumi Takeuchi¹⁴, Rogério Dezem¹⁵, Endrica Geraldo¹⁶, Sidinalva Wawzyniak¹⁷, Thiago Fernando Bonatti¹⁸, Richard Gonçalves André¹⁹ e Solange de Almeida Borges²⁰.

Para análise e compreensão do processo histórico que envolve as especificidades da imigração japonesa para o Brasil e para o estado de São Paulo, dentre os autores que deram suporte às reflexões estão Hiroshi Saito e Takashi Maeyama²¹ em cuja obra estão publicados vários textos que contribuíram para o embasamento sobre as reflexões das fontes, inclusive de

Disponível em: [https://file:///C:/Users/W10/Downloads/11702-Texto%20do%20artigo-46597-1-10-20211201%20\(2\).pdf](https://file:///C:/Users/W10/Downloads/11702-Texto%20do%20artigo-46597-1-10-20211201%20(2).pdf). Acesso em: 15 jan. 2023.

¹¹ KIMURA, Rosangela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná, 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

¹² SAKURAI, op. cit., 2000.

¹³ SILVA, José Júnio da. *Imigrantes japoneses e seus descendentes em Uraí, Paraná: Reconfigurações de identidades culturais (1936-2018)*. Tese de Doutorado. Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

¹⁴ TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

¹⁵ DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

¹⁶ GERALDO, Endrica. *“O perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945)*. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

¹⁷ WAWZYNIAK, Sidinalva Maria dos Santos. *Histórias de estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)*. Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

¹⁸ BONATTI, Thiago Fernando. **A imigração japonesa para o estado de São Paulo** [recurso eletrônico]: características sociodemográficas, dinâmica migratória e distribuição espacial da população, entre 1908 e 1973. 2022, p.333. Tese (Doutorado em História - demografia) – UNICAMP – Campinas, 2022.

¹⁹ ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)*. 2011. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

²⁰ BORGES, Solange de Almeida. **Arquivos vivos: repressão ao imigrante em São Paulo**. Discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930 e 1940. 100 p. Dissertação em Estudos Culturais. USP, 2016.

²¹ SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

Arlinda Rocha Nogueira²². Para compreender os caminhos da produção especializada e seus suportes teóricos, também contribuíram os trabalhos de Katsuo Uchiyama, Tetsuya Tajiri e José Yamashiro²³ e de Tetsuo Nakasumi e José Yamashiro,²⁴ Além desses autores, utilizamos os estudos de Oswaldo Truzzi e João Pedro Volante.²⁵

O conjunto dos autores foi dividido e abordado da seguinte forma: contextualização e análise teórica e especializada do Japão, no que se refere à realidade anterior ao período emigratório (princípios do século XX); o contexto brasileiro durante o período estudado; a análise do processo imigratório para o Estado de São Paulo e para a cidade de Bauru; e, por fim, a análise e a compreensão de conceitos teóricos como: mobilidade, identidade, tradições, cultura, memória.

Para a contextualização do Japão antes do período em estudo (Era Meiji – 1868-1912), recorremos a obra de Shozo Motoyama²⁶, Perry Anderson²⁷ e Benedict Anderson,²⁸ os quais contribuíram para o entendimento do processo histórico relativo ao período da emigração do Japão, ou seja, do Xogunato à Era Meiji, de forma a permitir uma maior compreensão dos determinantes históricos que sustentavam as relações sociais e familiares do período.

Motoyama, além de apresentar e analisar os fatores sociais, econômicos e políticos que constituíram o processo de imigração dos nipônicos para o Brasil, destaca quatro pontos importantes relativos a esse processo: ainda que os próprios imigrantes não tivessem consciência, certos comportamentos e atitudes deles no Brasil estão relacionados a Era Edo²⁹, como por exemplo, a organização do trabalho comunitário na época da colheita, plantio, festividades, instalação de telhados. Outro aspecto que se destaca é o fato de o autor lembrar que a eugenia ia além de uma luta entre simpáticos ou não simpáticos à vinda dos nipônicos:

²² NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO; MAEYAMA, *op. cit.*

²³ UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (ORG.). *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

²⁴ NAKASUMI, Tetsuo; YAMASHIRO, José. Período do Pós-Guerra. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

²⁵ TRUZZI Oswaldo; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (org.). *Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2021, p. 13-44.

²⁶ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do Sol Levante*. Uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-1941). São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011, vol.1.

²⁷ ANDERSON, Perry. O feudalismo japonês. ANDERSON, Perry. In: *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁸ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁹ Período de domínio do xogunato Tokugawa, quando o Japão se tornou isolacionista e se dedicou ao comércio com um grupo de poucos países.

na verdade, o que existia era uma resistência em vários locais com relação às pretensões imperialistas do Japão. O autor também alerta sobre o fato de que o Japão teria estimulado a emigração devido a problemas demográficos. Porém, realmente necessário era o desenvolvimento da prosperidade econômica, aliada a uma política de controle da natalidade. Por fim, o autor também destaca as consequências do terremoto de Kanto em 1923, que destruiu Tóquio e Yokohama, o que demonstra a importância de se conhecer a realidade dos dois países para compreender o processo da imigração japonesa para o Brasil³⁰.

Perry Anderson, foca na compreensão das origens do Estado burguês, porém sua obra torna-se fundamental para esta pesquisa, pois apresenta a correspondência entre o processo de desenvolvimento europeu no extremo oriente, identificando padrões desse feudalismo e a viabilidade de um Estado absoluto naquelas regiões. Em sua análise sobre o Japão, percebe o surgimento de uma organização política centralizada (século VII a.C.) e a organização do Xogunato (fins do século XII) como feudal, caracterizando o Período Meiji como um estado capitalista autoritário³¹.

O trabalho de Benedict Anderson, acerca de nação e nacionalismo com foco em uma perspectiva cultural, em detrimento de abordagens centradas em ideias clássicas, pautadas em perspectivas políticas e econômicas, esclarece práticas de deslocamentos e a formação histórica do Japão. Uma das propostas de seu texto é problematizar como as práticas de deslocamento podem aparecer como constitutivas de significados culturais, ao invés de representar a simples transferência de seu local de origem, pois a complexidade das formações culturais, oriundas de processos migratórios, relacionam-se com seus espaços de forma a inventar comunidades e cidades. Ao analisar a formação histórica das comunidades e suas transformações ao longo do tempo, em especial a do Japão, o estudo foi fundamental para esclarecer um dos meios de consolidação da posição interna da oligarquia Meiji. O programa de modernização converteu o Japão em potência militar, com a impressão de que a oligarquia conservadora era representante da nação (japoneses imaginavam-se membros dela). Porém, tal nacionalismo assumiu um caráter imperialista agressivo e a expansão imperial do Japão, após 1900, passou a ser considerada uma política de Estado, pois para que o país fosse considerado “grande”, teria que lançar-se a conquistas ultramarinas³². Esse perfil imperialista agressivo tornou-se um dos

³⁰ Ibid.

³¹ ANDERSON, Perry. O feudalismo japonês. In: *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³² ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

dispositivos que vieram a colaborar para a repulsa da intelectualidade brasileira e de outros segmentos à imigração de nipônicos para o Brasil.

Quanto ao processo histórico que envolve a imigração japonesa para o Brasil, durante o período estudado nos aspectos econômico, social, político, entre outros, os trabalhos acadêmicos de Paulo César Garcez Marins,³³ de Boris Fausto³⁴, de Célia Sakurai,³⁵ e da Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil (*Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*)³⁶, favoreceram nosso entendimento para a compreensão do processo de inserção e integração dos imigrantes japoneses no contexto nacional.

O texto de Garcez Marins, abordado pelo viés da vida privada, enfoca o princípio do século XX até 1958. Tornou-se essencial pela abordagem do período que envolve o fim da escravidão e o início do processo migratório para o Brasil. O autor analisa os primórdios do regime republicano e as transformações demográficas, que liberaram populações para novos destinos geográficos (onde se delineavam cidades como espaço de novas possibilidades de vida, para novos habitantes, dentre eles, ex-escravos e brancos pobres), até o final do Estado Novo, quando há uma consolidação da população urbana sobre as rurais³⁷. *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*³⁸, traz conteúdos esclarecedores do contexto internacional japonês que desencadeou a emigração, bem como aspectos relativos à chegada dos japoneses ao Brasil, as dificuldades de instalação e o progresso alcançado por eles no país receptor. Esse estudo também foi fundamental, sob o ponto de vista de representar uma iniciativa de registro do processo migratório, a partir de um censo específico, para retratar a realidade social da época (no contexto internacional e brasileiro), assim como as dificuldades relativas à Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos do pós-guerra.

³³ MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴ FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidade. In: NOVAIS, Fernando. A. (coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1991.

³⁵ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. NOVAIS, Fernando (dir.); SEVCENKO, Nicolau (org.). In: *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁶ COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma Epopeia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

Para complementar a compreensão da inserção desses imigrantes no contexto nacional, os trabalhos de Boris Fausto³⁹ e de Célia Sakurai⁴⁰ são importantes pela forma como reconstróem as especificidades dessa imigração. A ligação de Fausto com o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), prosperou com o Grupo de Estudos Migratórios, liderado por ele e por Sergio Miceli. O trabalho de tal grupo é significativo, pois abarca desde estudos sobre a imigração de diversos grupos, as trajetórias dos imigrantes, a construção de identidades e a inserção na sociedade nacional.

Sakurai também obteve contato com o Grupo de Estudos Migratórios, passando a se dedicar a questões como a construção da etnicidade do grupo, a identidade étnica e os motivos da fixação dos imigrantes na agricultura. Portanto, analisa outras conceituações e teorias para além da assimilação e da integração. Assim, a noção de imigração tutelada ajuda na reflexão de como o grupo imigrante japonês conseguiu se fixar no país receptor, atendendo aos interesses do Japão no Brasil. A autora também oferece um olhar sobre a história do Japão e das práticas culturais dos japoneses, desde a origem das condições sócio-históricas, políticas e econômicas, elucidando a fundação do feudalismo e a restauração Meiji (período de ocidentalização do qual resultam as bases de um país moderno) até os anos 1950⁴¹. Com essa análise ela constrói um cenário que permite compreender os determinantes históricos que permearam as relações de poder familiares e sociais dos japoneses, bem como seus valores e tradições, os quais podem estar relacionados a estratégias de fixação no país de destino.

Com relação às especificidades da imigração para o estado de São Paulo, o Oeste Paulista apresentava-se como uma região que permitia a ocupação a partir da imigração nacional e estrangeira, atraídos por terras livres, as quais se transformaram em alvo de especulação imobiliária (devido ao retalhamento ou arrendamento após a crise de 1929).

As características do comportamento e as condições de ascensão dos imigrantes japoneses no estado de São Paulo, a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, em direção ao Oeste Paulista – zona pioneira e de nosso estudo, tornou-se objeto de análise, principalmente a partir do texto de Arlinda Rocha Nogueira. A autora realça em sua obra, a imigração japonesa para a cultura do café no estado de São Paulo, no período de 1908 a 1922, como uma necessidade de mão de obra para as lavouras, sendo que 1924 representou o fim dos

³⁹ Ibid.

⁴⁰ SAKURAI, 2000, *op.cit.* SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

⁴¹ Ibid.

UENO, Luana Martina Magalhães; LUIZ, Henrique Leonardo. O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos: *Revista de História da UEG*, [S. l.], v. 10, n. 02, p. e022120, 2021. DOI: 10.31668/revistaueg.v10i02.11702. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11702. Acesso em: 15 jan. 2023.

subsídios do governo paulista. Nesse processo, ela aborda além da questão dos contratos, acordos e convenções; os problemas de adaptação das primeiras levas de imigrantes e evidencia que as lavouras de café serviram como uma espécie de “cadinho” para a adaptação à nova terra. Ou seja, ofereceram recursos que proporcionaram o abandono dessas lavouras em busca de novas oportunidades, as quais permitiram o acesso dos imigrantes à independência. É preciso destacar também a distribuição espacial dos imigrantes japoneses e de suas trajetórias em direção a expansão das fronteiras agrícolas no estado de São Paulo, e a transição desses imigrantes por diversas localidades em busca de terras produtivas e de melhores condições de vida e de trabalho, o que colaborou para o desenvolvimento de novos ramos de atividades e de culturas como: cotonicultura, avicultura, fruticultura, sericicultura, comércio e prestação de serviços ⁴².

Quanto aos percursos históricos-sociais na incorporação dos imigrantes ao Oeste Paulista, os estudos de Truzzi e Volante contribuem para a compreensão de que, entre outros aspectos, essa incorporação dependia também do delineamento das fronteiras sociais e que, o Oeste Paulista não se apresentava como homogêneo por sua constituição distinta (portos de cidades, eixos ferroviários de expansão, chegada e instalação de imigrantes, em épocas distintas e regiões diferenciadas). Fica demonstrada também a mobilidade socioeconômica de imigrantes nipônicos através das transformações que colaboraram para a inserção política desses indivíduos nas formas de organização coletiva, principalmente com relação à incorporação de terras na economia capitalista de modo fracionado, em pequenas propriedades, após a crise do café, o que facilitou o acesso à terra. Portanto, as obras de Oswaldo Tuzzi e Volante ⁴³. Juntamente com Tomoo Handa ⁴⁴ também favoreceram o entendimento das situações que facilitaram a inserção desses imigrantes no Brasil e no estado de São Paulo.

Giralda Seyfert, contribuiu na medida em que expôs a dinâmica do processo imigratório a nível nacional e regional, além de questões de identidade étnica ⁴⁵. Assim, era necessária a compreensão da formação e organização da vida dos primeiros habitantes da cidade de Bauru, daí a importância de seu pensamento, permitindo o entendimento do desenvolvimento da cidade

⁴² NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO; MAEYAMA, *op. cit.*, p. 67.

⁴³ TRUZZI Oswaldo; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. (org.). *Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2021. p. 13-44.

⁴⁴ HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

⁴⁵ SEYFERT, Giralda. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. *Revista História: Questões & Debate*, Curitiba, ano 10, n. 18-19, jun/dez. 1989.

e as trajetórias desses imigrantes. O trabalho de Edson Fernandes e Luís Paulo Domingues, sobre a formação de Bauru também colaborou, na medida em que apresenta o “antigo bairro rural do *Bahurú*” como fronteira de povoamento, local onde “convivem diferentes entre si”,⁴⁶ e que se desenvolvia com o ir e vir de migrantes e imigrantes.

É preciso considerar também que Bauru representou espaço de relações de trabalho, a partir da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB)⁴⁷, no século XX. Para entender o contexto de construção e instalação dessa ferrovia, que ia em direção ao atual Mato Grosso do Sul (ainda era imensa a região do estado de São Paulo não ocupada regularmente pelo homem branco), o trabalho de Nilson Ghirardello foi essencial sob os seguintes pontos de vista: a construção da ferrovia acelerou o conflito e quase dizimação do gentio; a ocupação e o progresso da região deu-se de forma diferente, já que, ao contrário de outras localidades, os trilhos precederam as lavouras. Também contribuiu para este trabalho o enfoque do autor sobre a formação dos povoados, e posteriormente cidades, que, a partir das estações de trem, apresentaram características próprias, à medida que a formação desses povoados significava a valorização das áreas “apossadas” mediante negociação com parcelamentos rurais e, consequentemente, espaço social para o exercício do coronelismo⁴⁸.

Dessa forma, vê-se que tal fundamentação especializada (e suas linhagens teóricas e historiográficas) foi essencial para a compreensão da mobilidade geográfica dos imigrantes japoneses na sociedade brasileira, bem como para a compreensão das trajetórias desses indivíduos a partir de três períodos: o de regulamentação e participação do governo paulista para entrada de estrangeiros; o de subsídios para importação de mão de obra; e o das mudanças de ocupação decorrentes da mobilidade geográfica⁴⁹.

Quanto às questões teóricas referentes aos conceitos de tradições, mobilidade, identidade, cultura e memória, ainda destacamos as contribuições de Eric Hobsbawm e Terence

⁴⁶ FERNANDES, Edson; DOMINGUES, Luís Paulo. *Fronteira infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bahurú do século XIX*. Bauru, SP: Universo Elegante Produção Cultural, 2018, p.12.

⁴⁷ Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O parecer do Clube de Engenharia, no ano de 1904, definiu que a ferrovia deveria partir de São Paulo dos Agudos ou Bauru e dirigir-se a Cuiabá, uma vez que Agudos já dispunha da Sorocabana e Paulista, e Bauru viria a dispor (da Paulista, Ituaçu e Sorocabana), mediante os decretos nº 373 e 374 de 1896. Desta forma, Bauru teria sido escolhida, pelo descaso e má vontade do prefeito de São Paulo dos Agudos para tratar e lidar com os engenheiros da ferrovia. As obras tiveram início em 15 de novembro de 1905. CHIRARDELLO, N. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid.

Ranger⁵⁰, Francisca Vieira⁵¹, Jeffrey Lesser⁵², Terry Eagleton⁵³, Jöel Candau⁵⁴, Maurice Halbwachs⁵⁵, Michel Pollak⁵⁶, Stuart Hall⁵⁷, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart⁵⁸.

Esses teóricos ajudaram a pensar, dentre outras questões, aspectos que envolveram as famílias que desembarcaram no Brasil e que ainda traziam impregnadas em si resquícios do mito imperial, sustentado como política de Estado, além de símbolos e signos (hino, bandeira e língua) arquitetados discursivamente, principalmente, em favor do nacionalismo e imperialismo e de uma política educacional nacionalista⁵⁹. Outro aspecto relativo ao grupo era que a herança cultural que se manifestavam em alguns valores e tradições vinculados aos samurais, ainda se sobressaíam mesmo que o Japão daqueles sujeitos tivesse se dissipado há muito tempo, pois eles não acompanharam o processo de modernização e toda a reconfiguração social e cultural decorrentes. Ou seja, uma antiga tradição foi reinventada para manutenção do poder, a partir de algumas mudanças, independentemente da aproximação com o Ocidente e sua consequente modernização e a construção do Estado-nação.

Foi com essa concepção que os primeiros imigrantes, a partir de 1908, deslocaram-se em direção ao Brasil. Nesse sentido, os autores Eric Hobsbawm e Terence Ranger⁶⁰ ajudam a pensar o assunto ao deixarem claro que as tradições estão ligadas ao passado, pois se constituem a partir de interesses e valores sociais dos indivíduos que viveram aquele passado. Mas é preciso considerar que os valores que dão fundamento às tradições passam por transformações, conforme as temporalidades, o contexto, as necessidades, além dos possíveis contatos em sociedades em transformação. Portanto, as tradições podem ser reinventadas a partir dos interesses daqueles que as reinventam, tornando a continuidade com o passado de certa forma artificial e fazendo com que a tradição que teria raízes num passado longínquo, na verdade, esteja permeada de especificidades do presente. Dessa forma, tais imigrantes estavam

⁵⁰ HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁵¹ VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973.

⁵² LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

⁵³ EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁵⁴ CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

⁵⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁵⁶ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

⁵⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2002.

⁵⁸ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

⁵⁹ Esse processo migratório foi estimulado desde a década de 1880 pelo governo imperial Meiji que tomou tal iniciativa em razão da situação socioeconômica crítica do país. Em que pese o processo de modernização em curso que não conseguiu absorver o excedente populacional.

⁶⁰ HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence, (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

impregnados de tradições reinventadas na Era Meiji, como: o culto ao imperador e aos antepassados, o respeito à hierarquia, à solidariedade e aos antigos códigos de conduta de samurais, os quais foram essenciais no processo de restabelecimento da monarquia⁶¹.

Quanto à mobilidade dos colonos nipônicos, é preciso considerar que a frente paulista foi impulsionada pela monocultura do café, voltada para o mercado externo. Porém, esses colonos passaram a abandonar as fazendas, na medida em que se sentiam frustrados em suas expectativas de sucesso rápido e retorno ao Japão. Segundo Vieira, tais colonos passaram a se dirigir a outras fazendas na frente de expansão, em busca de melhores salários, dispersando-se para regiões recém desbravadas, para as quais vários cursos de ação eram possíveis, após deixarem de ser colonos. Segundo a autora, havia a possibilidade de se tornarem “contratistas”; formadores de cafezais (prática que se desenvolveu a partir de 1920); também podiam se tornar arrendatários e meeiros (desde que dispusessem de pequeno capital); para finalmente, adquirirem pequenas propriedades ou se dirigirem à zona urbana. Vieira ainda observa que os contratistas apareceram na Noroeste e Alta Paulista, os arrendatários na Sorocabana, Alta Paulista e Alta Araraquarense. Como a Noroeste foi a primeira zona em que se processou em larga escala o sistema de loteamento, foi nela que surgiu, desde o início, o maior número de pequenos proprietários⁶².

Por sua vez, o texto de Lesser foi fundamental para o entendimento de como grupos de japoneses discutiram com as lideranças políticas e questionaram as ideias da elite sobre a identidade nacional. Tal fato é importante, haja vista que o autor demonstra que “ocorreu num contexto de preconceito e discriminação escancarados”⁶³. Em relação à interpretação das questões da etnicidade e identidade, Lesser realiza uma análise profunda e demonstra como ocorreu a construção da identidade entre os diversos grupos étnicos distribuídos pelo país, a partir da seguinte percepção: não houve uma identidade nacional única e estática no Brasil; a construção da identidade do imigrante não ocorria a partir de sua chegada, mas representava um processo cujas raízes se prendiam à terra de origem e na cultura pré-migratória. O autor também analisa as estratégias utilizadas para a construção da identidade nipo-brasileira. Portanto, ele também se preocupa em responder como os imigrantes e seus descendentes negociaram e elaboraram historicamente suas identidades públicas e heterogêneas como brasileiros, e quais estratégias os imigrantes não europeus utilizaram para definir seus lugares

⁶¹ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence, (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁶² VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973.

⁶³ LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade*. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

na identidade nacional brasileira. Seu pensamento também ajudou na compreensão do papel desses imigrantes na construção do Estado brasileiro, na medida em que descreve as modalidades e estratégias de inserção de cada grupo, as dificuldades nos processos de integração à nova realidade, permitindo uma compreensão da criação e negociação de novas identidades, ao mesmo tempo em que esses indivíduos lutavam contra formas de discriminação social, cultural e racial, não sendo somente vítimas das elites, mas protagonistas da história⁶⁴.

Para a atualização da ideia de cultura no decorrer das transformações históricas da humanidade, utilizamos a contribuição de Terry Eagleton. Segundo o autor, a cultura é uma das palavras mais complexas, e, portanto, necessita de um método dialético para a construção de seu arcabouço teórico complexo. A dedicatória de Eagleton a Edward Said,⁶⁵ remete-nos a questões ligadas ao imperialismo e à colonização, bem como a ideia de que as culturas são híbridas, heterogêneas e envolvidas umas com as outras. Além de realizar uma análise semântica a partir da relação entre cultura e natureza, Eagleton acompanha o processo de urbanização do Ocidente, na medida em que cultivar passa da instância de cuidar da terra para auto cultivar-se. A cultura também nos educa para convivermos em sociedade onde se exercita ética, política e cidadania, ao introduzir a relação entre cultura e Estado, demonstra que os interesses políticos dirigem os culturais, fazendo com que a cultura não consiga manter seu papel de unificadora da sociedade. Uma das contribuições para o entendimento da emergência do Japão como Estado-nação, refere-se à transição da nação pré-moderna ao Estado-nação moderno. O autor destaca que a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, sendo a cultura (linguagem, herança, sistema educacional em comum e valores compartilhados, entre outros) que intervém como um princípio de unidade social. Dessa forma, a cultura passa a ser uma força política relevante⁶⁶.

Outro aspecto a observar, dada a relevância do trabalho de reconstruir as conexões entre passado e presente, são as experiências de vida das pessoas comuns (as quais participaram efetivamente na construção do processo histórico, sob condições historicamente determinadas) à incorporação de análises históricas. Portanto, a rememoração dos conflitos e contradições vivenciados por elas e a articulação entre memória e história permitem ampliar o horizonte de análise, possibilitando uma reconstrução dos vínculos interrompidos entre passado e presente.

Nessa perspectiva, o trabalho de Candau, que dialoga com Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur e Pierre Bourdieu, sobre lugares de memória, memória coletiva,

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ (SAID, 1993, *apud* EAGLETON, *op. cit.*, p. xxix)

⁶⁶ EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

quadros sociais de memória e tradição, foi importante na medida em que o autor propõe uma classificação das memórias e sua divisão em: protomemória (memória repetida, incorporada por meio das vivências, saberes e experiências individuais), memória de alto nível (memória de recordação que pode sofrer interferências externas) e metamemória (representação que cada indivíduo faz de suas lembranças). Com relação a esta terceira memória (metamemória), que se refere à construção identitária, na verdade, é a representação que fazemos das próprias lembranças, o conhecimento que temos delas. Nesses termos, Candau ajuda a eliminar compreensões simplistas da memória coletiva de Halbwachs, conceito às vezes atacado como abstração vazia, sem referência a qualquer realidade concreta. O autor considera a memória plástica e modelável, ou seja, esquecemos e lembramos conforme escolhas íntimas ou coletivas e discute sobre a tradição (repassada através da memória), que pode sofrer modificações e reinvenções. Candau denomina de ruptura das tradições a opção por se esquecer. Na verdade, ele aperfeiçoa o conceito de memória coletiva: segundo ele, as duas primeiras memórias (a protomemória e a memória propriamente dita), constituem faculdades individuais, portanto, não podem ser compartilhadas. Somente a terceira memória (metamemória) — que se refere à memória coletiva, poderia ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória.⁶⁷

Ainda com relação à memória, é preciso considerar Maurice Halbwachs como primeiro a pensá-la ultrapassando o plano individual. Tal aspecto é importante na medida em que, dentre as fontes utilizadas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, as publicações dos memorialistas se somaram às fontes orais e pesquisa documental, porém deve-se considerar que retratam o processo imigratório sob o ponto de vista de trajetórias de vidas particulares, indicando um balanço de escritos biográficos e memórias. Também é preciso observar que submetida a transformações e mudanças constantes, a memória é composta de alguns elementos que dão seu formato individual (armazenados durante a vida por sujeitos simples) e coletivos (série de acontecimentos vividos pelo grupo ao qual pertence, selecionados conforme o histórico de vida de cada sujeito) e ainda por personagens, que podem influenciar a constituição do grupo e a formação da identidade. Há que se ressaltar que o sentimento de pertencimento a um grupo, independe da presença real ou se constitui uma memória, haja vista, que suas memórias podem permanecer vivas, pois o passado está em contínua reconstrução por meio da memória coletiva. Dessa forma, a memória poderá ser compreendida como um elemento constituinte do sentimento de identidade individual ou coletivo. Portanto, a construção da

⁶⁷ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

identidade é um fenômeno que se produz em negociação direta com outros, em referência aos outros e aos critérios de credibilidade, de admissibilidade e aceitabilidade.⁶⁸

Dada a relevância de um embasamento referente aos conceitos de cultura e identidade cultural e étnica, foi preciso ampliar esse debate teórico. Pollack problematiza o pensamento de Halbwachs. Segundo ele, as vivências do passado só existem a partir do convívio social, pois nós não podemos nos “lembrar” sozinhos, mas a partir do social.⁶⁹ March Bloch elogiou o trabalho de Halbwachs, mas em sua resenha sobre *Les Cadres*, para a *Revue de Synthèse*, feita em 1925, o autor teceu uma crítica a respeito da memória coletiva ao que ele denominou de “fatos da comunicação entre indivíduos”, pois para que um grupo social, cuja duração ultrapasse uma vida humana, se “lembra” de algo, é necessário que os membros mais velhos também transmitam as representações aos mais jovens⁷⁰. Ou seja, para Bloch, a relação entre presente e passado é sutil e apresenta representações que podem mudar, por isso precisamos ficar atentos às construções de interpretações de acordo com o que o indivíduo deseja mostrar.

A utilização da memória (individual ou coletiva) possibilita somente “certa recuperação” do passado, pois somente traços de experiências podem ser resgatados. Por isso, é importante destacar os aspectos abordados por Le Ven, De Faria e Motta sobre o processo de rememorar:

A memória não é cronológica, nem linear e a percebemos como um conjunto de experiências que ocorreram num espaço e num tempo diversos do tempo presente — o tempo do “rememorar”. E o instante do rememorar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços dessas experiências podem ser resgatados; elas nunca serão representadas – trazidas para o presente de novo – tais como ocorreram no passado.⁷¹

Ainda é preciso considerar o fato, conforme ressaltado por Michel Pollak de que a memória além de passar por alterações frequentes, está ligada a um fenômeno coletivo e social e nesse processo a construção da identidade vai sendo elaborada a partir do contato com o outro⁷².

Por sua vez, o referencial teórico que permitiu um maior aporte no campo cultural, pautou-se nos estudos de Stuart Hall. Para o autor, a modernidade e suas transformações provocaram uma “crise de identidade” a qual fragmentou e descentrou o homem moderno.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁷⁰ BLOCH, Marc. Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente. In: BLOCH, Marc. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

⁷¹ LE VEN, Michel Marie; DE FARIA, Erica; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. *Varia História*, Belo Horizonte, n.16, set/96, p. 57-65.

⁷² POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Dessa forma, as identidades nacionais são construídas e solidificadas no cotidiano, por meio de um ideal de unidade nacional, sustentada pelo seu imaginário histórico (de uma tradição inventada, valores e normas). Portanto, as culturas nacionais seriam comunidades imaginadas por não constituírem um conglomerado uníssono de culturas, sendo que as representações não condizem com a totalidade de culturas existentes em uma nação⁷³.

Para Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart a interação do grupo com a realidade ao seu redor é importante, bem como as experiências que continuam com os descendentes das gerações seguintes. A etnicidade de um grupo envolve seus aspectos culturais internos, ela também não deve ser entendida somente a partir do que é visível dentro dos grupos (religião, língua, tradições culturais, gastronomia, música, vestuário), mas a partir das interrelações que são estabelecidas com outros segmentos e grupos da sociedade onde se inserem. Sua importância está ligada ao fato de ela influenciar as formas como os indivíduos e os grupos se identificam, se diferenciam e se mobilizam socialmente, pois contribui para a formação do sentimento de pertença; autoestima; reconhecimento dos grupos étnicos; gera distinções e hierarquia entre esses grupos (que podem resultar em cooperação ou conflito) e pode ser usada como recurso econômico, cultural ou político, para reivindicar direitos, interesses ou valores específicos⁷⁴. Apesar de em Bauru o grupo não ser tão homogêneo (há um grupo de Okinawanos), o resultado geral acaba por dar um significado, o que segundo os autores citados, contribui para o sentimento de pertença de múltiplas interações⁷⁵.

Como se pode ver, a importância desses estudos relaciona-se a recuperação da movimentação dos imigrantes japoneses em Bauru, a qual se deu por meio das trajetórias de vida, a partir da compreensão das especificidades das mobilidades, do processo de construção de identidades e a partir de negociações, bem como da criação de estratégias de sobrevivência, de comunicação e de socialização, por meio de ajuda mútua (cooperativas, construção de escolas, Templo da Tenrikyo, Templo Budista); enfim, diversas atividades, desde grandes construções, até organização de festas típicas, como *Bon Odori* e *Undokai*.

Situados os pontos centrais que envolvem esta pesquisa, convém sintetizar o objetivo geral deste estudo que é compreender as especificidades das mobilidades, bem como a inserção na sociedade local e quais fatores e oportunidades atraíram e possibilitaram a fixação de imigrantes japoneses em Bauru, já que a cidade não sofreu a ação direta e o apoio de agentes

⁷³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2002.

⁷⁴ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

⁷⁵ *Ibid.*, p.11.

legais ou das grandes companhias de colonização. A este objetivo geral, somam-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender as políticas governamentais, dentro do contexto histórico do Japão, de promoção da emigração, ou seja, observar qual a realidade de vida que estimulou a saída desses indivíduos de seu país de origem; analisar o contexto histórico da realidade brasileira e os principais fatores que desencadearam e atuaram no processo de promoção da imigração dos nipônicos para o Brasil e para o estado de São Paulo.
- Compreender como se organizaram os “espaços” que a cidade oferecia e quais as possibilidades para que se estabelecessem e desenvolvessem seus projetos de vida, no campo da economia, política e cultura e, de que forma a educação e escolarização articularam a identidade étnica dentro do contexto de consolidação do Estado Novo.
- Recuperar a trajetória de construção das identidades presentes nas diversas formas de sociabilidades, apesar das adversidades e contradições. Essas formas de inserção foram interrompidas durante a Segunda Guerra Mundial, período marcado por perseguições, proibições, repressão aos imigrantes japoneses e parte dessas interdições prologou-se até 1958.

A questão que se coloca, então, é: quais foram os fatores, as possibilidades e as oportunidades que os atraíram, como se mobilizaram e se fixaram na cidade, sem apoio dessas grandes companhias de colonização? A seguinte hipótese pode ser levantada: ainda que Bauru não fosse alvo da interferência direta dessas companhias de colonização japonesas, o fato de a cidade também se tornar um polo atrator, está relacionado aos aspectos condicionantes e ao próprio contexto da realidade local — a cidade estava permeada por algumas possibilidades e oportunidades quase únicas, das quais muitos imigrantes conseguiram se apropriar, como as relacionadas a seguir:

- A expansão das fronteiras agrícolas, baseada principalmente no avanço da agricultura cafeeira, permitiu aos nipônicos certa mobilidade geográfica.
- A cidade de Bauru, como espaço para o desenvolvimento de atividades agrícolas, não é banhada por grandes rios, porém há córregos e riachos que possibilitaram a organização da vida e, para aqueles que vinham de diferentes localidades em busca de trabalho e de melhores oportunidades, a cidade também oferecia a possibilidade de aquisição de pequenos lotes ou chácaras, permitindo a fixação e proporcionando uma oferta de espaços

para o desenvolvimento de atividades como avicultura e cultivo de legumes, frutas e verduras.

- Estabelecimento e desenvolvimento de comércio na zona urbana da cidade ao redor das três ferrovias instaladas (Sorocabana, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Paulista), transformando o espaço em um entroncamento ferroviário. Logo, o fluxo de indivíduos que transitava se hospedava ou necessitava de serviços, era extremamente vantajoso para as mais diversas atividades.

Após a crise de 1929 e o declínio da produção cafeeira, antigas fazendas foram desmembradas, tornando-se atrativos para esses imigrantes a aquisição de pequenas propriedades individuais. Nesse período já havia também intensa rede de acolhimento/relacionamentos pré-estabelecidas por meio de associações, cooperativas, escolas e igrejas, as quais tinham como propósito desde o apoio, a orientação, a cooperação mútua e o entretenimento (para viabilizar a ocupação dos “espaços” da cidade e de seu entorno), até a reativação e a manutenção de valores e tradições do país de origem. Portanto, essa inserção pode ser pensada em dois momentos: em 1914 e após a crise da cafeicultura em 1929, como veremos ao longo dos capítulos.

O olhar retrospectivo sobre o deslocamento populacional dos nipônicos na região e para outros países indica que eles deixaram o Japão da Era Meiji (1868-1912)⁷⁶ e vieram para o Brasil, sob a “tutela do governo japonês” (para usar um termo de Célia Sakurai), com um destino certo que era trabalhar nas lavouras de café do Oeste Paulista.

É oportuno frisar que não se pode compreender a formação do Oeste do Estado de São Paulo e a formação de Bauru, sem pensar e analisar a história da imigração japonesa, e sua inserção e participação nesse processo de construção e desenvolvimento dos municípios que integram a região. Essa presença de nipônicos, representava a princípio, a possibilidade de suprir a falta de mão de obra, nas lavouras de café, devido ao declínio das levas europeias, no início do século XX, em virtude do decreto Prinetti⁷⁷, situação que se agravou durante a

⁷⁶ O ano de 1868 marcou o início de um intenso processo de mudanças que influenciou toda a história posterior do Japão. A Restauração Meiji introduziu o país em uma nova realidade. O fato político foi a restituição do poder ao imperador após longuíssimos anos do Xogunato Tokugawa e o fechamento do país ao exterior, porém a restauração se pautou em reformas internas com o objetivo de adaptar o Japão às exigências do mundo na época. SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Contexto, 2008, p. 133.

⁷⁷ Portaria expedida pelo Comissariado Italiano da Emigração, assinada em 26/03/ 1902 pelo comissário-geral Luigi Rodio, sendo Giulio Prinetti, Ministro do Exterior. O Decreto definia a suspensão da licença especial conferida a quatro companhias de navegação para realizar transporte transatlântico gratuito de emigrantes italianos para o Brasil, além de coibir as operações de recrutamento por parte dos agentes contratados por estas companhias e proibir a emigração subsidiada para o Brasil. BALBINOT, G. Detratores e defensores da imigração italiana para

Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918. Ao mesmo tempo esses nipônicos eram vistos como antagonistas desse processo na medida em que seriam indesejáveis pela acusação de quistos étnicos nas colônias, usurpadores dos empregos dos trabalhadores nacionais e possíveis dominadores hegemônicos do mundo. Tais preocupações das elites brasileiras se amparavam no histórico beligerante e expansionista do Império japonês.

A fim de entender as questões surgidas com esses imigrantes no período assinalado foram trabalhados os seguintes grupos documentais: fontes escritas, fotográficas, orais e pesquisa documental que fazem parte das memórias da imigração. A disponibilidade dessas fontes nos direcionou a tentar responder e compreender o contexto vivenciado pelos imigrantes retratados e inclui textos, relatos, imagens (desde a fundação) e resumo das atas do Clube Nipo-Brasileiro de Bauru, na publicação: “Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru – Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa”⁷⁸, numa retrospectiva das atividades do Clube, no período de 1936 a 2008, bem como da imigração desses nipônicos para Bauru. Quanto a essas imagens publicadas na Edição Comemorativa, existem várias que são passíveis de serem utilizadas no texto, porém seu uso somente como “ilustração” deve ser evitado e os detalhes, ao contrário, devem ser observados com mais atenção. Essa produção deles próprios, publicada nessa edição, também possibilitou certa visibilidade de alguns eventos importantes, como: a chegada dos primeiros imigrantes nipônicos à cidade; as comemorações e as atividades sociais e culturais desenvolvidas no Clube e na cidade.

Entre os grupos de imigrantes, nem sempre alfabetizados, também existe o japonês anônimo que não deixou registrado suas experiências de vida. Portanto, outros materiais foram empregados na pesquisa que fizeram uso da metodologia da história oral, como referencial teórico-metodológico e foram produzidos a partir de depoimentos, entrevistas e biografias realizadas com os primeiros imigrantes nipônicos e seus descendentes.

Por exemplo, entrevistas com história oral também foram utilizadas para a reconstrução de memórias individuais e tornaram-se um referencial teórico-metodológico, que possibilitou a investigação da memória de um grupo de imigrantes japoneses com diversas características, elaboradas como “Documentário Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008”⁷⁹ e,

o Brasil: o Decreto Prinetti de 1902 e a exposição mundial de 1906. *Saeculum* – Revista de História, [S. l.], v. 38, n. 38, p. 205–227, 2018. DOI: 10.22478/UFPB.2317-6725.2018v38n38.32739. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/32739>. Acesso em: 10 fev. 2022.

⁷⁸ CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU. **Edição comemorativa do centenário da imigração japonesa**. São Manoel: Grafilar, 2010.

⁷⁹ DOCUMENTÁRIO Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008. Produção de Terezinha Santarosa Zanolchi. Turma de História do Brasil – II Semestre – 2007. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 2008, 1 DVD (50,57 min.).

posteriormente publicadas (parcialmente), em formato de livro⁸⁰. Dessa forma, a entrevista foi tomada como resíduo de ação e não apenas como relato de ações passadas, permitindo perceber a possibilidade de documentar as ações de constituição de memórias⁸¹. Nesse aspecto foi possível a compreensão de alguns aspectos do cotidiano desses indivíduos anônimos que se dedicaram a diversas atividades ligadas à agricultura, comércio, prestação de serviços, religiosas, políticas, educacionais, entre outros. Ou seja, para tratar do cotidiano e das trajetórias de vida desses imigrantes foi necessário recorrer ao estudo da memória, por meio dessas entrevistas, as quais movimentam a memória e podem auxiliar na compreensão do processo migratório a partir da seleção dos entrevistados, da transcrição dos depoimentos e das formas de o historiador (ou outros profissionais) se relacionarem com os depoentes, principalmente sabendo ouvir.

Apesar das entrevistas não terem sido realizadas diretamente por nós para esta pesquisa, os depoimentos provenientes dessas fontes permitiram o delineamento de algumas trajetórias de vida dos imigrantes japoneses em Bauru, e a reconstrução da memória individual que contribuíram para a compreensão dos acontecimentos coletivos, independentemente da coleta ser de profissionais de várias áreas das humanidades, inclusive de historiadores. Portanto, é preciso acentuar que a partir da memória individual e coletiva pode-se recuperar o passado, mas nunca em sua totalidade. Alberti alerta para alguns equívocos a serem evitados, como por exemplo: considerar que o relato da entrevista, seja a “própria história” e não a fonte (a qual necessita de interpretação e análise), ou seja, uma entrevista ou um grupo, não podem dar conta do que ocorreu no passado; o pesquisador também deve reconhecer que a necessidade de ouvir os “de baixo” deve partir dele mesmo e da instituição⁸².

Para melhor compreensão da realidade e da trajetória do grupo como um todo, foi necessária a complementação com outras fontes, como por exemplo, a autobiografia produzida pelo imigrante Nobuji Nagasawa, “60 anos no Brasil”⁸³, a qual permitiu a interpretação de sua

⁸⁰ Para montagem do documentário foram entrevistados: Isabel Onohara (engenharia de jardim); Massararu Ogino (economista); Luis Yassuo Nakamura (cultivador de bonsai); Shozo Nakamini (monge da Igreja Tenrikyo); Júlio Akio Kosaka (advogado); Tetsuo Makuda (agricultor); Tadanali Sato (agricultor); Giro Ishikawa (ex-vereador); Masamitsu Kosaka (fotógrafo); Kikuiu Matuta (agricultora) e Midori Otake (psicóloga). Após a filmagem com dia e hora agendados, a gravação foi decodificada e foi documentada a permissão de uso das entrevistas. O resultado foram três produtos: a organização de uma exposição itinerante com 12 painéis registrando a história de vida dos entrevistados (indexada ao IPHAN e publicada a nível nacional); a elaboração de um documentário em DVD com as entrevistas e a produção de um texto em Mangá sobre a trajetória de adaptação dos imigrantes ao Oeste Paulista. ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. 190

8: Mangás imigrantes. Bauru, SP: Canal 6, 2009.

⁸¹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

⁸² Ibid.

⁸³ NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil. Paraná: Londrina, Gráfica Leal Ltda, 2000.

trajetória por meio da recuperação dessa memória de si. Além das fontes já mencionadas, as biografias também merecem reflexão. Borges esclarece que, apesar de historiadores usarem o termo biografia, alguns autores ligados principalmente à Antropologia, preferem o termo “trajetórias”. A biografia tem sido considerada fonte de conhecimento do ser humano, para sua produção (para se escrever a história de uma vida) não há regras ou métodos indiscutíveis, entretanto, como para cada fato, há mais de uma versão, fica patente a impossibilidade de se dominar a singularidade de uma vida. Ou seja, é impossível esgotar o “eu”, assim como é fundamental afirmações comprovadas por fontes. Também não se pode desejar esclarecer o mistério de uma vida a partir de fatos. É significativo o que se encontrou documentado, mas as incertezas, possibilidades e sensibilidade do historiador também são importantes a fim de se aproveitar os vazios e ausências⁸⁴.

É verdade que as análises da obra memorialística, da autobiografia e das entrevistas do documentário, de forma geral, foram apoiadas nos conhecimentos produzidos a partir dos depoimentos orais sendo que grande parte do material também (biografias, reportagens, textos e entrevistas), foram publicados em periódicos que tinham grande circulação entre as décadas de 1990-2020. Tais publicações se deviam ao trabalho de coleta de Irineu de Azevedo Bastos, no “*Diário de Bauru*” em 1997, (periódico que circulou por alguns anos na cidade) e Luciano Dias Pires, no “*Bauru Ilustrado*”, (que circulou de 1976 a 2019, como suplemento mensal do *Jornal da Cidade*)⁸⁵.

Além da documentação citada, ainda foram utilizados artigos e matérias sobre imigração de japoneses, publicados em periódicos da época (1914-58), como *O Baurú* (1914-1925), *Correio da Noroeste* (1931-1958), *Folha do Povo* (1935-1953) e *Diário de Bauru* (1946-1953), que circulavam na cidade. Porém, é preciso considerar alguns cuidados metodológicos na pesquisa com periódicos. Conhecer o jornal, sua linha editorial e suas diretrizes, se faz necessário levando-se em conta que o jornal é resultado de uma montagem em conformidade a interesses diversos. De Luca nos orienta a olhar a série completa dos jornais, a fim de analisá-la na íntegra, percebendo a evolução e as mudanças no decorrer de sua existência⁸⁶.

⁸⁴ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

⁸⁵ Irineu de Azevedo Bastos era formado em Direito, com mestrado em Assentamentos Humanos pela Unesp e Luciano Dias Pires era funcionário da EFNOB e jornalista, porém na cidade, ambos ficaram conhecidos como memorialistas.

⁸⁶ *O Baurú* de 1906, pertenceu a Domiciano Silva e Leoncio da Silveira até 1908, a partir daí com oficinas próprias, passou a Almerindo Cardarelli até 1930; *O Correio da Noroeste* foi fundado em 1931 por José Fernandes (colaborador do *Diário da Noroeste* – empastelado em 1930), juntamente com José Maria Jorge de Castro, tendo João Maringoni, José Aparecido Guedes de Azevedo e Orlando Cardoso como redatores; *Folha do Povo* circulou por mais de 30 anos, fundado em 1933, por José Lúcio da Silva e o *Diário de Bauru* que sucedeu a *Folha do Povo*

A pesquisa nesses periódicos locais foi realizada no Museu Ferroviário de Bauru, onde foi possível esse acesso a série completa de cada um dos quatro jornais analisados. Também foi possível estabelecer a articulação entre os títulos estudados e o universo intelectual, social e cultural, ao qual esses periódicos estavam vinculados;⁸⁷ daí a série de estudos dos periódicos, abrangendo o período de 1914 a 1958.

Apesar da linha conservadora dos jornais (tanto o fundador, quanto o redator do Correio da Noroeste, eram funcionários da EFNOB), as matérias ali publicadas sobre os nipônicos ajudaram a visualizar as trajetórias de vida e recuperar informações para compreensão das mobilizações, redes de relacionamentos, meios para acesso à compra de terras e fixação nos espaços que a cidade de Bauru oferecia. Entretanto, sem essa avaliação crítica do uso desses periódicos pode-se incorrer na adesão de suas abordagens e das autoridades da época, e nos levar a cometer equívocos nas interpretações sobre os sujeitos em questão.

Afora as fontes mencionadas, também foi realizada pesquisa documental envolvendo os processos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/ SP), que trouxeram dados importantes sobre alguns imigrantes nipônicos fixados em Bauru, presos durante o período da Segunda Guerra. Esses materiais foram fundamentais e abriram novas perspectivas para análise do assunto, se desdobrando em valiosa fonte a partir da entrevista⁸⁸ do filho de Nobuji Nagasawa (imigrante japonês), o qual relatou que o pai foi preso político, no DEOPS/SP e considerado traidor da pátria, acusado de substituir o cônsul japonês em Bauru, no início da Segunda Guerra Mundial – prontuário nº 5.957⁸⁹. Também foi por meio de entrevista⁹⁰ que a neta de Chujiro Otake, relatou sobre a prisão do avô (preso político por divulgar a religião monoteísta da Igreja Tenrikyo, em Bauru) - prontuário nº 26.226⁹¹. Tais informações, contidas nessas entrevistas nos conduziram ao livro de memórias e se tornaram fundamentais, abrindo perspectivas e nos direcionando para a busca e análise dos prontuários do DEOPS, alocados no Arquivo do Estado, em São Paulo - material que será analisado no capítulo 2.

em 1946, com Emílio Viegas, José Gomes de Araújo e Nicola Avallone Júnior (sendo o jornal o meio para a candidatura de Avallone a prefeito). Jornais. *Bauru Ilustrado*. Bauru, set., 1983.

⁸⁷ DE LUCA, Tânia Regina de. *L'utilisation des fonds périodiques: réflexions méthodologiques pour un nouvel espace de L'historiographie brésilienne. Matériaux pour l'histoire de notre temps, Nouvelles écritures de l'histoire du Brésil*, v. 3, n. 103, p. 38-42, 2011.

⁸⁸ GODOY, Felipe Eugênio Troiano de; MACHADO, Carolina Seiko. O Japão também é aqui: caderno especial sobre a cultura japonesa em Bauru. Universidade Estadual Paulista. Memorial de Projeto Experimental. Bauru, 2014.

⁸⁹ PRONTUÁRIO 5957. Nobuji Nagasawa. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁹⁰ DOCUMENTÁRIO Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008. Produção de Terezinha Santarosa Zanolchi. Turma de História do Brasil – II Semestre – 2007. [Entrevista concedida a Fabrício Silva e Solange Nágela P. Bezerra]. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 2008, 1 DVD (50,57 min.).

⁹¹ PRONTUÁRIO 26.226. Chujiro Otake. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

A organização desta pesquisa está disposta em três capítulos e considerações finais, sendo que no primeiro capítulo tratamos do contexto histórico e de fatores que desencadearam a saída desses indivíduos do Japão durante a Era Meiji, quando velhas tradições foram reinventadas principalmente, com o objetivo de modernizar o país, com vistas à manutenção do poder. Esse é o panorama da realidade de vida que se colocava para os emigrantes: por meio da integração política, o novo governo adotou, o nacionalismo, passando a disseminar benefícios (econômicos e políticos) e fazendo investimentos no setor educacional para a maior parte da população, porém os gastos militares e outros interesses, fizeram com que grande número de pessoas deixassem o país. Nesse mesmo capítulo, há um estudo da realidade brasileira, no início do século XX, bem como a forma e o contexto em que esses japoneses foram recebidos e suas dificuldades de adaptação, considerando-se o fato de se tornarem uma questão de segurança pública, gerando conflitos entre esses imigrantes e a política nacionalista de Getúlio Vargas que atingia os japoneses — enquanto aliados do “eixo”, assunto que será tratado no capítulo três.

Dando continuidade, o capítulo dois, tem como proposta compreender a trajetória desses imigrantes japoneses em direção às terras do interior paulista. A cidade de Bauru era um atrativo, na medida em que era cercada por grandes fazendas cafeeiras, além de estar no centro do estado e ser o ponto de início da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e ponto final da Sorocabana e Paulista. Apesar de não ser beneficiada com grandes Companhias de Colonização, o local era considerado um entreposto comercial, local de passagem, de trocas, de hospedagem e de articulações comerciais e políticas, nas quais os colonos poderiam visualizar múltiplas possibilidades, além do trabalho nas fazendas de café. Daí a necessidade de análise dos espaços, das oportunidades e dos meios de sobrevivência do imigrante japonês na cidade de Bauru, uma vez que a cidade se distanciava da realidade das demais Zonas (Mogiana, Araraquarense, Alta Sorocabana), as quais receberam investimentos de grandes companhias de colonização. Uma das questões que se coloca é que, sem os investimentos dessas companhias a comprar lotes e revendê-los aos imigrantes, como foi possível à maioria dos imigrantes o estabelecimento na cidade e o acesso à terra ou ao comércio, conforme se tem observado na documentação, periódicos, entrevistas realizadas em documentário ou em fontes diversas? Como as Vilas Independência e Nipônica se transformaram em espaços e refúgios desses imigrantes em Bauru? Também se apresenta nesse capítulo, o processo de instalação das escolas e o projeto de educação dos nipônicos, no início da imigração, uma vez que as escolas de língua japonesa desempenhavam o papel de articular a identidade étnica, pois a transmissão dos conceitos éticos japoneses baseados na cooperação, respeito à hierarquia, confiança e vida familiar, entre outros, ocorria por meio do idioma japonês, projeto barrado com o programa de nacionalização do

ensino, no contexto de consolidação do Estado Nacional. Ainda no capítulo dois, a memória e a cultura são estudadas a fim de analisar como o culto ao imperador e aos antepassados, por exemplo, possuíam singularidades que se expressavam nas sucessivas gerações e dentro de determinadas temporalidades. Assim como o culto do *Kamidana* e *Butsudan* e as festas do *Undokai* e *Bon Odori*, que representavam uma transferência de possibilidade de manutenção desses ritos, de forma ressignificada. Ou seja, esses imigrantes e seus descendentes, deixaram marcas e traços, através das gerações, numa diversidade cultural espalhada pela cidade, gravada em símbolos com significados que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Para finalizar a tese, o capítulo três pretende compreender as consequências da Segunda Guerra Mundial, para os imigrantes japoneses, pois embora essa guerra tenha seu término em agosto de 1945 na Europa e nas localidades sob o domínio alemão, recuperadas pelos Aliados; no Japão, a rendição somente ocorreu em 2 de setembro de 1945. Vários desdobramentos atingiram os imigrantes nipônicos e seus descendentes em diversos países, especificamente no Brasil e em Bauru. As restrições, perseguições e proibições foram além de 1945, o que torna importante trazer à luz as formas de resistência e sua organização, e, as negociações que permitiram a retomada de bens, direitos e instituições confiscadas, uma vez que as consequências decorrentes da guerra não haviam cessado totalmente.

CAPÍTULO I – Imigrantes japoneses: o Brasil como opção!

Tinha as flores anãs, *bonsai* de *satsuki*, que meu pai havia deixado sem que alguém da família desse a mínima atenção. Ao pensar que vendendo-as, poderia obter suficientemente as despesas de passagem, senti-me encorajado. Comecei a preparar-me imediatamente.

Nobuji Nagasawa⁹²

Este capítulo inicial busca compreender o processo imigratório envolvendo os japoneses que se deslocaram para o Brasil. Inicialmente interessa capturar as questões internas vividas pelos países envolvidos (Brasil e Japão), seus interesses, valores e tensões que figuraram nas decisões tomadas pelas partes envolvidas.

No caso do Japão, é preciso recuperar os elementos que impulsionaram o significativo deslocamento populacional de seus súditos em direção a outras regiões do planeta e para as Américas. Os interesses geopolíticos manifestos durante o período da Segunda Guerra Mundial, afetaram os nipônicos em geral e os instalados em Bauru, necessitando compreender retrospectivamente as políticas migratórias definidas pelo Império nipônico.

Inicialmente, pode-se afirmar que as ambiguidades marcaram esse processo que teve início com a Restauração Meiji (1868-1912), que ao implementar uma política de modernização do país, vinculada a reinvenção de velhas tradições (objetivando principalmente ao desenvolvimento industrial do país), trouxe dificuldades de sobrevivência que se tornaram cada vez mais difíceis para os segmentos populacionais desfavorecidos. Foi nesse contexto que o governo japonês deu início ao envio de populações a diversos locais. Porém, as dificuldades na manutenção da imigração de nipônicos para esses países, levou o governo japonês a retomar as negociações com os diplomatas brasileiros para a abertura da corrente imigratória para o Brasil, que se tornou efetiva a partir de 1908.

Assim, na década de dez, o Brasil ainda estava marcado pela crise desencadeada no início da República, que envolvia diversos fatores, entre os quais: a superprodução do café (principal produto de exportação); a querela (por motivos diversos), sobre a incorporação ou não aos cafezais de afrodescendentes - anteriormente escravizados, bem como dos “nacionais”. Dessa forma, as dificuldades de superação desses impasses, acelerou a busca por trabalhadores externos ao país.

⁹² NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil. Paraná: Londrina, Gráfica Leal Ltda, 2000.

As opções tomadas pelas elites e a narrativa construída por esses sujeitos era que existia uma carência de mão de obra, principalmente para o Oeste Paulista, devido a expansão das ferrovias e cafezais. Outro aspecto que merece atenção, é o fato de que a partir de 1924, o governo paulista deixou de subsidiar as passagens de imigrantes nipônicos, entretanto o governo japonês deu continuidade ao processo, provocando uma maior dispersão desse imigrante para a Zona Noroeste. Apesar disso, tiveram que enfrentar a radicalização das elites brasileiras sobre os imigrantes que seriam desejáveis para o país, questão que se arrastou por décadas e resultou na definição da política de cotas, que ficou definida na Constituição de 1934.

Tais tensões eram provocadas por situações adversas, como a aceitação desses imigrantes em face as posições eugênicas e aos projetos de branqueamento do país; as dificuldades de adaptação desses imigrantes no trabalho dos cafezais e, o não cumprimento dos acordos anteriormente firmados. O resultado foi a resistência e as ameaças de deportações que estiveram no cotidiano daqueles que se insurgiam contra abusos contratuais e políticas governamentais restritivas que se disseminaram após 1930, com a ascensão de Vargas ao poder. No caso dos japoneses, o debate foi acirrado assim como as restrições que recaíam sob o grupo, como veremos no decorrer do capítulo.

1.1 Entre a tradição e a modernidade: o Japão que o emigrante deixou em princípios do século XX.

A imigração japonesa ocorreu na era Meiji que teve o seu início marcado por disputas internas. Antes do ciclo Meiji, o Japão passou por dois momentos de desenvolvimento quando o xogunato Tokugawa (1603-1867), abriu pela primeira vez o comércio com o Ocidente. Porém, ao ser derrubado e o governo Meiji fundado, a ocidentalização se completou e a revolução industrial se instalou nos têxteis, trazendo lentamente o fim do sistema feudal⁹³. Mas, o Japão estava ameaçado de desagregação pelo confronto entre partidários do xogunato Tokugawa e seus adversários⁹⁴, de modo que a reunificação do país se ligou ao processo de modernização. Após a guerra de Boshin (1868-1869), quando as forças leais ao xogunato foram derrotadas por

⁹³ SAKURAI, Célia. Os japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 111-139.

⁹⁴ No início do século XIX, a ordem feudal japonesa já vivia uma lenta crise interna, mas a paz de Tokugawa continuava intacta, foi o impacto exógeno do imperialismo ocidental (chegada do comodoro Perry em 1853), que condensou as contradições do estado xogunal e disparou uma explosão revolucionária contra o governo. A intrusão das armadas americana, russa, britânica, francesa, exigindo relações diplomáticas e comerciais, sob a mira das armas, impôs ao *Bakufu* um dilema: durante dois séculos ele instalara em todas as classes do Japão a xenofobia – total exclusão de estrangeiros, mas diante de uma ameaça militar, o Bakufu foi obrigado a conceder a “abertura” do Japão, entretanto, ao fazê-lo ficou vulnerável aos ataques xenófobos vindos da própria Casa Tokugawa. Dessa forma, a corte imperial se reativou e o governo Tokugawa foi ficando cada vez mais incapaz de lidar com as inquietações internas. Diante disso, os feudos do sudoeste conspiraram pela derrubada do governo. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Tradução: Renato Prelorentzou. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

armamentos e táticas militares ocidentais, o poder foi restaurado e o imperador Meiji implantou uma política modernizadora que possibilitou o desenvolvimento industrial do país.⁹⁵

Com uma estrutura social mais flexível, a população japonesa foi capaz de avançar através dos níveis sociais mais facilmente, inclusive com investimentos educacionais. Segundo Sakurai, em 1872 foi decretada a educação compulsória. Em 1889 foi promulgada a Constituição do Império do Japão e, em 1890, o Editto da Educação. Tais documentos formalizaram o processo de modernização do Japão. Além disso, o Editto Imperial da Educação, pelos princípios do confucionismo, deveria manter e reproduzir o império, retomando o mito de origem. Dessa forma, as escolas serviram à promoção da disciplina, da obediência e da subserviência ao imperador. Paralelamente, o setor industrial japonês cresceu implementando o ideal ocidental de capitalismo e o desenvolvimento da tecnologia, enquanto investimentos nas forças militares ajudaram o Japão a se tornar uma potência militar e econômica⁹⁶. Mas, a realidade de vida dos camponeses, a superpopulação e o próprio desenvolvimento tecnológico do campo, trouxeram instabilidade ao país. Ainda segundo Sakurai, somente nos cinco primeiros meses do governo Meiji (1868-1873) ocorreram 173 revoltas camponesas em protesto contra o pagamento de impostos. Também houve protestos com relação ao aumento para nove anos do período de reserva nas forças armadas⁹⁷. Ou seja, as famílias camponesas não podiam contar com a mão de obra de seus filhos jovens. Havia, portanto, um clima de insatisfação popular que acabou por se desdobrar em motins, saques e greves. Ainda havia uma grande extensão de terras que permanecia nas mãos de ricos proprietários. O desenvolvimento da modernização técnica no campo e a concorrência dos produtos agrícolas vindos das colônias do Império Nipônico também prejudicavam os pequenos proprietários agrícolas.

Desde o início da modernização do país, após sua unificação com a nomeada Restauração Meiji (1868-1912), o governo japonês deu início ao envio de populações a diversos locais. Dentre os motivos para a saída forçada do território estão: a escassez de terras (que deslocava a população dentro do próprio território, como a política de colonização da ilha de Hokkaido); a superpopulação, ligada à elevação da qualidade de vida da população japonesa; a diminuição da taxa de mortalidade infantil; a proibição do infanticídio; a alta tributação, que ocasionava o endividamento de lavradores e proprietários; e a crise econômica provocada pela Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. Diante desses fatos e do contexto histórico social, o

⁹⁵ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-41)*, v. I. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011. p. 80.

⁹⁶ SAKURAI, *op. cit.*, 2008, p. 130-139.

⁹⁷ *Ibid.*, 203-204.

governo passou a empreender uma política de expulsão, incentivando a emigração e o trabalho temporário no exterior. Essa realidade de vida fez com que muitos indivíduos deixassem o país sem perspectivas, emigrando⁹⁸ na esperança de um dia retornar. Dessa forma, foram enviadas populações ao Havaí, porém sem muita qualificação (após sua incorporação, foram para o Oeste americano), ao Canadá e ao Peru (contratados para a indústria pesqueira e madeireira), Coréia e Manchúria (para consolidar o expansionismo japonês) e finalmente, para o Brasil, onde trabalhariam nas fazendas de café, como parte da “revitalização” da economia brasileira⁹⁹, conforme podemos ver nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1– Estatística de emigração, 1868 a 1950

	EUA e outros	América Central e do Sul	Sudeste da Ásia	Plano de Colonização da Manchúria	Total
1868-1880	901	...	...	...	901
1881-1890	20.450	...	...	...	20.450
1891-1900	114.617	792	1.314	...	116.723
1901-1910	116.159	19.597	11.173	...	146.429
1911-1920	105.302	40.774	21.199	...	167.273
1921-1930	48.171	85.326	26.336	...	160.036
1931-1940	5.609	96.129	27.636	144.636	274.134
1941-1950	...	1.551	520	125.247	127.318
Total	411.409	244.172	81.768	270.007	1.013.764

Fonte: adaptada de *Waga kokumin no Kaigai Hatten* (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). Volume de Estatísticas. Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971. *Apud* TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. A abertura da emigração no Japão. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. SP: Hucitec, 1992, p. 33.

Tabela 2 – Entrada de imigrantes japoneses em países da América Central e do Sul, 1899 a 1941

Países	Número de imigrantes
México	14.476
Panamá	415
Cuba	686
Brasil	188.986
Peru	33.070
Argentina	5.398
Chile	519
Colômbia	229
Bolívia	202
Venezuela	12
Uruguai	18
Paraguai	521
Outros	4
Total	244.536

⁹⁸ A Câmara dos Deputados do Japão, em 1896, aprovou a Lei de Proteção aos Emigrantes, incentivando a emigração oficial. *Ibid.*, p. 204.

⁹⁹ KIMURA, *op. cit.*, p. 13.

Fonte: adaptada de *Waga kokumin no Kaigai Hatten* (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). Volume de Estatísticas. Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971. *Apud* TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. A abertura da emigração no Japão. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. SP: Hucitec, 1992, p. 33.

A partir das tabelas 1 e 2, pode-se verificar que a quantidade de emigrantes que se dirigiram para a América Central e do Sul (tabela 1) foi expressiva (244.172) e a quantidade de imigrantes que entraram, foi de (244.536), sendo que a diferença nos dois indicadores é mínima (364 indivíduos) e o Brasil recebeu 77% desses indivíduos. Mas é importante destacar a observação de Tajiri e Yamashiro de que o período de duração dessa emigração foi curta e o total de emigrados pequeno se comparado a da Itália que no mesmo espaço de tempo somaram mais de 10 milhões. Segundo os autores, a causa dessa inferioridade numérica são: o atraso do início do processo e restrições impostas aos nipônicos nos países receptores¹⁰⁰.

Sakurai também faz observações no sentido de que realmente havia obstáculos e restrições em alguns países na manutenção da imigração de nipônicos (Canadá, México, Peru e Estados Unidos). Mas em seguida, tais problemas evoluíram para uma recusa explícita, como por exemplo, em 1902 quando o congresso estadunidense proibiu as reivindicações trabalhistas dos trabalhadores japoneses que tivessem propriedade de terras nos Estados Unidos (1907). Como resultado, ocorreram ataques a moradias e estabelecimentos comerciais no Canadá e Havaí. Em 1908, Washington e Tóquio resolvem firmar um acordo de Cavalheiros, conhecido como *Gentlemen's Agreement*, estabelecendo que a proibição de saída dos trabalhadores para os Estados Unidos partiria do próprio o Japão.¹⁰¹ A partir dessa realidade, que apresentava poucas perspectivas, o governo japonês retomou as negociações com os diplomatas brasileiros para a abertura da corrente imigratória para o Brasil, sendo que os acordos para a imigração nipônica com destino ao Brasil tinham uma finalidade certa que era trabalhar nas fazendas de café no Estado de São Paulo.

1.2. Os imigrantes nipônicos e a vinda para o Brasil: as negociações diplomáticas e seus reveses

As tratativas para a vinda de imigrantes japoneses ao Brasil remetem a 1880, a partir do retorno do contra-almirante Artur Silveira da Mota (futuro Barão de Jaceguai) de sua visita à China, ocasião em que buscava fechar um intercâmbio comercial, que em passagem por

¹⁰⁰ TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. A abertura da emigração no Japão. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p.34.

¹⁰¹ SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 208.

Yokohama, propôs um Tratado de Comércio¹⁰². Segundo Dezem, o Brasil havia assinado um tratado com a China em 1890 para trazer imigrantes, pois a Lei nº 97, de 05/10/1892 permitia a livre entrada de chineses e de japoneses no Brasil, fazendo com que o Decreto anterior, de nº 528, de 28/06/1890, promulgado durante o Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca, não tivesse mais efeito. Na verdade, no que se refere a Lei nº 97, o objetivo era executar o Tratado de 1890 com a China e celebrar um Tratado de Comércio, Paz e Amizade com o Japão. Para tanto, José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, foi enviado à China e ao Japão em 1893, a fim de consolidar as relações diplomáticas e contatar indivíduos interessados em emigrar para o Brasil. A missão não teve sucesso, e Ladário escreveu ao presidente Floriano Peixoto, criticando a imigração chinesa e elogiando a imigração japonesa, local onde, segundo ele, havia “melhores e mais econômicos trabalhadores”¹⁰³.

Aos poucos foi se delineando um pensamento mais favorável à imigração japonesa, de tal forma que em Paris, em 1895, foi firmado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, assinado pelos ministros residentes plenipotenciários Arasuke Sone e Gabriel de Toledo Pizza e Almeida, que em seguida, foi encaminhado para o Congresso Nacional e aprovado pela Lei nº 419, de 27/11/1896. No entanto, havia algumas barreiras para a efetivação da emigração, dentre elas, a Lei nº 356, de 1895, baixada em São Paulo, impondo restrições à entrada de imigrantes.¹⁰⁴ Em contrapartida, no Japão, tanto ações oficiais, quanto particulares se organizavam para promover a emigração.

Em síntese, foi longo o período de tratativas entre o governo brasileiro e o japonês para a contratação de mão de obra para a introdução de imigrantes nipônicos, as quais tiveram início no final do século XIX. A partir daí, passou a ocorrer um diálogo diplomático entre o Brasil e o Japão, que se intensificou, até que em 1897 ocorreu a primeira tentativa para o ingresso de mão de obra de imigrantes japoneses.

No contexto brasileiro, o cenário era instável, havia uma crise econômica que prejudicava o país e precisava ser controlada. O presidente à época era Campos Sales (1898-1902) que enfrentava sérias questões: a moeda brasileira desvalorizava-se dia a dia; a inflação atingia níveis insuportáveis; e o café, o principal produto de exportação, passava por uma fase de superprodução interna e baixos preços externos. Para enfrentar a crise, o governo realizou uma renegociação da dívida externa do país com os credores ingleses, pela qual os banqueiros

¹⁰² CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. São Paulo, 1996, p. 12.

¹⁰³ DEZEM, Rogério. *Matizes do amarelo: a gênese do discurso sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 110-111.

¹⁰⁴ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-41)*, v. I. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011. p. 80.

britânicos fizeram um novo acordo financeiro com o Brasil, o *Funding Loan*. Apesar da crise, a lavoura cafeeira continuava com sua produção e o setor exportador continuava lucrando, pois, na lógica dos fazendeiros paulistas, aumentar a produção compensaria a queda dos preços, daí a necessidade de buscar mão de obra nipônica, solução proposta no governo de Rodrigues Alves¹⁰⁵.

Quanto ao governo de São Paulo, Nogueira relata que a princípio absteve-se de promover a imigração nipônica, mas cedeu às pressões dos fazendeiros de café e acabou por assinar em 26/09/1900, no governo de Rodrigues Alves (como Presidente do estado de São Paulo), um contrato com Marciel Sanz de Elorz para trazer 600 famílias nipônicas; porém, o governo japonês não permitiu a saída dos emigrantes. O Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, Manoel de Oliveira Lima, também se opôs à vinda, por entender que eram tipos inadequados para um país que desejava o branqueamento da raça¹⁰⁶, enquanto o Secretário de Negócios de Tóquio, Luís Guimarães, acreditava que a “fealdade” dos orientais, seus costumes e hábitos faziam com que os migrantes necessitassem dos seguintes itens para que se adaptassem: casas de madeira, tatames e cozinhas. Essas observações eram seguidas de mais alertas e críticas no sentido de restringir as contratações e de se ater à mão de obra europeia, que atendia aos anseios de branqueamento da raça e da cristianização¹⁰⁷ deixando claro qual era o propósito da imigração japonesa para o Brasil.

Essas foram as circunstâncias em que as negociações políticas entre Japão e Brasil, sobre a imigração nipônica avançaram, deixando à margem as objeções de parte da diplomacia brasileira. É preciso considerar também que os interesses do Brasil eram amplos. As elites no poder pretendiam, além de transformar o Japão em um mercado consumidor para o café brasileiro, trazer imigrantes para trabalhar na mineração em Minas Gerais, na produção de arroz no Rio de Janeiro e na coleta de borracha no Amazonas e Pará.¹⁰⁸

Assim, o novo Ministro Plenipotenciário Fukashi Sugimura chegou a Petrópolis em 1905 e o Ministério das Relações Exteriores do Japão, publicou seus relatórios com opiniões favoráveis ao Brasil. Tais informações influenciaram Ryo Mizuno (fundador da Companhia Imperial de Colonização Ltda - Kookoku Shokumin Kaisha), a decidir investir no empreendimento emigratório, o qual embarcou para o Rio de Janeiro, chegando no mesmo ano. Entretanto, no Brasil, ainda havia vozes contrárias à migração dos japoneses, como a do

¹⁰⁵ Ibid., p.90.

¹⁰⁶ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo: IEB/USP, 1992. p. 48-53.

¹⁰⁷ LEÃO NETO, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰⁸ Ibid, p. 94-95.

Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, Luiz Guimarães¹⁰⁹, já mencionado anteriormente.

Independentemente, dessas divergências ideológicas e dos imensos estoques de café, em 1906 foi elaborado um plano de intervenção estatal para socorrer a cafeicultura, cujo objetivo era promover a elevação dos preços do produto, assegurando o lucro dos cafeicultores. O chamado Convênio de Taubaté, foi um acordo entre os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que buscava garantir a valorização dos preços do produto que asseguravam a movimentação e o desenvolvimento da economia. Dessa forma, por volta de 1910, a crise dava sinais de arrefecimento, entretanto apesar da baixa nos preços, a produção continuava crescendo, gerando o acúmulo dos grãos em detrimento da paralisação nas vendas.

Em resumo, a realidade que se colocava aos imigrantes que deixavam o Japão apresentava os seguintes desafios: alguns países não aceitavam a imigração e o *Gentleman's Agreement* acabou por proibir a imigração para os Estados Unidos. Mas, no Brasil, com a superação da crise econômica, a procura por trabalhadores para os cafezais tinha continuidade, porém a imigração de trabalhadores europeus já diminuía, em parte, pelo tratamento dado aos próprios imigrantes, haja vista o Decreto Prinetti, de 1902 que proibia a vinda de italianos, devido a superexploração a que estavam submetidos em seus locais de trabalho.

No caso dos japoneses, a maior preocupação das autoridades tinha cunho racial. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura de São Paulo, relatou em ofício a Luís Guimarães que o objetivo do contrato com a Companhia de Emigração Japonesa “não visava à colonização propriamente dita, mas sim um ensaio de braços para a lavoura cafeeira, em vista dos embaraços que ofereciam as nações da Europa para a partida de emigrantes”¹¹⁰.

Finalmente, em 1907, o Governo do estado de São Paulo celebrou contrato com a Companhia Imperial de Emigração Kookoku Shokumin Kaisha, responsabilizando-se pelo transporte e pela instalação de três mil agricultores em famílias com (três enxadas), de no mínimo, doze e no máximo, quarenta e cinco anos.¹¹¹

Assim, o primeiro vapor que trouxe 781 imigrantes japoneses ao Brasil (9 ficaram em São Paulo como autônomos) foi o Kasato-Maru, que partiu do porto de Kobe, no Japão, em 1908,

¹⁰⁹ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-41)*, v. I. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011. p. 87.

¹¹⁰ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-41)*, v. I. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011, p. 28.

¹¹¹ SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 208.

¹¹² e ao desembarcarem no Porto de Santos foram levados para a hospedaria dos imigrantes em São Paulo.

Kiyotani e Yamashiro, ressaltam que os imigrantes do Kasato-Maru, foram encaminhados a seis fazendas distribuídas nas zonas mogiana, paulista e sorocabana, porém antes de um mês, já havia atritos entre eles e a administração das fazendas, que se deviam aos seguintes fatores: más condições de alimentação e habitação, dificuldades de entendimento com a administração (língua e costumes), cafeeiros velhos de reduzida produtividade que acarretavam escassas colheitas (com rendimento abaixo do combinado entre imigrantes e agentes de emigração) e, por fim, descontentamento em relação a companhia de emigração que os iludia com falsa propaganda sobre ganhar dinheiro fácil no Brasil, desconsiderando que os contratos de trabalho traziam exigências quanto a horários, proibições, limitações e fiscalizações¹¹³. Alguns desses fatores iriam se repetir com as próximas levas de imigrantes.

É preciso considerar que tanto para o imigrante europeu, quanto para o japonês, na maioria das vezes, a realidade que se impunha era uma só: ilusões de enriquecimento fácil, perspectivas arrefecidas por uma dura realidade de vida nas fazendas de café, que se manifestavam nos contratos adulterados, nas jornadas estafantes, regime de trabalho semisservil, baixa remuneração, condições de vida precárias, endividamento em armazéns das fazendas¹¹⁴ e, no caso dos japoneses, muito opostas à sua cultura. Tais características eram o perfil desse tipo de expansão capitalista. E no caso do imigrante japonês, além do violento choque cultural (clima, língua, alimentação, condições de trabalho) havia o agravante da questão do “indesejável”, ou seja, se delineava um difícil encontro com o novo e muitas vezes, a inserção em uma sociedade de forma subalterna — como necessário, mas indesejável.

Mas, apesar de toda exploração, rejeição e controle que perpassavam as relações entre imigrantes e fazendeiros, na medida em que a economia cafeeira do Oeste Paulista se difundia a partir da expansão das ferrovias e dos cafezais e quando o café atingiu a maior alta de preços

¹¹² COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *op. cit.* p. 64.

¹¹³ KIYOTANI, Masuji; José, YAMASHIRO. Do Kasato-Maru até a década de 1920. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

¹¹⁴ “Hirano foi um intermediário que viveu na fazenda Guatapará (SP), que foi além em suas funções e libertou os colonos de suas dívidas. Os colonos realizavam compras no armazém da fazenda, mantido pelo fazendeiro, utilizando vales, mas ‘era de espantar os preços cobrados’, e se os imigrantes tentassem a compra em Guatapará ou outro local, viam recusados os papéis (...). Descontente com o fato da obtenção dos lucros abusivos pelo armazém, Hirano conseguiu fazer um acordo com o administrador e aboliu os males causados pelos ‘assaltos’ cometidos durante décadas, voltando os pagamentos aos imigrantes a serem feitos em dinheiro. Em seguida, como representante destes se dirigiu ao mercado de Guatapará e outras localidades, fez vultosas compras de artigos de primeira necessidade e os embarcou no vagão que servia a fazenda, os quais tinham custado a metade do que era cobrado no armazém da fazenda”. (HANDA, Tomoo, *op cit.*, p. 52).

no mercado internacional, houve um maior interesse em mão de obra de outras nacionalidades. Tanto que a partir de 1924, também houve uma maior dispersão do imigrante para a Zona Noroeste. Isso deveu-se ao fato de que foi nessa data que o governo paulista deixou de subsidiar a passagem. Tratava-se de uma nacionalidade dispendiosa (do ponto de vista da distância) e indesejável do ponto de vista da etnia e cultura¹¹⁵.

Conforme demonstrado por Uchiyama e Yamashiro, o governo japonês deu continuidade à política de imigração, ao assumi-la como política de Estado (considerando-se a situação do Japão, do Brasil e do mundo), daí o aumento no número de entradas, o que explica o crescimento a partir de 1925. Entretanto, na segunda metade dos anos 1930, o Brasil adotou a política restritiva à imigração e o Japão intensificou a emigração para a Manchúria e Mongólia. Isso provocou pequena redução da entrada de nipônicos no Brasil,¹¹⁶ situação atestada na tabela abaixo:

Tabela 3 – Entrada de imigrantes japoneses no Brasil, 1908 a 1941

Período	Segundo empresas de emigração	Segundo História da Expansão da Emigração Japonesa no Brasil (18.800 – de 1908 a 1917, antes da fundação da Kaikô)	Segundo o Departamento de Imigração, Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria
1908	797	...	830
1909	...	...	31
1910	906	...	947
1911	...	...	28
1912	2.844	...	2.809
1913	6.948	...	7.122
1914	3.497	...	3.675
1915	...	...	65
1916	13	...	165
1917	4.038	18.800	3.899
1918	5.903	5.903	5.522
1919	2.679	2.679	3.022
1920	982	982	1.013
1921	923	923	840
1922	528	965	1.225
1923	516	891	895
1924	4.985	3.705	2.673
1925	4.912	4.638	6.330
1926	7.639	8.192	8.407

¹¹⁵ SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 208.

¹¹⁶ UCHIYAMA, Katsuo, YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 138.

1927	10.050	9.152	9.034
1928	10.812	11.231	11.162
1929	11.515	14.897	16.648
1930	12.600	13.091	14.076
1931	5.332	5.462	5.632
1932	15.887	15.021	11.678
1933	21.000	23.152	24.484
1934	21.702	22.832	21.230
1935	6.400	5.648	9.611
1936	5.373	5.298	8.306
1937	4.642	4.642	4.557
1938	2.552	2.555	2.524
1939	1.294	1.303	1.414
1940	1.556	1.556	1.471
1941	1.350	...	1.883

Fonte adaptada de: *Waga kokumin no Kaigai Hatten* (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). Volume de Estatísticas. Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971. *Apud* TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. A abertura da emigração no Japão. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 33. (...) Sem dados estatísticos.

Como foi colocado por Uchiyama; Tajiri; Yamashiro, a continuidade dessa política do governo japonês para o deslocamento de seus “súditos” para outras regiões está ligada ao fato de os Estados Unidos terem promulgado a Lei da Imigração¹¹⁷. Entretanto, no período de 1921 a 1924 a situação da agricultura japonesa se complicava, com conflitos entre arrendatários e proprietários de terras e se agravando mais ainda, com o terremoto de Kanto¹¹⁸ (centro nevrálgico da economia do país). Sendo que a partir de 1925, Tokyo procedeu a uma ampliação e reforma do serviço de emigração, portanto, tais medidas representaram o início da emigração como “política de Estado” ou *Kokusaku imin*¹¹⁹. Foi então que, a partir de 1928, constituiu-se no Japão a Sociedade Cooperativa de Província para Emigração Ultramarina, a qual estabeleceu uma subsidiária no Brasil: a BRATAC (Takushoku Kumiai) que adquiriu três terrenos em São Paulo e um no Paraná, realizando loteamentos de 25 hectares para venda a imigrantes.¹²⁰

¹¹⁷ A Lei de imigração de 1924 (*Immigration Act of 1924*), limitava o número de imigrantes admitidos nos Estados Unidos, a 2% do número total de pessoas, com a origem nacional, que já residissem no país em 1890. O objetivo era evitar o crescimento da imigração de judeus, eslavos, europeus do sul e proibir a entrada de asiáticos e indianos.

¹¹⁸ Ocorrido em 1923, destruiu Tóquio, Yokohama, Odawara e adjacências. Uma tromba d’água soterrou vilas inteiras da região do Rio Neppu. Em Tóquio as casas e edifícios destruídos não chegou a 25%, mas um incêndio que se alastrou pela cidade provocou a morte de muitos (38 mil refugiados morreram no terreno baldio de Yokoami, com o fogo iniciado em seus pertences). Calcula-se em cerca de um milhão de mortos, sendo que o exército aproveitou para prender e assassinar anarquistas e socialistas. MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-41)*, v. I. São Paulo: Paulo’s Comunicação e Artes Gráficas, 2011. p. 80.

¹¹⁹ UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 140.

¹²⁰ SOUZA, Adriano Amaro de. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. *Geografia em Atos*, v.1, n. 8, UNESP, Presidente Prudente, p. 123, 2008.

Apesar da atuação de companhias de loteamentos, associações culturais e cooperativas agrícolas, com capital e incentivo japonês, nem todos os imigrantes japoneses tiveram acesso à terra. Tanto na história do Brasil, como na história regional, há composição e apropriação de terras por parte de homens “bons e brancos”, pois o domínio dos meios de produção estava nas mãos de fazendeiros, comerciantes e burocratas.

Os entraves na obtenção de terras remontam a Lei de terras de 1850 que foi criada para torná-la uma mercadoria. Alguns de seus dispositivos vetavam o seu acesso aos escravizados (mesmo que recebessem de herança de seus senhores) e libertos, aos homens livres sem recursos e, aos trabalhadores estrangeiros que imigraram para o país, convém ressaltar que essa situação continuou após a abolição da escravidão. Tal fato deixou marcas em nossa formação econômico-social, tanto do ponto de vista do racismo estrutural, quanto da desigualdade entre classes e da violência estatal contra os de baixo. Logo, o fim da escravidão não se reduziu ao ato formal da Lei Áurea em 1888, visto pela memória consagrada, como concessão da monarquia. Essa perspectiva apagou os diferentes protagonistas que lutaram de diferentes formas, ao longo dos séculos, visando abolir a escravidão, inclusive a casa imperial¹²¹.

É preciso levar em conta as considerações de Vinhas: “a pressão dos de baixo também criou abalos estruturais na ordem vigente; sem ela o sistema já apodrecido poderia persistir por mais algum tempo”.¹²² O autor também destaca que, enquanto velhas formas de produção não morreram e as novas não nasceram, permaneceu a convivência de combinações de exploração de classes baseadas em métodos de coerção econômica e extraeconômica. Portanto, escravizados e trabalhadores livres estiveram juntos na consolidação da classe trabalhadora brasileira (proletariado) — que tem suas raízes sociais em indígenas, negros e imigrantes¹²³.

1.3 As tensões e continuidades da resistência das elites aos amarelos: das primeiras décadas do século XX ao forjamento do paradigma de segurança pública e social

Ainda que a história do Brasil seja repleta de uma sequência de golpes políticos e militares que dificultaram o processo de conquistas democráticas, a luta desses indivíduos pelos direitos civis, políticos e sociais, apesar de avanços e retrocessos, não pode deixar de ser

¹²¹ SILVA, Zélia Lopes (org). **Memória e identidades negras patrimonializadas**: (Brasil - século XX/XXI). Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

¹²² VINHAS, Moisés. **Estudos sobre o proletariado brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 128.

¹²³ Ibid.

considerada como conquista fundamental no processo histórico. Ainda na década de 1930 o país encontrava-se com espaços econômicos de acumulação isolados entre si, e isso dificultava a unificação para o estabelecimento de luta de classes. Foi o golpe de 1930, o responsável pelo início desse processo. Mas, após 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o Estado republicano sob a ditadura do Estado Novo e com práticas autoritárias, se prestava a garantir a ação repressiva do Estado. Entretanto, o que se desejava garantir era uma imagem positiva e hegemônica do país a qual negava a imagem real: pluralidade ética, cultural e religiosa, entre outras.

Com relação às práticas autoritárias e o caráter repressivo do Estado Novo, a exclusão e a deportação funcionavam como mecanismos de ameaças perfeitos a possíveis subversivos e inassimiláveis da ordem instituída. Os imigrantes que não atendessem aos desejos desse Estado autoritário, do ponto de vista de um “cidadão ideal”, eram responsabilizados pelo atraso econômico, desordem, retrocesso, greves e toda forma de desajustes, e, entre eles, os japoneses compunham a lista. Conforme se pode verificar em um dos periódicos da época, existia um plano para a assimilação dos nipônicos (será aprofundado no capítulo 2) que consistia em uma campanha baseada, principalmente, na educação e no ensino em língua portuguesa nas escolas frequentadas por esses indivíduos:

Realizou-se hoje a 1ª reunião dos elementos interessados em promover a campanha em prol da assimilação dos japoneses fixados em S. Paulo. Além do diretor geral do Ensino, estiveram presentes vários jornalistas, professores e elementos de projeção da colônia japonesa.¹²⁴

Na verdade, buscava-se uma identidade nacional única e estática a qual nunca existiu. Ainda que o discurso da elite afirmasse que a etnicidade representava uma traição com propósito de que tais imigrantes aceitassem uma identidade nacional europeizada e homogênea, tais imigrantes resistiram por todos os meios para que fossem respeitadas suas identidades expressas em seus valores e seus modos de vida¹²⁵. Tal resistência pode ser percebida em vários momentos e circunstâncias a partir de atitudes como a linguagem (com a organização de escolas em língua japonesa; a grande resistência à adaptação à língua portuguesa que demonstraram a princípio) e o projeto de retorno ao Japão, que ficou evidente na fala de Ogino que afirmava que “(...) no início uma das principais dificuldades encontradas pelos imigrantes foi a língua. Não porque a língua seja difícil, mas porque os imigrantes não tinham nenhum interesse em

¹²⁴ MARAGLIANO, Junior. O problema dos Kistos. *Correio da Noroeste*, n. 1751, Bauru, 15 nov. 1936, p. 1.

¹²⁵ LESSER, *op. cit.*, 2001, p. 19-20.

aprender o português, pois pensavam em voltar para o Japão”.¹²⁶ Com o decorrer do tempo e o distanciamento do projeto de retorno ao Japão, o caráter de negação foi se diluindo no tempo e a fixação deu lugar ao sonho do retorno. Mas, “[...] a dificuldade de separação com a terra natal levou-os a construir uma forma de vida que pudesse inserir aspectos culturais daquela época na nova realidade”.¹²⁷ Daí a cuidadosa procura pela manutenção de costumes e práticas tradicionais, de forma a não alterar completamente os valores arraigados na cultura nipônica, mesmo diante do projeto eugenista e do nacionalismo que desde o início da década de 1930, provocaram novas tensões que se desdobraram na Constituinte de 1933/1934, assunto que será tratado mais adiante. As narrativas de objeções ou não, se expandem em 1936 para os jornais, que são replicados nos periódicos do interior de São Paulo, consagrando-se nas ações do Estado Novo, sob outro ângulo.

Como foi colocado por Lesser, os imigrantes seriam *diferentsesues*, num país onde o sentido dado a essa palavra descreve algo que se equilibra na linha divisória entre o aceitável e inaceitável. Para o autor, provavelmente, esses imigrantes entenderam que o discurso da elite era ambíguo e além de manipular, modificavam o sistema, tornando-se parte integrante da nação brasileira moderna, à medida que desafiavam as ideias de como essa nação deveria ser imaginada e construída¹²⁸. O sentimento de serem diferentes e, mesmo assim, semelhantes era visível entre os não europeus, que teriam mais a ganhar abraçando uma nacionalidade brasileira uniforme, tal como imaginada, quanto suas novas etnias pós-migratórias. Há que se ressaltar que essas identidades eram múltiplas e contraditórias, sendo que os símbolos disponíveis para serem usados estavam em constante fluxo. O autor também alerta para o fato de que no decorrer o século XX, os integrantes da elite imigrante como estudantes universitários, diretores de colônias agrícolas, proprietários de empresas, intelectuais e jornalistas engajaram-se num discurso sobre o que significava ser brasileiro, criando gêneros orais e escritos, nos quais as diferenças étnicas foram reformuladas para apropriar-se da identidade brasileira, pois sendo brancos se encaixariam numa sociedade tradicional, a qual cobrava a promoção da assimilação.

Em resumo, o projeto de país das elites e burguesia incluía um processo imigratório organizado de acordo com referenciais étnicos que buscavam um branqueamento da população.

¹²⁶ OGINO, Massaro Shiguero. Japoneses estão em Bauru há 94 anos. *Sampi JC NET Nacional*. Entrevista concedida a Adilson Camargo. Disponível em: <https://Sampi.net.br/bauru/noticias/2512543/nacional/2008/01/japoneses-estao-em-bauru-ha-94-anos>. 06 de jan. 2008. Acesso em: 20 out. 2022.

¹²⁷ HASHIMOTO, Francisco; TEIXEIRA, Marco Antonio Rotta. **Um olhar sobre a velhice: Um estudo com os imigrantes japoneses**. In: HASHIMOTO; TANNO; OKAMOTO (Orgs). Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: p. 251.

¹²⁸ LESSER, *op. cit.*, 2001, p. 19-20.

O debate sobre essa questão era mais antigo no Brasil uma vez que havia certa reserva à vinda de imigrantes orientais (chineses, japoneses, etc.) desde o século anterior e com a abolição da escravidão, a política imigratória voltou-se para a Europa, que passou a contar com outras nacionalidades para o trato nos cafezais. Porém, na medida em que a economia cafeeira do Oeste Paulista se expandiu e o café atingiu maior alta de preços no mercado internacional houve maior interesse em ampliar a mão de obra estrangeira, desconsiderando as “preferências” europeias. Foi nesse processo que começaram a ocorrer restrições diversas em vários países sobre esses deslocamentos populacionais, assunto já tratado anteriormente.

Se os nipônicos foram o braço necessário para as lavouras paulistas, devido ao declínio das levadas imigratórias europeias, no início do século XX,¹²⁹ as tensões continuaram uma vez que eram tidos como indesejáveis e perigosos segundo os teóricos do Estado Novo. Os autores também se preocuparam com a questão da mistura racial de origem estrangeira no Brasil, dentre eles o diplomata José Oliveira Vianna, intelectual conservador, historiador, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho no Governo de Getúlio Vargas. Entretanto, a “erudição” de Vianna apoiava-se em racistas europeus como Gobineau e Le Bon. Vianna foi designado para liderar uma Comissão a pedido de Vargas, devido aos boatos que surgiram durante a Assembleia Constituinte¹³⁰ de que o governo havia aprovado o assentamento de assírios (os constituintes exigiram uma investigação formal a respeito de um “povo nocivo” no meio brasileiro)¹³¹. A Comissão também incluía: o antropólogo Roquete-Pinto que, em 1917, já havia atacado os turcos em um livro; Raul de Paula; Nicolão Debané, que já tinha práticas de xenofobia; Dulphe Pinheiro Machado, que era Diretor do Departamento Nacional de Colonização, ou seja, responsável pela colonização, que costumava queixar-se das minorias étnicas como “elementos parasitários”; e Renato Kehl, fundador do Boletim de Eugenia e da Comissão Central Brasileira de Eugenia, cujos modelos

¹²⁹ Os italianos sempre foram maioria entre os imigrantes: segundo Monbeig, entre 1870 e 1940 entraram 946.212 italianos em São Paulo. O equivalente à metade do número dos italianos era o número de imigração de portugueses e de espanhóis, esses últimos voltados para as novas plantações. A imigração atraía também outros povos como romenos, húngaros, turcos e japoneses (10.000 em 1928, 24.151 em 1933 e 21.914 em 1935). Há que se ressaltar que, segundo o autor, entre 1928 e 1937 a porcentagem de imigrantes chegou a 59,1%, e houve redução do número de japoneses, que chegaram a 18,7%, enquanto os portugueses estabilizaram-se em 8,4%. Italianos e espanhóis tiveram uma redução para 2,4% e 1,6%. Já sírios, eslavos e bálticos ficaram em 4,3% do total de imigrantes. Tais fatos estão relacionados à estabilização dos estados do Leste Europeu, à legislação fascista que obstava a saída dos italianos e ao fato de que o Brasil restringia a imigração ao incorporar a Assembleia Constituinte a Lei de Quotas, em 1934, inspirada na legislação norte-americana, com o objetivo de proibir a imigração de japoneses e populações da Europa Central, medidas que coincidiam com as restrições do governo italiano. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec/Polis, 1998.

¹³⁰ Após o Levante de 1932, Vargas tentou a redemocratização do país a partir do novo Código Eleitoral; para tanto, foi organizada a eleição para a Assembleia Constituinte em 1933.

¹³¹ LESSER, *op. cit.*, 2001, p. 124.

eram a Sociedade Alemã de Higiene Racial. Além deles, a comissão era composta por Fidélis Reis, deputado estadual de Minas Gerais; e por Júlio de Revorêdo, que também se opunham a vinda de imigrantes.¹³²

Ainda de acordo com Lesser, o plano assírio teve má sorte de vir a público na Assembleia Constituinte, cujos argumentos nacionalistas fundiam-se com os nativistas. Numa votação preliminar, 2/3 dos políticos aprovaram a proibição de que imigrantes de qualquer nacionalidade única fossem assentados de forma concentrada. Uma cota de imigração foi fixada em 2%, do número de cada nação que havia chegado nos últimos 50 anos, sendo que o governo federal foi autorizado a garantir a integração étnica. Tais debates criaram uma cisão entre proprietários de terra paulistas (que apoiavam a entrada de trabalhadores japoneses) e políticos urbanos (os quais afirmavam que os estrangeiros eram uma das causas dos problemas econômicos brasileiros do pós-30).

A decisão final da Constituinte acabou, inclusive, por abalar as relações entre Brasil e Japão o que alterou as estratégias políticas do governo imperial japonês que se viu obrigado a assumir a imigração para o Brasil, em condições diferenciadas, tanto que houve um aumento nas entradas nesse período¹³³. Essas informações podem ser verificadas, entre as décadas de 1920 e 1940, segundo os dados sistematizados por Sakurai, na tabela abaixo:

Tabela 4 – Grupos étnicos no Estado de São Paulo, 1920 – 1950

Período	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses
1920	171.289	398.797	167.198	24.435
1940	121.162	213.091	155.251	128.957
1950	90.368	145.307	139.438	105.311
1960	105.423	136.332	205.860	111.094
Total	488.242	893.527	667.747	369.797

Fonte: Censos do IBGE 1920 – 1960. Apud SAKURAI, op. cit., 2000, p. 62.

Não era somente políticos, intelectuais, médicos e diplomatas que eram refratários à entrada de imigrantes no Brasil. Para Sakurai, tal impedimento estava respaldado em fatores como o nacionalismo do Estado Novo e o expansionismo militarista japonês (ocupação da Manchúria) que desembocaram na política de cotas, restringindo a entrada de novos imigrantes a partir de 1934. É preciso considerar que, sob o manto da eugenia, o ponto de discórdia com o Japão das potências ocidentais não era a questão racial, mas a concorrência econômica. Ou seja, na verdade, o que configurava o “perigo japonês”, era a conquista de espaços econômicos aliada

¹³² LESSER, *op. cit.*, 2001, p. 127.

¹³³ *Ibid.*, p. 124.

ao militarismo. Tal perigo estaria na possibilidade de as conquistas militares engendram o domínio da raça amarela sobre a branca, desfigurando, dessa forma, os ideais das democracias ocidentais. Ainda segundo a autora, tais imigrantes seriam acusados de serem usurpadores de empregos do trabalhador nacional, possíveis dominadores hegemônicos do mundo e as colônias japonesas que se formaram acabaram sendo taxadas sob o olhar dos eugenistas como quistos étnicos, ao mesmo tempo em que representariam a possibilidade de regular a produção segundo um plano comum: conservar a identidade e promover a cultura e integração. Em seguida, a partir de 1937, um conjunto de decretos buscou disciplinar a vida dos estrangeiros no país, implicando em mais proibições e restrições.¹³⁴

Dentre as restrições, o Decreto-lei 383 de 18.4.1938, vetava atividades políticas à estrangeiros e proibia o recebimento de subvenções, contribuições ou auxílio de governos exteriores, também impunha restrições à circulação de jornais, livros, folhetos, e ao uso dos serviços de radiodifusão em idioma estrangeiro. Para dirigir a Política Imigratória, o Decreto-lei 406 de 4 de maio de 1938, regulamentado pelo Decreto 3010, de 20 de agosto de 1938, criou o Conselho de Imigração e Colonização, que passou a controlar a entrada de imigrantes e a concentração em núcleos coloniais, disciplinou o ensino nas matérias em língua vernácula, a nacionalização dos livros do ensino primário, deu provimento de cargo de professor primário a brasileiros natos, proibiu o ensino de língua estrangeira a menores de catorze anos, a obrigatoriedade do ensino cívico, de geografia e história. O Decreto-lei 868 de 18 de novembro de 1938, instituiu a Comissão Nacional de Ensino Primário e o Decreto-lei 1545, dispôs normas para adaptação de descendentes estrangeiros ao meio nacional¹³⁵.

Entretanto, para deputados e outros intelectuais que se preocupavam com a questão racial, as colônias eram consideradas terrivelmente perigosas do ponto de vista da aculturação, principalmente pelo engajamento e união que proporcionavam, pois representavam o avesso dos planos dos autores¹³⁶.

Quanto “ao perigo japonês”, é preciso trazer as reflexões de Benedict Anderson, sobre a formação histórica das comunidades e suas transformações ao longo do tempo. Quando o xogunato Tokugawa perdeu a legitimidade interna com a penetração ocidental, uma das razões da vitória, foi a incorporação da ciência militar ocidental, porém o isolamento durante séculos, representava ausência de igualdade nos assuntos internacionais. Diante disso, a oligarquia Meiji

¹³⁴ SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 205.

¹³⁵ SHIBATA, Hiromi. **A nacionalização do Ensino e os Japoneses em São Paulo**. In: KASHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (orgs.). **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo: Edusp, 2012. p. 51.

¹³⁶ SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 205.

percebeu que não tinha legitimidade política e a segurança geopolítica do Japão continuava frágil, portanto, um dos meios utilizados para consolidar a posição interna dessa oligarquia, foi uma variante do “nacionalismo oficial”, nos moldes germano-prussiano dos Hohenzollern. Dentre as muitas medidas, o desenvolvimento baseado na indústria armamentista, custou a cobrança de excessivas taxas ao campesinato, mas o programa de modernização armamentista converteu o Japão, no final do século XIX, numa potência militar independente, com a impressão de que essa oligarquia conservadora era representante da nação, ou seja, os japoneses imaginavam-se membros dela. Tal programa foi veiculado pela imprensa e escolas, porém esse nacionalismo assumiu caráter imperialista e agressivo e a expansão imperial do Japão, após 1900, passou a ser considerada uma política de Estado.¹³⁷ Entretanto, foi justamente esse perfil imperialista agressivo que se tornou um dos dispositivos que vieram a colaborar para a repulsa da intelectualidade brasileira e de outros segmentos à imigração de nipônicos para o Brasil.

Nesse contexto, Vargas reconhecia que uma postura de oposição à imigração lhe traria popularidade interna, entretanto, temia que uma ofensa ao governo japonês pudesse levar à proibição da emigração para o Brasil e, conseqüentemente, à redução das relações comerciais entre ambos, além de instigar inquietações entre a população japonesa que residia no Brasil.

Por um lado, isso não impediu que durante a ditadura do Estado Novo, além de comprometer, encobrir e tentar aniquilar as atividades cívicas dos imigrantes, ele utilizasse práticas autoritárias para garantir uma ação mais repressiva do Estado. Cabe frisar que este assunto será tratado no capítulo 3.

Por outro lado, as elites nem sempre foram bem-sucedidas como demonstra Márcia Yumi Takeuchi, no livro *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945) — Inventário DEOPS — módulo III, japoneses*¹³⁸, no qual analisa as discussões políticas sobre o problema da imigração, baseando-se em inventários do DEOPS, enfocando as formas de resistência ultranacionalista e a negociação dos *nikkeis* aos discursos das elites brasileiras, a partir do surgimento da Shindô Renmei. A pesquisa recupera o discurso repressivo da Polícia Política de Vargas durante o Estado Novo (1937-45), por meio de prontuários (dos estereótipos utilizados contra estrangeiros/japoneses).

Entretanto, faz-se necessário recuar ao contexto da Restauração Meiji (1868-1912), para compreender, entre outros aspectos, as origens dessa resistência ultranacionalista. É preciso

¹³⁷ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹³⁸ TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempo de guerra (1939-1945)**. Inventário do DEOPS – Módulo III – Japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial do Estado, 2002.

considerar que algumas soluções visavam o processo de modernização, via escoamento da população. Porém, as famílias que desembarcavam no Brasil (processo ligado também a um projeto de “melhoria racial” do povo brasileiro), traziam impregnadas em si o mito imperial sustentado como política de Estado, símbolos e signos (hino, bandeira e língua), arquitetados discursivamente, principalmente, em favor do nacionalismo, imperialismo e de uma política educacional nacionalista. Além disso, havia uma herança cultural voltada aos valores e tradições — ainda que o Japão dos samurais tivesse se dissipado há muito tempo, pois eles não acompanharam o processo de modernização e toda a reconfiguração social e cultural. Ou seja, uma antiga tradição foi reinventada para manutenção de interesses (manutenção do poder), a partir de algumas mudanças — aproximação com o Ocidente, sua consequente modernização e a construção do Estado-nação. Foi com essa concepção que os primeiros imigrantes, a partir de 1908, deslocaram-se em direção ao Brasil. É preciso utilizar os aportes teóricos de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, deixando claro que essas tradições estavam ligadas ao passado, pois se constituíam a partir de interesses e valores sociais dos indivíduos que viveram esse passado, pois os valores que dão fundamento às tradições passam por transformações, conforme as temporalidades, o contexto, as necessidades, além dos possíveis contatos em sociedades em transformação. Portanto, as tradições podem ser reinventadas a partir dos interesses daqueles que as reinventam, tornando a continuidade com o passado de certa forma artificial e fazendo com que a tradição que teria raízes num passado longínquo, na verdade, esteja permeada de especificidades do presente¹³⁹. Dessa forma, tais imigrantes estavam impregnados de tradições reinventadas na Era Meiji, como: o culto ao imperador e aos antepassados, o respeito à hierarquia, à solidariedade e aos antigos códigos de conduta de samurais, os quais foram essenciais no processo de restabelecimento da monarquia, o que remete ao debate sobre o conceito de cultura para compreender este processo, como já expusemos anteriormente.

Como se pode ver, nos rastros deixados pela marcha do café pelo Oeste Paulista, o sistema capitalista foi se apropriando de diversas organizações de vida para a sua manutenção. Nesse processo, emergiram ambiguidades como as manifestações de caráter eugenista na defesa do branqueamento de um povo e a busca pela homogeneidade nacional. Mas, também emergiram formas de resistência como greves, fugas, reivindicações, organizações políticas e sociais que permitiram a expressão de suas identidades e tradições, como pode-se observar nos capítulos seguintes.

¹³⁹ HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence, (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CAPÍTULO II -A trajetória dos imigrantes japoneses na cidade de Bauru e a construção de identidades possíveis

Chegou finalmente a manhã da partida. A mãe cozinhou arroz com feijão *azuki* para mim, com todo carinho. Para ir de casa à estação Tochigi, caminhava-se direto até o bar conhecido como Koinuma-shôten e dobrava-se à direita e não se podia ver mais minha casa. O irmão Ryôsuke e meus amigos me acompanharam, carregando minha bagagem. Chegando em frente ao Koinuma, de súbito, veio-me a mente: “Talvez nunca mais possa ver a minha casa”. Virei-me para trás e, então, vi minha mãe em frente da casa, sozinha, de pé, imóvel qual uma estátua, olhando-me silenciosamente. Não tive como conter minhas lágrimas. Foi a última vez que vi minha mãe.

Nobuji Nagasawa

A continuidade das reflexões anteriores tem lugar neste capítulo, no qual apresentamos algumas trajetórias de vida e trabalho de imigrantes japoneses em Bauru, desde a sua chegada por volta de 1914 até 1958. Essa localidade também foi destino dos migrantes e imigrantes de várias nacionalidades.

No caso específico dos nipônicos, conjecturamos sobre os espaços e possibilidades que a cidade oferecia, haja vista, que não houve incentivo de grandes companhias de colonização. Por isso são analisados possíveis espaços para a organização da vida, pois com a crise de 1929, muitas possibilidades se abriram com o desmembramento de fazendas. A princípio, essas grandes fazendas cafeeiras, foram atrativas para o deslocamento de indivíduos e com a expansão das fronteiras agrícolas, houve certa mobilidade geográfica dos nipônicos. Apesar de ser considerada “boca de sertão”, a localização geográfica era favorável por estar no centro do estado e representar o entroncamento de três ferrovias, o que tornava a região local de passagem, hospedagem e trocas, com possibilidades de articulações comerciais e políticas. Portanto, buscou-se compreender o processo no qual emergiram novas oportunidades como comércio, prestação de serviços, aquisição de pequenas propriedades para cultivo de algodão, frutas, legumes e hortaliças, dedicação a sericultura e avicultura e mais tarde, a fixação em locais específicos, como Vila Independência e Nipônica como refúgio dos imigrantes japoneses.

Para entender esse processo de inserção na cidade, acompanhamos os interesses sobre a educação de seus filhos entre os primeiros imigrantes nipônicos. Constatamos que ainda havia a vinculação da escolarização primária concluída no Japão, com orientação para uma política educacional nacionalista, herdada da Restauração Meiji (1868) e a organização das associações tiveram em mira suprir a educação dos filhos. Em primeiro lugar, os princípios dessa educação visavam promover a cooperação entre os seus membros e a comunicação entre os núcleos

coloniais. Ou seja, antes da construção das sedes das associações para encontros comunitários e sociais a organização da escola já era pensada no Brasil uma vez que a educação era meio de vinculação e preservação dos valores culturais japoneses, com ênfase na língua. Portanto, as escolas funcionavam mais como articuladoras da identidade étnica, já que a transmissão dos valores, cultura e conceitos éticos ocorriam por meio do idioma. Entretanto, é preciso analisar como esse processo confrontou-se com o programa de nacionalização do ensino, no contexto de consolidação do Estado Nacional e do Estado Novo. Dando sequência, buscou-se compreender como o culto ao imperador e antepassados, assim como santuários domésticos e festividades como *Undokai* e *Bon Odori* se transformaram em possibilidades de manutenção de costumes, valores e tradições de forma ressignificada, com singularidades que se expressaram nas sucessivas gerações.

2.1 A política de fixação dos nipônicos no Estado de São Paulo

Cabe assinalar que a introdução da mão de obra imigrante e em especial do imigrante japonês no Oeste do Estado de São Paulo, deu-se no contexto de expansão do capitalismo, dinamizando a economia cafeeira e introduzindo a estrada de ferro, como meio de transporte, capaz de substituir os ex-escravizados e as mulas. Na região da Alta Paulista, abriu-se uma corrida em busca de terras que pudessem ser apropriadas antes que a Lei de Terras (1850) entrasse em vigor. Perseguindo esse objetivo o mineiro José Teodoro de Souza deslocou-se para essa região. Como não se tratava de espaço vazio, esse “forasteiro” e seus sucessores tiveram que enfrentar os habitantes originários da região, a exemplo dos kaingans que se tornaram o último obstáculo para ocupação destas terras. Após embates ferozes, finalmente houve negociações por uma parte do grupo, entre 1910/1912, para que essa etnia não fosse totalmente dizimada. Entretanto, com a crise do café no contexto da quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, a lei de Terras de 1850, serviu para beneficiar empresas de colonização, que adquiriram grandes extensões de terras, para dividi-las com colonos, porém eles não tinham a posse, mas apenas a palavra, sendo que após ressarcirem as dívidas da viagem poderiam adquirir a propriedade. Mesmo a partir da rejeição, do controle por meio de uma política de cotas e da eugenia, por volta de 1924, houve uma maior dispersão de imigrantes japoneses pela Zona Noroeste. As Companhias de Emigração do Japão, assumiram o controle e passaram a lotear terras na “boca do sertão”, as quais tinham o atrativo de serem baratas, não para benefício do colono, ao que parece, mas para benefício das próprias Companhias.

Entretanto, a formação econômica e social do Oeste Paulista foi edificada a partir de interesses próprios da burguesia cafeeira sem comprometimento com o desenvolvimento econômico e social. A sétima zona - Alta Paulista (de nosso interesse e formada pelas linhas férreas Paulista e Noroeste), estende-se em direção ao noroeste, a partir de Bauru¹⁴⁰. Mas, a trajetória atual da cidade remete ao povoado que teve sua origem em 1856, com as incursões de Felicíssimo Antônio Pereira e de seu estabelecimento na região nesta data. Quem adquiriu terras em divisa com Felicíssimo, foi Antônio Teixeira do Espírito Santo, as quais eram marcadas pelo Córrego das Flores ¹⁴¹ (hoje Avenida Nações Unidas).

O tempo passava e casebres às margens do Rio Bauru se alinhavam, dando formato a um povoado. Fernandes e Domingues relatam que no ano de 1884, Antônio Teixeira do Espírito Santo fez doação de terras (parte das terras da Fazenda das Flores) a São Sebastião e ao Divino Espírito Santo.¹⁴² A doação foi feita para a Igreja Católica e o local posteriormente ficou conhecido como “Baixada do Silvino”¹⁴³, onde se formou o povoado. Quem havia estado na Vila de Bauru algumas vezes era o jovem Azarias Ferreira Leite para a compra e venda de muares, que decidiu ocupar a região após ter visitado a área, anos antes de morar nela de fato, a partir de 1888. Os autores também afirmam que seu objetivo era plantar café, o que conseguiu quando se uniu ao sogro, João Batista de Araújo Leite, formando a fazenda Aureópolis, com 20 mil alqueires (hoje fazenda São Luís). Na mesma época, também se estabeleceu em Bauru José Ferreira de Figueiredo, formando a fazenda Val de Palmas. Até que a ferrovia chegasse, toda a produção-cafeeira tinha que ser escoada, precisava ser transportada em lombo de burros ou carros de boi até a cidade de Jaú, local onde a ferrovia havia chegado em 1887, para que o café fosse embarcado para o porto de Santos.¹⁴⁴

¹⁴⁰ LOVE, Joseph L. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Tradução: Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁴¹ FERNANDES, Edson; DOMINGUES, Luis Paulo. *Fronteira Infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bauru do século XIX*. Bauru, SP: Universo Elegante Produção Cultural, 2018, p. 31-32.

¹⁴² Ibid, p. 32.

¹⁴³ A “baixada” designava a parte mais baixa da cidade, no sentido geográfico, para onde correm todos os rios que a banham, afluentes do Ribeirão Bauru. Já o cognome Silvino, refere-se a Silvino Ferreira, que por volta de 1930, estabeleceu-se com empório, lenhadora e posto de gasolina às margens do Córrego das Flores. O local nas confluências das ruas Alves Seabra, Floresta e São Paulo tornou-se, com o passar dos tempos, um pequeno centro comercial com armazéns de secos e molhados, pequenos mercados, oficinas mecânicas, barbearias, fotógrafos, tipografias, depósitos de materiais para construção, ponto de táxi, bazares, açougues, máquinas de beneficiar arroz, casa de calçados, oficinas de móveis, padaria, borracharia, sapataria, entre outros. A baixada era o primeiro local de contato entre a urbe e os lavradores que vinham à cidade. Era nesse local que desciam das jardineiras procedentes da zona rural para realizarem suas compras. PELEGRINA, Gabriel Ruiz. *Bauru, notas históricas*. Bauru, SP: Canal 6, 2007.

¹⁴⁴ FERNANDES, Edson; DOMINGUES, Luis Paulo, *op. cit.*, p. 33.

Foi dessa forma que o povoado se ampliou ainda mais com novas doações, a partir de 1893, as quais teriam sido realizadas, por Veríssimo Antônio Pereira (filho de Felicíssimo), com 15 alqueires de sua Fazenda Grande¹⁴⁵. Portanto, Bauru obteve áreas para a formação de seu Patrimônio e a Lei nº. 209, de 30 de agosto de 1893, criou um Distrito de Paz na povoação¹⁴⁶. Mais tarde, em 01/08/1896, sob a Lei nº 428, Campos Salles, mandou publicar Decreto mudando a Sede do município de Espírito Santo da Fortaleza para Bauru¹⁴⁷. Porém, nessa época, Bauru não representava mais aquele bairro rural e acanhado do princípio: havia, inclusive, rumores de que talvez uma ferrovia atingisse a pacata vila, uma vez que tinha sido instalada uma linha da Companhia Paulista em Jaú, mais do que nunca, a atração pelo local se fazia cada vez maior.

Como foi colocado, na Baixada do Silvino havia uma grande circulação de pessoas, comércio e mercadorias, local de passagem, de feira de muares, intercâmbio comercial, com ranchos instalados à beira do ribeirão que passava próximo. A descrição de Pessoto, também retrata o local como local de chegada de tropeiros, cujas jardineiras vindas da zona rural tinham ali o ponto de chegada e partida, “como não podia deixar de ser, o lugar foi se tornando um dos principais corredores comerciais do município. Uma verdadeira efervescência comercial despontou ali e assim permaneceu por muitas décadas”¹⁴⁸. José Roberto Negrato, é filho de Victório Negrato (veio da Itália em 1924), a família era moradora e mantinha um comércio no local desde 1942 (dados de 2016 quando foi entrevistado por Pessoto), ele relembra nessa entrevista que ouvia do pai, por exemplo, sobre a passagem da comitiva do presidente Getúlio Vargas, em 1938¹⁴⁹ e descreve o local:

A rua Floresta era a porta de entrada de Bauru, e Getúlio passou pela rua Alves Seabra. (...) Bauru fervia. Mas era um comércio diferente (...). Os moradores da zona rural, principalmente, trocavam frangos, leitões e outros produtos da criação deles por sapatos e outras mercadorias do comércio. (...) Havia até um estacionamento para cavalos na Alves Seabra. Pagava-se o valor combinado e o cavalo tinha sombra e água fresca enquanto esperava o seu cavaleiro¹⁵⁰.

¹⁴⁵ FERNANDES, Edson; DOMINGUES, Luis Paulo. Fronteira Infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bauru do século XIX. Bauru, SP: Universo Elegante Produção Cultural, 2018.

¹⁴⁶ BASTOS, Irineu. A violência na história de Bauru. Bauru, EDUSC, 1996, p. 17.

¹⁴⁷ GABRIEL, Ruiz Pelegrina. Memorial da Câmara Municipal de Bauru, 1896-1996. Bauru, Fergraf, 1996.

¹⁴⁸ PESSOTO, Ana Paula. Baixada do Silvino: a região onde tudo começou! *Sampi.net.br*. Bauru, 3 de jul. de 2016. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2251029/bairros-/2016/07/baixada-do-silvino--a-regiao-onde-tudo-comecou>. Acesso em: 10/08/2023.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ Ibid.

A região da Vila Seabra “passou a constituir reduto dos espanhóis, que tiveram acesso a ela mediante loteamento feito pelo Coronel Manoel Alves Seabra”,¹⁵¹ entretanto imigrantes nipônicos geralmente, concentravam-se nas Vilas Independência e Nipônica. Porém, o comerciante Yoshimitsu Kakuda (92 anos na época da entrevista), mudou-se com a família para a região em 1943 e afirmou ser do tempo em que se pescava no Ribeirão das Flores, além de confirmar a grande circulação de indivíduos: “Minha família tinha uma oficina e um restaurante. Hoje a grande movimentação por aqui é de carros, mas no passado era de pessoas. Era gente para lá e para cá o tempo todo”¹⁵².

Foi dessa forma, com esse ir e vir, de indivíduos em busca de transações comerciais, mercadorias, pouso e negócios, que a formação e desenvolvimento de Bauru foi se consolidando por meio de grandes transformações, com o advento das três ferrovias¹⁵³ (Sorocabana, Companhia Paulista e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil)¹⁵⁴, as quais se ramificaram em meio ao plantio de café e algodão.

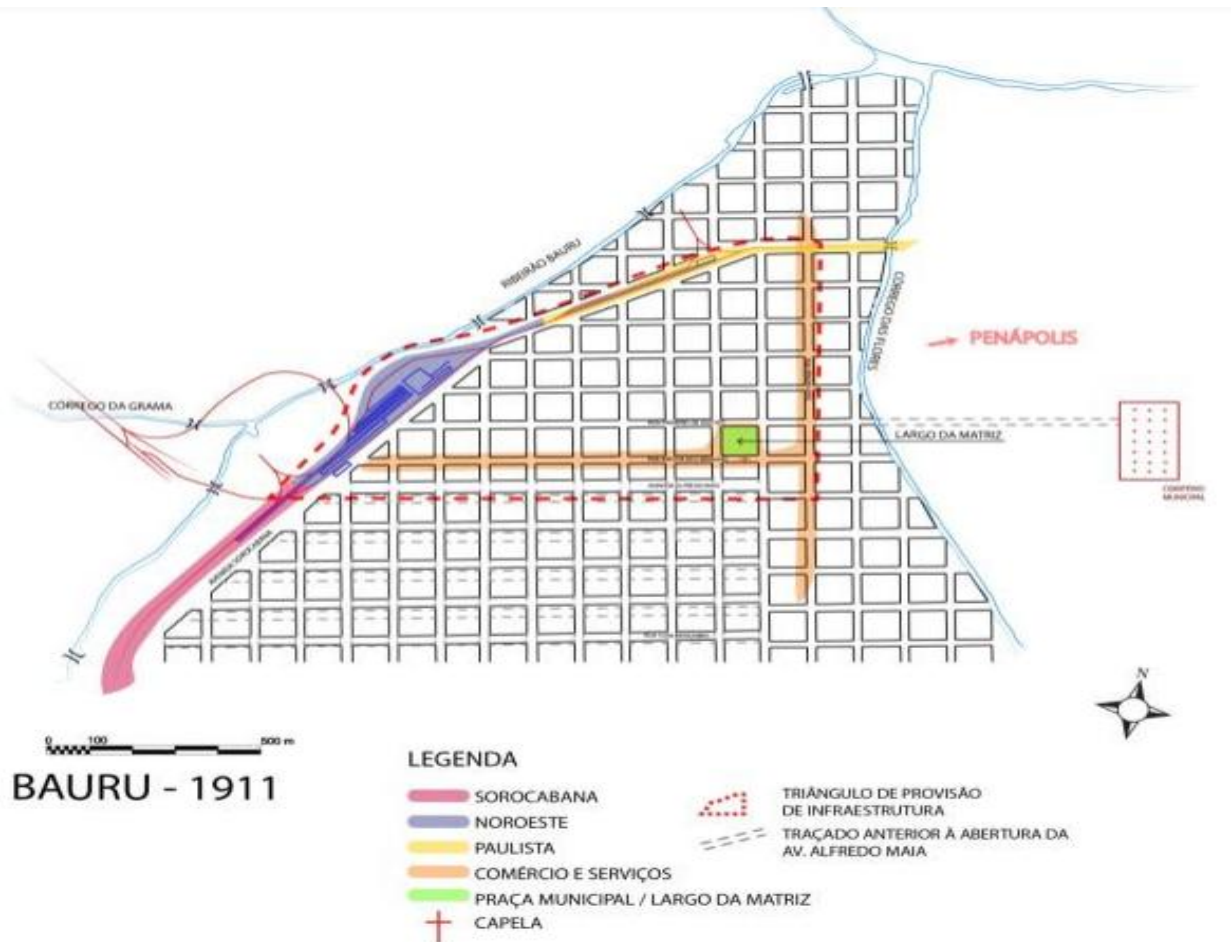
Figura 1 - Mapa da conformação urbana de Bauru no ano de 1911

¹⁵¹ D'ÁVILA, Rosemeire P. Lembranças da Imigração: Cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930). Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 101.

¹⁵² PESSOTO, *op. cit.*

¹⁵³ Segundo Ghirardello, em 1896, o governo estadual baixou dois Decretos: n. 373 que permitia a Cia Paulista de Vias Férreas e Fluviais “prolongar seus trilhos de Dois Córregos, atravessando o Tietê, passando pelas povoações de Pederneiras, Fortaleza, Agudos e terminando em Bauru”. PELEGRINA, Gabriel R.; ZANLOCHI, Santarosa Terezinha. Ferrovias e urbanização: o caso de Bauru. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1991, p.6. *Apud* GHIRARDELLO, Nilson: formações urbanas da Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p.79. O segundo Decreto, n. 374, autorizava as companhias Ituana e Sorocabana a prolongarem suas linhas de Lençóis, com destino à Bauru, também passando por São Paulo dos Agudos. Tais Decretos, permitirão aos fazendeiros que vislumbrem nas cidades de Bauru e São Paulo dos Agudos futuros entroncamentos ferroviários das duas companhias. Também foi discutido de onde deveria partir a estrada de ferro destinada a Cuiabá (Futura Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil). O parecer do Clube de Engenharia, definiu em 1904, São Paulo dos Agudos (já dispunha da Sorocabana e Paulista) ou Bauru (viria a dispor conforme os Decretos de Concessão Estadual nº 373 e 374). Bauru foi escolhida e as obras tiveram início em 11/1905. Segundo relatos, a escolha se deveu ao fato do prefeito de São Paulo dos Agudos ser contrário à ferrovia, tratando com desdém os engenheiros. *Ibid.*, p.81.

¹⁵⁴ Sorocabana, inaugurada em Bauru em 01/07/1905; início das obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 15/11/1905 e inauguração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 08/08/1910. GHIRARDELLO, Nilson. À beira da linha: formações urbanas na Noroeste paulista [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. *Available from Scielo Books*.



Fonte inicial: GHIRARDELLO, 1992. Redesenho: MARTINES, Larissa de Cássia Sartori. EFNOB/BAURU, KM 0: A EFNOB e a expansão urbana de Bauru, pela ótica dos jornais locais - 1905/1940. Relatório final de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. FAPESP Processo n. 2012/08813-8. Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação – FAAC/ UNESP – Bauru, 2013.

Posteriormente, as vias de ferro estimularam o desenvolvimento do comércio na zona urbana e de uma incipiente indústria, a partir do fluxo de indivíduos que transitavam e se hospedavam na cidade ou necessitavam de serviços. Entretanto, não se pode deixar de esclarecer que, principalmente, o avanço dos trilhos da CEFNOB, a partir de 1905 (ligando Bauru ao Mato Grosso), marcou a derrota do povos indígenas e da etnia kaingang, dominante na região, e o confinamento dos sobreviventes da guerra de extermínio, na reserva Vanuïre em Tupã, após mediação do militar Cândido Rondon, o que ocorreu no início da década de dez, abrindo espaço para o colonizador branco que havia usado os bugreiros para “limpar a área”, levando a dizimação de parte do grupo, por invasão de suas aldeias e também contaminação bacteriológica.

Com a instalação das ferrovias os imigrantes se deslocaram com suas famílias para essa região de forma mais acentuada. Portanto, o processo migratório dos nipônicos, deu-se no contexto de expansão da dinâmica da economia cafeeira e pela introdução da estrada de ferro,

sendo que os registros da chegada dos primeiros imigrantes nipônicos à Bauru são de 1914. A princípio teriam vindo para o cultivo de algodão, depois de terem cumprido contratos com fazendas de café espalhadas pelo interior de São Paulo. O período de permanência nessas fazendas era, em geral, de três anos, aproximadamente, locais dos quais muitos fugiam, devido às condições sub-humanas.

No Oeste Paulista, a região Noroeste, teria sido uma das primeiras a agregar colonos japoneses para o cultivo do café. O papel das ferrovias se colocou como fundamental para a economia cafeeira do país como foi tratado por Boris Fausto,¹⁵⁵ Flávio Azevedo Marques Saes¹⁵⁶, entre outros autores, pois elas são abertas em função de interesses cafeeiros e é a partir delas que se irradiava o povoamento da região. Assim, o período entre 1920 e 1950, mais do que representar o avanço da marcha do café para o Oeste Paulista trouxe uma série de transformações, permitindo que as antigas vilas fossem elevadas a cidades.

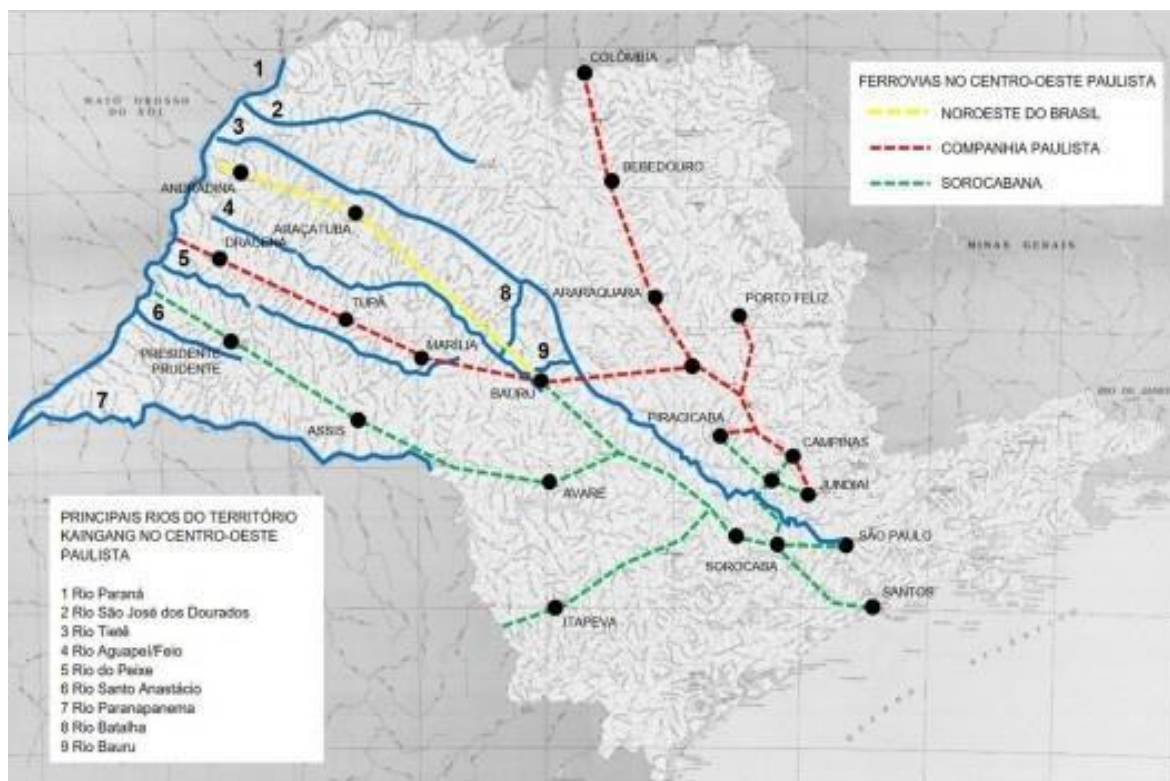
Segundo Vieira, no caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (que servia Bauru), sua constituição se deu a partir do interesse de fazendeiros em 1868, pelo prolongamento da primeira estrada de ferro que ligava Santos à Jundiaí em 1867, sendo que toda a evolução posterior continuará a atender interesses de proprietários do Oeste Paulista. Outra Estrada de Ferro que servia Bauru, a Sorocabana, construída em 1872, ligando São Paulo à Sorocaba (1877), também chegou à Bauru em 1905. E por fim, a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, organizada em 1904, partiu de Bauru em direção ao Mato Grosso, nesse caso específico, precedendo o povoamento da região¹⁵⁷.

Figura 2 - Mapa com principais rios do território Kaingang e ferrovias no Centro-Oeste paulista

¹⁵⁵ FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 190.

¹⁵⁶ SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo 1870 -1940. São Paulo: Hucitec/ INL – MEC. São Paulo, 1981.

¹⁵⁷ VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1973p. 61-62.



Fonte: MORAIS, Livia Zanelli de. Por um equilíbrio de histórias. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 22, n. 257.01, Vitruvius, dez. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/22.257/8341>>.

É preciso acentuar que a penetração e avanço das ferrovias também estavam ligados ao aumento dos loteamentos, das pequenas propriedades e ao desenvolvimento dos núcleos urbanos. Tal fato se deve primeiramente, porque elas garantiam aos pequenos proprietários o escoamento de suas produções e provisões, inclusive porque os loteamentos proporcionavam grandes lucros e abertura de vias de comunicação. Consequentemente, havia uma valorização das terras, o que fazia com que os proprietários retalhassem parte de suas propriedades (reservando as melhores porções – espigões, para o café) e vendendo as regiões impróprias (como fundos de vales para sitiantes)¹⁵⁸. Convém observar que o café ocupava as terras ao longo dos espigões (terras mais férteis):

Os homens, suas culturas e as vias de circulação concentravam-se nos espigões, nas encostas e nos ressaltos que, muitas vezes, os interrompem. As margens dos rios exercem ainda menor atração, ainda mesmo quando atravessam boas manchas de terra roxa. O homem delas se afasta não apenas com medo da malária, mas também das geadas prejudiciais ao café, a principal cultura dos planaltos ocidentais¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Ibid., p.65.

¹⁵⁹ MONBEIG, Pierre. **Os problemas da Divisão Regional de São Paulo**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia. Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954, p. 195.

Diante do exposto, fica evidente que existia uma ordem imposta pelas condições físicas: plantações de café nos espigões, cultura de algodão nos ressaltos e pouco acima dos vales, com pastos e matas ao fundo. Ou seja, o percurso das zonas de povoamento e cultivo no Oeste paulista passou pelo caminho dos espigões entre os principais rios (as ferrovias seguiam esse trajeto estendendo seus trilhos em áreas com solos mais férteis para o café). Por sua vez, as terras situadas nos vales eram rejeitadas – mesmo a terra roxa, devido à malária e geadas, portanto, o relevo parece determinar a exploração e urbanização.

É preciso destacar que só era oferecido trabalho nos municípios de terra roxa aos imigrantes que passassem pela Hospedaria em São Paulo, mas a zona conquistada pelos pioneiros desde 1875, começaria no reverso da *cuesta* (o movimento ultrapassou a terra roxa), sendo que seus pontos extremos eram os arredores de Bebedouro, São José do Rio Preto, de Bauru e de Campos Novos, onde o arroz, o milho e o fumo tinham maior importância do que o café e eram vizinhos da criação de gado, momento em que se revelam novas formas de ocupação¹⁶⁰.

Como visto, Monbeig deixa claro que as ferrovias estavam implantadas nos espigões, seguindo um percurso quase paralelo aos rios, buscando rampas mais suaves, fugindo de desníveis, aproveitando regiões mais planas, evitando o aumento de custos e tempo nas obras (daí a similaridade da implantação das ferrovias em várias cidades – ocupavam as partes baixas e fundos de vales, conforme imagem da figura 4 - ao fundo, atrás dos galpões). O autor também destaca que ao longo de seu percurso, houve a multiplicação da criação de municípios e núcleos urbanos ao longo da linha, no entorno das estações ou até antes delas, sendo que várias companhias de estradas de ferro foram criadas por fazendeiros de café, que organizaram o traçado para garantir o escoamento de sua própria produção¹⁶¹.

Desde 1890, já se desenvolvia uma marcha acelerada dos cafezais em direção aos Planaltos Ocidentais, num processo contínuo que manteve unidos a empresa agrícola, o desenvolvimento ferroviário e o imigrante. Portanto, durante o avanço da frente de expansão é preciso considerar que às oscilações das crises econômicas sucediam-se fases de prosperidade¹⁶².

Independentemente dessas transformações, no Oeste velho, os núcleos urbanos pré-existentes às ferrovias foram articulados ao sistema do complexo exportador quando da

¹⁶⁰ Ibid., p.176.

¹⁶¹ Ibid., p.202.

¹⁶² VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília**. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1973p. 59.

implantação dos trilhos (as estradas reforçam as antigas estruturas do território, acelera trocas, facilita inovações). Já nos territórios do Oeste Paulista, após 1900, são as vias de comunicação que vão suscitar o nascimento das cidades ao seu redor (a própria natureza da indústria ferroviária motivou ao redor de cada estação a valorização das terras que culminou com a urbanização dessas áreas)¹⁶³.

Assim, nos últimos anos do século XIX houve um período de euforia, com grande especulação, resultado de uma política inflacionária, que levou a multiplicação dos cafezais e aumento da entrada de imigrantes, apontando uma prosperidade fictícia, que desencadeou a crise de superprodução de 1900 a 1905, trazendo como consequências: primeiramente, a formação de companhias anônimas que intervirão no comércio interno do café e a busca por parte do governo de empréstimos no exterior.

Dessa forma, a crise favoreceu os capitais estrangeiros que interferiram no comércio de café e financiaram a agricultura paulista, adquirindo grandes propriedades na frente de expansão que avançava para o Oeste ligada ao café e à criação¹⁶⁴. Nessas novas terras cultivadas, o solo não era tão fértil, mas a crise de superprodução de 1900, reestruturou o movimento de penetração e o motor da expansão paulista foi a instabilidade, a fase de depressão estimulou a procura de novas culturas e favoreceu a policultura¹⁶⁵. O desenvolvimento urbano, consequência dos abalos econômicos, conduziu a novos processos de ocupação do solo.

2.1.1 A crise de 1929 – e o surgimento de pequenas propriedades.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), novas plantações foram abertas, nas regiões da Noroeste, Alta Sorocabana e Alta Paulista¹⁶⁶. Entretanto, em 1929, com o avanço dos cafezais na frente pioneira, novamente uma superprodução ameaçava a economia paulista, a qual foi atingida pela crise que se tornou mundial. Diante de tal fato, uma série de medidas foram tomadas pelo Governo Federal, inclusive a proibição de novas plantações, dessa forma, a frente adquiriu novas feições com a expansão da criação de gado e o desenvolvimento da

¹⁶³ MONBEIG, Pierre. Os problemas da Divisão Regional de São Paulo. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia. Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954, p. 202.

¹⁶⁴ VIEIRA, p.59-60.

¹⁶⁵ Ibid., p. 200-201.

¹⁶⁶ Após a construção da primeira estrada de ferro, em 1867, ligando Santos a Jundiaí, fazendeiros de Campinas e arredores passaram a se interessar pelo prolongamento da ferrovia que constituiu-se como Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sendo que a evolução posterior, permanecerá ligada aos interesses desses proprietários do oeste paulista, prolongando-se em direção à Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro, Barretos, Ribeirão Preto, Jaú, posteriormente pela região entre os Rios Aguapeí e Peixe (região de concorrência entre a Noroeste e Sorocabana), mas foi a Cia Paulista que estendeu seus trilhos em direção à Piratininga. VIEIRA, *op. cit.* p. 60.

empresa agrícola cafeeira no Estado de São Paulo, baseada no trabalho livre imigrante, relacionada aos mercados consumidores. Tal desenvolvimento ofereceu a frente de expansão peculiaridades próprias: desenvolvimento das vias férreas “do café” (como escoadouro da produção, seguindo, acompanhando ou precedendo a exploração agrícola); presença do imigrante europeu e asiático como mão de obra e aparecimento e multiplicação da pequena propriedade.¹⁶⁷

De modo similar Monbeig também destaca que o colono imigrante migra de sua primeira zona de trabalho, onde o cultivo já se desgastava e de onde amealhou algum dinheiro para adquirir pequenas porções de terras em regiões da frente pioneira do Oeste Paulista que se contrapõe à região do “velho Oeste”, com novas estruturas como a diversificação agrícola e da propriedade fundiária, bem como a mistura demográfica devido a imigração.

A fazenda continuava a ser uma das formas de povoamento na zona pioneira¹⁶⁸, mas, tal contexto impunha novas atitudes: além dos fazendeiros como empreendedores e incorporadores das terras, surgiram como foi destacado, as companhias loteadoras de terras que determinaram o aparecimento de pequenas propriedades rurais e núcleos urbanos, onde essas novas culturas também foram incorporadas¹⁶⁹. Diante dessa realidade, também é preciso destacar que enquanto personagens como os fazendeiros que se urbanizavam, outros novos apareciam como colonos enriquecidos com dificuldades, pequenos comerciantes estrangeiros, o grileiro, o coronel (representava ao mesmo tempo o dinamismo e empreendedorismo com relação aos negócios, mas também o conservadorismo para manutenção do poder local), tabeliães, juízes e chefes de polícia¹⁷⁰.

Sem mencionar os confrontos armados, desiguais, entre as etnias fixadas na região e bugreiros que resultou em muitas mortes e na expulsão dos Kaingangs, a etnia mais numerosa existente na área. Monbeig, assinalou que o ano de 1900 foi o início do período dos especuladores, do qual participavam fazendeiros como compradores dos grilos ou vendendo suas próprias terras, ou seja, cada vez mais, os loteamentos tornavam-se negócios de sociedades especializadas, ao lado dos fazendeiros, agrimensores e advogados, principalmente após o crack de 1929. Os loteadores, às vezes, exerciam tais profissões e liquidavam os domínios recebidos como pagamento de honorários, também havia grandes proprietários de terras que conservavam para si uma parte de seu domínio e vendiam o restante, assim como empresas de capitais

¹⁶⁷ VIERIA, *op. cit.*, p. 60.

¹⁶⁸ MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/ Polis, 1998 *op. cit.*, p. 201.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 195-197.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 142-143.

exclusivamente estrangeiros (japoneses e ingleses) como a *São Paulo Land, Lumber and Colonization Company*.

Dada a relevância da associação desses interesses, é preciso relatar o caso do Coronel Manoel Bento da Cruz, que dá nome a uma antiga e importante rua de Bauru. Tendo sido vereador e prefeito da cidade por duas vezes, o coronel era um dos que praticavam ações especulativas de terras na região da ferrovia Noroeste do Brasil como sócio da *Companhia de Colonização The São Paulo Land Lumber & Colonization*, fundada em 1912. Ele era responsável pelo parcelamento das terras entre as estações Hector Legru (Promissão) e Araçatuba, num total de 103 quilômetros (acumulava grande volume de terras como pagamento de honorários advocatícios), pois pleiteava grandes glebas para descendentes de antigos ocupantes e grileiros, ficando com grandes extensões. Também influenciava engenheiros da EFNOB, objetivando a valorização de suas terras como na escolha do local para a estação de Penápolis ¹⁷¹, conforme relato de Barros: “Por volta de junho de 1907, a pedido de Manoel Bento da Cruz, os engenheiros da ferrovia localizaram uma estação nos Campos de Maria Chica, junto a propriedade rural do próprio Manoel Bento da Cruz” ¹⁷².

Diante de tais fatos, o Coronel ficou conhecido como “plantador de cidades”, pois comercializava desde grandes extensões, até pequenos lotes parcelados. Entretanto, é preciso acentuar as práticas utilizadas pelo coronel para “superar determinados obstáculos”: usava a força no processo de incorporação das terras, comandava bugreiros e homens armados para afastar antigos ocupantes de terras para expandir seus domínios e massacrar indígenas¹⁷³. Além dessa, também havia outras companhias loteadoras que atuavam no Oeste paulista como a Companhia de Terras do Norte do Paraná, Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (subsidiária da Estrada de Ferro Araraquarense) e Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada (BRATAC). Quanto a esta última, segundo Monbeig, trata-se de companhia inteiramente japonesa fundada em 1929, cujos objetivos eram: compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, fundação e exploração de núcleos coloniais, introdução e localização de imigrantes, construção e exploração de estradas de ferro, rodovias e outros meios de comunicação, exploração de terras e atividades inerentes à colonização. Em 1939 a sociedade possuía em São Paulo e no Paraná 86.980 alqueires com investimentos no valor de 43 milhões de mil-réis. Por

¹⁷¹ GHIRARDELLO, Nilson. A Beira da linha: formações urbanas na Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/z3/pdf/ghirardello-9788539302420-03.pdf>

¹⁷² BARROS, Fausto Ribeiro de. Esboço da marcha do povoamento do Estado de São Paulo. In: São Paulo em quatro séculos. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1954. *Apud* GHIRARDELLO, Nilson. GHIRARDELLO, Nilson. A Beira da linha: formações urbanas na Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/z3/pdf/ghirardello-9788539302420-03.pdf>

¹⁷³ Ibid.

meio das cooperativas agrícolas e de um banco a companhia prestava diversos serviços aos sítiantes, controlando-os (mesmo após o pagamento das propriedades). A empresa montou nas diversas colônias máquinas de beneficiar arroz, despolar café, descaroçar algodão, fiações para seda, serrarias, refinações de óleo vegetal, fábricas de gelo. A Sociedade estava ligada a exportadores de algodão para o Japão, organizava escolas, hospitais, subvencionava associações culturais. Tal poder era fecundo e estava seguramente destinado à colocação de um povoamento japonês – não sendo sem fundamento certa inquietação causada pela colonização nipônica¹⁷⁴.

Vieira destaca o papel das grandes empresas estrangeiras de colonização inglesas, inclusive a *São Paulo Lumber & Colonization*, que retalhou 15 mil alqueires na Noroeste; japonesas como a Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC) e a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (desdobramento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro) que comprou e dividiu fazendas na Alta Sorocabana e Alta Paulista. Também é preciso considerar que para a autora, um dos aspectos peculiares da frente de expansão, seria o aparecimento e multiplicação das pequenas propriedades ao lado das grandes plantações de café e criações. Tal aspecto teria sido impulsionado pelo apoio e subsídio à imigração por parte do governo do Estado, além da colonização estimulada pela iniciativa particular de fazendeiros e sociedades colonizadoras nacionais e estrangeiras (japonesas e inglesas)¹⁷⁵.

Conforme ressaltado, foi nesse quadro de disputas pelas terras da região que se deu a entrada em 1908, de imigrantes japoneses no país. Segundo Sakurai, entre 1908 e 1923 migraram 31.414 pessoas. Entretanto, a grande concentração de emigrados nipônicos para o país, deu-se principalmente no período entre 1924 a 1934. Tal aumento estaria relacionado ao fato de o governo do Estado de São Paulo deixar de subsidiar as passagens de migração e o governo do Japão assumir a continuidade do processo, o que proporcionou um aumento significativo, resultando em altos índices de entradas¹⁷⁶, conforme pode-se verificar na tabela abaixo:

Tabela 5 – Imigração de japoneses no Brasil por período (1908 a 1941)

Período	Número de Japoneses	Média de imigrantes/ ano
1908-1923	31.414	13,4%
1924-1941	137.572	67,1%
Total	168.986	

¹⁷⁴ MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Editora Hucitec/Polis. São Paulo, 1998, p. 238-239.

¹⁷⁵ VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 66.

¹⁷⁶ SAKURAI, Célia. Imigração tutelada: os japoneses no Brasil. Doutorado em Antropologia, Unicamp, IFCH, Campinas – SP, 2000, p.61-62.

Fonte: SUZUKI, 1969, p. 16 *apud* SAKURAI, Célia. Imigração tutelada: os japoneses no Brasil. Doutorado em Antropologia, Unicamp, IFCH, Campinas – SP, 2000, p.52.

Os dados apresentados por Sakurai são importantes na medida em que permitem verificar que entre as décadas de 1920 e 1940, além do aumento de 106.158 imigrantes, o que corresponde a 53,7%, no período seguinte, na década de 1950, percebe-se os reflexos causados pelo pós-Guerra, quando os números tendem a diminuir, porém ainda são significativos¹⁷⁷. No quadro abaixo, a autora baseia-se em dados de Suzuki para apresentar a mobilidade dos imigrantes japoneses pelo Estado de São Paulo, no período entre 1915 e 1955, deixando evidente o decréscimo da Borda do Planalto (antiga região cafeeira), passando de 53,9 em 1915 a 3,4 em 1955 e a grande e crescente concentração na região da Noroeste, onde a mobilidade passa de 5,9 em 1915, aumentando sucessivamente entre as décadas de 1920 a 1930 (28,8 e 30,6) para começar decair somente no final da Segunda Guerra, em 1945 com 21,8.

Tabela 6 – Mobilidade dos imigrantes japoneses no Estado de São Paulo (1915 a 1955)

Local	Ano				
	1915	1925	1935	1945	1955
Borda do Planalto*	53,9	20,0	13,3	6,2	3,4
Litoral	4,6	12,1	6,3	3,7	3,5
Cercanias de São Paulo	1,2	3,6	5,2	7,6	11,8
Noroeste	5,9	28,8	30,6	21,8	12,3
Sorocabana	0,9	7,4	9,1	11,6	7,6
Alta Paulista	0,5	1,9	15,2	19,6	14,4
*Antiga região cafeeira – Oeste paulista					

Fonte: SUZUKI, 1964, *apud* SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: BÓRIS, Fausto (org.). Fazer a América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 231.

Como foi colocado, em 1928, no Japão, constituiu-se a Sociedade Cooperativa de Província para Emigração Ultramarina, a qual estabeleceu subsidiária no Brasil, a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda – BRATAC, que foi uma das empresas de colonização, surgidas nas colônias japonesas no Oeste Paulista, como as localizadas no município de Bastos, Mirandópolis e Pereira Barreto.¹⁷⁸ Ou seja, a ação das empresas de colonização e fazendeiros especuladores provocaram uma mudança na estrutura fundiária, na medida em que os fazendeiros detinham o controle sobre a produção e comercialização do café e controlavam o processo e o avanço da frente pioneira. Porém, a partir das primeiras crises econômicas do café, muitos fazendeiros se tornaram loteadores (cedendo lotes a sitiantes), assim como as

¹⁷⁷ No período de 1952 a 1963 (embora esteja fora do recorte temporal da tese), o número de imigrantes foi de 45. 650.

¹⁷⁸ SOUZA, *op. cit.*, p.27.

companhias loteadoras também irão disponibilizar pequenas propriedades transformando a estrutura social.

Monbeig também demonstra a distribuição dos imigrantes pelas regiões de grandes plantações: entre 1898 e 1902, por exemplo, cidades da região da Mogiana (Ribeirão Preto e São Simão) e da Paulista (São Carlos, Araraquara e Jaú) receberam mais de 1/3 do total do Estado¹⁷⁹. Ainda que regiões de terra roxa mais antigas continuassem recebendo mais de 20% dos imigrantes, o autor também destaca que a dispersão deles para zonas mais novas dos planaltos ocidentais, nos períodos seguintes, entre 1926 e 1930, também se deu na região da Noroeste, que recebeu a maior concentração de imigrantes (26,6%), seguida pela Alta Sorocabana com (7,4%) e Alta Paulista com (5,8%)¹⁸⁰.

Entre 1898 e 1929, segundo Bassanezi, mais de um milhão de pessoas deixaram a Hospedaria dos imigrantes em direção ao interior do estado - o volume de saídas para o interior variou entre 6.018 (1903) e 105.409 (1929). Também é preciso considerar que dos 136 municípios paulistas existentes em 1890 - dos quais 24 localizados no interior, receberam mais de 10 mil trabalhadores encaminhados pela hospedaria no período de 1898 a 1929 e absorveram 80% dessas pessoas e que dentre os municípios de lavouras cafeeiras mais antigas e mais novas (três deles receberam mais de 90 mil pessoas, naquele período) – Bauru, Jaboticabal e Ribeirão Preto. A autora também indica outro índice referente ao período de 1921 a 1929, quando foram para a lavoura 433.732 pessoas alojadas na Hospedaria de Imigrantes. Os territórios de Bauru, Jaboticabal, Campos Novos Paulista, Ribeirão Preto, Santa Cruz e Lençóis Paulista (correspondendo em 1890 em seu conjunto), receberam mais da metade, sendo que Bauru e Jaboticabal absorveram 21,4% e 10,8% desses indivíduos. Bauru que começou a aparecer na lista dos trabalhadores enviados para o interior em 1905, passou a contar com 21,4 dos 433.732 trabalhadores enviados entre 1921 -1929 ¹⁸¹.

Apesar de os primeiros imigrantes japoneses, sonharem com o regresso, a dura realidade e o passar do tempo e dos anos, faziam com que a terra natal, o Japão, ficasse cada vez mais distante. Entretanto, convém observar que três valores eram importantes para esses primeiros imigrantes japoneses: educação, religiosidade e família e tais alicerces, serão a base na qual se sedimentarão as colônias e se desenvolverá a preservação da identidade dos primeiros

¹⁷⁹ MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/ Polis, 1998, p.172.

¹⁸⁰ Ibid., p. 193-194.

¹⁸¹ BASSANEZI, Maria Silvia C.B. “*Collocação de imigrantes*” – Os números e destinos dos alojados na Hospedaria de Imigrantes da capital paulista (1898-1929). In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFSCAR, 2021, p. 73.

imigrantes.¹⁸² Foi diante desse contexto e dessa realidade, que a resistência dos primeiros imigrantes nipônicos foi se construindo na medida de suas forças em redes de solidariedade que permitiam desde a organização de Cooperativas, Associações e Colônias, visando cada vez mais a manutenção das tradições, cultura e religiosidade, até rebeliões, reivindicações, fugas e protestos.

De forma geral, a fixação dos imigrantes nipônicos ocorreu, a princípio nas fazendas, mas com o decorrer do tempo, na medida em que os contratos iam sendo cumpridos nessas fazendas, os imigrantes passaram a se fixar na zona urbana, ou próximos a ela, em pequenas propriedades ou chácaras. Dessa forma, a vida foi se organizando em espaços de sociabilidade e em redes de solidariedade na própria urbe.

2.2 “Espaços japoneses” em Bauru: economia e sociedade

Em Bauru, havia grande quantidade de indivíduos deslocando-se em busca de novos espaços e possibilidades, conforme citado, os quais acabaram por fixar-se em pequenas propriedades ou na zona urbana que oferecia essas possibilidades devido ao entroncamento ferroviário que estimulava o ir e vir de indivíduos, fomentando o desenvolvimento do comércio e prestação de serviços.

A princípio, os primeiros imigrantes japoneses que chegaram em Bauru em 1914, se dedicaram ao cultivo de algodão depois de terem cumprido o contrato nas fazendas de café no interior do estado de São Paulo, como já foi colocado. Kosaka relata que esse foi o caso de Massaki Kuwana, vindo da província de Kochi, que se fixou na zona rural, na Fazenda Brasília. Em seguida, chegou à cidade Issoshiti Sawao, abrindo um hotel em frente à estação ferroviária¹⁸³ Outro exemplo de imigrante que veio para trabalhar nas lavouras e se estabeleceu no ramo de hotelaria foi o do avô de Kosaka:

¹⁸² Aqui pensamos a questão da identidade vinda no bojo de um processo que envolveu costumes, tradições e modos de vida que foram repassados por meio de profundos laços familiares, que penso ser mais abrangente que educação. Um belíssimo trabalho sobre identidade, cultura e maturidade é o do professor Hashimoto. Ao existir no mundo, no contato com seus semelhantes, o ser humano vai constituindo o mundo e a si mesmo, nesse seu existir ele sofre a influência da cultura a qual pertence, ou seja, primeiro o indivíduo observa os modos de vida da comunidade que o recebe, depois os reconstrói. Porém, a temporalidade que dificulta a projeção para o futuro não permite vislumbrar outras possibilidades de ação. Nesse sentido, a recuperação e valorização das experiências podem constituir formas de reconstrução de uma nova fase, com outros significados, e no sentido da sustentação da vida. Nesse aspecto, a idade na cultura japonesa é muito valorizada, pois cada etapa vencida no desenvolvimento do ser humano significa a conquista do respeito pelo acúmulo de experiências e vivências. O ser humano alcançou um estágio dos mais relevantes em sua vida, a tal ponto de líderes políticos, religiosos e executivos serem mais velhos que no ocidente. HASHIMOTO, Francisco. Ventos de Outono: Uma fenomenologia da Maturidade. Tese de Doutorado. São Paulo: FFCL/USP, 1997, p. 56-57.

¹⁸³ KOSAKA, Júlio Akio. Lavoura e pioneirismo hoteleiro. *Jornal da Cidade – Viva Bauru* (Edição Temática Comemorativa). Bauru, 01 de ago. 2010.

Os primeiros imigrantes sofreram demais as agruras das diferenças culturais, tiveram que ir para o trabalho braçal. Meu avô, que veio alguns anos depois, se estabeleceu no ramo de hoteleiro, com o Hotel Progresso, situado na praça Machado de Melo. Apesar da dificuldade com a linguagem, os japoneses foram pioneiros no ramo hoteleiro em Bauru. A primeira pensão construída na cidade, localizada em frente aos trilhos da Noroeste do Brasil, era de propriedade de Issohiti Sawao, que migrou para Bauru em 1915. A história deste empreendedor nipônico, aliás, exemplifica a determinação que os japoneses tiveram para sair das lavouras rumo a profissões mais promissoras e menos desgastantes¹⁸⁴.

Figura 3 - Hotel Sawao e Hotel Progresso



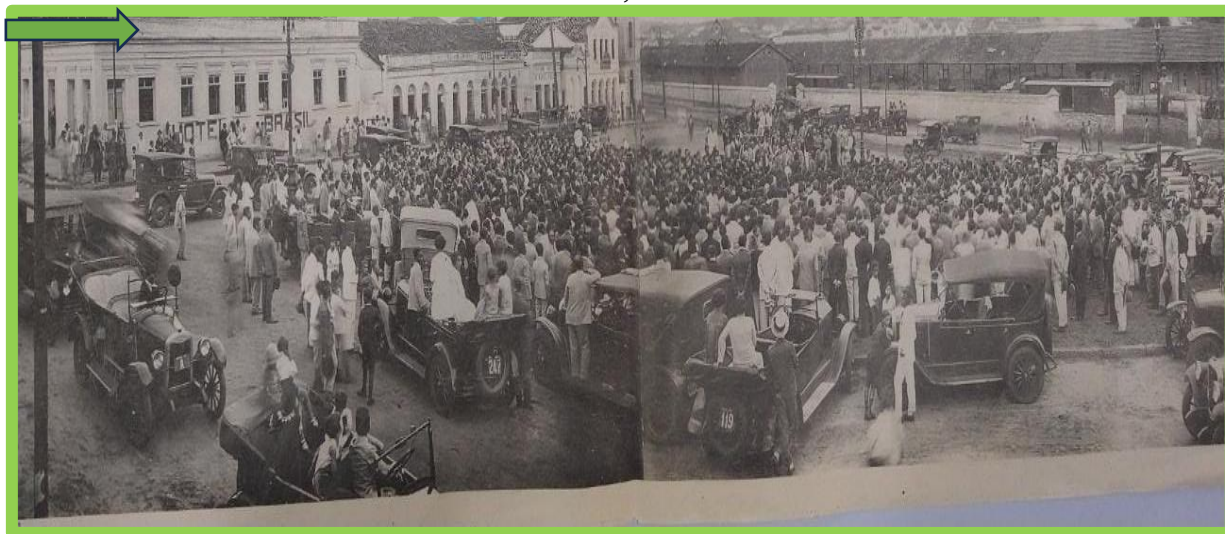
Fonte: *Bauru Ilustrado*, 1990. Museu Ferroviário de Bauru.

Conforme pode-se verificar na imagem acima, o hotel Progresso (de propriedade de Kosaka) e o hotel Sawao (de propriedade de Sawao), ambos imigrantes japoneses, localizavam-se em um ponto estratégico da cidade (em frente à Praça Machado de Melo), local de passagem de indivíduos e ponto de carroceiros e veículos de aluguel, em frente à gare (estação). Logo abaixo dos hotéis, conforme pode-se verificar na figura 4 (imagem ao fundo), havia as linhas férreas, a estação e oficinas da EFNOB (imagem ao fundo), inauguradas em 1921 e após a estação da EFNOB¹⁸⁵, havia também as entradas de duas outras estações: Paulista e Sorocabana.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Em 1935, outra proposta para a estação foi deferida, com feição distinta dos anteriores. Sua sede em Bauru deveria deixar isso claro através de uma arquitetura “moderna”. A envelhecida linguagem eclética e historicista, muito popular na Velha República, seria alterada por um projeto novo, com receituário considerado contemporâneo e “futurista”, deixando claro que outros pressupostos estavam regendo a estrada de ferro. O período Getulista de 1930 a 1945 “voltado a um Estado forte, nacionalista e centralizador”, buscou uma arquitetura institucional que se diferenciava daquela da Velha República e isso fica expresso em várias obras. Os dois andares superiores seriam destinados aos escritórios centrais da NOB, que precisavam de mais espaço devido ao crescimento da ferrovia, do trabalho e da ampliação do número de funcionários. No térreo funcionariam os serviços de tráfego de passageiros, tendo ao centro a NOB e nas laterais, com plataformas próprias, a Estrada de Ferro Sorocabana e a Companhia Paulista (aportada em Bauru em 1910), transformando a cidade no maior entroncamento ferroviário do interior do país. GHIRARDELLO, Nilson. A nova estação da Estrada de Ferro

Figura 4 - Vista parcial da Praça Machado de Melo¹⁸⁶, hotéis, estação e trilhos da EFNOB, 1928



Fonte: *Bauru Ilustrado*, 1928. Museu Ferroviário de Bauru.

A imagem acima (figura 4)¹⁸⁷ foi utilizada para a identificação da localização estratégica dos hotéis, (em frente à estação e trilhos da NOB – localizadas na parte baixa da cidade). Tratava-se, portanto, de um dos melhores lugares da cidade em termos de comércio, muito valorizado, indicando que as famílias japonesas tinham condições para se instalar e gerir um negócio nessas proporções, o que se pode verificar pela escolha em um local de passagem e de fácil identificação para imigrantes japoneses e demais clientes, daí a identificação da fachada em *kanji* (caso do hotel Sawao) e em português (figura 3). Essa disposição das três estações que se abrem para a Praça Machado de Melo, onde se localizavam dois hotéis Sawao e Progresso, permitia a circulação de possíveis hóspedes, trabalhadores, viajantes, prestadores de serviços que possibilitavam: contratação de alugueis de carros e carretos das carroças; compras de ambulantes; em armazéns de secos e molhados e inclusive, a realização de refeições e fechamento de negócios, para atender a demanda de viajantes e das famílias que viviam em

Noroeste do Brasil (NOB) em Bauru, símbolo arquitetônico e político de uma ferrovia estratégica. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 114-141, janeiro-junho de 2020.

¹⁸⁶ Machado de Melo foi o Engenheiro a quem a EFNB contratou para os serviços de construção da linha e os equipamentos da França, à *Comapgnie Générale de Chemins de Fer et de Travaux Publics*, que no Brasil empreitou os trabalhos à Empresa Construtora Machado de Mello. GHIRARDELLO, Nilson. A Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. In: GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 38.

¹⁸⁷ O momento retratado nesta segunda imagem não fazia parte do cotidiano, mas tratava-se de um comício realizado em 1928 para candidatura de Cardoso Mello Neto, em campanha no que foi denominado de “Caravana Democrática”. O comício foi realizado na praça Machado de Melo, local central da cidade, um ponto de encontro, passagem e centro comercial. Na imagem ao fundo, onde estão localizados os galpões, seguem os trilhos, perpendiculares a um dos córregos que banha a cidade.

Bauru, como consequência dos inúmeros empregos diretos e indiretos, criados pelas estradas de ferro. Portanto, tanto o fluxo de pessoas que passavam pela cidade nas viagens de trem, quanto os milhares de trabalhadores das ferrovias, despertaram e fortaleceram os negócios naquele espaço (praça) que se tornou o centro da cidade. Para se ter uma ideia do fluxo de indivíduos que transitavam pelo local, o *Correio da Noroeste* trouxe um comunicado baseado em dados da Delegacia Regional de Polícia de que:

(...) nos 24 hotéis de diversas classes e nas 16 pensões, existentes em Bauru, nada menos de ...18.345 pessoas se hospedaram durante o período compreendido entre os meses de julho e dezembro de 36, assim distribuídas: julho, 3.077, agosto, 2.901, setembro, 2.856, outubro 2.989, novembro, 3.298, e dezembro, 3.284. Para se ter uma ideia aproximada do número de forasteiros que diariamente desembarcaram em Bauru, vindos de todos os pontos do Estado, bastará verifica-se a média diária dos que se hospedaram nos hotéis e pensões: cerca de 8 mil por mês, isto é, 100 pessoas diariamente. É preciso que se note: não se contam ali os que passam horas ou mesmo o dia todo na cidade (...). Não será avançar muito, se afirmarmos que ficam em Bauru, diariamente, umas 250 pessoas¹⁸⁸.

Quanto à imagem do local e dos hotéis é preciso esclarecer que pensamos a fotografia como importante documento rico em detalhes e revelador de informações que podem aflorar emoções e rememorar cenas e cenários de vidas passadas, ajudando a compreender as particularidades dos sujeitos ilustrados nas imagens. Porém, há que se ressaltar que tudo precisa ser observado atentamente. Com relação ao uso da fotografia como fonte histórica, Lima e Carvalho nos alertam que é importante levar em conta seus usos sociais: “A fotografia serviu de base para a construção de representações, cuja função era fornecer os elementos idealizados de uma suposta fundação da identidade cultural paulistana, paulista e nacional”¹⁸⁹. Segundo as autoras, na década de 1970, Roland Barthes, a partir de uma abordagem semiológica, colocou em outros termos o que a sociedade colocava como prova, verdade ou testemunho. Ou seja, a fotografia passou a ser compreendida não mais como verdade, mas como marca ou índice (signo), que define como vestígio do objeto que lá esteve — o referente, o qual pode interagir com aquele que interpreta o signo. A partir daí, as imagens podem ter um significado diferente para cada um, para cada cultura ou ainda para cada segmento social¹⁹⁰.

A semiologia também contribuiu, reconhecendo o fato de que a imagem também é um discurso, portanto, a literalidade da fotografia não é algo natural, mas cultural, e seu código precisa ser aprendido, uma vez que a fotografia possui uma linguagem a qual deve ser

¹⁸⁸ Movimentos dos hotéis de Bauru. *Correio da Noroeste*. Bauru, 6 de jan. de 1937. Ano VI, nº. 1795.

¹⁸⁹ LIMA, Solange Ferraz de.; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografias: usos sociais e historiográficos*. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p.39. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹⁹⁰ BARTHES, Roland.

compartilhada para que ocorra troca de informações. Porém, há que se levar em conta, que toda informação é interessada e acontece numa arena de poder, e por isso não podemos entender a fotografia como uma representação que apenas reflete interesses estabelecidos, mas como um conjunto variado de possíveis códigos sociais: sua força representacional é constituída no momento da produção de sentidos e não anteriormente a ela¹⁹¹.

Imigrantes nipônicos continuaram chegando e Jitsutaro Yanagui, também pisou em terras bauruenses, se estabelecendo no ramo de mercearia, em abril de 1917¹⁹², contribuindo para que sucessivamente, o pequeno município e o comércio de Bauru se expandissem. Mas, para se ter uma ideia de como alguns imigrantes japoneses sentiam-se atraídos pelo comércio e pela prestação de serviços e dos espaços e das possibilidades que a cidade oferecia, em detrimento das lavouras, em 1922 também se instalaram mais dois estabelecimentos: a fábrica de móveis, de Massaharu Koga, e a pensão de Sakitaru Hirata (vindos de Fukuoka), além do hotel de Shimpei Okiyama (vindo de Tóquio)¹⁹³. Em seguida, em 1923 existiam em Bauru, 31 famílias de origem japonesa, sendo que dez delas eram originárias da ilha de Okinawa, e com as técnicas trazidas da terra natal, tais famílias cultivavam legumes e hortaliças. O recenseamento desse mesmo ano demonstrou um certo equilíbrio entre a zona urbana e a rural: havia 14 famílias instaladas na zona urbana e 17 na zona rural¹⁹⁴.

Tabela 7 - Famílias estabelecidas em Bauru, 1923 a 1958¹⁹⁵

Ano	Famílias zona rural	Famílias zona urbana	Famílias zona suburbana	Total de famílias	Total de pessoas
1923	17	14	...	31	155
1958	209	318	69	596	2.970
Total					

Fonte: adaptada de BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença japonesa em Bauru. Diário de Bauru, Bauru, 24 ago. 1997. Dados coletados a partir de informações do vereador Futaro Sato e publicação de Revista lançada pela Prefeitura Municipal de Bauru, em comemoração ao cinquentenário da imigração japonesa para Bauru, em 1986, na gestão Tuga Angerami.

A tabela acima retrata a evolução das famílias desde 1923, quando havia um equilíbrio entre a dispersão dos imigrantes entre a zona rural e urbana, entretanto, com o decorrer do

¹⁹¹ Id., 2009, p. 29-60.

¹⁹² BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença japonesa em Bauru. Diário de Bauru. Bauru, A2, 24 ago. 1997.

¹⁹³ Clube Cultural Nipo-Brasileiro De Bauru – Edição Comemorativa da Imigração Japonesa. São Manoel: Grafilar, 2010, p.109.

¹⁹⁴ Clube Cultural Nipo-Brasileiro De Bauru – Edição Comemorativa da Imigração Japonesa. São Manoel: Grafilar, 2010, p.109.

¹⁹⁵ Os dados demonstraram que em 1986, havia 35 famílias na zona rural, 1005 na zona urbana e 80 na zona suburbana, com um total de 5.396 indivíduos, ou seja, uma diferença de 970 famílias na década de 1980. Embora o recorte temporal da tese tenha sido estabelecido até 1958, os dados de 1986 permitem compreender a velocidade da migração do campo para cidade.

tempo, como se pode verificar, a migração da zona rural para a urbana (em 1958 a quantidade de imigrantes na zona urbana superou a da zona rural), foi decaindo ano a ano.

Tabela 8 - Quantidade de imigrantes nas principais zonas, antes da Segunda Guerra Mundial, 1939 a 45

Local	Quantidade de pessoas
Noroeste	59.725
Sorocabana	36.317
Alta Paulista	21.830
Total	117.872

Fonte: adaptada de UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p.205.

Conforme pode-se verificar, houve um grande deslocamento de indivíduos, que se dirigiram para a Zona Noroeste, dos quais muitos vieram para Bauru. Um dos fatores que atraíram esses indivíduos para essa região como se viu, foi a possibilidade de desenvolvimento da atividade de sericicultura e havia o predomínio da pequena lavoura sobre a grande, como se vê na tabela abaixo, cujos dados foram publicados no *Correio da Noroeste*. É preciso acentuar que se levou em conta como área de pequena lavoura a quantidade de 5 a 50 alqueires e que tais dados eram publicados periodicamente para demonstrar a distribuição de propriedades entre brasileiros e as nacionalidades das diversas colônias existentes no município¹⁹⁶.

Tabela 9 - Propriedades agrícolas na região da Noroeste – Agudos, 1936

Nacionalidade	Quantidade de Alqueires	Quantidade de Propriedades	Valor
Brasileiros	38.743	641	28.679:200\$
Italianos	2.028	125	3.038contos
Japoneses	4.920	33	900contos
Espanhóis	662	26	732 contos
Portugueses	1.039	33	647:700\$
Alemães	748	14	373:000\$
Sírios	100	1	200 contos
Total			

Fonte: Propriedades agrícolas no município de Agudos. *Correio da Noroeste*. Bauru, 12 de nov. de 1936.

¹⁹⁶ Bauru, a divisão da propriedade agrícola segundo as respectivas áreas em alqueires. *Correio da Noroeste*, Bauru, n. 2.052, 12 mar.1938.

Tabela 10 – Propriedades agrícolas na região da Noroeste Araçatuba, 1938

Nacionalidade	Quantidade de Alqueires	Quantidade de Propriedades	Valor
Brasileiros	268.279	4.183	58.310:188\$
Japoneses	80.124	1.906	7.235:000\$
Italianos	36.194	986	19.715:700\$
Portugueses	5.838	318	977:800\$
Espanhóis	7.571	334	3.325:200\$
Alemães	748	14	373:000\$
Sírios	100	1	200 contos
Total			

Fonte: Como estão divididas pelo critério de nacionalidade, as propriedades agrícolas de Araçatuba. *Correio da Noroeste*. Bauru, 22 de nov. de 1938.

Tabela 11 – Propriedades agrícola em Bauru, 1938

Nacionalidade	Quantidade de Alqueires	Quantidade de Propriedades	Valor
Brasileiros	25.858	487	30.627:000\$
Espanhóis	3.863	121	5.218:000\$
Portugueses	2.148	80	2.145:000\$
Italianos	3.864	167	4.519:000\$
Japoneses	2.382	270	3.181:000\$
Alemães	24.632	7	272:000\$
Sírios	32	1	68:000\$
Diversos	119	7	85:000\$
Total	38.462	1.140	46.115:000\$

Fonte: A propriedade agrícola em Bauru. *Correio da Noroeste*. Bauru, 01 de ago. 1938

Como foi demonstrado, em três cidades da Zona Noroeste, nas tabelas 9, 10 e 11 (apesar do período restrito entre 1936 e 1938), dentre os imigrantes, os japoneses em Agudos, aparecem em segundo (em quantidade de alqueires e propriedades); em Araçatuba, estão em primeiro lugar (com quantidade de alqueires e de propriedades) e, em Bauru; ocupam o quarto lugar (em quantidade de alqueires), porém o primeiro em quantidade de propriedades, demonstrando uma capacidade considerável de aquisição de imóveis rurais, dentre imigrantes nipônicos.

Truzzi e Volante evidenciam outro aspecto, importante a se observar, com relação ao *timing* (anterioridade) da chegada, alertando sobre os grupos que vieram ao interior paulista, sendo que aqueles que chegaram mais tarde tiveram que se estabelecer em zonas mais a oeste (caso dos japoneses) - cujo fluxo se acentuou nos anos 1930, ao contrário dos italianos, cuja entrada massiva deu-se no final do século XIX. Segundo os autores, tal fato fica explícito no censo de 1920 (a maior parte dos 12 municípios que mais abrigavam italianos encontravam-se

nas regiões servidas pelas Companhias Paulista e Mogiana). Já em 1934, a maior parte dos que acolheram japoneses, situavam-se nas áreas das Companhias Noroeste e Sorocabana¹⁹⁷.

Aos poucos a cidade se desenvolveu e ofereceu novos espaços e novas oportunidades, tornando-se um lugar para se viver, trabalhar, rezar e divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos. A partir da criação de espaços de sociabilidade e reciprocidade, esses laços comunitários e étnicos se mesclaram¹⁹⁸. Com o decorrer do tempo, várias empresas de nipônicos foram se instalando e se desenvolvendo, como casas comerciais, fábricas de massas, hotéis, barbearias, alfaiatarias, lavanderias, restaurantes, entre outros.

Tanto a permanência quanto os deslocamentos familiares, eram influenciados pela maior ou menor valorização do convívio étnico entre as famílias que se instalavam no interior paulista, sendo que redes de solidariedade, associativismo e lideranças locais produziram efeitos sobre a implantação das famílias japoneses. Levando-se em conta as tradições culturais trazidas do país de origem, a valorização da educação entre os imigrantes japoneses contribuiu para sua organização na cidade, haja vista a fundação de escolas que provocavam mudanças e concentrações desses imigrantes em determinadas localidades, devido a busca pela educação, tanto no idioma dos antepassados quanto no novo idioma¹⁹⁹. Também é preciso considerar formas de apoio do governo japonês em três frentes: apoio a instalação e funcionamento das escolas; intervenção associada às Companhias de colonização japonesas (visando facilitar a transição de colonato à pequena propriedade rural) e fomento e criação de cooperativas para viabilizar financeiramente tais colônias. Tais posturas das famílias emigradas e do governo japonês, incentivaram uma intensa mobilidade espacial do grupo promovendo a coesão étnica e o desejo de conviver entre os conterrâneos, de forma que “o grupo étnico funcionou como uma grande rede de informação e apoio que facilitou tanto a localização dos imigrantes em núcleos quanto o seu desenvolvimento”²⁰⁰.

Ainda de acordo com Truzzi e Volante, as famílias de imigrantes tiveram que enfrentar desde a saída da terra natal, sucessivas etapas que definiram a mobilidade espacial e um percurso com características intergeracionais (vivenciado por gerações sucessivas), por isso os

¹⁹⁷ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). In: TRUZZI, Oswaldo M. S. Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFSCAR, 2021, p. 25.

¹⁹⁸ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velho. São Paulo: T.A. Queiroz, EDUSP, 1987.

¹⁹⁹ Ibid., p. 30

²⁰⁰ CARDOSO, Ruth C. L. Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. Tradução: Masato Ni Nomiza. Edição Bilingue. São Paulo: Primus Comunicação, 1995, p. 59. *Apud* TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFSCAR, 2021, p. 31.

autores utilizam o termo “percursos migratórios familiares”. Tais percursos podem ser assinalados por “pontos de inflexão” (oportunidades de deslocar-se ou permanecer) que podem significar: a decisão de emigrar; ou por um novo deslocamento familiar; ou o estabelecimento mais duradouro de uma família em um determinado contexto. Para os autores o que influenciava a definição dos pontos de inflexão e os percursos migratórios eram: expectativa de um melhor emprego e busca de um padrão de renda familiar mais elevado (instigado pela permissão ou não de criar animais e cultivar lavouras de subsistência, praticar cultura intercalar e relacionar-se satisfatoriamente com o patrão); capacidade de aquisição de propriedade rural ou urbana; oportunidade de alguém da família inserir-se em emprego na indústria, comércio ou montar o próprio negócio e por fim; busca de oportunidade dos filhos estudarem ou se casarem²⁰¹.

É importante destacar que a influência desses percursos migratórios foi marcada pela disseminação da cultura do algodão (ligada à pequena propriedade), pois 1932 também foi o ano que marcou a proibição de extensão dos cafezais, favorecendo dessa forma a cultura do algodão por sitiantes, uma vez que exigia pouco capital, produção anual, sem grandes exigências de solo e no caso dos japoneses, com amparo, financiamento e orientação dados a produção pelos capitalistas e industriais japoneses a partir de 1935²⁰². Na região de Bauru, o cultivo e produção de algodão já se desenvolvia desde 1931 e ficou conhecida como “ouro branco”, conforme relato de Ogino: “Além de proporcionar renda aos imigrantes japoneses, houve grande afluência deles para a zona rural de Bauru”²⁰³, haja vista que a produção de algodão apresentava algumas vantagens sobre o cultivo de café.

Segundo Vieira, um dos fatores que levavam imigrantes europeus e japoneses a estarem dispostos a adquirir lotes para cultivo por conta própria, era o descontentamento com o trabalho nas fazendas²⁰⁴. Entretanto, os pequenos sitiantes sofriam com as deficiências do sistema e endividamento, abandonavam as terras e avançavam para zonas mais novas. Quanto aos japoneses, a autora alega que não serão atingidos por essas deficiências, uma vez que contam com apoio do governo nipônico. A produção de algodão dos pequenos proprietários e arrendatários, por exemplo, foi incrementada e financiada por empresas japonesas de capitais nipônicos que financiavam suas plantações, compravam a produção, faziam o beneficiamento e encaminhavam para o Japão. Também alega que contavam com a orientação estatal a nível nacional, relativa ao movimento migratório nipônico. Devido a essa realidade, até 1941, os

²⁰¹ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFSCAR, 2021, p. 39-40.

²⁰² VIEIRA, 1973, p. 65.

²⁰³ OGINO, Massaru. Clube Cultural Nipo Brasileiro de Bauru. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manoel: Grafilar, 2010, p.7.

²⁰⁴ VIEIRA, *op. cit.*, p. 65.

imigrantes japoneses da Alta Paulista, por exemplo, estavam “fortemente orientados para o Japão”, devido aos seguintes motivos: adaptativos, econômicos (êxito rápido e retorno ao Japão), tipo de produção agrícola estimulada e amparada pelo capital nipônico e destinada ao Japão. Tais fatos permitem supor (no período anterior à guerra), segundo o ponto de vista da autora, uma predisposição geral a “pequena mudança”, com ênfase na orientação instrumental e solidariedade étnica, seria de se esperar, portanto, uma orientação social e cultural para valores e tradições japonesas e pouca identificação com a sociedade brasileira, aliada a ausência de construir um novo modo de vida, porém também poderia supor-se que a guerra levou a uma reorientação ²⁰⁵.

De acordo com Motoyama, havia interesse em se intensificar o intercâmbio entre Brasil e Japão. Diante disso, em agosto de 1933, foi concedida uma audiência de Vargas com o embaixador nipônico, Kyujiro Hayashi, a partir da qual foi enviada ao Brasil uma missão em 1934, em seguida, em 1935, a missão de Hirao, composta por membros de companhias de fiação, tecelagem e comércio de algodão, representantes da indústria naval, empresas de navegação e *zaibatsus*,²⁰⁶ estabeleceram vínculos essenciais com a cotonicultura brasileira. Após essa missão, os imigrantes foram incentivados a plantar algodão, tal cultura se adaptou muito bem às pequenas propriedades adquiridas por muitos imigrantes nessa época. A tabela abaixo demonstra a evolução das exportações de toneladas do algodão pelo Brasil após a missão Hirao:

Tabela 12 – Exportação de algodão por toneladas, 1936 a 1937

Países	1936	1937
Alemanha	41.403	84.746
Japão	43.328	50.918
Grã-Bretanha	65.821	47.330
Total	568.688	96.140

Fonte: Comercio Exterior. *Correio da Noroeste*. Bauru, 17 de jul. 1938, p. 1, nº. 2.153.

Na demonstração da tabela, percebe-se que a Grã-Bretanha passa de primeiro lugar como compradora do algodão brasileiro em 1936, a terceiro lugar, enquanto a Alemanha tornou-se o maior comprador, seguida do Japão, com um aumento de 7.590 toneladas.

Outra atividade que atraía famílias nipônicas que continuaram a se instalar na cidade, era a prática de sericicultura, o que podia se evidenciar no Bairro de Tibiriçá, distrito de Bauru,

²⁰⁵ VIEIRA, 1973, p. 66 – 69.

²⁰⁶ Agrupamentos financeiros, conglomerados industriais e financeiros, formados por grandes famílias de industriais que, por intermédio dos *honsha* (matrizes), controlavam muitas empresas. A maioria dos *zaibatsus*, surgiram durante os períodos Meiji e Taishô. Ex: Mitsui (século XVII), Mitsubishi (século XIX), Yasuda (bancos), entre outros. FRÉDÉRIC, Louis. *O Japão*. Dicionário e civilização. São Paulo: Globo, 2008.

que no censo de 1933 apontava a moradia de 116 famílias japonesas.²⁰⁷ Bauru também foi escolhida para posto de instalação, secagem e classificação de casulos. Conforme notícia do *Correio da Noroeste*, a Secretaria da Agricultura tinha um plano de cooperativismo com divisão em duas partes:

a) os creadores que forem proprietarios, arrendatários ou meieiros; b) os colonos installados nas fazendas de café. (...) chamo a atenção dos senhores cafeicultores para o facto de que, na sericicultura, encontrarão um complemento precioso aos seus trabalhos de apanha do café. Quando chegar à época da colheita, já terá a sericicultura terminado os seus serviços. O fazendeiro que oferecer, por mil pés de café, 500 de amoreira, terão sua fazenda sempre colonizada; não precisará plantar no meio do cafezal; e na colheita terá braços em abundância para a apanha do café fino. (...) Um dos factores mais importantes para o desenvolvimento da sericicultura (...) com esse novo methodo de trabalho por nós imaginado (...) – instalação de secadores de casulos. A demora na remessa causa grande prejuízo ao criador, pois não só há perda de peso, como pode o inseto terminar o cyclo evolutivo. Nesse ultimo caso a perda é total, porque ao sahir do casulo, a borboleta o perfura, inutilizando-o para a industria da fiação. Três são as localidades onde deveremos instalar os primeiros postos de secagem e classificação: Baurú, na Zona Noroeste, Registro, no Litoral e Xarqueada, na comarca de Piracicaba²⁰⁸.

Segundo o periódico, Bauru foi escolhida por dois motivos capitais: “a) por ser a maior zona de produção de casulos do Estado (aproximadamente 230.000 kilos); b) por estar no entroncamento de três grandes estradas de ferro: Paulista, Sorocabana e Noroeste”²⁰⁹.

Quanto às etapas para aquisição de propriedades, Saito e Maeyama destacam que a região Noroeste foi uma das primeiras a agregar os colonos japoneses para o cultivo do café, pode-se, portanto, pensar que a mobilidade social estava atrelada à mobilidade espacial. Entretanto, por meio da trajetória da família de Koichi, pode-se verificar a observação de Saito, de que muitos imigrantes tinham atrelada à mobilidade social a mobilidade espacial. É preciso considerar a data de chegada da família (1937), pós crise de 1929 e auge da economia algodoeira, mas a princípio, a família foi trabalhar na Região de Ribeirão Preto, em fazenda cafeeira, porém com o passar do tempo mudaram-se para Marília, onde dedicaram-se ao trato do algodão, para em seguida, dedicarem-se à sericicultura, em Bauru, na Colônia Fuji. Somente depois de adulto, percebe-se que migraram do campo para a cidade, montando o próprio negócio:

Na Vila Falcão, na quadra 1 da rua Campos Salles, existe o Foto Falcão, há mais de 30 anos, de propriedade do japonês Koichi Kobayashi, carinhosamente chamado de Paulo e também poeta. Koichi e seus pais Motoo Kobayashi e Aki Kobayashi, vieram do Japão, do povoado de Katta Gun, província de Miagui, em 1937, aportando em Santos como passageiros do navio Montevideo Maru. Tinha 11 anos de idade e a família foi residir na zona rural de Ribeirão Preto e trabalhar na lavoura do café. Ainda

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ Posto de secagem e classificação sericícolas no nosso estado. *Correio da Noroeste*. Bauru, 13 nov. 1936, p. 2.

²⁰⁹ Ibid.

criança transferia-se, com sua família para Marília, trabalhando na lavoura algodoeira. Com o esgotamento da terra, mudaram novamente, indo trabalhar com sericicultura na Colônia Fuji. Depois já casado, Koichi montou seu atelier de fotografia onde está até agora. É poeta, tanto na linha Tanka quanto na Ai-kai e colabora sistematicamente no jornal “Diário Nippak”, da Capital ²¹⁰.

Conforme se pode verificar, a família de Koichi Kobaiashi, representou de forma explícita o processo de mobilidade espacial desenvolvendo atividades em lavouras cafeeiras (de Ribeirão Preto); de algodão (em Marília) e em seguida, na sericicultura²¹¹. Ou seja, além do algodão, a sericicultura ligada à pequena propriedade também atraía imigrantes nipônicos, na região de Bauru, como visto. O Correio da Noroeste apresentou uma matéria em 18/10/1934 em que ressaltava o fato de os japoneses não se desinteressarem pela produção do “bicho da seda”:

O Brasil necessita, inquestionavelmente, de aumentar o numero de casulos, onde repousa nababescamente, aquelle poderoso fabricante de ouro. Pois bem: - os japoneses já deram a São Paulo 80.000 kilos de legitimas sedas que surgiram e cresceram em nossas amoreiras. Em Lussanvira, 151 kilometros além de Araçatuba, encontram-se tecelagens de seda, de bellas padronagens, todas de propriedades daqueles asiáticos²¹².

No ano de 1935, houve outro registro da produção de casulos, sendo despachados cerca de 150.000 quilos:

“Temos assignalado o notavel desenvolvimento que as culturas do bicho da seda adquirem na zona Noroeste. Em abono da nossa afirmativa, cumpre-nos divulgar que os despachos de casulos, na E. F. Noroeste, atingiram em 1935 a 144.774 kilos, quantidade jamais atingida na nossa ferrovia” ²¹³.

Diante de tal situação, são pertinentes as considerações de Saito e Maeyama, sobre a ascensão social dos imigrantes japoneses instalados nas fazendas de café, como colonos, que ocorria da seguinte forma e nos seguintes períodos de tempo: permanência na fazenda por cerca de dois ou três anos (como colono, conforme o contrato); em seguida, procuravam formas de trabalho mais favoráveis como contratistas (para formação de cafeeiros), meeiros ou arrendatários para cultivo de algodão, cereais, ou outras culturas (por um período de três a cinco anos); e, finalmente, com os recursos acumulados nesse período, podiam se tornar proprietários de sítios. Porém, muitos imigrantes japoneses não se interessavam em adquirir propriedades, haja vista, a intenção do retorno ao Japão, por isso vagavam por grandes áreas como contratistas

²¹⁰ BASTOS, Irineu de Azevedo. Dois poetas e um sensei. *Diário de Bauru*. Bauru, 28 de set. de 1997.

²¹¹ BASTOS, Irineu de Azevedo. Dois poetas e um sensei. *Diário de Bauru*. Bauru, 28 de set. de 1997.

²¹² CABRAL, Ernani. A imigração japonesa. *Correio da Noroeste*. Bauru, 18 de out. 1934.

²¹³ Os casulos da Noroeste. *Correio da Noroeste*. Bauru, 2 de fev. de 1936, 5ª. Página.

ou arrendatários ²¹⁴. Conforme descrição de Vieira, os contratistas seriam formadores de cafezais a partir de 1920, nas regiões da Noroeste e Alta Paulista; arrendatários e meeiros estavam mais concentrados nas regiões da Sorocabana, Alta Paulista e Araraquarense; enquanto a região da Noroeste possibilitava a aquisição de pequenas propriedades devido aos loteamentos²¹⁵.

Fica evidente que a transição e dispersão dos imigrantes pelo Estado de São Paulo, gerou grande quantidade de investimentos, realizados tanto pelo governo japonês, quanto pelas Companhias de Loteamentos, as quais vendiam as propriedades na própria Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo²¹⁶. Após o desembarque em Santos, os imigrantes japoneses eram encaminhados em vagões fechados para a hospedaria, nos dias seguintes, a maioria, era embarcada novamente, em vagões trancados, para as fazendas do interior do estado, para cumprirem contratos de trabalho por um ano. Entretanto, como as condições na maioria das vezes, eram difíceis (principalmente no período anterior à guerra), muitos fugiam diante da expectativa frustrada do retorno rápido ao Japão. Porém, em alguns casos, como o ocorrido com a família de Nakamine, quitava-se a dívida para sair das fazendas, por motivos que serão esclarecidos mais à frente. Apesar disso, as fugas dos japoneses eram constantes, conforme pode-se constatar em seu relato:

Porque eles faziam de propósito a dívida para poder não sair da fazenda. A fazenda que você tá lá, então como eles quer trabalhador, né? Trabalhador, então você trabalhava, trabalhava, trabalhava, já pensou quatro pessoas trabalhando? Comia aquela comida... sabe, péssima, aí você fica devendo. Por que fica devendo? E como a gente não sabe falar nada, né? Como que você vai fazer compra, né? Então, não, você está devendo, você tem que sair, você tem que pagar, quitar essa dívida²¹⁷.

Outro aspecto a se considerar é que após o término do contrato, geralmente abandonavam as antigas fazendas e se dirigiam para outras, na frente de expansão, em busca de melhores salários, ou dispersavam-se pelas regiões recém desbravadas; outros retornavam ao Japão, ou reemigravam para a Argentina²¹⁸. Ryosaku Mori²¹⁹ também precisou mudar-se da

²¹⁴ SAITO; MAEYAMA, *op. cit.*, p. 470-471.

²¹⁵ VIEIRA, 1973, p. 64-66.

²¹⁶ MONBEIG, *op. cit.*, p. 289.

²¹⁷ DOCUMENTÁRIO Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008. Produção de Terezinha Santarosa Zanlochi. Turma de História do Brasil – II Semestre – 2007. [Entrevista concedida a Fabrício Silva e Solange Nágela P. Bezerra]. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 2008, 1 DVD (50,57 min.).

²¹⁸ VIEIRA, p. 64-66.

²¹⁹ Ryosashi Mori, nasceu em Gunmaken, há 50 quilômetros de Tóquio, entretanto resolveu embarcar para o Brasil, apesar do conselho da mãe: “Jure não lutar, nem ensinar o outro lado de sua arte; lá, a terra é brava, de brigas armadas”. Mori recebeu os primeiros ensinamentos das artes aos oito anos de idade: jiu-jitsu, Bokutô, Karatê e a esgrima dos samurais ou Rataná (pesadas espadas cuja lâmina não pode ser tocada), é objeto sagrado. Mori tem duas dessas espadas e mais uma menor (guardada embaixo do travesseiro em que dorme, segundo a tradição). É

fazenda Itararé devido às dívidas, em busca de melhores salários. Ele veio da província de Guma, no Japão, em 1932 para trabalhar nas lavouras de Itararé, porém como o artifício da manutenção da conta na venda da fazenda (vendia o essencial) sempre aumentava e nunca era saldada, para fugir desse estado de coisas, Mori mudou-se para Iacanga, Bariri, Borebi e, finalmente em 1935, para Bauru²²⁰. Conforme pode-se verificar houve grande mobilidade espacial em curto espaço de tempo, até que Mori pudesse se estabelecer. Após se instalar em Bauru, na Vila Seabra (reduto de espanhóis), Mori montou uma academia de judô (arte marcial da qual era professor – daí ser conhecido como *sensei*, também exercia a atividade de massagista), depois mudou-se para a rua Machado de Assis, mas no Japão o antigo mestre, continuou esperando o retorno do discípulo:

Quando chegou do Japão trouxe consigo uma pequena espada que representava seu vínculo com a academia de judô do Japão. No embarque sob alegação de segurança, foi impedido de trazer uma espada maior, que acabou ficando lá. (...) Ryosaku deixara sua mulher no Japão e viera com suas duas filhas, Toyoko e Katsuo (...) Katsuo visitou há alguns anos a sua terra natal e esteve com sua mãe. Lá lhe foi revelado que o antigo mestre de Mori na arte de judô, aguardou a sua volta durante anos, para sucedê-lo, pois o *sensei* era o seu discípulo preferido²²¹.

Figura 5 - Mori e seu mestre no monte das meditações

com essa arma que o samurai se defendia dos ataques noturnos e será com ela que praticará o Hara-kiri, caso não consiga compensar o mal com o bem. Na Idade Média cada samurai seguia um estilo. Ao invés do Kadokan, Mori preferiu o kirakuruyu (cujo princípio de sua honra é a defesa do estilo: (espécie de cofre de madeira roliço, recoberto por seda bordada, guardando pergaminhos da arte guerreira, escritos entre 800 e 1000 anos atrás. O fundador do estilo escreveu, dezessete sucessores levaram e Mori é o décimo oitavo a defender com a vida, o que ninguém, a não ser seu sucessor (que não existe), pode ler. Para ser o décimo – oitavo representante dessa tradição, Mori entregou sua vida: para a contemplação da existência e seu sentido, escolhia um monte próximo de sua casa. Galgava-o e sentava-se na posição de Buda, às vezes sob as águas das cascatas, até o limite da asfixia, depois ao lado do riacho ou dentro, quando dormia ajoelhado (certa vez passou cinquenta dias dessa forma a base de agrião). Praticava o Karatê, quebrando granito (de considerável espessura), tijolos e telhas. Entretanto, para a prática do Karatê, faz-se necessária a concentração espiritual: ajoelha-se defronte uma espécie de sacrário onde há uma representação japonesa de Deus em papel e um crucifixo iluminado com luz elétrica. Geralmente levanta-se depois da meia noite para a prática de orações cristãs, ioga e incenso japonês. “Converso com Deus e peço filhos bons para o Brasil e auxílio para os pobres”. Seu padroeiro é São Vicente de Paula, cuja imagem permanece junto às relíquias de samurai, aos votos ao imperador japonês e incenso aceso. Nossa Senhora de Lourdes e Fátima também estão representadas em pequeninos templos orientais verdes de musgo. Seus ex-alunos têm academia até na Bolívia. Kiai: grito de guerra dos judocas brasileiros. LOURENÇO, João Carlos. REVISTA. *Kiai*. p. 26-28, s/d.

²²⁰ BASTOS, Irineu de Azevedo. Dois poetas e um *sensei*. *Diário de Bauru*. 28 de set. de 1997. p. 42.

²²¹ *Ibid.*, p. 42.



Fonte: LOURENÇO, João Carlos. REVISTA. *Kiai*. p. 26-28, s/d

Ainda em relação aos imigrantes que após muitos deslocamentos optaram pela fixação na zona urbana, a trajetória da família Kosaka pode retratar sem a pretensão de generalizar, a mobilidade e posterior fixação, conforme relato no *Bauru Ilustrado* (edição mensal com fatos e personagens históricos, publicados pelo *Jornal da Cidade* de Bauru):

Goichi Kosaka, ao chegar ao Brasil, desembarcou no porto de Santos e logo a seguir rumou para a cidade Araçatuba, fixando residência na fazenda Perobal, ao lado de seu pai Eiichi, sua mãe Kame e mais cinco irmãos. Lá todos os membros da família Kosaka permaneceram por um período de três anos, trabalhando na plantação de café. Posteriormente, mudaram-se para Bastos. Naquela localidade, Goichi Kosaka conheceria aquela que viria a ser a grande companheira que o incentivou em todos os seus empreendimentos: Hana (...). O casal continuou em Bastos por mais três anos, trabalhando na plantação de algodão, transferindo depois o domicílio para Guararapes, onde ficaram seis anos. Em Guararapes nasceram os filhos Kasuo, Adelmo, Rosa e Júlio, em Bauru. Naquela cidade da Noroeste plantavam café e algodão, mas a cultura deste último foi a opção de Goichi, na qual ele foi bem-sucedido, com excelentes resultados financeiros. (...) Quando chegou à Bauru, em outubro de 1946, decidiu montar uma loja especializada em artigos fotográficos, bem como o respectivo estúdio. Como ele não tinha nenhuma experiência naquele ramo comercial, mas seu irmão mais novo Taketo sim, Kosaka propôs uma sociedade. Assim era inaugurada a loja à rua 1º de Agosto (...). Começava, assim, a atividade do Foto Cherry (...)²²².

²²² GOICHI KOSAKA. *Bauru Ilustrado* – Suplemento mensal do *Jornal da Cidade*. Bauru, ago. 2002, nº 313.

Figura 6 - Goichi Kosaka



Fonte: GOICHI KOSAKA. *Bauru Ilustrado* – Suplemento mensal do *Jornal da Cidade*. Bauru, ago. 2002, nº 313.

Bassanezi faz uma observação quanto ao processo de atração e fixação dos imigrantes nos municípios paulistas: apesar da atração dos imigrantes estar vinculada à expansão da lavoura cafeeira a oeste e a noroeste do Estado de São Paulo e a seus desdobramentos, como ampliação da rede ferroviária e urbanização do interior, esse processo ainda não está completamente dimensionado²²³.

É preciso considerar que com o tempo a cidade de Bauru passou a oferecer diferentes possibilidades aos imigrantes que se instalavam na cidade e em seu entorno. Muitos dedicavam-se ao cultivo de algodão e sericicultura como visto, porém havia aqueles que se dedicaram a formação de granjas ou cultivo de frutas e hortaliças, pois após a crise de 1929, a queda brutal nos preços do café ocasionou a ruína de muitos e novas vendas de terras ²²⁴. Segundo Motoyama, tal fato propiciou a multiplicação das pequenas propriedades, fosse pela necessidade de os grandes fazendeiros lotearem e venderem as terras ou pela demanda de diversificação da produção agrícola²²⁵.

²²³ BASSANEZI, Maria Silvia C.B. “*Colocação de imigrantes*” – Os números e destinos dos alojados na Hospedaria de Imigrantes da capital paulista (1898-1929). In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo*. São Carlos: EduFSCAR, 2021, p. 61.

²²⁴ VIEIRA, 1973, p. 65-66.

²²⁵ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil*. v. 1, São Paulo: Paulo’s Comunicação e Artes Gráficas, 2011. p. 239-243.

Figura 7 - Mapa do município de Bauru, 1938



Fonte: Secretaria da Indústria, agricultura e comércio – Instituto Geográfico e Geológico. Museu Ferroviário de Bauru, 1938.

Outro fator que vem a se somar a esse processo de multiplicação de pequenas propriedades em Bauru e diversificação agrícola foi o fato de que no pós-guerra a tendência de retorno ao Japão foi cessando e consequentemente, o desejo de adquirir uma propriedade ou sítio tornou-se um objetivo que se pode verificar nos índices demonstrados por Saito e Maeyama: em 1938, a porcentagem de proprietários era de 56,4% e de não proprietários (arrendatários, meeiros e semelhantes) era de 43,6%; já em 1952, a porcentagem de proprietários era de 71,0%

e de não proprietários de 29,0%²²⁶. Ou seja, um aumento de 14,6 nas propriedades em 14 anos. A família Suzuki que deixou Fukushima, na ilha de Honshu, em 1941 foi uma das que adquiriam propriedade e se dedicaram primeiramente à avicultura e em seguida a fruticultura:

Entre os Suzuki que partem para o Brasil está o garoto Kioshi, de 4 anos, que junto com os pais se estabelece, de início em Birigui – SP. Quando a guerra terminou em 1945, eles já se encontravam instalados em Bauru, dedicando-se a criar galinhas para produção de ovos, Kioshi Suzuki desempenharia um papel central, na passagem dos anos 50 para 60, na redescoberta da visão dos índios Kaingang, de que as frutas se dão bem em Bauru. Nesse mesmo período outra família de origem nipônica, os Oda, descobriu que a terra arenosa de Bauru é propícia para a cultura de melancia. A descoberta de Kioshi foi outra: a terra de Bauru, era de fato, boa para o abacaxi ²²⁷, cujas primeiras mudas ele transplantou de outra cidade do interior de São Paulo, Atibaia. Hoje ele tem sozinho, 2,5 milhões de pés de abacaxi para exportação, mas já chegou a atingir uma produção de 6 milhões nos anos 70²²⁸.

Na verdade, o solo em Bauru é arenoso e mais argiloso, diferente das terras roxas propícias ao cultivo do café, mas com a aplicação do fertilizante correto, mesmo com um solo difícil, foi possível produzir: dentre os fruticultores que prepararam a terra estavam os irmãos Oda (melancia), Yoshiura (abacaxi, abacate, ponkã, manga,), Matsuda (uva) e Matsui e Sakai, dentre outros²²⁹.

Bastos descreve fatos históricos publicados em revista editada pela Prefeitura Municipal de Bauru, narrados por Yonekazu Kinoshita (Conselheiro do Nipo), em comemoração ao cinquentenário do Clube Nipo de Bauru (1986), onde registrou-se que o início da imigração japonesa para Bauru foi lento, mas a partir de 1931, ela se acelerou com a atração de muitos imigrantes para o cultivo do algodão. Cabe ressaltar também que a tradição agrícola dos nipônicos ficou evidente com plantações de melancia, promovidas pelos irmãos Oda e Yoshiura. Ainda se destacaram na área agropastoril Kazuiti Abe, Mititoshi Yanase, Tatsuo

²²⁶ SAITO; MAEYAMA, *op. cit.*, 471.

²²⁷ Nos relatos de Kioshi, no livro “Os Frutos da terra”, ele afirmou que o solo do lugar podia não colaborar muito, mas o sol batendo inclemente nas plantações durante seis meses fez com que as frutas perdessem água e, com isso ganhassem em concentração de açúcares. Kioshi também detectou que estrangeiros (europeus), tinham predileção pelos *smooth cayenne* que ele e grande parte da região próxima a Bauru produziam (mais seco e com maior acidez, de polpa dura e cor amarela). Tal perspicácia o transformou num dos maiores exportadores brasileiros de abacaxi, Kioshi incorporou a tradição oriental e fazia uso de um “ritual”: acompanhado dos empregados ele percorria, no meio da safra, os espaços apertados entre os 2,5 milhões de abacaxizeiros com milhões de sacos de supermercados, tamanho de 5 kg, cortados ao meio. O resultado dessa tarefa árdua eram abacaxis (todos) vestidos de papel com o intuito de corrigir a solarização apenas parcial das frutas, muitas vezes, o abacaxizeiro cresce inclinado, recebendo mais sol de um lado do que do outro, o que encrespa a casca na face mais exposta à luz, deforma e altera seu paladar. Kioshi dividia seu tempo entre a fazenda Dom Bosco em Bauru, a Granja Suzuki em Tibiriça, a Fazenda Suzuki em Avaí e a Fazenda Sucesso em Altamira, no Pará, com cultivos de melancia, abacate e uva. AGROQUISA – Agroquímica Industrial. Os frutos da Terra. Bauru 1896-1988. Bauru/SP: Editora Marprint Editora, Fotolito e Gráfica, 1988, p. 88.

²²⁸ AGROQUISA, *op. cit.*, p.88.

²²⁹ Ibid.

Honda e Riitiro Kawakami - Colônia Fuji; Tadashi Takahashi e Massaki Kuwana – Fazenda Barroço; Eizo Sakai, Kazuo Fujimaki e Shiguelo Matsuda – com sítios no município. Quanto à avicultura, a revista destaca: Sampei Togashi, Minoru Nagamuna, Irmãos Adachi, Kiyoshi Suzuki e a família Yaginuma²³⁰.

2.2.1 A atuação do consulado japonês em Bauru

Desde a chegada desses primeiros imigrantes percebe-se que os laços e a intensidade das relações da comunidade japonesa em Bauru, estavam se solidificando. Isso se evidencia na instalação do Consulado do Japão, na cidade, o que ocorreu em janeiro de 1921, com o Cônsul Tetsusuke Tarama. Tal fato traduz uma forma de mediação e proteção dos interesses daquelas comunidades. De acordo com Uchiyama; Tajiri; Yamashiro, a instalação de consulados ²³¹ foi se ampliando para atender às necessidades dos imigrantes, como se pode verificar:

Em 1918 a cidade de Ribeirão Preto – região de muitos imigrantes japoneses na época – vê a instalação de uma filial do consulado geral de São Paulo. A seguir, em 1921, Bauru, a capital da Noroeste, fica com um consulado nipônico e em 1924, abre-se uma agência do consulado geral em Santos (...). A agência de Santos passa a consulado em 1936 ²³².

Importante destacar que o consulado em Bauru foi instalado antes de Santos, haja vista, a intensificação da quantidade de imigrantes japoneses que se dirigiam e se dispersavam pelo Estado de São Paulo. Entretanto, além dessa dispersão pelo Estado, os autores citados ainda ressaltam que a própria cidade, também atraía grande número de imigrantes nipônicos, daí a instalação do consulado na cidade de São Paulo em 1916, onde havia: escritório da Cooperativa de Emigração (reorganizada em 1917 - como Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha); em seguida, em 1929 foram abertos os escritórios da Casa Tozan e Bratac e mais tarde, em 1933, a Casa Bancária Tozan, dentre outras empresas. Diante dessa afluência de imigrantes e empresas, a repartição mais procurada era o consulado, considerando-se que os súditos residentes no exterior necessitavam apresentar vários documentos à representação consular como: comunicação de residência ou mudança de residência, requerimento de adiamento de

²³⁰ BASTOS, Irineu Azevedo. A presença japonesa em Bauru. *Diário de Bauru*. Bauru, 24 ago. de 1997, p. A2.

²³¹ No Brasil, o consulado geral do Japão de São Paulo foi instalado em julho de 1915, e em 1917 a legação do Japão, que funcionava em Petrópolis, foi transferida para o Rio de Janeiro, onde em 1923, se transformou em embaixada. UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992.

²³² Ibid.

alistamento militar, comunicação de extravio de passaporte, registro de nascimento, falecimento, sucessão de família, casamento, divórcio, adoção de filho. Na verdade, o consulado exercia função parecida com cartório de registro civil das cidades, vilas ou aldeias do Japão²³³. O consulado em Bauru pretendia atender uma grande quantidade de lavradores na região e objetivava principalmente, traduzir uma forma de mediação e proteção dos interesses das comunidades de origem japonesa. O raio de atuação e influência do consulado de Bauru ia além das funções citadas acima, haja vista que Tarama também recebeu a quantia necessária para custear e realizar pesquisas, para escolha de terras adequadas para a formação de uma colônia. A incumbência de fazer a escolha, foi de Shungorō Wako, que optou por um lote de 5.525 hectares, nos arredores da estação Lussanvira (estrada de ferro Noroeste), que mais tarde se tornaria a Colônia Aliança I²³⁴. O consulado geral do Japão em São Paulo também fez um importante levantamento da quantidade de imigrantes nipônicos e suas famílias que demonstraram sua distribuição pelo sul do país, onde Bauru se destacou em segundo lugar na quantidade de imigrantes e famílias.

Tabela 13 – Distribuição de imigrantes nipônicos e famílias segundo consulado do Japão, 1927

Data	População	Famílias
1)Jurisdição do Consulado Geral em São Paulo	21.303	4.595
2)Jurisdição do Consulado em Bauru	19.771	4.061
3)Jurisdição Filial Ribeirão Preto	17.421	3.292
4)Jurisdição Agência de Santos	6.272	1.376
5)Jurisdição do Consulado do Rio de Janeiro	314	54
Total:	65.081	13.380

Fonte: UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 109.

Segundo o autor, entre outubro de 1927 e junho de 1928, chegaram mais 7.208 indivíduos e mais 1.127 famílias, totalizando 72.208 indivíduos e 14.507 famílias, sendo que a jurisdição do consulado japonês em Bauru, na época abrangia: Bauru e subúrbios, Linha Noroeste, Paulista e parte da Linha Sorocabana²³⁵. Conforme pode-se constatar, tanto a nível de população, quanto à nível de famílias, a jurisdição de Bauru ficava abaixo somente da

²³³ Ibid., p.228.

²³⁴ Mais informações acerca da formação das colônias Aliança I, II, III e Vila Nova, podem ser acessadas em: A FORMAÇÃO dos núcleos de colonização japoneses. Exposição virtual. In: *100 years of Japanese Emigration to Brazil*, 2008.Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/brasil/>> Acesso em: 02 de mai. de 2024.

²³⁵ UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. **Emigração como política de Estado**. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 109.

jurisdição de São Paulo. O número de imigrantes que serão cada vez mais atraídos para essa região, aumentou rapidamente, principalmente devido à crise de 1929, permitindo que a partir de 1930 consequentemente, aumentasse o número de lavradores que pretendiam chamar parentes e amigos para trabalharem em suas propriedades - fazendas, sítios ou chácaras, (maioria adquiridas a partir das grandes propriedades desmembradas, após a crise de 1929). Entretanto, a chamada de parentes, também demandava a apresentação ao consulado de um “Requerimento de certificado de chamada”. Dados do Correio da Noroeste de 1934 também revelam a grande quantidade de imigrantes atendidos: “só o consulado de Baurú, criteriosamente dirigido pelo chanceler Schichiro Haraguchi, atende aos interesses de mais de 70 000 japonezes”²³⁶.

Outra atribuição do consulado refere-se ao fato de que, de forma geral, no Novo Continente, muitos países seguem o *jus solis*²³⁷, com relação às crianças nascidas em seu território, diante desse fato, em 1923 o *gaimusho*²³⁸ avisou as representações diplomáticas e consulares sobre a prevenção de “dupla nacionalidade, a fim de evitar atritos com países imigrantistas. Mas ainda assim, de acordo com o levantamento realizado em 1937, sob a jurisdição do consulado japonês em Bauru: dos 23.459 nascidos, 52,2% tinham dupla nacionalidade; 45,2% nacionalidade brasileira e 2,6% nacionalidade nipônica²³⁹. As atribuições e responsabilidades do consulado para com os imigrantes ainda, incluíam visitas às colônias e ao interior, como a realizada pelo Cônsul Geral, em 1935 como se pode constatar abaixo, segundo notícias do Correio da Sorocabana²⁴⁰:

Passou por Bauru, com destino a Fazenda Tietê, nas divisas do Estado de Mato Grosso, o sr. Cônsul Geral do Japão no Estado de S. Paulo, sr. Junzo Sakané, em companhia do vice-cônsul geral, sr. Yoshiro Saito, tendo seguido desta cidade em companhia do Cônsul do Japão em Bauru, com destino a cidade de Lins. (...) De Lins regressou a Bauru, o sr. Suetaka Hayao, cônsul do Japão nesta cidade (Bauru). O senhor Cônsul Geral do Japão pretende demorar-se mais alguns dias visitando a zona Noroeste do Estado, afim de conhecer de perto o trabalho dos súditos japoneses nesta zona²⁴¹.

²³⁶ CABRAL, Ernani. A imigração japonesa. *Correio da Noroeste*. Bauru, 18 de out. 1934.

²³⁷ Termo derivado do latim “direito de solo”, dá ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu, determinando se tem ou não direito a nacionalidade de um país específico.

²³⁸ Ministério das Relações Exteriores do Japão, criado em 1885. FRÉDÉRIC, Louis. O Japão: dicionário e civilização. São Paulo: Globo, 2008.

²³⁹ Ibid., p. 227-228.

²⁴⁰ *Correio da Sorocabana, Noroeste, Alta Paulista e de Mato Grosso*, eram seções inseridas na *Folha do Povo*, dirigida por Paulino Raphael, destinadas a atender essas regiões, com diversas informações.

²⁴¹ A excursão do cônsul do Japão pelo interior. *Folha do Povo*, Bauru, 01 de set. 1935.

Outro tipo de interferência do cônsul geral que desencadeará a formação de associações e federações que se pode destacar foi com relação às disputas e atritos entre grupos de japoneses em São Paulo: *ue-machi* (grupo de cima – mais abastados) e *shita-machi* (grupo de baixo- de renda menor), isso repercutia na formação de associações, também de forma separada, como a fundação do clube japonês ou *Nihon Kurabu* (pelo grupo de cima), em 1920 e da Associação de Companheiros – *Doshi-kai* (pelos de baixo).

O cônsul geral, tentou acabar com a rivalidade, o resultado foi o surgimento da Associação de Japoneses da Cidade de São Paulo, porém os desentendimentos não cessaram e em 1934, foi organizada a Sociedade Brasileira de Cultura dos Japoneses do Brasil, que não se desenvolveu. Em seguida, em 1937, tentou-se a fundação de uma Associação Central de Japoneses, sem sucesso também. Mas, apesar do fracasso dessas tentativas e instituições, no decênio de 1930, houve uma tendência para a realização de eventos e entidades comunitárias. Entretanto, o número continuou a aumentar e no interior não era diferente. Ainda segundo os autores citados, no decorrer da década de 1920, surgiram ao longo da linha Noroeste, numerosas colônias de japoneses, de todos os tamanhos. Algum tempo depois da derrubada da mata e sua queimada, como que de suas cinzas brotavam associações de japoneses, umas após outras. Seus objetivos: conservação de estradas, gestão de escolas, administração de saúde e higiene da colônia. Tudo isso exigia uma organização de caráter coletivo para sua execução e com o correr do tempo, essas entidades sofriam transformações em suas características²⁴².

Com relação às linhas Noroeste e Alta Paulista, em 1932 funcionavam: na primeira, 115 associações de japoneses e na segunda; 20. Tais fatos, evidenciam que a década de 1930, representou a independência para muitos imigrantes nipônicos, que implantaram muitas colônias, como se pode verificar no período entre 1932-36, com 214 associações de japoneses, sendo que em 1940, elas já eram 480. Assim sendo, quando existiam muitas associações de japoneses numa mesma zona, nascia uma federação como no caso da Noroeste²⁴³.

Dada a relevância das colônias e associações para os imigrantes nipônicos, em seguida, fundou-se a Federação das Associações de Japoneses da Noroeste, tendo sido esta entidade uma das signatárias da solicitação de 850 mil yens a juros baixos ao governo do Japão, entretanto devido a incipiente capacidade econômica da maioria dos japoneses da região, a Federação não perdurou. Mas, em 1933 por meio da proposta da Federação de Associações de Japoneses de

²⁴²UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 228.

²⁴³ Ibid., p. 209.

Promissão, foi organizada a Federação de Associações de Japoneses da Área de Jurisdição de Bauru, cuja pauta de deliberações incluía itens como: providências a serem tomadas no futuro sobre o problema do movimento antijaponês; proposta à sociedade de pais sobre a educação; obtenção do direito de voto para japoneses residentes no Brasil, em eleições brasileiras; criação da Confederação de Associações de Japoneses do Brasil; atuar junto à Kaikô em prol da distribuição de novos imigrantes também para os proprietários de terras patrícios; realização de um censo dos japoneses residentes na área de jurisdição de Bauru; envio de um grupo de nisseis ao Japão por ocasião das comemorações dos 2.600 anos da fundação do Império, envio de representantes (da comunidade nipônica do Brasil) para manifestar apoio e simpatia aos soldados imperiais em campanha no Incidente Nipo-Chinês. Apesar de serem propostas de natureza diferentes, muitas foram concretizadas²⁴⁴. A prática de envio de grupos ao Japão, pode ser constatada quando da visita do embaixador em Bauru, em 1938, em matéria publicada no *Correio da Noroeste*, além do enfoque à criação de algumas instituições, que previam estabelecer laços mais estreitos entre os países:

Sob sua influencia houve a troca de missões economicas entre o Brasil e o Japão, fato que esteve muito tempo em destaque na imprensa. Tambem são bem recentes as visitas de estudantes brasileiros ao Japão, como inicio de um intercambio cultural com a nossa Patria e da caravana da Escola Politécnica do Rio (...). Aos seus esforços se devem ainda três instituições fundadas com o fim especial de estabelecer laços mais estreitos entre as duas pátrias: o Instituto Nipo-Brasileiro de Cultura, a Câmara de Comercio Nipo-Brasileira e o Bureau de Informações da Associação Central Nipo-Brasileira que tem fornecido interessantes notas informativas à imprensa brasileira²⁴⁵.

Conforme ressaltado, com o decorrer do tempo também houve a expansão das colônias nipônicas e conseqüentemente a expansão das associações de japoneses, cujo objetivo principal, era a construção de escolas e sua manutenção. De modo similar, quase ao mesmo tempo, na década de 1920, foram criadas as associações juvenis – de moços e dentre seus objetivos, estavam: o estudo de português e outras matérias, como educação moral e cívica; aperfeiçoamento do japonês; confraternização entre jovens; sessões de oratória, beisebol e atletismo e bailes de carnaval, tanto que em 1932, na Zona Noroeste, havia 70 associações japonesas de moços, sendo que no país, havia 140 delas²⁴⁶.

²⁴⁴ Ibid., p. 210.

²⁴⁵ Bauru hospedará hoje o embaixador do Japão. *Correio da Noroeste*, Bauru, n. 2.203, p.1, 10 de set. de 1938.

²⁴⁶ UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 211.

Dessa forma, fica evidente que a organização em associações e federações para diversas atividades e objetivos foi se fortalecendo cada vez mais, tanto em São Paulo quanto no interior e um dos principais mecanismos para a organização da vida em comunidade, nesse período, eram informações escritas. Segundo Uchiyama; Tajiri; Yamashiro, a cidade representava:

“(...) um verdadeiro centro de atividades político-administrativas, econômicas, culturais e educacionais. Na segunda metade dos anos 30, o que mais simbolizava a posição de São Paulo dentro da comunidade japonesa era a chamada “imprensa escrita em língua japonesa”. O primeiro jornal japonês publicado no Brasil foi o *Nanbei*, lançado por Ken-ichiro Hoshina, em janeiro de 1916. Então viviam no Brasil cerca de 16 mil nipônicos. (...) os nipônicos do Brasil lançaram numerosas publicações.²⁴⁷”

A organização de caráter coletivo para execução de vários objetivos como a realização de eventos e atividades comunitárias, já fazia parte da realidade de vida dos imigrantes japoneses, entretanto as informações e atualizações eram fundamentais, pois permitiam a formação de um juízo comum sobre a situação para a resolução dos problemas coletivos desses imigrantes. Daí a atuação da imprensa escrita em língua japonesa, ter sido fundamental, principalmente, nos primeiros anos, quando a maioria deles não conseguia falar fluente a língua portuguesa para o enfrentamento solidário das adversidades e preservação dos valores. Dada a importância das informações e atualizações que permitiam a formação de um juízo comum, sobre a situação e problemas coletivos dos imigrantes, os jornais também desempenhavam papel importante no tocante ao movimento da marcha para o oeste.

Esses periódicos eram importantes meios de comunicação entre a comunidade nipônica, especialmente se levarmos em conta, os acontecimentos das décadas de 1930 e 40, quando tanto o Brasil quanto o Japão, passavam por grandes transformações, sendo imprescindível acompanhá-las, haja vista os quatro primeiros jornais considerados mais influentes pela opinião pública da comunidade. Uchiyama e Tajiri, ainda destacam que o desenvolvimento editorial se tornou expressivo, principalmente com jornais, sendo que até em 1934, havia seis publicações periódicas²⁴⁸: *Nanbei* (1916), *Nippak Shinbun* (1916), *Burajiru Jihô* (1917), *Seishu Shinpo* (1921), *Nippon Shinbun* (1932) e *Aliança Jihô* (1934). Dentre esses, é preciso acentuar o papel de destaque e pioneirismo de Rokuro Koyama, que além da fundação em 1921, em Bauru do *Seishu Shimpô* (ou *Seiho*) - em 1934 foi transferido para São Paulo, também realizou as seguintes publicações por meio de sua empresa jornalística: *Noroeste Nihonjin Nenkan* (Anuário Noroeste de Japoneses) em 1927; *Noroeste, Sorocabana, Paurisuta Hojin Nenkan* (Anuário de Compatriotas da Noroeste, Sorocabana e Paulista, em 1930) e *Zaihaku Nihonjin*

²⁴⁷ Ibid., p. 230.

²⁴⁸ Ibid.

colonização e disponibilidade de atividades de profissionais liberais, que ofereciam serviços como engenheiros, médicos, dentistas, serviços de tinturaria, hotelaria, armazéns, marcenaria, secos e molhados, máquinas de beneficiamento de café, arroz e algodão, entre outros.

2.3 “Espaços Japoneses” na memória de Bauru: Vila Independência e Nipônica — o refúgio dos nipônicos

Alexandre Benegas descreve o bairro “Independência” em Bauru, a partir de uma perspectiva memorial ao afirmar que tal espaço “vocaciona a tradições”. O trecho é o seguinte:

Independência um bairro vocacionado a tradições
 Costureirinhas despejavam risos e conversas dilatadas na vizinhança.
 Para a história do bairro, a bola se encontrava com a agilidade de Pelé
 e com a madureza de Sabú.
 Ivana, de boca desprestigiada, balançava os quadris como gangorras na
 contramão da rua Cuba.
 Seu irmão Cláudio, um ciumento em estado de sentinela, esquecia o
 primordial.
 Aquele que vigia o preso, também é prisioneiro.
 A Castelo Branco era uma procissão de passos lentos. Inexistiam carros
 sarapintados gritando movimento.
 Hoje, ônibus, caminhões, motos, maxixam quadra a quadra.
 O que o bairro Liberdade é para São Paulo, a Independência é para
 Bauru.
 Essencialmente nipônico.
 Motivos?
 O Córrego Água do Sobrado, que na época, oferecia água em grau
 superlativo para irrigar plantações.
 Independência é isto: ecumenismo.
 Templo budista, igreja Tenrikyo, Assembleia de Deus e Paróquia Bom
 Jesus.
 Um bairro de relevo, relevante ao comércio, à qualidade de vida, ao
 bom viver.²⁵¹

A presença e a organização da comunidade nipônica no Oeste Paulista ocorreram de forma peculiar e Bauru se fez com grande número de famílias espalhadas pela cidade. Mas, algumas delas se organizaram em bairros denominados como Vila Independência e Vila Nipônica. Foi o caso de Teisho Tokuhara, que chegou à cidade por volta de 1926 e fixou-se no Parque Vitória Régia (onde nasce o Ribeirão das Flores), de lá mudou-se para a Vila Falcão e

²⁵¹ BENEGAS, Alexandre. Independência – Um bairro vocacionado a tradições. Disponível em: <https://www.socialbauru.com.br/2020/12/17/independencia-um-bairro-vocacionado-a-tradicoes/independencia>. Acesso em: 15 fev. 2023.

depois para Vila Independência, onde fundou o bairro Água do Sobrado.²⁵² Como o próprio nome diz, a região atraía os imigrantes japoneses recém-chegados, por oferecer água suficiente para irrigação de suas plantações, condição presente nos relatos de Ogino confirmam tais fatos. Segundo ele, os imigrantes asiáticos que se dirigiam a Bauru geralmente se fixavam na cidade, especificamente na Vila Independência, após terem cumprido contrato nas fazendas de café do interior, por um período de aproximadamente três anos. Porém havia muitos casos de fugas devido às condições de trabalho:

Na época, muitos fugiam na calada da noite por causa das condições subumanas. O Japão é um arquipélago formado por 3.400 ilhas. A maioria tem terrenos íngremes e formações rochosas. Cerca de 70% das terras não são agricultáveis. Então, eles chegavam no Brasil e viam esse montão de terra boa para o plantio, eles ficavam loucos.²⁵³

Com o passar do tempo, o local se tornou o preferido dos imigrantes. Muitos vieram da Ilha de Okinawa e a principal atividade econômica estava organizada na produção de pequenas chácaras com plantio de hortaliças. Ainda conforme relato de Ogino: “Das cerca de 2.300 famílias de descendentes japoneses que existem atualmente em Bauru (entrevista de 2008), grande parte continua morando na Vila Independência ou na Vila Nipônica, bairro vizinho”.²⁵⁴

Kosaburo Nakandakare, foi um dos que nasceu (na Ilha de Okinawa), na cidade de Orokuson, em 17/02/1915, mas resolveu imigrar para o Brasil em 1937. Casado há poucos dias (organizou a viagem em praticamente 15 dias), a viagem mais pareceu uma lua de mel. No Brasil, seguiu para a região da Mogiana, na Fazenda de Joaquim Benedito, como colono, onde permaneceu durante uma colheita. Em seguida, mudou-se para Araraquara, onde permaneceu por seis meses, na sequência, dirigiu-se para Garça e Birigui (onde arrendava terras e ficou por um ano plantando algodão). Com três filhos, transferiu-se para Araçatuba (onde permaneceu por nove anos). Mas ao ouvir falar muito de Bauru para cá se dirigiu com esposa e oito filhos, aqui passou a residir na Vila Giunta, dedicando-se a horticultura. Como precisava ampliar as plantações, comprou a grande área que possui na Água do Sobrado – Vila Independência²⁵⁵.

Na mesma localidade – Água do Sobrado, na década de 1940, surgiu da iniciativa de um grupo de japoneses feirantes que se reuniam com frequência, para manter viva as tradições

²⁵² TOKUHARA, Teisho. Japoneses estão em Bauru há 94 anos. Entrevista concedida a Adilson Camargo. *JC Net*, Bauru, 06 jan. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2512543/nacional/2008/01/japoneses-estao-em-bauru-ha-94-anos>. Acesso em: 20 jan. 2022.

²⁵³ OGINO, 2008, *op.cit.*

²⁵⁴ OGINO, 2008, *op. cit.*

²⁵⁵ NAKANDAKARE, um horticultor feliz. Quatro filhos nível universitário. *Bauru Ilustrado*. Bauru, ago. 1975, p. 5.

do povo de Okinawa, o Clube Cultural Okinawa do Brasil, em Bauru. A entidade funcionava em uma chácara na região do Córrego Água do Sobrado, localidade que também abrigou a primeira escola fundada por okinawanos. Porém, divergências de opiniões entre a diretoria provocaram o desmembramento do clube que fechou as portas na década de 1960. Mas, na década seguinte – 1970, a Associação Clube Cultural Okinawa do Brasil-Subsede Bauru, se estabeleceu na Bela Vista e a Associação Cultural Okinawana Água do Sobrado (ACOAS), permaneceu na Vila Independência - (também abrigou a primeira escola fundada por okinawanos)²⁵⁶. Embora tenha havido essa divergência que provocou a separação e desmembramento, os nipônicos afirmam que não existem divergências entre os grupos.

Giro Ishikawa e sua família residiram em Avaí até 1945 (cidade vizinha à Bauru), para onde mudaram-se, fixando-se no bairro da Vila Independência²⁵⁷, pois o que realmente levou os japoneses a se instalarem naquelas terras foi a existência do córrego Água do Sobrado, segundo ele:

Quem analisar a história do surgimento da Vila poderá notar que, desde o princípio, uma série de fatores contribuiu para que o local se tornasse reduto dos imigrantes nipônicos. Um dos motivos que levou os japoneses a se instalarem naquelas terras foi a existência do córrego Água do Sobrado, que na época, oferecia água em abundância, utilizada pelos imigrantes na irrigação das suas plantações. Antes, a Vila Independência era repleta de chácaras. Na época, os japoneses estavam deixando de serem empregados para se tornarem patrões. Muitos criaram suas próprias plantações aqui na Vila Independência. Depois, com o tempo foram loteando os terrenos, dividindo entre seus descendentes e conterrâneos. Em 1936, foi construído o primeiro templo da Igreja Tenrikyo, o que contribuiu ainda mais para a aglomeração de nipônicos. O bairro estava se tornando para nós um pedacinho do Japão. Morando perto de iguais, tudo ficava mais fácil.²⁵⁸

Nessa entrevista, Ishikawa também relatou que era budista quando residia em Avaí. Mas, o fato de a família ter se mudado para Bauru, na Vila Independência (nesse reduto de japoneses), fez com que passassem a frequentar, mais tarde, o templo²⁵⁹ da Tenrikyo, deixando

²⁵⁶ TONELLI, Marcele. Cidade de Bauru tem quatro clubes nipônicos. *Jornal da Cidade* – Sampi.net.br. Bauru, 16 de nov. de 2016

²⁵⁷ ISHIKAWA, Giro. Pedacinho do Japão. Templo Tenrikyo erguido há 60 anos preserva a cultura japonesa na Vila Independência. Entrevista concedida a Carolina Seiko. Bauru Vida nos Bairros. Suplemento produzido para a disciplina de jornalismo impresso. Unesp – Bauru, nov. 2011. Disponível em: https://issu.com/angelosotovia/docs/bauru_-_vida_nos_bairros. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁵⁸ ISHIKAWA, Giro. A Independência por seus moradores. *JC Net*, Bairros, Da Redação. Bauru, set. 2010. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2459059059/bairros-/2010/09/-a-independencia-por-seus-moradores>. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁵⁹ Atualmente o templo oferece várias atividades como: curso de japonês, apoio e participação na organização do *Undokai*. O corpo sacro é composto por quatro altares cujos símbolos remetem as origens das cerimônias. Também existe um espaço para a realização de danças sagradas. As orações são realizadas de manhã, para que haja proteção, e à noite, em forma de agradecimento. Dentro do complexo do templo, além dos jardins para a introspecção e

de seguir o budismo e aderindo à nova religião²⁶⁰. Segundo Saito e Maeyama, as atividades religiosas organizadas entre imigrantes japoneses até 1950, eram quase nulas, com exceção do catolicismo²⁶¹. Entretanto, Lesser adverte que:

Em 1918, Ryoji Nioda, da delegação japonesa, insistiu em que santuários e templos não fossem construídos no Brasil, e na década de 1930, um membro da seita Tenrikyo que, àquela época, vinha sendo energeticamente reprimida no Japão, só recebeu permissão para emigrar após prometer que não faria proselitismo entre os imigrantes²⁶².

Conforme pode-se constatar, apesar de as instituições religiosas se organizarem a partir de 1950, em Bauru os primeiros imigrantes que vieram como missionários para a Tenrikyo²⁶³, como integrantes de quatro famílias, chegaram em 1929 (enviados pela Igreja Mor-Nankai). Em 1936, o reverendo Chujiro Otake organizou uma caravana à Jiba. Após esse evento, recebeu a permissão para a fundação da igreja em Bauru. Também foram fundadas as de Promissão, Marília e Penápolis. Em 1941 o recinto havia sido concluído, porém como havia o rompimento das relações diplomáticas devido à Segunda Guerra, a igreja foi fechada e lacrada pelas autoridades. Somente em 1951, foi inaugurada a Sede Missionária da Tenrikyo do Brasil²⁶⁴. Esse é um dos aspectos que merecem mais atenção e dedicação, ou seja, como se deu a instalação e organização da Igreja, nesse contexto de atividades religiosas escassas e praticamente nulas, mas tal discussão, não foi possível nesse trabalho.

reflexão, existem as casas de divulgação, moradias de fiéis e alojamentos. *História do Dendotyō*. Disponível em: <https://www.tenrikyo.org.br/cronologia>. Acesso em: 16 jun. 2021.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 8.

²⁶¹ SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

²⁶² LESSER, Jeffrey. **A negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.188.

²⁶³ Quanto às bases fundamentais da pregação, existe a preocupação com a vida plena, gratidão, satisfação e salvação. Dois ensinamentos são realizados: o corpo é um empréstimo de Deus, somente o espírito seria nosso e as orações não devem ser feitas objetivando conquistas pessoais ou familiares, mas em preocupação com o coletivo. Para o missionário Eduardo Yoshinobu Otake, o desafio da igreja hoje é: “fazer com que as pessoas não percam seu relacionamento com Deus”. Segundo ele, o grande mérito da Tenrikyo é ter preservado os ensinamentos de Deus-Parens — “Parens” — no latim, significa pai, mãe e pais e representa a figura máxima da doutrina. Um fato importante também ressaltado por Otake é que a Tenrikyo preservou sua unidade, não existem ramificações, como em outras religiões. A doutrina passa de pai a filho, além de que a religião não é exclusividade da colônia japonesa, mas é uma doutrina pluralista oferecida a todos os povos. O objetivo de Deus para a criação dos homens é que todos vivam alegres e compartilhem dessa vida plenamente, porém os seres humanos se perdem em pensamentos egoístas, o que resulta em aflições e sofrimentos que dificultam o alcance da felicidade. Diante dessa realidade, Deus — Parens (que reside em Jiba – berço da humanidade) revelou-se por meio de Miki Nakayama, para salvar a humanidade, mostrando o caminho da salvação. OTAKE, Eduardo Yoshinobu. Tenrikyo faz 60 anos com vigor oriental. GERAL. Entrevista concedida a Adilson Camargo. *JC Net*. Bauru. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2011/06/329711-tenrikyo-faz60-anos-c0m-vigor-oriental.html>. Acesso em: 16. jun. 2021.

²⁶⁴ D’ÁVILA, Rosemeire P. O culto aos antepassados e a Tenrikyo: nova Religião Japonesa e seu templo como patrimônio cultural de Bauru. *Saeculum – Revista de História*, v.27, n. 46, p.348-367, 2022.

Entretanto, na época do pós-guerra, a igreja era como um refúgio para os japoneses e desde sua fundação representava uma rede de acolhimento e relacionamentos visando à união, cooperação e manutenção de valores e tradições. Até hoje a igreja funciona como ponto de encontro e local de estabelecimento de laços, onde a cultura se mantém viva, desde o jardim japonês, com toda a simbologia, ornamentado com carpas, plantas, flores e lanternas, até a arquitetura, que remete ao Japão antigo, cujo telhado pode ser avistado de diversos pontos da cidade.

A família de Nakamine (também morador da Vila Independência), veio do Japão para o Brasil há sessenta e quatro anos (entrevista de 2007) e, com eles vieram mais cinco famílias, para divulgar a doutrina da Igreja Tenrikyo. Sua família era composta pelos pais, um irmão e uma irmã. Sobre os primeiros tempos no Brasil, ele relatou que ao trabalharem por um ano em uma fazenda, ainda havia dívida e segundo ele, a dívida ocorria de propósito para que não saíssem da fazenda:

E tem sabe, tem família que fugia a noite. Agora, nós não podia fazer isso porque nome, nome da Igreja Tenrikyo né? Não podia fazer isso. Então, nos tinha trazido aquele dinheiro, nos quitamos ela para pode sair.²⁶⁵

Porém, como a família havia assumido compromisso com a Igreja, a dívida foi paga, mas os casos de fugas eram uma constante.

Aos poucos, a Vila Independência, juntamente com a Vila Nipônica, foi se ampliando e se transformando, e se tornaram os locais de escolha para fixação das moradias de muitos dos japoneses que se deslocaram para Bauru. O desenvolvimento e as atrações que o local oferecia atraíam cada vez mais indivíduos e estreitava os laços de sociabilidade, a tal ponto que a impressão que ficou para Ishikawa foi a seguinte:

A Vila era uma espécie de “Liberdade bauruense”. Até hoje, quando se fala na Vila Independência, uma das primeiras referências que vêm à cabeça é a grande colônia japonesa que lá reside. O bairro (Vila) foi fundado em 1931 e tornou-se para Bauru, o que a Liberdade é para São Paulo.²⁶⁶

A permanência no local tornou-se real e a rede de sociabilidade foi se arraigando no cotidiano, ao ponto de organizarem a vida nesse espaço urbano, em especial devido às “Águas do Córrego do Sobrado”. Também passaram a existir algumas instituições como a Associação

²⁶⁵ DOCUMENTÁRIO Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008. Produção de Terezinha Santarosa Zanlochi. Turma de História do Brasil – II Semestre – 2007. [Entrevista concedida a Fabrício Silva e Solange Nágela P. Bezerra]. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 2008, 1 DVD (50,57 min.).

²⁶⁶ ISHIKAWA, Giro. A Independência por seus moradores. JC Bairros. Da Redação. Bauru, set., 2010. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2459059059/bairros-/2010/09/-a-independencia-por-seus-moradores>.

Cultural Okinawa Água do Sobrado (Acoas)²⁶⁷, Igreja Tenrikyo²⁶⁸ e a Associação Religiosa Nambei Honganji de Bauru (Budista) ²⁶⁹, a fim de atender às necessidades religiosas e conservar as tradições desses imigrantes, sendo que as mesmas continuaram exercendo seus papéis, como se pode verificar na imagem abaixo:²⁷⁰

Figura 9 - Comemoração do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Bairro Água do Sobrado, em 18 de junho de 1958



Fonte: CLUBE..., *op. cit.*, p. 113.

Como foi colocado por Ishikawa, o primeiro templo da Tenrikyo foi construído em 1936, e contribuiu ainda mais para a aglomeração dos nipônicos. Como se vê, o sentimento de proximidade e solidariedade forneciam a estrutura que permitiria a organização e a união, que inclusive foram as responsáveis pela nova construção do templo, mais tarde. Por sua vez, já fazia parte da cultura japonesa, o trabalho colaborativo, considerando-se o “ambiente” que era ainda mais favorável à união entre os compatriotas.

As vilas Independência e Nipônica cresceram e se desenvolveram de tal forma que o protagonismo nipônico ficou evidente nas antigas chácaras que resistem até hoje, no persistente comércio que se ampliou com o passar do tempo e nas diversas outras formas de prestação de

²⁶⁷ Fundação em 1954.

²⁶⁸ Igreja Tenrikyo de Bauru, fundada em 1936 e Tenrikyo do Dendoty, fundada em 1951.

²⁶⁹ Fundação em 1959.

²⁷⁰ Ibid.

serviços. Como foi colocado por Kosaka: “Eles estão em todos os ramos: floricultura, quitandas, supermercados, oficinas mecânicas, além de outras áreas”²⁷¹.

No bairro a economia está quase que exclusivamente ligada à comunidade japonesa, que ao longo da avenida Castelo Branco, mantém seus pontos comerciais, apesar de que ainda existem pequenas chácaras que dividem espaço com o cenário urbano do bairro. Nesses locais, alguns filhos e netos de imigrantes, até o momento, têm conseguido manter viva a tradição da agricultura, que por muitos anos subsidiou a sobrevivência dos primeiros japoneses em Bauru e ainda cultivam hortaliças, frutas, legumes e mantém o setor granjeiro ativo²⁷². No caso da Vila Nipônica, não se tem o mesmo corredor comercial cortado por uma avenida, mas pontos locais de comércio e algumas pequenas chácaras que abastecem antigos e novos moradores (o bairro é mais recente, da década de 1950 – não foi possível encontrar mais dados e registros).

De acordo com Sant’Agostinho e Bastos, outro fator que colaborou para a opção e fixação desses japoneses na Vila Independência, desde 1931, foi a instalação da Companhia Moinho Santista que passou a chamar-se Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), hoje Bunge, a qual atraía os moradores para o bairro, fosse pela criação de emprego ou pela transformação rápida do local.²⁷³ Conforme ressaltado por Sakurai, “A história do desenvolvimento comercial do plantio do algodão no Estado de São Paulo está intimamente ligada à presença dos imigrantes japoneses nas ‘bocas de sertão’ paulista”.²⁷⁴ Motoyama também observa que desde a missão Hirao (1935) passou a ocorrer uma atividade intensa das firmas nipônicas do ramo têxtil no Brasil, como a Sociedade Algodoeira Brasil-Japão, para importação do algodão brasileiro (surgiu em Osaka, em 1936), que começou a atuar no Brasil, no mesmo ano, com o nome de Brazcot (financiando cotonicultores e comprando a produção). Ainda nesse mesmo ano, as empresas Nippaku Menka, Toyo Menka e Nippon Menka vieram ao Brasil para instalação de serviços de beneficiamento e exportação de algodão. Entretanto, os negócios do algodão não ficaram somente por conta das empresas japonesas, empresas como a Anderson Clayton, Matarazzo e Sanbra²⁷⁵ já atuavam no mercado como beneficiadoras,

²⁷¹ KOSAKA, Júlio Aiko. Onde encontrar o Japão em Bauru. JC NET BAIRROS. Entrevista concedida a Wagner Carvalho. 27/04/2008.

²⁷² Ibid.

²⁷³ Segundo Sant’Agostinho e Bastos, a Vila Independência tem o território compreendido entre as ruas Felicíssimo Antônio Pereira, Luiz Gama, Chile e Avenida Castelo Branco. SANT’AGOSTINHO, Lúcia Helena; BASTOS, Irineu Azevedo. Independência: um bairro de amores e laços fortes. *FC Net*, Bairros, Da redação. Bauru, set. 2010. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2459060/bairros-/2010/09/independencia--um-bairro-de-amores-e-lacos-fortes>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁷⁴ SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 234.

²⁷⁵ A Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. (Sanbra) surgiu em 1919 no Recife, e iniciou suas atividades no ramo do algodão, sob o então nome de Cavalcanti & Cia. Em seguida, a Bunge adquiriu a Cavalcanti & Cia. que, em 1923, mudou o seu nome para Sanbra, Na mesma época de seu surgimento, o carço de algodão

exportadoras de algodão e produtoras de óleos e tortas, sendo que as três tinham fábricas em Bauru. Na cidade também foram criados grandes armazéns e entrepostos agrícolas e na década de 1930, como a cidade tornou-se grande produtora dessa cultura, foram instaladas onze máquinas de beneficiamento da matéria-prima, entre elas uma da Matarazzo.

Como foi visto, à medida que as Vilas Independência e Nipônica se ampliavam e se transformavam em locais de fixação das moradias de muitos imigrantes, consequentemente, tanto os aspectos culturais quanto religiosos (clubes e templos), da vida desses imigrantes nipônicos, eram inseridos nos espaços sociais dessa nova realidade, posto que sempre se preocuparam em transmitir suas tradições e valores culturais. Portanto, repensar esse passado, os possíveis esquecimentos, e dar visibilidade a esses imigrantes japoneses na cidade de Bauru significa, contribuir para definir as memórias da imigração. Nesse processo, a educação passou a desempenhar papel fundamental, por ajudar a fortalecer os laços de solidariedade e, consequentemente, na manutenção das tradições, como veremos a seguir.

2.4 Educação e escolarização em Bauru: diálogos silenciosos

Como foi colocado, com o objetivo de desenvolver diferentes atividades voltadas à comunidade nipônica e aos seus descendentes, bem como à população em seu entorno, foram criadas instituições e associações na própria Vila Independência e fora dela, dentre elas o Clube Nipo-Brasileiro em Bauru. Entretanto, além dessas instituições e das diferentes práticas culturais voltadas ao grupo, a educação também era considerada pelos imigrantes japoneses como um dos principais meios e instrumentos de manutenção da identidade e das tradições nas cidades em que se instalavam, pois era por meio dela, que seus filhos e descendentes teriam acesso à língua e à cultura japonesas simultaneamente, ou seja, a socialização do grupo entre os nipônicos. Juntamente com a ajuda mútua e o cooperativismo, tinham como um dos objetivos

passou a ser usado para fins alimentares, com refino do óleo. As usinas de beneficiamento de algodão foram sendo instaladas, acompanhando a migração da cultura do algodão, sendo montadas e desmontadas à medida em que aumentava a produção numa região e diminuía em outra. Em março de 1953, a Sanbra adquiriu as fábricas de Ribeirão Preto, Bauru e Ourinhos. Mas, era necessário que as mercadorias chegassem aos pontos de venda e ao consumidor final. Por isso, a Sanbra foi construindo uma rede de unidades de vendas que chegou a nove, estrategicamente distribuídas entre sete estados, de forma que conseguissem atender a demanda de todo território nacional através de uma rede de vendas própria, localizadas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Bauru, Ourinhos e Santos. Sua atuação se dava em diferentes setores: trigo, milho, café, algodão, sisal, mamona, oiticica, arroz, na industrialização e nas exportações. COSTA, Armando D.; SILVA, Gustavo P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). *América Latina en la Historia Económica, Revista de investigación*, v. 27, n. 1, e1002, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532020000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2023.

principais o preocupar-se com o outro, eram os pilares que embasaram a fase pioneira da imigração e colonização.

Portanto, questões como hospitalidade e mutirão (que consistiam em trabalho coletivo), transformavam-se em processo de união para apoiar quem necessitasse de ajuda, além disso, o igualitarismo tornava “o problema” uma responsabilidade de todos. Handa relata que nos primórdios não se admitia desobediência às ordens e o infrator era excluído da associação por meio do ostracismo “*mura-hachibu*”²⁷⁶. Tais valores estavam enraizados na cultura nipônica e no país de chegada. Tornou-se fundamental que fossem cultivados, a princípio como forma de manutenção da própria sobrevivência, sendo a educação um dos meios que viabilizava esse processo.

É preciso considerar que segundo Shibata, os imigrantes radicados no Brasil, na década de 1930, foram orientados por uma política educacional nacionalista, herdada da Restauração Meiji (1868), haja vista, a escolarização primária realizada no Japão. Portanto, o espírito japonês estava fundamentado no *bushido* (código de ética e conduta vigentes, baseados em princípios morais rígidos que embasavam a vida dos samurais), o qual serviu como marco de identificação nacional. Nesse contexto, a escola primária tinha como missão, educar o indivíduo como “súdito” que reconhecia sua dívida para com a família, o Estado e a coletividade. E o currículo escolar, por sua vez, priorizava os ensinamentos da moral e veneração aos símbolos nacionais: hino, bandeira, retratos imperiais e Editó Imperial da Educação de 1890²⁷⁷. Portanto, no Brasil as escolas teriam cumprido um papel rígido, enquanto centros de apoio e organização da vida e da comunidade. Foi dessa forma, que munidos e impregnados desses valores e tradições reinventadas²⁷⁸, esses primeiros imigrantes nipônicos para cá se dirigiram a fim de elaborar projetos de vida, como forma de manutenção desses valores e tradições (relacionados à hierarquia e respeito aos antepassados, transmitidos de geração em geração), eles costumavam

²⁷⁶ HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. Centro de Estudos Nipo Brasileiros. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.

²⁷⁷ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). Educação e Cultura: Brasil e Japão. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

²⁷⁸ HOBBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

se agrupar em associações²⁷⁹. Entretanto, conforme Shoji, isso não significa que o Estado japonês tenha sido transplantado para o Brasil, mas que os trabalhadores japoneses migrantes no Brasil, educados nas escolas japonesas no começo do século XX, sustentaram a religiosidade do shintoísmo Imperial mesmo depois da Segunda Guerra Mundial²⁸⁰. Na verdade, segundo Leonardo Henrique Luiz: “esses valores pré-migratórios podem ser compreendidos como *habitus* (conforme conceito de Bourdieu) que perpassaram as atividades de parte dos *nikkeis* no Brasil até pelo menos os anos 1980²⁸¹”.

De qualquer modo, é preciso acentuar que essa forma de integração e solidariedade colaborava na solução de problemas coletivos, porém o objetivo primordial, era suprir a educação dos filhos, cuja preocupação sempre foi constante. Mesmo antes da construção da sede das associações, a maior preocupação dos imigrantes era com a escola, conforme relata Demartini:

A maior parte dos pais queria que seus filhos aprendessem a língua e os costumes japoneses, tendo em vista o retorno ao Japão, mas todos desejavam uma melhor escolaridade para os filhos. A necessidade de construir escolas para esse fim foi impositiva, pois o governo brasileiro não construía escolas nem mesmo para as crianças brasileiras em idade escolar, deixando aos imigrantes a resolução de suas questões educacionais.²⁸²

Em Bauru, não foi diferente. Segundo relatos do Sr. Ogino, a colônia japonesa, ao receber a doação do terreno de 1760 metros quadrados, do governo japonês, logo tratou de fundar a primeira associação: “Associação Japonesa”, onde funcionava uma escola de língua japonesa destinada aos filhos dos imigrantes. A direção da escola ficou a cargo de Mikio Shimizu. É importante destacar também que em 1932, havia grande quantidade de escolas japonesas, principalmente nas regiões da Sorocabana e Noroeste. Conforme exposto na tabela

²⁷⁹ Como o Clube Cultural Nipo-Brasileiro, criado em 1936; A Associação Clube Cultural Okinawa do Brasil Subsele Bauru (Bela Vista); Associação Cultural Okinawana Água do Sobrado (ACOAS) – Vila Independência e o Bauru Golf Club (Rodovia Bauru-Marília). No campo dos esportes, a fazenda dos irmãos Satoru, Tetsuro e Tsuneki Yoshiura em 1977, transformou-se no Bauru Golf Clube. TONELLI, Marcele. Cidade de Bauru tem quatro clubes nipônicos. *Jornal da Cidade* – Sampi.net.br. Bauru, 16 de nov. de 2016. De cunho religioso, foram fundadas, a Igreja Seicho-no-Ie, em 1953; o Templo Xintoísta Paulista Ginja, em 1973; a Pastoral Nipo-Brasileira da Diocese de Bauru (PANIB), em 1957; a Igreja Aliança Cristã Missionária de Bauru, (evangélica) e a Igreja Evangélica Holiness do Brasil. CLUBE..., *op. cit.*, p. 11-13.

²⁸⁰ SHOJI, Rafael. *The Failed Prophecy of Shinto Nationalism and the Rise of Japanese Brazilian Catholicism. Japanese Journal of Religious Studies*, nº 35, v.1, 2008. *Apud* LUIZ, Leonardo Henrique. Xintoísmo de Estado: Entre o imperialismo e a imigração japonesa para o Brasil. *AEDOS – Revista do Corpo Discente do PPG – História da UFRGS*. Porto Alegre, v.10, n.22, ago., 2018, p. 199-218.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 210.

²⁸² DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Japoneses em São Paulo: desafios da educação na Nova Terra. In: KISHIMOTO; DEMARTINI, *op. cit.*, 2012, p. 26.

abaixo, eram cerca de 187 estabelecimentos, e mais 20, que apesar de prontas não tinham sido comunicadas aos órgãos competentes²⁸³.

Tabela 14 - Escolas de língua japonesa por zonas de localização, 1932

Zonas de Localização	Número de Escolas	Número de Alunos
São Paulo e subúrbios	10	618
Santos e Santos-Juquiá	10	364
Registro e vizinhanças	10	427
E.F. Paulista	13	544
São Paulo Railway	5	120
Estrada de Ferro Central do Brasil	3	140
E.F. Mogiana	0	0
E.F. Araraquara	6	181
E.F. Douradense	2	46
E.F. Sorocabana	36	1.760
E.F. Noroeste	83	4.669
Estado do Paraná	8	226
Estado do Mato Grosso	1	2883
Total	187	9.178

Fonte: adaptada. KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. Do Kasato-Maru até a década de 1920. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 126.

Fica evidente a concentração de escolas na década de 1930, nas zonas sorocabana (36) e noroeste (83), evidenciando entre outras coisas, o deslocamento que se iniciava desde a década de 1920, em direção “a marcha para o oeste”²⁸⁴.

Com relação ao contexto nacional, lentamente o Estado brasileiro começava a pensar a educação como dever, tanto que nas zonas rurais e em terras recém-desbravadas o acesso à educação era restrito. Em texto publicado no *Correio da Noroeste*, em 1936 pode-se verificar

²⁸³KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. Do Kasato-Maru até a década de 1920. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 126.

²⁸⁴Tanto que para Love, a zona da Alta Sorocabana, Alta Paulista e Araraquarense – pioneiras, foram consideradas assim, devido ao desenvolvimento que ocorreu após 1921, quando uma onda de imigrantes se dirigiu para os cafezais, sendo que o destino de 70% dos 800 mil novos habitantes do Estado (1921-40), entre migrantes e imigrantes, dirigiu-se para uma das três regiões. O resultado foi que em 1940, as três regiões, forneciam 70 % da produção total de café do Estado e 61% de algodão e, em 1937, 30% das terras agricultáveis estavam nas mãos de estrangeiros. Quanto à Estrada de Ferro Noroeste, há que se considerar que juntamente com a Paulista, forma o que Love, denomina de “Sétima Zona” (Alta Paulista), onde 93% dos novos habitantes chegaram após 1920. Nesse ano, os espanhóis formaram o maior número, mas segundo o autor, logo cederam lugar aos japoneses que representavam mais da metade dos estrangeiros em 1940. É preciso ressaltar também que em 1937, os estrangeiros detinham 1/3 das terras agricultáveis e em 1940, esse número passou para 43% (maior área ocupada entre todas as zonas. LOVE, Joseph L. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 49.

à crítica a deficiência do ensino na zona rural, a partir do recenseamento realizado em setembro de 1934:

“Segundo estudo realizado por um matutino paulistano, 51 municípios, apresentavam coeficientes de iletrados superior a 80 por cento, na zona rural. Tratava-se de meninos de 7 a 13 annos que se achavam totalmente impedidos de receber instrucção, devido à insufficiência de escolas na zona em que residem”²⁸⁵.

Quanto à carência de escolas primárias no Estado de São Paulo, o *Correio da Noroeste* publicou outra matéria, afirmando que o recenseamento escolar realizado no mês de setembro de 1934, juntamente com o recenseamento geral, acusou o Estado de São Paulo de possuir 1.137.091 de menores em idade escolar, dos quais apenas 410.488, sabiam ler e escrever e 726.603 não eram alfabetizados²⁸⁶. Os dados também refletem a quantidade de crianças em idade escolar na capital e em algumas cidades do Estado de São Paulo, sendo que Bauru aparece como a quinta cidade em número dessas crianças, contando com 60.556, conforme pode-se verificar na tabela abaixo:

Tabela 15 - Crianças em idade escolar em cidades do Estado de São Paulo e capital, 1934

	Local	Quantidade de crianças
1º	Capital	218.611
2º	Ribeirão Preto	75.936
3º	Campinas	69.561
4º	Jaboticabal	63.042
5º	Bauru	60.556
6º	Lins	58.270
7º	São José do Rio Preto	55.389
8º	Presidente Prudente	49.851
9º	Botucatu	33.272
10º	Santa Cruz do Rio Pardo	27.902
Total		712.390

Fonte: O recenseamento acusa em S. Paulo mais de um milhão de menores em idade escolar. *Correio da Noroeste*. Bauru, 17 de junho de 1934.

O periódico também deixou claro que após o recenseamento, 1.500 novas escolas foram criadas pelo governo no Estado de São Paulo, além de muitas outras estabelecidas pelas municipalidades. O texto também apresentou importantes dados referentes às crianças em idade escolar tanto na região, quanto na cidade de Bauru, como por exemplo: quantidade de

²⁸⁵ As notáveis deficiências do ensino rural em nosso Estado. *Correio da Noroeste*, Bauru, 6 de nov. 1936.

²⁸⁶ O recenseamento acusa em S. Paulo mais de um milhão de menores em idade escolar. *Correio da Noroeste*. Bauru, 17 de junho de 1934.

alfabetizados e não alfabetizados, matrículas por gênero, matrículas em escolas estaduais, municipais e particulares, bem como, crianças que frequentavam e não frequentavam escolas, assim como filhos de brasileiros e estrangeiros:

Tabela 16 - Crianças em idade escolar na região e cidade de Bauru, 1934

	Região Escolar de Bauru	Cidade de Bauru
Quantidade de crianças	60.556	11.654
Meninos	32.357	5.880
Meninas	28.199	5.774
Alfabetizados	15.246	6.483
Não alfabetizados	45.310	5.171
Escolas Estaduais	9.903	5.417
Escolas Municipais	1.465	259
Escolas Particulares	3.007	1.036
Frequentam escola	14.375	6.711
Não frequentam escola	46.181	4.943
Filhos de brasileiros	35.287	7.016
Filhos de estrangeiros	25.280	4.610
Origem ignorada	39	28
Total	60.556	11.654

Fonte: O recenseamento accusa em S. Paulo mais de um milhão de menores em idade escolar. *Correio da Noroeste*. Bauru, 17 de jun. de 1936.

A observação dos dados da tabela, permitiu verificar que de um total de 60.556 crianças em idade escolar, registradas pela comissão central de recenseamento em 1934, 46.181 delas, ou seja, 76,26% não frequentavam o ensino primário da época, número extremamente elevado, tanto para crianças brasileiras (35.287), como para filhos de estrangeiros em idade escolar (25.280), justificando a grande preocupação dos imigrantes japoneses quanto à educação de seus filhos.

Dois dias após a publicação do texto sobre o fato de São Paulo contar com 726.603 crianças sem alfabetização, o *Correio da Noroeste*, publicou outro, com dados significativos sobre os índices de alfabetização nas seguintes localidades: sedes dos municípios, sedes dos Distritos de paz, zona rural de Bauru, bem como a distribuição por núcleos da zona rural da região escolar de Bauru, os quais foram compilados na tabela abaixo:

Tabela 17 - Região escolar de Bauru - Municípios, sede de Distrito de paz, zona rural, núcleos da zona rural e população esparsa, 1934

	Sede dos Distritos de Paz da Região de Bauru	Zona Rural Menores de 7 a 13 anos	386 Núcleos na Zona Rural com 40 ou mais crianças	48 Núcleos na Zona Rural com 25 a 39 crianças	População Esparsa
Qte. de crianças recenseadas	2.814	46.088	34.927	1.640	9.521
Meninos	1.453	25.024	...	...	...
Meninas	1.361	21.064	...	...	...
Alfabetizados	1.016	7.747	5.998	261	1.488
Não alfabetizados	1.798	38.341	28.929	1.379	8.083
Escolas Estaduais	1.038	3.448	...	...	...
Escolas Municipais	167	1.039	...	...	...
Escolas Particulares	188	1.788	...	...	...
Frequentam a escola	1.393	6.270	5.375	74	821
Não frequentam escola	1.421	39.818	29.552	1.566	8.700
Filhos de brasileiros	1.658	26.563	...	...	...
Filhos de estrangeiros	1.153	19.517	...	...	...
Origem ignorada	3	8	...	...	...
Total	2.814	46.088	34.927	1640	9.521

Fonte: Precisamos reduzir os índices gritantes da deficiência do ensino primário entre nós. *Correio da Noroeste*. Bauru, 19 de jun. de 1936. Espaços com dados numéricos não disponíveis.

Novamente, os dados refletem a realidade da época, porém pode-se observar o acesso a escola primária na zona rural, onde concentravam-se nesse período ainda muitos imigrantes, deixando claro que de um total de 46.088 crianças recenseadas que viviam na zona rural de Bauru (entre 7 e 13 anos de idade), 39.818 não frequentavam a escola primária, ou seja, 86,39% não tinham acesso a esse grau de instrução, fazendo com que os pais, no caso dos imigrantes japoneses, buscassem soluções em escolas particulares, haja vista, a quantidade de filhos de estrangeiros, 19.517, os quais necessitavam suprir a carência e defasagem, intervindo nessa realidade, a fim de construir as próprias escolas, ainda que com o objetivo de promover e manter tradições e identidade. Diante desse quadro de carência e defasagem os protestos com solicitações de mais grupos escolares para Bauru tinham continuidade nos periódicos locais:

Para uma população urbana que se avizinha, hoje, da casa dos 20.000 habitantes, a cidade de Bauru possui apenas três grupos escolares. Evidentemente é pouco. Mais uma vez, neste ano, alguns milhares de meninos, que vão de ano para ano aumentando em quantidade, estarão condenados a ficar sem escola, com evidentes prejuízos para eles e aflicção para os pais. (...) E é preciso, principalmente, dissipar

do espirito de muitos a idéa de que, pelo menos entre nós o ensino primário deixou de ser obrigatório²⁸⁷.

A defasagem e falta de acesso à educação também ficam evidentes em alguns municípios da Zona da Alta Sorocabana, além da Alta Paulista e Noroeste, assunto que não será tratado nesse capítulo. Enquanto isso, os núcleos de imigrantes fixados em zonas rurais, davam continuidade à edificação de escolas a partir do trabalho conjunto. Mas, Shibata ressalta que a própria deficiência no campo da educação escolar (falta de escolas) abriu espaço para iniciativas japonesas (por meio da BRATAC, K.K.K.K. e Brazcot) que facilitaram aos imigrantes a organização de suas escolas, bem como subsídios para serviços médicos, construção de estradas e outros serviços²⁸⁸.

A crítica a falta de escolas primárias, a iniciativa dos japoneses na construção de suas escolas e o alerta para o “perigo do enquistamento”, também foram relatados da seguinte forma no *Correio da Noroeste*:

Em materia de ensino primario, muito se tem feito, principalmente em nosso Estado. Mas, (...) quasi tudo ainda esta por fazer nesse terreno. Centenas de milhares de pequenos compatriotas nossos não recebem a luz da instrução, por falta de escolas. E quando esse problema se refere a meios cosmopolitas, como o nosso, onde varias correntes imigratórias ainda lutam para se identificarem com os nossos costumes, com a nossa língua e com as nossas tradições ele se torna mais angustioso. Os filhos de imigrantes que vivem na zona rural, e em colonias onde predominam elementos de uma mesma nacionalidade recebem instrução em língua dessa nacionalidade baseada em suas tradições e costumes. Assim, não só taes imigrantes não se adaptam aos costumes do Paiz, como ainda o mais grave – seus filhos brasileiros natos, crescem completamente alheios aos assumptos do Brasil. Em varias colonias de japonezes, por exemplo, todos celebram o aniversario de S.M. Hiroito I, mas em geral ignoram que o dia 7 de setembro é data nacional, dedicada à comemoração da nossa independência. Segundo apuramos, as maiores dificuldades para o estabelecimento de escolas nessas colonias residem no facto dos professores não encontrarem, salvo raras excepções, o conforto necessario, chegando mesmo a sentir-se mal, num ambiente tão diferente do seu. A solução do problema depende, portanto da fixação do professor. Alguns nucleos japonezes chegaram a construir casas que doaram ao governo para instalação de escolas. Entretanto, esse não correspondeu ao esforço dos colonos que se viram obrigados a recorrer a professores, para que seus filhos não crescessem sem instrução. Está ahi pois, um problema que precisa ser resolvido com urgência, afim de evitar-se, entre nós, o perigo do “enquistamento”. J.P. F²⁸⁹.

²⁸⁷ Precisamos de mais grupos escolares em Bauru. Bauru, *Correio da Noroeste*, 31 de jan. 1937.

²⁸⁸ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org.). Educação e Cultura: Brasil e Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

²⁸⁹ Um problema a resolver, com urgência – A instrução precisa de melhor difusão nos nucleos coloniaes. *Correio da Noroeste*. Bauru, 08 de jun. de 1937.

Portanto, percebe-se que além de construir as próprias escolas, esses imigrantes japoneses tentavam na verdade, suprir as deficiências dos governos locais e dessa forma, acabaram por reafirmar e promover a manutenção de suas tradições e identidade. Entretanto, também é pertinente observar, que na medida em que produziam vínculos com o poder público, ao estabelecerem as condições concretas para a educação dos próprios filhos, esses imigrantes acabaram por “negociar sua inserção na sociedade brasileira como nipo-brasileiros”, conforme colocação de Lesser²⁹⁰.

De acordo com Demartini, as escolas construídas a princípio pelos imigrantes japoneses, eram geralmente de pau a pique, cobertas de sapé, com paredes de barro e chão batido. Muitas vezes as aulas eram nas residências e a falta de material didático influía de forma negativa. Dentre os tipos de escolas, a autora aponta: escolas surgidas de uniões familiares (como as mantidas pelo Clube Nipo-Brasileiro, as criadas pelas Companhias de imigração, por entidades religiosas) e as escolas fundadas por indivíduos (como as de Corte e Costura)²⁹¹, como a retratada na imagem abaixo, onde pode-se observar a Academia de Corte e Costuras Japonesa, localizada no centro de Bauru, sob a direção da senhoria Luiza, que apesar da descendência, fazia questão de destacar “ser brasileira”: ou a fim de atrair mais alunos interessados, ou de deixar clara sua inserção social.

Figura 10 - Anúncio de Academia de Corte e Costura Japonesa, 1938

²⁹⁰ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

²⁹¹ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Japoneses em São Paulo: desafios da educação na Nova Terra. In: KISHIMOTO; DEMARTINI, *op. cit.*, 2012, p. 36.



Academia de Corte e Costuras Japoneza
Direção :
Prof. Senhorinha LUIZA SUMIKO TAGA (Brasileira)
Cursó completo para Senhoras, Senhorinhas e Homens

CORTES E COSTURAS — pelos ultimos figurines.
 CORTE PARA HOMENS E CURSO DE PORTUGUEZ —
 a cargo do prof. Waldemar Siquer Wakita.
 ARIMETICA — a cargo do prof. Nilo Kazuite Abé
 INFORMAÇÕES: — Rua Inconfidencia, 6-54 — BAURU



Fonte: *Correio da Noroeste*. Museu Ferroviário de Bauru, 1938.

Mesmo com o passar do tempo, escolas particulares estrangeiras continuaram a ser fundadas, mas com formas diferenciadas de funcionamento, de organização curricular, de manutenção e estrutura física – mantidas de diversas formas: associações, sindicatos operários, grupos religiosos ou industriais; tanto na zona urbana, quanto na rural. Daí a necessidade de normatizações de regras, fiscalizações e punições devido à realidade conflituosa e grande demanda pela escolarização primária, principalmente porque esta não era atendida pelo Estado.

Portanto, os filhos dos imigrantes ocupavam muitas vagas nas escolas públicas, entretanto, tal situação ameaçava a formação nacionalista almejada pelos governantes. Mas, um fato é relevante e faz-se necessário destacar, ou seja, até 1930, a formação da cidadania republicana era considerada missão da escola primária, permanecendo, portanto, sob responsabilidade dos governos estaduais. Quanto ao Estado de São Paulo, somente na segunda década do século XX, é que houve maior controle dos conteúdos curriculares das escolas privadas (principalmente de escolas estrangeiras). Assim sendo, a Lei Estadual nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917²⁹², estabeleceu, entre outras providências, a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa, da Geografia e da História do Brasil (ministrados por professores brasileiros natos, como condição necessária para a autorização de funcionamento das escolas particulares) e determinou que todas as disciplinas fossem ministradas no idioma pátrio.

Segundo Demartini, a partir de 1930, o Departamento de Educação de São Paulo, tornou obrigatório o registro das escolas dos núcleos de colonização, tornando o ensino da Língua japonesa como disciplina extracurricular e inseriu a Língua Portuguesa no currículo regular. Em seguida, em 1933, passou-se a exigir exame de habilitação para professor de língua estrangeira, aprovação de livros de ensino de língua estrangeira, proibição de livros didáticos prejudiciais à formação do espírito nacional brasileiro e a proibição de estrangeiros exercerem o cargo de diretores e proprietários de escolas²⁹³. Um exemplo, foi uma Reunião Pedagógica, com a participação do Delegado de Ensino, professor José Vieira de Macedo, inspetores e diretores dos grupos escolares de Bauru que foi realizada em 27 de janeiro de 1937, onde cinco temas foram discutidos: cultura da língua, instituições auxiliares da escola, programas de ensino, provas mensais e exames finais. Uma das orientações e determinações do encontro com relação a Cultura da língua era no seguinte sentido:

“(...) evitar nomeação de estrangeiros para leccionar em escolas primarias, qualquer que seja a disciplina; nomeação de professores diplomados pelas nossas escolas normaes, em substituição aos leigos, que são mantidos pelos responsáveis por escolas estrangeiras existentes em nosso Estado (...)”²⁹⁴.

²⁹² Lei Estadual nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/65789>. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

²⁹³ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Japoneses em São Paulo: Desafios da Educação na Nova Terra. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). Educação e Cultura: Brasil e Japão. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 26.

²⁹⁴ A reunião pedagógica da região escolar de Bauru. *Correio da Noroeste*, Bauru, 27 de jan. de 1937.

Dessa forma, um conjunto de decretos foi lançado buscando disciplinar a vida do estrangeiro no país: como o Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938²⁹⁵, que vetava atividade política a estrangeiros e proibia o recebimento de subvenções, contribuições ou auxílios de governos exteriores (estendendo às instituições); impunha restrições à circulação e publicação de jornais, livros, folhetos, serviços de radiodifusão em idioma estrangeiro, bem como proibia encontros privados, desfiles, comícios, reuniões, entre outros.

Outra medida foi o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938²⁹⁶, regulamentado em 20 de agosto de 1938, pelo Decreto 3.010²⁹⁷, que criou o Conselho de Imigração e Colonização que passou a controlar o ingresso de imigrantes, a permanência e a concentração em núcleos coloniais, com providências para a assimilação; disciplinou o ensino de todas as matérias em língua vernácula; a nacionalização dos livros do ensino primário; deu provimento ao cargo de professor primário somente a brasileiros natos; proibiu o ensino de língua estrangeira nas zonas rurais para menores de quatorze anos e instituiu a obrigatoriedade do ensino cívico, de geografia e de história do Brasil. Percebe-se a perseguição com relação aos estrangeiros numa publicação do *Correio da Noroeste*, em agosto de 1938, até mesmo com relação a anúncios em língua estrangeira:

Chamaram-nos a atenção para alguns trechos da cidade com estabelecimentos que ostentam taboletas em língua estrangeira. E acrescentaram que o caso bem merece um comentário tanto mais oportuno quanto é certo que as faz agora, uma vez mais, intensa propaganda nacionalista e apreciável trabalho tendente a conquistar para o Brasil brasileiros de filhos advenços que as tenham deixado influenciar por sentimentos exóticos. Nada mais fazemos do que registrar a observação encaminhando-a às autoridades competentes, que hão de encontrar um meio capaz de remover tais taboletas²⁹⁸.

Diante desse contexto, as escolas como centro de difusão da cultura e tradição das colônias japonesas foram diretamente atingidas e conforme pode-se verificar, o ponto central era a ação da escola primária no cultivo da língua nacional e para tanto era necessário cumprir

²⁹⁵ Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20383%2C%20DE%2018%20DE%20ABRIL%20DE%201938,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 25 de abr. de 2024.

²⁹⁶ Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

²⁹⁷ Decreto 3.010 de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regulamenta%20o%20decreto%2Dlei%20n,que%20lhe%20conferem%20o%20art.> Acesso em: 25 de abr. 2024.

²⁹⁸ Taboletas em língua estrangeira – uma observação que encaminhamos às autoridades competentes. *Correio da Noroeste*. Bauru, 01 de ago. 1938.

às exigências do Departamento de educação. O problema é que para os imigrantes e para as associações, tais medidas resvalavam no cerceamento do ensino da língua japonesa e consequentemente, comprometiam a formação da consciência ética de seus filhos, desencadeando o processo de ensino clandestino diante das restrições ao ensino da língua japonesa no Brasil, pois havia o desejo de retorno ao Japão daí a importância da língua para a primeira geração, entretanto, com o passar do tempo, permanecem no país e para a segunda geração, a educação tem outra conotação: ela representa um meio de vida e ascensão social.

Shibata alerta que se fazia necessária a erradicação do idioma pátrio do meio imigrante (elemento distintivo de sua nacionalidade) para que houvesse a absorção cultural e social dos “quistos linguísticos”²⁹⁹, como exposto por Maragliano Junior no texto: “O Problema dos Kistos”, publicado em 1936, no *Correio da Noroeste* e já discutido no capítulo anterior.

O Sr. Almeida Junior, atualmente diretor do Ensino em São Paulo, acaba de conceder uma entrevista aos jornais, em que dá conta das impressões sobre a viagem que realizou pela Noroeste e Alta Paulista. [...] — o sr. Almeida Junior enxergou com certeza o imperioso problema da nossa soberania periclitante nos kistos raciais de colonização estrangeira, por isso que o apontou inteiro em sua entrevista. Mas o fez de envolto com um optimismo de que me permito divergir. Assim revestido da importância que o cargo lhe dá, o sr. Almeida Junior visitou todos os recantos daquela região onde os núcleos estrangeiros se fixaram, no louvável proposito de incentivar aquilo que, educador que é lhe compete fazer como bom patriota: promover a assimilação das crianças estrangeiras por intermédio da escola. Entretanto por isso que a sua visita resultou da autoridade do cargo, o que lhe foi dado ver correspondeu aquilo que se pode ver em casa de gente pobre em dia de visita ilustre. O ambiente visto era o de um dia anormal; o corriqueiro viu o que muitas vezes e posso dizer que é muito diferente. Dê o governo, ao nosso homem rural primeiramente a terra como propriedade sua; em seguida, defenda-lhe a saúde; e, por último, a cartilha. Contra um homem assim, defendido, com uma resistência que nasce de si próprio, do fundo da sua própria consciência, não haverá kistos estrangeiros de povos ou mais imperialistas deste mundo que lhe façam a menor sombra, nem o expulsem, um dia, de sua casa³⁰⁰.

É importante ter em mente que, paralelamente à discussão educacional paulista, havia em nível nacional, uma discussão sobre a política de imigração cercada de teorias de cunho racista, inclusive a partir da estruturação dos ideais nacionalistas no Brasil, com impulso na segunda década do século XX, a partir da fundação de uma Liga de Defesa Nacional, composta por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Antonio Calmon³⁰¹. Em 1920, houve uma reforma da Instrução Pública, implantada pela Lei nº 1.750 de 8 de dezembro, que criou mais exigências para o reconhecimento das escolas particulares como: respeitar os feriados nacionais, ensinar os cantos nacionais, proibir o ensino de línguas estrangeiras a crianças menores de 10 anos.

²⁹⁹ SHIBATA, 2012.

³⁰⁰ JUNIOR, Maragliano. O problema dos kistos. *Correio da Noroeste*, Bauru, 06 de out. 1936, p. 2.

³⁰¹ Estatutos da Liga de Defesa Nacional *apud* NAGLE, 2001, p. 66.

Entretanto, apesar da necessidade de imigrantes e, essa entrada ser considerada positiva, num contexto de “embranquecimento” de uma população de maioria negra³⁰², por volta de 1920, também se tinha iniciado uma preocupação com a identidade nacional. Em seguida, na década de 1930, o Governo Federal começou a estabelecer medidas legais, limitando a entrada de estrangeiros e dificultando a permanência deles no Brasil. Ainda de acordo com Geraldo, a restrição se deu por meio do decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930, baixado por Vargas, o qual estipulava que dois terços dos postos de trabalho deveriam ser ocupados por brasileiros (visando na verdade, o apoio dos trabalhadores).

Dessa forma, o estrangeiro passou a ser sinônimo de problema, subversão, movimento comunista, anarquista e com relação ao imigrante japonês, ainda havia certa relação com o imperialismo. Como foi visto, há que se considerar que a inversão de capitais japoneses nas áreas agrícolas, com desdobramento no campo comercial, financeiro (bancos) e mais tarde industrial, também alertavam para o perigo imperialista³⁰³. Tais características justificavam as medidas repressivas por parte do governo Vargas num contexto de controle e cerceamento das liberdades pressionando por uma política de nacionalização visando à integração desses imigrantes³⁰⁴. Por outro lado, Shibata ressalta que a presença de japoneses também representava concorrência com trabalhadores nacionais, daí a intervenção do Estado com uma política de limitação de entrada de estrangeiros

É pertinente afirmar que essas medidas restritivas ocorreram antes do início da Segunda Guerra Mundial, o que permite que se observe como a presença no Brasil, de uma política nacionalista e excludente foi se aprofundando conforme o desenrolar dos acontecimentos no contexto internacional. Portanto, a escola foi considerada um dos meios para assimilar os estrangeiros e criar a identidade nacional. Para tanto o Ministério da Educação deveria atuar em três aspectos: conteúdo nacional, padronização e erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais.

O papel da educação na formação dos cidadãos já estava inserido no projeto político do Estado Novo, por meio de regras específicas para educação, principalmente nas escolas primárias com hinos e bandeiras. Diante desse contexto, tonar-se evidente que a formação do Estado Nacional estaria vinculada à homogeneização da língua, dos costumes e da cultura, o

³⁰² GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. Cadernos AEL, v. 15, n.27, p. 173-209, 2012. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575>. Acesso em: out. 2020.

³⁰³ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

³⁰⁴ Ibid.

que implicaria na uniformização cultural e por sua vez na exclusão dos estrangeiros, ou seja, as escolas primárias deveriam ser transformadas em instrumentos de disseminação da identidade nacional brasileira (promovendo a assimilação). Nesse cenário, o consulado japonês prestou suporte ao criar associações para centralizar e uniformizar os procedimentos das escolas, ao estabelecer diretrizes comuns às escolas, incentivando a formação da dupla cidadania (como visto), construção de prédios e subsídios para funcionamento das associações. Dessa forma, acabaram agindo de forma a desenvolver um “sistema educacional japonês” em território nacional, dentro do contexto de elaboração do projeto nacionalista.

Na verdade, há muito já se tentava disciplinar a entrada de “determinados” estrangeiros no país (instituição da Lei de Cotas pela Constituição de 05/1934³⁰⁵). Porém, na sequência, as decisões políticas visavam, igualmente, implementar maior integração dos estrangeiros à sociedade brasileira e conforme descrição de Shibata:

Para neutralizar as influências estrangeiras nos núcleos, o governo colocou em execução o programa de nacionalização, mediante uma ação conjunta do Ministério da Justiça, da Guerra, do Trabalho e da Educação, lançando mão de uma legislação específica que espelhava uma política imigratória de caráter mais amplo, combinando imigração e assimilação³⁰⁶.

O que fica evidente, portanto, é que tanto o governo estadual paulista, quanto o governo federal, pretendiam promover a assimilação das comunidades estrangeiras e o meio para tal fim, seria impondo limites à preservação de suas culturas originais, seja por meio de suas escolas, associações ou imprensa. Na verdade, esse contexto reflete tanto a restrição do ingresso de novos imigrantes, quanto o estabelecimento de medidas para dificultar a permanência no país.

Finalmente, em dezembro de 1938, houve a determinação do fechamento das escolas de língua estrangeira³⁰⁷. Uma entrevista, de 1940, publicada no periódico “*A Folha da Noite*”, foi transcrita no *Correio da Noroeste*, dando ciência da necessidade de registro das escolas no Departamento de Educação, principalmente na questão do pagamento de impostos e alertando sobre o fechamento das escolas:

³⁰⁵ Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Art. 121 § 6º A entrada de imigrantes no territorio nacional soffrerá as restricções necessarias á garantia da integração ethnica e capacidade physica e civil do immigrante, não podendo, porém, a corrente immigratoria de cada paiz exceder, annualmente, o limite de dois por cento sobre o numero total dos respectivos nacionaes fixados no Brasil durante os ultimos cincoenta annos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

³⁰⁶ Ibid., p. 51.

³⁰⁷ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p.99.

“*A Folha da Noite*” publica uma entrevista com o prof. Plínio Paulo Braga, delegado do Ensino Particular, sobre o funcionamento de escolas clandestinas nesta Capital. O prof. Plínio declarou que por ignorância ou má fé, vários diretores de estabelecimentos de ensino mantêm os seus cursos sem o registro no Departamento de Educação, o que traz grande prejuízo, pois não pagam impostos e a escola funciona sem a fiscalização necessária em detrimento de outros estabelecimentos, que funcionam regularmente. Dando um fim a estas escolas, o Departamento está agindo com todo o rigor, tendo já fechado algumas delas”³⁰⁸.

Em seguida, no mês de agosto de 1939, o Decreto-lei 1.545³⁰⁹, dispôs normas para adaptação dos descendentes de estrangeiros ao meio nacional; em 18 de novembro do mesmo ano, o Decreto-lei nº 868, criou a Comissão Nacional do Ensino Primário³¹⁰ com a atribuição de nacionalizar as instituições estrangeiras de ensino. Portanto, mesmo que o fechamento das escolas estrangeiras tenha sido um ato executado pelo Governo Federal, durante a ditadura do Estado Novo, convém ressaltar que embora sejam projetos educacionais diferenciados (o fechamento de escolas no Estado de São Paulo teve início na Primeira República), foram convergentes a partir da necessidade de construção da identidade nacional por meio da escola pública.

Diante dessa realidade, o resultado da campanha nacionalista desencadeou o fechamento de 284 escolas estrangeiras no estado de São Paulo (segundo Relatório do INEP, 1940) e 51 oficiais foram abertas³¹¹. Entretanto, com o decorrer do tempo e até muito mais tarde (1953), escolas serão fechadas em toda a região de Bauru, como se pode ver na publicação: “O prof. Oguiomar Ruggeri, Delegado Regional do Ensino distribuiu nota á imprensa, comunicando o fechamento de 6 escolas japonesas clandestinas”³¹². Mas, nem todas as escolas foram fechadas, permanecendo as escolas de Ourinhos, Cotia e a Taishô, na capital (que se adaptaram)³¹³. Entretanto, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a “Associação Japonesa” em Bauru, teve seu nome alterado para “Clube Recreativo de Bauru”, conforme já citado, atividades da entidade continuaram normalmente com relação à fraternidade, solidariedade e ensino da língua

³⁰⁸ Repressão às escolas clandestinas. *Correio da Noroeste*. Bauru, 1940, n.2773, ano IX, p.2.

³⁰⁹ Decreto-lei 1.545 de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20adapta%C3%A7%C3%A3o,dos%20brasileiros%20descendentes%20de%20estrangeiros.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,%20%2D%20\(Revoga%C3%A7%C3%A3o%20Parcial\)](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20adapta%C3%A7%C3%A3o,dos%20brasileiros%20descendentes%20de%20estrangeiros.&text=Vide%20Norma(s)%3A,%20%2D%20(Revoga%C3%A7%C3%A3o%20Parcial).). Acesso em: 12 de mar. 2024.

³¹⁰ Decreto-lei nº 868 de 18 de nov. de 1938. Criou no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20868%2C%20DE%2018%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201938,q ue%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 12 de mar. 2024.

³¹¹ Ibid., p. 65.

³¹² Fechadas várias escolas japonesas clandestinas. *Correio da Noroeste*. Bauru, 06 de jun. de 1953.

³¹³ SHIBATA p.63

japonesa, porém com a adesão do Brasil à Guerra em 1942, foram várias as restrições e uma delas, incluía o fechamento de todas as escolas japonesas.

“A Folha da Noite” publica uma entrevista com o prof. Plínio Paulo Braga, delegado do Ensino Particular, sobre o funcionamento de escolas clandestinas nesta Capital. O prof. Plínio declarou que por ignorância ou má fé, varios diretores de estabelecimentos de ensino mantêm os seus cursos sem o registro no Departamento de Educação, o que traz grande prejuízo, pois não pagam impostos e a escola funciona sem a fiscalização necessária em detrimento de outros estabelecimentos, que funcionam regularmente. Dando um fim a estas escolas, o Departamento está agindo com todo o rigor, tendo já fechado algumas delas”³¹⁴.

É preciso ter presente que o fechamento das escolas significou a culminância do projeto nacionalista do Estado Novo, cuja estratégia visava a erradicação de instituições estrangeiras sob a esfera de influência de seus governos de origem.

A partir de 1938 houve uma disposição da *Fukyû-kai* em não se confrontar com as autoridades brasileiras, tanto que na “Conferência das Escolas”, em 11/1938, realizada em Lins, optou-se pelo “método itinerante” (ensino clandestino destinado a pequenos grupos, com menores de 14 anos)³¹⁵. Ainda segundo o autor, a organização e estrutura das escolas no Brasil copiavam o modelo do Japão e desempenhavam papel importante na articulação da identidade étnica, pautada em critérios nacionais japoneses, por isso o ensino voltou-se para o aprendizado da língua nipônica (fundamental para o acesso das crianças aos ensinamentos de Educação Moral e Cívica – Shushin), música, geografia e história do Japão, permitindo uma rememoração do espírito japonês, das tradições e veneração de símbolos e heróis³¹⁶.

Diante desse contexto e realidade é importante ter presente as considerações de Hall, que a cultura nacional nunca foi somente um ponto de união e identificação simbólica, mas, na verdade, “uma estrutura de poder cultural”³¹⁷. Conforme pode-se observar essa “estrutura de poder” ficou clara com a intenção tanto do governo paulista quanto do federal, de efetuar a assimilação das comunidades estrangeiras como meio de limitar a preservação das culturas originais. Os estigmas vivenciados por Ogino durante a infância, permitem observar sua percepção a posteriori, considerando-se culpado pela discriminação, mesmo após passados 65

³¹⁴ Repressão às escolas clandestinas. *Correio da Noroeste*. Bauru, 1940, n.2773, ano IX, p.2.

³¹⁵ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

³¹⁶ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p.99.

³¹⁷ HALL, *op. cit.* p. 58.

anos do pós-guerra: “Na minha infância, na década de 40, os japoneses eram considerados seres estranhos, como alienígenas oriundos de outras galáxias e, como era período pós-guerra, éramos discriminados, com muita razão, acho eu” ³¹⁸. Para explicar o motivo da “culpa” pela discriminação, ele relata uma passagem peculiar de sua infância, desvelando algumas tradições importantes para imigrantes japoneses:

Na época, as famílias japonesas eram agricultores nômades e permaneciam em um terreno por um curto espaço de tempo. Quando a terra empobrecia, já partiam para a abertura de novas fronteiras agrícolas. Assim, mudavam-se sempre, de um lado para outro, carregando os seus modestos pertences. Consistiam apenas em utensílios de cozinha, cama e ferramentas agrícolas, além de porcos, galinhas, cachorros, gatos e até galinha chocando ovos. Mas dentre essas “tranqueiras”, havia três coisas imprescindíveis: o barril de *Choyu* (molho de soja), de *Missô*³¹⁹ e o pilão grande para fazer *moti* (bolinho de arroz). O problema era o barril de *Missô*. Numa dessas mudanças, quatro pessoas carregavam este trambolho no caminhão e a tampa caiu. O motorista que era *gaijin* (estrangeiro), viu o conteúdo e começou um diálogo interessante com o ajudante também *gaijin*. – Até isso os japoneses levam na mudança? – Mas não tem aquele cheiro! Admirou outro. E me perguntou: Isto é adubo? E eu na mais pura da santa ignorância respondi: É pra “cumê”. O motorista que tinha certeza que aquilo era (mer...), ficou ainda mais assustado e se calou com uma fisionomia de quem não estava se sentindo bem.³²⁰

Havia alguns mecanismos que teriam levado Ogino a assimilar tal percepção. Ele era um economista, muito conhecido, engajado e bem quisto na comunidade nipônica e parecia se enquadrar na memória construída. Apesar dos estigmas e revezes sofridos, havia motivos de orgulho, pois havia uma semente plantada pelos antepassados pioneiros: a “perpetuação como herança”³²¹, bem como a manutenção da filosofia por aqueles que os sucederam. Ao relemburar e analisar a trajetória de vida desses imigrantes, Ogino observa que a cultura japonesa conseguiu ultrapassar os limites da pequena Colônia *Nikkei*, cujos valores vêm sendo difundidos por todos esses anos na comunidade de Bauru. Seus traços são percebidos na culinária, comércio, religião, arquitetura, esportes, música etc.

Nesse contexto, importante destacar o conceito de cultura de Eagleton pode ser resumido como:

Complexo de valores, costumes, crenças e práticas, que constituem o modo de vida de um grupo específico. Ela é “aquele todo complexo” como escreve o antropólogo

³¹⁸ OGINO, Massaru. Reminiscências da vida no campo. Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru – Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel, SP: Grafilar, 2010, p.43.

³¹⁹ Trata-se de um ingrediente da culinária japonesa feito a partir da fermentação de soja e sal, adicionando-se arroz, cevada e outros ingredientes. O resultado é uma pasta usada para fazer a sopa de *missô* que é dissolvida em água quente e pode ser misturada com vegetais e legumes.

³²⁰ As traduções entre parênteses nos relatos de Ogino são da autora. OGINO, Massaru. Reminiscências da vida no campo. In: CLUBE..., op. cit. p. 39.

³²¹ HALL, op. cit. p. 58.

E. B. Tylor em uma célebre passagem de seu *Primitive Culture*³²² [Cultura Primitiva], “que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como um membro da sociedade”. A cultura é então simplesmente tudo que não é geneticamente transmissível. Trata-se, como coloca um sociólogo³²³, da crença de que os seres humanos “são o que lhes foi ensinado.”³²⁴

A fala de Bauman, lembrada por Eagleton, de que “nós os humanos, somos o que nos ensinam”, resume toda a preocupação dos imigrantes japoneses com a questão da educação como via de manutenção das tradições e cultura, repassada de geração em geração. Não podemos nos esquecer de que o início dessa história se deu a partir da fundação da “Associação Japonesa”, a qual tinha como objetivo a organização da Escola de Língua Japonesa. Dessa forma, as primeiras levas de imigrantes japoneses deixaram para sempre seus traços, suas marcas, seus valores e tradições, muito além das margens do córrego que demarcava e limitava seus espaços e extrapolaram as paredes da pequena escola de língua japonesa fundada por eles.

2.4.1 Uma professora, um padre e um batizado!

Como foi visto, ainda que a comunidade tenha se organizado em torno de necessidades como a escola e a manutenção da vida social, aspectos ligados à religiosidade, ficaram em segundo plano, sofrendo adequações: culto aos falecidos em igrejas católicas, ritos budistas, missas de 7º e 49º dias, o que se deve ao fato de os imigrantes japoneses (desde as primeiras levas), até o fim da Segunda Guerra Mundial, buscarem conforto material, relegando aspectos religiosos para segundo plano.

A proibição da saída de monges budistas e xintoístas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão, também contribuiu para a não propagação da religião tradicional. Sendo que uma das características mais evidentes é a convivência entre imagens de santos católicos com práticas religiosas sincréticas - oratórios budistas (*butsudan*). Dessa forma, o fato de os imigrantes da primeira geração batizarem seus filhos na Igreja católica ou se casarem, se devem à necessidade de obter a integração com a sociedade local, pois enquanto estrangeiros, não possuíam seu “lugar” definido na comunidade local, por isso escolhiam padrinhos e madrinhas que propiciariam benefícios econômicos e outras vantagens. Tais considerações de Gaudioso e

³²² TYLOR, 1871, *apud* EAGLETON, *op. cit.*, p. 54.

³²³ BAUMAN, 1989, *apud* EAGLETON, *op. cit.*, p. 54.

³²⁴ EAGLETON, *op. cit.*, p. 54.

Soares³²⁵, são importantes para a compreensão do texto publicano no encarte do Bauru Ilustrado, sobre o batizado de imigrantes japoneses, o qual relata que desde a década de 1930:

Bauru já agasalhava grandes contingentes de japoneses que, na sua integração com o povo bauruense, recebia também a doutrina cristã, especialmente de parte de Maria Ernestina Camargo (d.Cota) e do padre João. Na foto, o batizado das famílias Imauti e Ijuim, cerimônia essa realizada num domingo, no ano de 1932, na residência do coronel Manoel Camargo (cujo nome deu origem ao bairro de Vila Camargo)³²⁶.

Primeiramente, é preciso considerar que as famílias Imauti e Ijuim trabalhavam para um coronel (Manoel Camargo), bem como D. Ernestina atuava juntamente com padre João, na “conversão” dos fiéis japoneses, ou seja, existia um ambiente de pressão e intimidação, além da questão social. Era importante fazer parte desse mundo “cristão” como meio de facilitação nos relacionamentos, inclusive sendo prática que se arrastou por muito tempo, o convite de pessoas de “destaque social, político ou econômico”, ou patrões, para apadrinhar os batismos. Pereira deixa claro que, essa pertença dos imigrantes, se aproxima de um jogo entre a inserção na comunidade receptora e os benefícios obtidos a partir dessa inserção. As igrejas cristãs não impediram o trabalho missionário entre imigrantes, inclusive os próprios funcionários do governo japonês aconselhavam o batismo: “Muitos imigrantes (sobretudo depois da segunda geração) tornaram-se cristãos, mas isso é interpretado por Takashi Maeyama e Hirochika Nakamaki como uma adaptação ou acomodação ao meio brasileiro. Ou seja, para não ter problemas com a vizinhança ou na escola”³²⁷. Entretanto, convém ressaltar as observações de Richard Gonçalves André a respeito das apropriações dos japoneses. Segundo ele, tal característica é parte da identidade japonesa e no Brasil, não foi diferente, dada a sugerida absorção das representações cristãs à religiosidade pré-migratória. O autor ainda adverte que esses imigrantes não abandonaram a fé anterior, mas converteram-se sob a ótica ocidental e

³²⁵ GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Entre o Butsudã e a missa: práticas religiosas de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, Brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [En línea], 20 | 2010, Publicado el 08 abril 2011. Consultado el 25 outubro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/alhim/3667>; DOI: <https://doi.org/10.4000/alhim.3667>.

³²⁶ PIRES, Luciano Dias. Batismo de imigrantes japoneses. *Bauru Ilustrado*. Bauru, mai de 1985, p. 9. Na foto em primeiro plano a partir da esquerda estão: Hisakiti e Olga Imauti, Maria Camargo Mesquita, Rute Camargo Andrade, Aparecida Pinto, Rosa Imauti, Maria Haru, Kentetsu, Kanehiko e Kaneaki Ijuim, Maria Ernestina Camargo, Tami e Ilda Imauti. Atrás, também a partir da esquerda: Carlos Camargo, padre João, Benedita e Joaquim Camargo, Antenor Santos Pinto e Maria José Pinto, Andreлина e João Mesquita, João Batista e Manoel Camargo, Maurício Camargo Lins. Por último estão: Carmela Ventrici e Maria do Carmo Camargo. Na varanda estão: Juares Lins no colo de sua pagem, Semirames Lins e Emiliana Camargo Lins.

³²⁷ PEREIRA, Ronan Alves. Religiões japonesas no Brasil: Identidade e mudança sócio-cultural. PEREIRA, Ronan Alves. In: Anais do II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, 1991, p. 165-169.

adotaram o Cristianismo somente de forma superficial, apropriando-se de seus elementos como aspectos complementares ao arcabouço budista e xintoísta. Portanto, a religiosidade pré-migratória ganhou território, apropriando-se de elementos cristãos, de tal forma que: “Domesticamente, praticava-se o Budismo e o Xintoísmo, adotando-se novos elementos; publicamente, frequentava-se as missas”, sendo possível que com as ligações entre o governo Vargas e a Igreja Católica, cristianizar-se tenha se tornado mais premente para o imigrante.³²⁸.

Figura 11 - Batismo de imigrantes japoneses, 1932



Fonte: Bauru Ilustrado. Bauru, mai. de 1985, p. 9. Museu Ferroviário de Bauru.

O Correio da Noroeste também circulava nas regiões da E.F. Sorocabana, portanto, trazia notícias dessa e de outras regiões, entre elas, a de um batizado em Promissão (há 137 km de Bauru), em que onze crianças foram “convertidas” ao catolicismo, tal artigo é importante sob o ponto de vista do papel da escola e professores como “catequizadores”:

³²⁸ ANDRÉ, Richard Gonçalves. Silenciosos diálogos: religião, apropriação e cultos privados entre imigrantes japoneses no Brasil. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano III, n.8, set., 2010, p. 75-100. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligião>. Acesso em: 20 de mar. de 2023. Grifos nossos.

O que nos interessa é citar que os batizados eram todos alunos da Escola Mista Municipal de Corrego Azul, sob a regência da profa. Conceição Mendes. Esta vinha de há muito tempo e com uma santa paciência preparando esses menores para serem recebidos na Igreja Católica. E assim depois de inauditos esforços conseguiu catequizar-los, tendo o fato despertado simpático interesse nesta cidade, tanto que, para padrinhos foram convidadas pessoas de destaque no nosso meio social. (...) sómente de vez em quando, se batizava nesta cidade, uma criança japonesa, para o que não se vê justificativa, já que o nosso município consta como o que possui maior percentagem de japoneses no Brasil, sendo essa a primeira vez que um grupo se apresentou para o batismo. O número de batizandos era para ser maior, porém, à última hora, por circunstâncias várias, alguns pais retiraram o consentimento que haviam dado e assim ficou reduzido para 11, sendo justo destacar-se os esforços que a professora d. Conceição Mendes empregou. (...) Interessante é notar – e isto nos dito pelo próprio vigário local, que fala o idioma deles e esteve diversos anos no Japão – que até há alguns anos atrás tinham um conceito totalmente errôneo do que fosse religião, tanto que manifestavam vontade de proceder o batismo dos filhos, porém, considerando essa cerimônia como uma cousa qualquer, seguindo assim os costumes do país de origem³²⁹.

O texto é importante e claro do ponto de vista de que primeiramente, os alunos eram “arrebanhados” na própria escola, é preciso considerar que a “catequese” não foi fácil, haja vista, os “esforços” da docente. Importante observar também que a regra de se convidar padrinhos “ilustres” do meio social se manteve. Outro fato relevante, é a dúvida, pois na última hora alguns postulantes à nova religião retiraram o consentimento, numa demonstração de incerteza quanto a imersão na nova doutrina, ainda que representasse certa facilidade de movimentação no meio social.

2.5 Os Clubes e associações como rede de apoio e sociabilidade

É importante ter em mente que os aspectos culturais da vida dos imigrantes nipônicos estavam inseridos nos espaços sociais da nova realidade de vida em outro país, posto que sempre se preocuparam em transmitir suas tradições e valores culturais. Um espaço mais específico onde aconteciam a maioria das manifestações, dos valores e tradições era o Clube Cultural Nipo-Brasileiro (hoje com menor intensidade). Dada a relevância do Clube, é essencial a compreensão de alguns aspectos históricos, estrutura física e dos formatos da organização dos eventos, que constavam no calendário que sempre abrangeram as circunstâncias de vida dos imigrantes e de seus descendentes.

Com base nas atas do Clube, foi possível verificar que a doação para a construção da primeira associação foi realizada pelo governo japonês. Dessa forma, em 18 de outubro de

³²⁹ O batismo de japoneses em Promissão. *Correio da Noroeste*. Bauru, 11 de set. de 1938, p. 6.

1936, foi fundada a primeira entidade denominada “Associação Japonesa”.³³⁰ Esse espaço representava a possibilidade de preservação das tradições e da cultura trazidas da terra natal por meio de atividades, festas e celebrações; meios de se garantir a sociabilidade e o processo educativo para os filhos; e o atendimento de necessidades de assistência social, esportiva e de lazer aos imigrantes.

Quanto aos eventos e à programação do Clube Nipo em Bauru, as festas foram sendo organizadas a princípio para atender a comunidade Nikkei, porém com o passar do tempo e a confiabilidade, a comunidade em geral passou a frequentar tanto festas e celebrações típicas japonesas, assim como, os japoneses foram inserindo festas típicas brasileiras ao seu cotidiano, como por exemplo, festa junina e carnaval. Não que houvesse singularidades, mas como uma forma de inserção na sociedade, de onde incorporavam elementos da cultura local, constituindo uma identidade híbrida. Desde 1937 tem-se registros sobre a participação de japoneses nessa última festividade tipicamente brasileira, como descrito abaixo:

Uma das notas interessantes deste carnaval de 1936 é a numerosa concorrência de figuras da colônia japonesa de Bauru que, tanto nos carros como nos cordões e blocos, estão se destacando pela sua alegria jovial e comunicativa. Os japoneses estão demonstrando uma compreensão perfeita do que é o Carnaval e estão revelando o propósito de se integrarem cada vez mais e melhor nessa tradição que é já, o nosso carnaval de rua³³¹.

Entretanto, algumas atividades, comemorações e celebrações representavam valores e tradições que ajudavam a construir a memória e identidade do grupo, dessa forma, o calendário do Clube Nipo-Brasileiro de Bauru, trazia alguns eventos que eram organizados com certa frequência pelas equipes (mensais e bimestrais), aos quais eram dedicados toda a atenção. Por outro lado, havia outros eventos organizados pelo Clube, que se tornaram fixos, com comemorações anuais, sob responsabilidade de todos, especificamente de determinados departamentos, conforme o evento. Das atividades culturais, as relacionadas à música³³² eram as mais concorridas. Também foram organizados vários concursos e festivais que contavam com a participação de grande número de indivíduos da comunidade. Dessa forma, o Clube representava um dos principais pontos de encontro e referência para a integração e interação do

³³⁰ CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa, 2010, p. 10.

³³¹ Os japoneses – os elementos nipponicos radicados em Bauru divertem-se a valer nos folguedos carnavalescos. *Correio da Noroeste*. Bauru, 27 de mar., 1937.

³³² CLUBE CULTURAL..... *op.cit.*, p. 15.

grupo, levando-se em conta as atividades culturais relacionadas à educação, informação e cultura que sempre foram prioridade para a comunidade em Bauru.

No que tange às necessidades de assistência social, o Clube construiu o ossário dos imigrantes, no Cemitério da Saudade, no centro da cidade, em 1940, onde estão enterrados mais de cem restos mortais, o que expressa a fixação no local de chegada. Também foi construído um ginásio poliesportivo para atendimento das crianças.³³³

A necessidade desses imigrantes de se manterem unidos fez com que as atividades desenvolvidas pelo grupo fossem intensas, e a própria tradição de se organizarem para a realização de eventos reforçava esse espírito solidário. As adversidades, por vezes, acabavam por fazer com que a união se desdobrasse em atividades com fins beneficentes — o Clube realizava arrecadação de doações para diversos fins, como, por exemplo: doação aos camponeses; fundos, especificamente, para reerguer a propriedade produtora de sericicultura do Riitiro Kawakami, no Paraná, (atingida por um incêndio de grandes proporções); e Noite do Cinema, forma utilizada para arrecadar fundos para a manutenção do Clube, despesas dos setores e renda para instituições filantrópicas.³³⁴

Como se pode ver, o Clube Nipo proporcionava uma rede de apoio e de sociabilidade entre seus membros, permitindo a atuação dos imigrantes e de seus descendentes, nas artes, esportes, comemorações, festividades, entre outros. Ainda permitia que se destacassem em diversas modalidades de esportes. Para isso, a comunidade nipônica também chegou a participar da fundação (direta ou indiretamente) de grandes clubes como o Bauru Tênis Clube, Automóvel Clube de Bauru, Bauru Golf Club (mais atual) e times de futebol (Nissei Futebol Clube), além de várias academias de judô, karatê, jiu-jitsu.

A idealização do Clube de Tênis partiu de uma reunião na Sociedade Italiana “Dante Alighieri” em 1921, mas devido a adesão à “título de joia”, não houve interesse. Entretanto, a concretização teve início quando Kazukio Irye, Tamaki Koyama e Tomya Koseki limpavam uma quadra de terreno em 1924, na esquina das ruas 15 de Novembro com Jacutinga (hoje Virgílio Malta) para que pudessem jogar.

No começo os treinos eram realizados entre os esportistas de nacionalidade nipônica. Em seguida, se juntaram outros imigrantes, de outras nacionalidades e atuantes em diversos setores na cidade. Decorridos dois anos, em 01/08/1926, houve uma Assembleia Geral para reconhecer a sociedade e aprovar os estatutos do Bauru Tênis Clube. Nesse mesmo ano, ocorreu

³³³ Ibid., p. 9.

³³⁴ Ibid., p.14.

a estreia do BTC em jogos intermunicipais, em Araraquara, cuja vitória coube as duplas: Rufino de Almeida, K.F. Morrisay Leão de Castro, Walter Zucchi, Fritz Gut e Kurokawa³³⁵. Kasukio Irye, como sócio benemérito doou todo o material necessário a uma quadra do clube³³⁶ que serviria a elite da “pequena” cidade até os dias atuais.

Figura 12 - Koyama – tenista que venceu o primeiro torneio interno de tênis do BTC (1925)



Fonte: BTC, um capítulo da história bauruense. Bauru Ilustrado. Bauru, jul. 1980, p. 4-5.

O Automóvel Clube de Bauru também teve nipônicos como primeiros sócios, conforme notícia divulgada no *Correio da Noroeste* de 1938: Já conta o Automóvel Clube com 180 sócios quotistas, portadores de 200 quotas, no valor total de 200 contos de reis. Além dos nomes já (sic) publicamos hoje mais os seguintes portadores de quotas: (...) Nichick Haga, Massao Abé e Toru Kinin³³⁷.

³³⁵ Imigrantes que deram início a formação do clube: Kazukio era secretário do Consulado do Japão em Bauru; Jacyntho Cardarelli (trabalhava nos escritórios da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil); Jeronymo de Cunto Jr. (médico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil); Walter Zucchi (proprietário do Hotel Central na cidade); Walter Schiller (engenheiro); Heitor Arantes (dentista). BTC, um capítulo da história bauruense. *Bauru Ilustrado*. Bauru, jul. 1980, p. 4-5.

³³⁶ Baurú Tennis Clube. *Correio da Noroeste*. Bauru, 6 de ago. 1925.

³³⁷ Automovel Clube de Bauru. *Correio da Noroeste*. Bauru, 24 de abr., 1938.

Também foi criado um time de futebol, o Nissei Futebol Clube, composto por descendentes de japoneses, cujo técnico e treinador era Dondinho, pai de Edson Arantes do Nascimento — o Pelé. Como se pode verificar, a escolha do treinador, técnico e conselheiro, já quebrava paradigmas, uma vez que o time era formado por descendentes de japoneses. Conforme relatos do cronista: “Naquela época o técnico já quebrava estigmas dando uma resposta à mídia que denominava de ‘japonês’ a todo jogador ruim de bola” ³³⁸.

O técnico viajava com a delegação na “segundona” nos duros bancos da Sorocabana, relata-se que, quando os jogos aconteciam mais perto de Bauru, as viagens aconteciam até mesmo em carrocerias de caminhão, sem que os jogadores reclamassem.

O presidente do clube era Shucei Isso, que foi retratado pelo cronista como incansável e extremamente dedicado, ressaltando que o sucesso e todas as conquistas do time eram resultado de sua perseverança e entusiasmo. O clube jogou em diversas cidades do interior e na cidade contra outros clubes.

Figura 13 - Nissei Futebol Clube – 1958



Fonte: PIRES, Luciano. *Bauru Ilustrado*, Crônica do Leitor, mar. 2015. Em pé, estão da esquerda para direita: Dondinho (técnico), Akira, Massaru, Antônio Yafushi, Sargento Braz Kiataki, Nilo Sakai, Candinho Machado, Massa Kanashiro, Kasuo, Pelé. Abaixados: Shucei Isso (presidente), Goda, Seiti Shinohara, Jungi Nagasawa, Angelo Isso, Baba Bozo (massagista), último não identificado. ³³⁹

A organização social da comunidade nipo-brasileira de Bauru pode ser expressa por meio da escola de língua japonesa, do templo budista, da Tenrikyo, do Clube Nipo-Brasileiro, entre outros; os quais se constituíram como marcas da presença japonesa na cidade, possibilitando a expressão dessa cultura e propiciando a produção de identidades

³³⁸ KIATAKE, Keichu Braz. Crônica do Leitor. *Bauru Ilustrado*, mar., 2015, p. 4.

³³⁹ KIATAKE, *op. cit.*

ressignificadas, a partir de encontros e trocas culturais que também permitiram um rearranjo de elementos, resultando numa nova configuração. Um dos exemplos mais representativos desse fato foi a organização do departamento de *Haiku* ou *Haikai*, em 1954, quando Nempuku Sato³⁴⁰ se transferiu com a família (seis filhos) para Bauru, vindo de Mirandópolis (Colônia Aliança)³⁴¹, sendo um dos filhos, Futaro Sato (futuro vereador de Bauru, de quem falaremos mais adiante).

A princípio, o meio que Nempuku encontrou de cultivar o *haikai* no Brasil foi de forma itinerante, seja com seus alunos, encontros no Clube Nipo, concursos, pela imprensa, por meio de jornais, ou da revista fundada por ele, entre outros. Entretanto, sua sensibilidade estética permitiu que percebesse que sua produção poética dependia da adaptação ao novo local, pois o *haikai* escrito aqui tinha suas especificidades, daí a reinvenção do *haikai* conforme as condições brasileiras, permitindo dessa forma um diálogo entre as duas culturas. Essa ressignificação deixou claro que não se perdeu a tradição, mas que foi necessária uma mudança conforme a “direção dos ventos”, de tal forma que os rearranjos se adaptassem às novas realidades que se colocavam.

De forma geral, apesar das dificuldades, notadamente no período da Segunda Guerra Mundial, é preciso acentuar que esses indivíduos souberam aproveitar as oportunidades que a vida lhes oferecia do outro lado do Atlântico. Para isso, criaram várias instituições formais e informais, similares ao seu país de origem, como as mencionadas anteriormente, que viabilizaram a elaboração de um calendário anual do qual faziam parte o Tanabata-Matsuri,³⁴²

³⁴⁰ Kenjiro Sato nasceu em 1898, na Província de Niigata, onde conheceu o professor de medicina Mizuno Nakata, que o iniciou no estudo do *haikai*, tradicionalista Hototogisu), discípulo de Masaoka Shiki, de quem se tornou destacado aluno. Época em que adotou o nome de batismo “Nempuku” – (que significa pensar com a barriga ou pensamento visceral). Em 1927 a família emigrou para o Brasil onde paralelamente ao trabalho agrícola Nempuku escrevia em jornais e mais tarde fundou a Revista Kokague (1948-1979 com 372 números) - que se destinava a divulgação da produção de seus *haikais* e de seus seis mil alunos (também publicava por correspondência, além dos *haikais* de seus alunos, havia também *haikais* de países da América do Sul). Mas, a partir de 1954 Nempuku mudou-se para Bauru, abandonando definitivamente a lavoura, dedicando-se exclusivamente ao ensino e divulgação do *haikai*, inclusive com publicações de *haikais* no Japão: Nempuku Kushi I, Nempuku Kushi II e Nempuku Haiwa. Seus *haikais* foram inclusive utilizados como material de apoio em cursos de língua japonesa no sul de São Paulo e norte do Paraná. CHAGA, Marco Antônio. A viagem do *haikai* de Nempuku. Chapecó SC: Universitária Grifos, 2000.

³⁴¹ CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa, 2010, p. 76.

³⁴² Esse festival foi introduzido no Japão há cerca de 1300 anos. Como em Bauru essa festa teve menos ocasiões de comemorações, não será objeto de análise. A lenda conta que, em tempos imemoriais, Ten-Kou, o deus celeste, tinha uma filha, Orihime (a estrela Vega), encarregada de tecer as roupas dos deuses em uma máquina chamada *tanahata*. Preocupado com sua filha, que trabalhava muito, Ten-Kou, teve a ideia de apresentar-lhe um jovem que morava do outro lado do rio Amanogawa (Via Láctea). Kengyu (estrela Altair) era um boiadeiro, tão trabalhador quanto Orihime. Porém, os dois se apaixonaram e passavam tanto tempo juntos que não cuidavam de suas obrigações como antes; assim, os deuses não tinham o que vestir e as vacas adoeciam. A atitude dos jovens irritou Ten-Kou que separou os dois: cada um de um lado do Amanogawa. Orihime e Kengyu ficaram tão tristes que não retornaram às suas obrigações. Ten-Kou, com pena, decidiu que eles poderiam se encontrar, uma vez por ano, no sétimo dia do sétimo mês, se trabalhassem duro quando ficassem separados. Nessa ocasião as duas estrelas se sobrepõem, e aqui na terra comemora-se o festival. Surgiu, então, a tradição de se escrever pedidos em papeis

o *Bon Odori* (que também era apresentado nas festas de aniversário da cidade) e o *Undokai*, inclusive com festas típicas brasileiras, como a festa junina e carnaval, além de campeonatos de truco. Com relação ao *Bon Odori* e *Undokai*, por serem festas do universo japonês e constantes do calendário, realizaremos análises específicas. Percebe-se na organização e vivência desses eventos o objetivo de sedimentar certas tradições, nem sempre tão antigas como se supunha. Por isso, é preciso ressaltar que algumas tradições, enquanto práticas, são definidas por Hobsbawm como “tradições inventadas”, que normalmente são reguladas por um conjunto de regras tácitas ou aceitas, sendo de natureza ritual ou simbólica. Tais tradições visam inculcar certos valores e normas no comportamento por meio da repetição, o que implica certa continuidade em relação ao passado³⁴³.

Há que se levar em conta que o termo “tradições inventadas” tem um sentido amplo, o qual inclui tanto aquelas construídas informalmente e institucionalizadas, quanto as que surgem espontaneamente e que se tornam difíceis de localizar num determinado período.³⁴⁴ Mas, tratando-se das tradições culturais desses imigrantes, convém observar a importância do sentimento de continuidade para o fortalecimento da identidade. Nora observa o grande medo do efêmero nas sociedades modernas, ou seja, a possibilidade do desaparecimento de referências culturais anteriores. Tal fato remete à ansiedade vivida no presente, acompanhada de uma incerteza quanto ao futuro. Por isso, o sentimento de continuidade é importante, fazendo com que haja “lugares de memória”. Tais lugares são híbridos e são onde as manifestações culturais seriam revividas. Essa busca pela memória indica uma crise de identidade, que tem provocado, em todos os tempos, um fortalecimento de determinadas formas culturais e manifestações populares, as quais correm risco de desaparecer. O autor alerta, ainda, para certa revitalização, o que tem contribuído para o fortalecimento dessa identidade e aproximado a comunidade de sua própria história³⁴⁵.

coloridos e pendurá-los em varas de bambus durante a festividade. A princípio, os pedidos serviam para o sucesso do encontro de Altair e Vega, porém com o tempo, passou-se a acreditar que a fumaça da queima dos papeis, levaria os pedidos individuais até as estrelas. MOREIRA, C. Luciana; SIQUEIRA, Euler D. de. Turismo, Cultura e Festa: Um Estudo de Caso sobre a Construção social da hospitalidade no Tabata Matsuri. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*. São Paulo: USP, 2008, p. 1-20.

³⁴³ HOBBSAWM, RANGER, *op. cit.*,

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 9.

³⁴⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, São Paulo, dez., p. 7, 1996.

2.5.1 O *Undokai* em Bauru como expressão de identidade

O evento do *Undokai* esteve inserido no calendário de festividades dos descendentes de imigrantes nipônicos em Bauru desde 1951, e sempre se destacou com competições esportivas e culturais que propiciavam confraternização, integração, compartilhamento de elementos culturais, além de estimular os laços de pertencimento. De forma geral, a festa demonstra a importância do sentimento de um indivíduo de pertencer a um determinado grupo ou comunidade, ou seja, ela se configura como elemento de manifestação cultural e está presente no meio social, passando por recriações e atualizações com o passar do tempo, haja vista, a dinamicidade da sociedade. Também é preciso considerar que as festas populares podem estar associadas a um evento sagrado, político, econômico, cultural ou social do passado e, podem estar relacionadas a vários temas. Convém observar as proposições de Cox e Lefebvre sobre essas festividades. Cox, considera a importância do lúdico no cotidiano: “Sendo a festividade uma coisa que se faz por sua própria causa, propicia-nos breves férias das tarefas diárias, e uma alternância sem a qual seria insuportável a vida”³⁴⁶. Ou seja, a festa, como evento alternativo, diminui as preocupações e inquietações do cotidiano. O autor ainda indica a festividade e a fantasia como valores vitais para a existência humana, pois correspondem a uma ocasião especial em que se abandona as atividades ordinárias e se celebra um determinado evento. Lefebvre, por sua vez, critica a separação entre festa e lazer geral do cotidiano. Em seu ponto de vista, o lazer é indispensável e deve fazer parte do cotidiano. Mas, o que chama atenção, é a espacialidade do termo: para o autor, não existe realidade social fora do espaço e este passa a ser o elemento central de estruturação da sociedade moderna. A festa espacializa-se na cidade, ganha forma e contorno em seus limites. Portanto, pode (e deve) ser observada como um fenômeno espacial, mas seu caráter espacial não se limita ao fato de ela tomar conta de um determinado território e se apossar de uma dada faixa ou porção geográfica. Para além disso, a festa transcende os limites físicos, torna-se um espaço de conexão entre polos, permitindo a relação entre espaços sociais distintos — e é nesse processo que reside sua espacialidade.³⁴⁷ Entretanto, na medida em que as festas são elementos culturais, faz-se necessário compreender o significado de cultura.

Na obra *A ideia de cultura*, Terry Eagleton³⁴⁸ tem a preocupação de demonstrar a transição histórica da palavra “cultura”, que é complexa e se reporta à etimologia: “é um

³⁴⁶ COX, Harvey. **A festa dos foliões**. Tradução de Edmundo Binder. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. p. 28-29.

³⁴⁷ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

³⁴⁸ EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

conceito derivado da natureza” (um de seus significados é lavoura ou cultivo agrícola).³⁴⁹ Portanto, cultura denotava, de início, um processo material que foi metaforicamente transferido para questões do espírito — ou seja, a palavra mapeia uma mudança histórica da própria humanidade, da existência rural para a urbana. Porém, essa transformação seria paradoxal do ponto de vista que os habitantes urbanos são considerados cultos, enquanto os da zona rural, não seriam. Segundo ele, nossa natureza perversa não vai se elevar espontaneamente à graça da cultura, pois da mesma forma que a graça, a cultura, já deve representar um potencial dentro da natureza humana. Em contrapartida, o cultivo pode não ser algo que fazemos a nós mesmos, mas pode ser algo feito a nós pelo Estado, uma vez que na sociedade civil os indivíduos vivem num estado de antagonismo crônico, impelidos por interesses opostos. Na verdade, o Estado é o âmbito transcendente no qual as divisões podem ser reconciliadas, porém, para que isso ocorra, o Estado precisa ter aplacado seus rancores e refinado suas sensibilidades — e, é esse processo que é conhecido como cultura. Ou seja, a cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao libertar o eu ideal ou coletivo.³⁵⁰ De forma resumida, é preciso destacar a concepção de cultura do autor:

Complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. [...] é o conhecimento implícito do mundo pelo qual as pessoas negociam maneiras de agir em contextos específicos. Como a *phronesis* aristotélica, ela é mais um saber-como do que um saber-por quê, mais um conjunto de entendimentos tácitos ou diretrizes práticas do que um mapeamento teórico da realidade.³⁵¹

Também é importante considerar que a cultura não é imutável, tanto as formas de manifestações culturais, quanto a estética sofrem transformações e tanto os valores, costumes, crenças e práticas que fazem parte do modo de vida, estão entrelaçados no viver cotidiano e nas relações sociais. A a cultura passa por transformações, com relação às manifestações culturais, algumas mudanças e alterações são inevitáveis com o passar do tempo, mas de acordo com Canclini, a inserção de elementos modernos aos tradicionais tem aspectos positivos: “nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade”.³⁵² Entretanto, para que as tradições não se percam totalmente, é

³⁴⁹ Ibid., p. 9.

³⁵⁰ Ibid., p. 16.

³⁵¹ Ibid., p. 54-55.

³⁵² CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2011. p. 239.

importante que a autonomia e a autenticidade das festas ou celebrações, mantenham-se na e com a comunidade.

Dada a importância das manifestações da cultura popular é preciso ressaltar que elas estão representadas nas tradições, crenças, celebrações e festas, muitas vezes identificam o lugar e as pessoas e geralmente implicam inversões em: músicas, danças, símbolos, culinária, vestimenta, ritos, entre outros, que acabam por representar veículos de expressão da cultura e definidores de identidades. Tais práticas são responsáveis pela preservação das tradições, pois seus saberes foram constituídos a partir de muitas vivências, por isso podem ser consideradas bens patrimoniais de natureza imaterial, inseridos nessas manifestações populares, e esses bens patrimoniais fazem parte do Patrimônio Cultural, que pode se referir a bens de natureza material e imaterial. Porém, é preciso acentuar que se trata de uma concepção em processo, haja vista que *bens culturais* eram considerados obras de arte, monumentos históricos, instituições dedicadas às artes, à religião e à ciência.

Segundo Aloísio Magalhães, se em 1985 o conceito de bem cultural no Brasil, continuava restrito aos bens móveis e imóveis, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens de criação individual espontânea, obras de nosso acervo artístico (música, literatura, cinema artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista³⁵³. Mas, nos dias atuais houve mudanças nessa categorização, considerando que a partir da Constituição de 1988, houve o reconhecimento por meio do Estado, dos bens de natureza imaterial, definidos no artigo 216³⁵⁴.

Quanto ao processo de designação dos bens patrimoniais imateriais, Pelegrini esclarece que após a realização do “Seminário Patrimônio Imaterial”³⁵⁵, houve recomendação, através de

³⁵³ MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 52.

³⁵⁴ Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

³⁵⁵ Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" – organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (10 a 14/11/1997 – Fortaleza – CE), contribuiu para a definição de novas diretrizes para a proteção do patrimônio brasileiro. O Seminário oficializou “A Carta de Fortaleza” (aconselhava que o IPHAN inventariasse os bens culturais em âmbito nacional, que a preservação do patrimônio fosse abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva; que fosse constituído um banco de dados acerca das manifestações culturais passíveis de proteção e que fossem realizadas parcerias com entidades públicas e privadas, com o objetivo de conhecer as manifestações culturais de natureza imaterial). PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: trajetórias do debate sobre a preservação

um documento-síntese - a “Carta de Fortaleza”, que salientava a necessidade de se desenvolver um Programa Nacional de Educação Patrimonial. Portanto, as ações do IPHAN se pautavam em duas questões fundamentais: a questão técnico-científica do restauro; a noção de totalidade, tendo em vista o contexto urbano e ambiental; bem como a compreensão de que os fazeres tradicionais, os ritos e os festejos são também componentes dessa totalidade³⁵⁶.

Com relação às manifestações culturais populares, Trigueiro adverte que é possível entrever além do fazer artístico, as relações sociais, ter acesso aos códigos e regras que constroem o ensinar e o aprender da diversidade da nossa cultura, assim como o desenvolvimento de nossa identidade. O autor também destaca que o mundo cria e reinventa constantemente novos significados culturais. Tais fatos, atraem além da comunidade local, outros indivíduos, misturando as culturas. Em consequência, são construídos novos significados e surgem novas relações sociais, aos quais são incorporados valores tradicionais a características contemporâneas. É nesse contexto híbrido, que essas novas relações sociais, as identidades e a convivência vão se constituindo. Isso indica que são nessas circunstâncias que ocorre a interação com o outro, e que as relações sociais são estabelecidas ou reinventadas (quando incorporam características culturais diversas), portanto, as festas seriam motivadoras das relações humanas³⁵⁷.

Diante dessas considerações, é preciso ter em mente que os imigrantes japoneses quando chegavam ao Brasil, logo se organizavam em associações locais (*Nihonjin-kai ou associação de japoneses*), onde eram realizadas atividades comunitárias como de confraternização, para desenvolver a sociabilidade, discutir problemas em comum, interagir uns com os outros, fundar escolas, entre outros. É verdade que os núcleos de colonização e as comunidades não eram formados somente com grupos de conhecidos e amigos, portanto a primeira ideia que surgia era a de confraternização. Handa alega que a confraternização era necessária porque essas associações eram formadas por indivíduos de regiões diferentes do Japão. Dessa forma, poderiam se conhecer melhor para discutir assuntos de interesse da comunidade, visando o desenvolvimento do núcleo. A união era importante, pois se uma estrada se tornasse intransitável, uma ponte caísse, alguém precisasse de ajuda para construção de casas, ou caso uma família necessitasse de ajuda devido à doença, os próprios colonos tinham que cooperar nos trabalhos de conservação ou ajuda mútua. Outro motivo de união e cooperação foi a construção de escolas:

no Brasil. p. 70-72. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 54 – 77. Disponível em: file:///C:/Users/W10/Downloads/37-672-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 25/ 11/2023.

³⁵⁶ Grifos nossos.

³⁵⁷ TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas Populares. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.) Noções Básicas de Folkcomunicação. Ponta Grossa/ PR: UEPG, 2007, p. 107-112.

Há até quem afirme que entrou no núcleo por ouvir dizer que iria ter uma escola. Mesmo que a muito custo se ganhe dinheiro e chegue o dia de retornar ao Japão com toda pompa, seria concebível fazê-lo levando filhos caboclos analfabetos? [...] Quando os europeus ou brasileiros formam uma comunidade, é certo que constroem uma igreja no ponto central da mesma. Os japoneses constroem uma escola.³⁵⁸

Ou seja, no início do processo imigratório, havia confraternização, socialização e união dos imigrantes, em torno do objetivo da construção das escolas, mas a princípio, em Bauru, a organização deles se deu de forma diferenciada, pois o registro que se tem, são das instalações na cidade, de órgãos de apoio, assistência e união dos imigrantes, como o Consulado Geral do Japão, fundado em janeiro de 1921, tendo como primeiro cônsul o Sr. Tetsusuke Tarama, bem como a fundação em setembro de 1921, pelo Sr. Rokuro Kayama, do *Seishu-Shimpô*, de um dos primeiros jornais japoneses do interior³⁵⁹. Somente mais tarde, em 1933, foi organizada uma associação de pais e em seguida, em 18 de outubro 1936, surgiu a Associação Japonesa (associação sociocultural e esportiva) e a Escola de Língua Japonesa, cujo objetivo era preservar a cultura e tradição, bem como prestar assistência social, cultural, esportiva, educacional (inclusive ensinar a língua japonesa aos descendentes) e proporcionar lazer aos imigrantes.

Em janeiro de 1951, a denominação do clube foi alterada de Associação Japonesa para Clube Cultural Nipo – Brasileiro de Bauru.³⁶⁰ E foi nesse ano, em 1 de maio que o clube realizou o primeiro *Undokai*. Consequentemente, esse espaço está relacionado à memória dos imigrantes como local de festividades, confraternização, socialização, reuniões, celebrações, entre outros. Portanto, representa um local de preservação dessa memória e das tradições, onde ainda ocorrem várias manifestações culturais. Essas experiências levaram à conscientização desses indivíduos como parte integrante da sociedade, onde cada função era importante para a construção do todo e o sucesso do grupo. Portanto, a valorização do coletivo sempre esteve presente na vida deles e pode ser entendida como uma tradição que os acompanhou no processo de emigração. De tal forma, que o trabalho em conjunto e a ajuda mútua foram constantes e fizeram parte da trajetória destes indivíduos, a própria construção do Clube Cultural Nipo-Brasileiro, do Templo da Tenrikyo e do Templo Budista Jinja e tantos outros, são exemplos de trabalho em conjunto, a partir da integração da comunidade.

³⁵⁸ Ibid., p. 281-282.

³⁵⁹ HAYAKAWA, Massao. Resumo histórico da Colônia Japonesa de Bauru. Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel/SP: Grafilar, 2010, p. 109.

³⁶⁰ DEPARTAMENTO Cultural. *Gakou* – Escola de Língua Japonesa. Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel/SP: Grafilar, 2010, p. 72.

Como era de se esperar, os emigrantes japoneses vindos para o Brasil, a partir de 1908, trouxeram características de algumas festividades em suas bagagens, entre elas o *Undokai* ³⁶¹. De forma mais pontual, em Bauru, essas festas foram sendo reconfiguradas, ganharam novos sentidos, novas especificidades, ao longo da história e dos vários contextos, espaciais e temporais específicos. O *Undokai* [運動会] também pode ser traduzido como reunião ou encontro de exercícios. ³⁶² De acordo com Gaudioso, teria surgido no Japão, como atividade esportiva, para incentivar a integração da comunidade, no início do período Meiji (primeira metade do século XX), era destinado a todas as comunidades japonesas — de escolas até empresas.

As atividades realizadas em forma de competições individuais, em grupo e regionais, eram as seguintes: cabo de guerra, caça-grãos de soja, corrida de revezamento, dança coletiva e de pescaria. O objetivo era incentivar e desenvolver o sentimento de competições individuais, em grupo e regionais, seguindo as diretrizes para a unificação da nação japonesa pelo governo Meiji (1868-1912), durante a modernização do país recém emergido do período feudal, que durou até 1868. Todos ganhavam prêmios por participar do evento e com isso, fortalecer os laços entre os integrantes e se identificarem como membros da comunidade. Em termos práticos, o objetivo era unificar a população em torno de um forte nacionalismo, criando uma identidade nacional, cujo amálgama da unificação seria o imperador. É nesse contexto que o *undokai* foi pensado para toda a sociedade, criado visando três princípios: ser recreativo, competitivo e educativo ³⁶³. No dia do *undokai*, a família deveria se divertir juntamente com outras famílias, competir e ser recompensada pelas conquistas, o evento era realizado em escolas (ainda ocorre), base da vida comunitária por possuírem espaço aberto, comida e bebidas eram preparadas geralmente em cestas de piquenique. Tais características faziam da festa uma

³⁶¹ Como é demonstrado pelo site *Suki Desu*, os ideogramas que compõem a palavra "*Undokai*", tem os seguintes significados: o ideograma 運 (*Un*) significa "sorte" ou "destino"- usado para representar a ideia de "movimento" no contexto de *Undokai*; o ideograma 動 (*Do*), significa "mover" ou "agir" e indica a ação ou movimento, parte central do "*Undokai*" e o ideograma 会 (*Kai*), é usado para representar "reunião" ou "assembleia", que no contexto de "*Undokai*", implica reunião de pessoas para participar de atividades esportivas. Portanto, a combinação dos ideogramas "運動会" (*Undokai*), representam a reunião ou evento onde as pessoas se reúnem para participar de atividades esportivas e promover uma ação em espírito de competição saudável HENRIQUE, Kevin. *Undokai* - Festival esportivo das escolas do Japão. Disponível em: https://skdesu.com/undokai-gincana-nas-escolas-japonesas/#google_vignette. Acesso em: 16/11/2023.

³⁶² *UNDOKAI*: O evento anual japonês de jogos e atividades lúdicas. *Japan House* (on-line). Disponível em: <https://www.japanhousesp.com.br/artigo/undokai/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

³⁶³ GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A trajetória da imigração japonesa no Rio Grande do Sul e a política de reconstrução do Japão após Segunda Guerra Mundial. XII Encontro Estadual de História da Anpuh RS. Ensino, Direitos e Democracia. Disponível em: https://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469449125_ARQUIVO_ANPUH_RS2016TomokoKimuraGaudioso.pdf. Acesso em: 15/11/2023.

forma de valorização da cultura, criavam um sentimento de pertencimento e apresentavam para o público uma maneira de se divertir que ao mesmo tempo criava uma certa identificação.

Nos primórdios da imigração para o Brasil, os relatos de Handa revelam que na Era *Taisho* (1912-1926), a data de nascimento do imperador, no Japão, era 31 de agosto, porém como é verão, foi escolhido o dia 31 de outubro, para as comemorações, quando o clima é mais ameno. Entretanto, em outubro, no Brasil, todos estão ocupados com a semeadura, por isso optou-se pelo mês de agosto³⁶⁴ para as comemorações, quando o clima também seria ameno e a competição do *Undokai*, podia se desenvolver de forma tranquila, geralmente nas escolas primárias dos núcleos.³⁶⁵ Handa ainda esclarece que a participação nas atividades da competição do *Undokai* era recompensada: “todos ganhavam prêmios como cadernos, lápis, toalha e sabonete”³⁶⁶.

A própria organização da festa conta com a participação da comunidade e colabora para maior integração, o que aumenta o sentimento de pertencimento e ajuda na aproximação com o passado, com as memórias e experiências vividas. É a partir desses momentos que eles se aproximam mais das vestimentas, da culinária, da música, dos adereços, da língua (os mais velhos têm a oportunidade de aprofundar os diálogos entre eles), enfim, de tudo o que faz com que se sintam japoneses e que colabora para reforçar a identidade cultural. Essa prática se estende até os dias atuais, o que não será abordado nesse texto.

A união e o aprimoramento das redes de sociabilidades podem ser observados na fala de Itikawa: “Muitas famílias passavam dias preparando os pratos para levar até o *Undokai*. Nós trocávamos os pratos, era muito divertido”.³⁶⁷ Kosaka, também afirma que a integração aumentou com o passar dos anos, dando um direcionamento diferenciado ao objetivo central e as tradições da festividade, antes mais voltadas para o aniversário do Imperador³⁶⁸.

Apesar da integração, é preciso considerar os impactos, alterações e mudanças econômicas, políticas e sociais provocadas pela intensificação do sistema capitalista, principalmente no período pós - Segunda Guerra Mundial. Diante desse contexto, a partir do contato dos imigrantes com a nova sociedade, passou a ocorrer, em algumas situações, a ressignificação de antigos valores sociais e culturais e tal fato, influenciava a formação de novas

³⁶⁴ Em Bauru, a data da festividade foi definida para ocorrer no fim de abril ou início de maio.

³⁶⁵ Ibid., p. 244.

³⁶⁶ HANDA, *op. cit.*, p. 245.

³⁶⁷ ITIKAWA, Tetuo. Undokai aproxima culturas e gerações em evento. [18 de abril, 2015]. Bauru, sampi.net.br. [Entrevista concedida a] Cinthia Milanez.

³⁶⁸ KOSAKA, Júlio Aiko. Undokai reúne 3 mil participantes. [28 de abril, 2008]. Bauru: jcnet.com.br. [Entrevista cedida a] Marcelo de Souza.

relações sociais, a partir de novos espaços físicos e novas especificidades, de tal forma que os valores antigos sobreviveram, mas muitas vezes, com novos formatos. Na verdade, segundo descrição de Santana: “O *Undokai* é promovido desde 1 de maio de 1951, em Bauru e M. Tsumura participa há 55 anos (...) ela se recorda de suas participações no *Undokai* desde os 7 anos de idade”. A entrevistada ainda ressalta as transformações ocorridas que afetaram o *modus operandi* do evento e consequentemente dos indivíduos que participam. Uma das transformações foi no campo econômico, a partir da instalação e organização de barracas para venda de comidas típicas da culinária japonesa, e não mais como no início, ou no Japão, quando cada família levava seu “*obentô*” (refeição pronta em uma caixa) ³⁶⁹. Ela também é testemunha das mudanças e com relação ao espaço de realização do evento ela afirma que:

Na época em que começou a festa, o poder aquisitivo das famílias não era expressivo. Todos levavam comida e faziam um piquenique. Nesse tempo, a comemoração era no Horto Florestal. Em seguida, passou para o Recinto Mello de Moraes e, há poucos anos, a confraternização ocorre no Recanto Tenri. Agora há barracas com comidas típicas e outros produtos, ocupando uma grande área coberta onde se espalham dezenas de mesas³⁷⁰.

Itikawa, presidente do Clube Cultural Nipo-Brasileiro, confirma que “As barracas de comida tomaram conta do evento”. Mas, também compara as transformações ocorridas ao longo do tempo e deixa claro que “Muitas famílias passavam dias preparando os pratos para levar até o *Undokai*. Nós trocávamos os pratos, era muito divertido” ³⁷¹, entretanto, com o tempo foram surgindo barracas de comidas e outros produtos típicos.

Mesmo com essas transformações, ainda se pode verificar que as ações promovidas pelas associações provocam um sentimento de pertencimento (se organizam para preparação da festa), que segundo Castells é gerado a partir do fato de que “(...) as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comum”.³⁷² É lícito supor que essa identidade cultural comum à comunidade se mantém através das gerações e acaba sendo repassada por

³⁶⁹ TSUMURA, Mieko. *Undokai* revive tradição de festa japonesa de modo bem brasileiro. jcnet.com.br. Bauru, abril, 2009. [Entrevista concedida a] Ricardo Santana.

³⁷⁰ Ibid.

³⁷¹ ITIKAWA, Tetuo. *Undokai* aproxima culturas e gerações em evento. sampi.net.br. Bauru, abril de 2015. [Entrevista concedida a] Cinthia Milanez.

³⁷² CASTELLS, Manoel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 79.

meio das tradições, o que se pode verificar no relato de Yanaba: “A reunião das etnias japonesa e brasileira, tem sido importante para que a tradição japonesa seja divulgada e perpetuada”³⁷³.

Considerando-se a importância do conceito de “etnia”, faz-se necessário compreendê-lo melhor, a partir das reflexões de Poutignat e Streiff-Fenart. Entretanto, os autores deixam claro que a questão é definir critérios objetivos comprovados que permitam inferir a existência de uma unidade cultural. Os mais utilizados são língua, independência econômica, organização política, contiguidade territorial, mas que se combinam de forma diversa, parecendo impossível encontrar critério único, sendo ingênuo definir uma unidade étnica devido a variação cultural, ao isolamento geográfico e social, ou a um modo de vida, os quais estão na base da diversidade étnica. Dessa forma, a assimilação não se resume na destruição das culturas minoritárias, não consiste no repúdio dos valores e modos de vida tradicionais, em prol das normas culturais da sociedade de acolhimento do migrante, mas ao contrário, tornar-se implicada em grupos mais amplos e inclusivos³⁷⁴. Tal fato vem ocorrendo, a partir da inserção das novas gerações de *sanseis* e *yonseis*, que foram incorporadas à festa, juntamente com novos sujeitos sociais: os nipo-brasileiros e brasileiros. Pensando a partir desses parâmetros, o *undokai* vem ganhando novo formato, tanto na organização do espaço, quanto na configuração econômica e social, mas esses aspectos não serão discutidos, considerando o recorte da pesquisa.

Conforme pode-se verificar uma das tradições foi mantida, ou seja, juntar familiares com o objetivo de se confraternizarem, entretanto, esses familiares e conhecidos, não são mais pertencentes, única e exclusivamente, à comunidade nipônica, como no início das comemorações. Diante disso, é preciso considerar os apontamentos de Hall sobre a cultura, que pode ser considerada mais do que um conjunto de tradições que remetem a um passado e molda os indivíduos (conforme o meio em que vivem), pois ela revela mais sobre um determinado grupo conforme o uso dos símbolos. O autor considera que a identidade cultural se conecta a um “núcleo imutável e atemporal”, a um passado, um presente e um futuro, uma linha ininterrupta chamada de tradição³⁷⁵. Entretanto, o autor adverte que cada vez mais, as identidades tidas como “estáveis” se modificam e se pluralizam por todo o mundo, é preciso considerar que nem o sujeito, nem as identidades na pós-modernidade são permanentes, mas são fruto de constantes mudanças, do rompimento de tradições e do cruzamento de identidades

³⁷³ YANABA, Mutsumi. *Undokai* une famílias e gerações. **Sampi.net.br.**, Bauru, abr. 2015 [Entrevista concedida a] Thiago Navarro. Geral.

³⁷⁴ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, 250 p.

³⁷⁵ HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 44/45.

pela pluralidade³⁷⁶. É preciso deixar claro que a comemoração do *Undokai*, está inserida num determinado contexto histórico, com símbolos e significados e pode ser considerada um exemplo de representação cultural essencial sob o ponto de vista da integração, difusão, valorização da cultura nipônica, representação do grupo e trocas culturais. Nos momentos da festividade também se tornou possível uma conexão entre presente e passado, por meio dos saberes, vivências, memórias e tradições da cultura nipônica.

As alterações que ocorreram durante o tempo, não foram tão significativas, alguns símbolos e significados permaneceram como: a data referente ao aniversário do imperador, algumas atividades da gincana, os objetivos da premiação e até os tipos de prêmios, inclusive alguns objetivos como confraternização, integração e divulgação da cultura. Portanto, o evento manteve certa proximidade com as comemorações realizadas pelos primeiros imigrantes, mas ao mesmo tempo, demonstrou um certo contexto híbrido, onde novas relações sociais emergiram, construindo uma convivência que possibilitou a interação com o outro, em certos aspectos, a partir de reinvenções necessárias devido à nova realidade de vida.

2.5.2 A celebração do *Bon Odori* e o retorno dos ancestrais

O *Bon Odori*³⁷⁷ (Dança dos Finados) é uma cerimônia religiosa de caráter mortuário, podendo representar também um ritual de caráter festivo. Segundo Luiz e André, no Japão, o *Bon Odori* é realizado na conjuntura do *Obon Matsuri* (Festival de Finados), geralmente entre julho e agosto. “No período, acredita-se que os espíritos dos ancestrais retornariam do mundo espiritual, exigindo uma série de ritos especiais nos relicários domésticos denominados *butsudan* (literalmente, “altar dedicado aos budas”), nos túmulos e nos templos budistas³⁷⁸.”

Os templos foram, até a época moderna, centros religiosos, artísticos e educacionais. Porém, o xogunato Tokugawa (1600-1868) manipulou abusivamente o budismo, tanto por meio da força quanto por meio da conivência de lideranças religiosas, com o objetivo de controlar as organizações budistas, as quais mantinham exércitos próprios e extensas porções de terras. Tal manobra objetivava implementar a proibição do cristianismo e domínio da população. Para isso,

³⁷⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

³⁷⁷ Em algumas cidades do Japão atual existem festivais de tradição budista, como *Obon Matsuri* (Festival de Finados). Os imigrantes japoneses que se dirigiram ao Brasil mantiveram algumas tradições no interior de suas comunidades, entre as quais a do *Obon Matsuri*, porém em Bauru, o festival ficou conhecido como *Bon Odori* — denominação de uma das danças em homenagem aos antepassados. DAVILA, R. P. O ritual do *Bon-Odori* entre japoneses de Bauru: identidade e memória (2010 a 2019). In: 31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. Anais do Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2021.

³⁷⁸ LUIZ, Leonardo Henrique; ANDRÉ, Richard Gonçalves. O retorno dos ancestrais: *Bon Odori* e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antíteses*, vol. 11, núm. 22, 2018, jul. p. 799.

foi instituído o sistema paroquial budista (*danka seidô*): inibição de construção de novos templos, manutenção de certos privilégios em alguns centros budistas, proibição de novas religiões e afiliação compulsória de cada família a um templo por gerações. Por sua vez, até a instituição pelo governo Meiji (1868-1912) de um sistema público de ensino, a maioria das escolas primárias estava associada aos templos budistas.

Mas, esse governo buscou expurgar as influências budistas e confucionistas do universo xintoísta, para que o xintoísmo fosse declarado, em 1870, a religião nacional (xintoísmo estatal). Tal atitude do governo incitou uma onda de violência contra as organizações budistas (imagens e emblemas foram destruídos) e alguns templos foram transformados em santuários xintoístas. A partir de meados do século XIX surgiram movimentos de renovação budista que questionaram as instituições tradicionais, e, após a perseguição, a maioria deles sucumbiu à onda nacionalista, posicionando-se contra o cristianismo e exaltando a harmonia com o xintoísmo, abraçando, portanto, a causa imperial na expansão do império japonês.

Na tentativa de retomar sua posição de maior força religiosa do país, os templos budistas apegaram-se mais ainda ao sistema paroquial do Período Tokugawa e ao papel de provedor de rituais funerários e de mantenedores do culto aos antepassados³⁷⁹. Ou seja, trata-se de um evento sagrado, “de um ritual mortuário com o objetivo de permitir que os espíritos consigam transmigrar para outros círculos espirituais, aliviando seus possíveis sofrimentos”³⁸⁰.

É preciso acentuar que a cerimônia representa uma ação realizada de acordo com um costume ou norma, com o objetivo de prestar homenagem ou expressar respeito, e pode estar ligada a um ritual ou rito, baseado na tradição e requer o cumprimento de várias etapas. Mas, para melhor compreensão dos conceitos de cerimônia e rito, é preciso considerar algumas proposições como a de Durkheim. Para o autor, as cerimônias, ritos, mitos e dogmas fazem parte das religiões, sendo que os ritos nos prescrevem maneiras de agir e de comportar-se, diante das coisas sagradas. Porém, quando um certo número de coisas sagradas mantém entre si relações de coordenação e subordinação, formando um sistema com unidade e que não participa de nenhum outro do mesmo gênero, o conjunto das crenças e dos valores constitui uma religião.³⁸¹ Na concepção de Terrin, o rito indica uma ordem estabelecida, ou seja, seriam ações, com início, meio e fim, diferentes das ações da vida ordinária, abrangendo também diversos âmbitos: teológico, fenomenológico, histórico religioso, antropológico, linguístico,

³⁷⁹PEREIRA, Ronan Alves. O Budismo japonês. Sua história, modernização e transnacionalização. Disponível em: <https://fjisp.org.br/wp-content/uploads/2011/03/artigo-Budismo-Ronan.pdf>. p. 1-28. Acesso em: 13 out. 2023.

³⁸⁰ LUIZ, Leonardo Henrique; ANDRÉ, Richard Gonçalves, 2018, p. 800.

³⁸¹ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 18-24.

psicológico, sociológico, etnológico e biológico, e essa amplitude do conceito coloca o termo no campo da cultura.³⁸²

Da definição proposta, ainda se faz necessário comentar as oposições expressas nas categorias sagrado e profano, as quais se referem ao núcleo do fenômeno religioso. Para tanto, são importantes as formulações de Durkheim, Eliade e Girard. De acordo com Durkheim, o fenômeno religioso divide-se em duas partes: o sagrado e o profano, prevalecendo uma visão dualista, na qual um se opõe ao outro. Nesse sentido, considera-se sagrado tudo aquilo que está ligado à religião, às crenças, à magia e aos mitos.³⁸³

Eliade adota uma postura diferenciada quanto à definição do termo sagrado, com relação a seu caráter metafísico: o sagrado é entendido como hierofania (manifestação do sagrado), ou seja, um objeto ou uma ação adquirem valor e tornam-se sagrados. O sagrado pode se manifestar, inclusive, em pedras ou árvores, porém elas não seriam adoradas como tal, mas, como são hierofanias, revelam algo que não é nem pedra, nem árvore, mas, sagrado.³⁸⁴ Girard, defende que a violência e o sagrado são inseparáveis. Todo rito religioso provém da vítima expiatória, e as grandes instituições humanas, religiosas e profanas, provêm do rito dessa forma. Sob o ponto de vista de Girard, mito, rito e interdito são os alicerces da cultura e da ordem social. A vítima, quando assume a função que lhe atribuiu a comunidade para ser o bode expiatório, torna-se maldita, mas após ser sacrificada (passar pelo *rito*) é reabilitada, porque salvou a comunidade e semidivinizada, transformou-se num mito do qual todos celebram a memória. O rito e o mito, partes do sistema sacrificial, por sua vez, geram o *interdito* (tabu), ou aquilo que a comunidade proíbe para evitar novas crises.³⁸⁵ Para a compreensão do *Bon Odori*

³⁸² TERRIN, Aldo Natale. *O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade*. São Paulo, Paulus, 2004.

³⁸³ *Ibid.*, p. 18-19.

³⁸⁴ ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2019. p. 29.

³⁸⁵ GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

é necessário esclarecer que se trata de mito de origem,³⁸⁶ em torno de um discípulo do Buda histórico,³⁸⁷ Sakyamuni,³⁸⁸ como se pode verificar:

[...] diz respeito ao mito em torno de um discípulo de Sakyamuni, Mokuren, cuja mãe devota, teria falecido e renascido na dimensão dos “espíritos famintos”. Sabendo de sua condição, Mokuren teria procurado o Buda Histórico com o intuito de saber como proceder para que a mãe transcendesse a esfera de sofrimento, tendo-lhe sido respondido que deveria fazer uma cerimônia com danças e alimentos. Tendo atendido às prescrições de Sakyamuni, o discípulo teria tornado possível o alívio dos tormentos da mãe.³⁸⁹

A celebração do *Bon Odori*³⁹⁰ surgiu a partir da crença budista de que os espíritos dos falecidos viriam visitar os familiares uma vez ao ano. Considerando-se que a princípio era

³⁸⁶ De acordo com Eliade, toda história mítica que relata a *origem* de alguma coisa pressupõe a cosmogonia, sendo a criação do Mundo a criação por excelência. Todo mito de origem conta e justifica uma “situação nova” — no sentido de que não existia desde o *início do mundo*. Os mitos de origem prolongam e completam o mito cosmogônico: eles contam como o mundo foi modificado, enriquecido ou empobrecido recordam brevemente os momentos essenciais da criação do mundo para contar a seguir, a genealogia da família real, ou a história tribal, ou a história das enfermidades e dos remédios, e assim por diante. ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 25 -38.

³⁸⁷ Siddhartha Gautama (Sakyamuni) é considerado o Buda Histórico e o fundador do budismo. Na Índia, porém, segundo a tradição budista, a decadência progressiva do homem é marcada por uma diminuição contínua da duração da vida humana. Segundo *Dīgha-nikāya*, II, 2-7, na época do primeiro Buda, Vipassī, que surgiu a 91 *Kappas*, a duração da vida humana era de 80.000 anos; na época do segundo Buda, Sikhi (há 31 *kappas*), era de 70.000 anos, e assim por diante. O sétimo Buda, Gautama, surgiu quando a vida humana ultrapassou os 100 anos, estando assim reduzida ao seu limite máximo. ELIADE, *op. cit.*, 2019, p. 106.

³⁸⁸ O príncipe Siddhartha, futuro buda, nascido em 567 a.C., em Kapilavastu, filho de Suddhodana e Maya, teria escolhido os próprios pais e se casado com dezesseis anos. O *bodhisattva* (ser desperto) abandonou o palácio paterno aos vinte e nove anos. Buda havia declarado aos discípulos que ao meditar sobre a velhice, a enfermidade e a morte, havia perdido a alegria de viver e tomado a decisão de salvar a humanidade desses três males. Livrando-se do isolamento no palácio do pai, em três saídas sucessivas aos jardins, Siddhartha encontrou: um ancião apoiado em bastão; no dia seguinte, encontrou um enfermo febril e enfraquecido e; no terceiro dia, contemplou um morto sendo levado ao cemitério. O cocheiro lhe comunicou que ninguém é capaz de evitar a enfermidade, a velhice e a morte. Finalmente, na última saída, o príncipe encontrou um monge mendicante, tranquilo e sereno, e esta visão lhe consolou e lhe fez entender que a religião é capaz de curar as misérias da condição humana. Siddhartha converteu-se em asceta itinerante com o nome de Gautama (o que correspondia a sua família no clã dos Sakya), e dirigiu-se à Vesali (onde adquiriu ensinamentos filosóficos e de yoga) e de lá à Gaya, em união com cinco discípulos. Em Gaya, por seis anos entregou-se a severas mortificações, assemelhando-se a um cadáver, por isso recebeu o nome de Sakyamuni (asceta entre os Sakya), tendo morrido aos oitenta anos. ELIADE, Mircea. *Historia de las creencias y las ideas religiosas II*. De Gautama Buda al Triunfo del Cristianismo. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

³⁸⁹ ANDRÉ, Richard Gonçalves. Do Samsara à ancestralidade: a apropriação do culto aos ancestrais no budismo japonês. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, a. XI, n. 32, set./dez., p. 285, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/40442>. Acesso em: 20 out. 2023.

³⁹⁰ No templo Honpa Honganji, em Londrina, segundo a observação participante de Luiz e André, o *Obon Matsuri*, divide-se em momentos diferentes que refletem a problemática do budismo em solo brasileiro. De forma resumida: primeiro ocorre o *Hatsubon* (rito mortuário que abre o *Obon Matsuri*), oração aos familiares mortos há um ano, com recitação dos nomes dos mortos para que os espíritos retornem como ancestrais; enquanto fiéis queimavam incenso, o monge recitava sutras, com toque de sinos intercalado — isso define a entrada num tempo sagrado, diferente do profano; em seguida, todos são convidados a recitar o *Nenbutsu*. Após a música, são entregues os *ihai* (tabuletas onde são escritos os nomes dos ancestrais, inseridos nos altares domésticos — *butsudan*, para realização dos cultos; em troca, as famílias oferecem oblação com alimentos, incenso e flores). A duração termina com o exorcismo espiritual, em algumas escolas onde ocorre o Toro Nagashi. Na segunda parte, ocorre o *Bon Odori* propriamente dito, com o *yagura* no centro, *chochins* com sobrenomes clareando o salão, danças circulares com quimonos ao som do *taikô* e culinária. LUIZ, Leonardo Henrique; ANDRÉ, Richard Gonçalves, 2018.

religião da aristocracia, Pereira adverte que lentamente o budismo foi se tornando uma religião das camadas populares do Japão. Esse processo de popularização durou séculos e envolveu sua “japonização”, por meio de sincretismos com o xintoísmo e crenças populares. Apesar da associação do budismo nipônico com rituais funerários em memória dos antepassados, sobrepõe-se a tais ritos uma gama enorme de outras práticas: rituais de exorcismo, bênçãos, retiros espirituais, quermesses, campanhas pacifistas, pregações apocalípticas, práticas de meditação, culto familiar aos antepassados, peregrinação a montanhas sagradas, entre outros.³⁹¹

Segundo Durkheim, “o culto tem algo de estético”,³⁹² então a ideia de uma cerimônia religiosa desperta a ideia de festa, a qual teria uma função recreativa e representaria, em parte, um espetáculo, uma representação dramática de um mito ou evento histórico:

Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços de cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim um estado de efervescência, às vezes, até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso [...]. Por isso observam-se, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, busca de estimulantes que elevem o nível vital, etc.³⁹³

Fica clara a interpretação de Durkheim de que as principais características das festas são: a aproximação entre os indivíduos, a promoção de um estado de “efervescência”. Nos ritos religiosos o indivíduo “desaparece” para dar lugar ao coletivo, quando são reafirmadas as crenças grupais e as regras, as quais permitem a vida social. Com o tempo os “laços sociais” são passíveis de desfazimento, assim, tanto as cerimônias festivas quanto os rituais religiosos correm o risco de desaparecerem; portanto, as festas têm o papel de reavivar as relações sociais.

Com referência aos “estimulantes que elevam o nível vital” o que ativaria e contribuiria para este estado da alma dos indivíduos seriam os elementos contidos em todas as festas, como por exemplo: dança, música, bebidas, comidas típicas, os próprios ritos das festas, indumentárias etc. Nesses momentos em que a individualidade está diluída no coletivo, os indivíduos mantêm-se sem revolta, mas são momentos delicados, por isso o autor alerta sobre a linha tênue entre divertimento e violência. De forma geral, as festas alternam-se entre a cerimônia (formas dos cultos) e as festividades (demonstrações de alegria). Elas também se referem a um objeto sagrado ou sacralizado e têm necessidade de comportamentos profanos, demonstrando, portanto, um caráter ambíguo³⁹⁴.

³⁹¹ PEREIRA, Ronan Alves, *op. cit.*

³⁹² DURKHEIM, *op. cit.*, p. 416.

³⁹³ *Ibid.*, p. 417-418.

³⁹⁴ *Ibid.*, 417-418.

Desde a antiguidade, a festa esteve relacionada às cerimônias religiosas, ao teatro e ao canto, entretanto, a dança faz parte de muitas comemorações do Japão e das comunidades japonesas que se instalaram no Brasil. O ato de dançar vai além de um espetáculo, é uma arte, expressa uma linguagem que pode representar desde momentos do cotidiano (como a dança do *Bon Odori*) até grandes eventos inesquecíveis para os indivíduos.

Conforme ressaltado anteriormente, existem festivais no Japão, como o *Obon Matsuri*, porém os imigrantes japoneses que aqui chegaram³⁹⁵ reconstruíram algumas práticas, levando em conta as características locais. Dessa forma, a “festa” consolidou-se como *Bon Odori*, ou seja, como um ritual que, inserido no *Obon Matsuri*, possui caráter mortuário voltado para a elevação dos espíritos no interior dos diferentes círculos de morte e renascimento³⁹⁶, bem como trouxe consigo a denominação de uma das danças do festival, em homenagem aos antepassados. Ou seja, foi reinventada — alguns elementos foram renovados, porém formulados a partir dos tradicionais. De acordo com Richard André, o *Obon Matsuri* é comemorado no mês de agosto, quando se acredita que os ancestrais retornam do outro mundo (Terra Pura — *Jôdô*) e podem renascer na Terra Pura por intermédio do *Nenbutsu* (recitação do nome de Buda Amida — “*namu Amida butsu*”, literalmente “eu busco refúgio no Buda Amida”)³⁹⁷. Na verdade, essa homenagem aos antepassados é representada por um culto aos ancestrais, o qual ocorre nas esferas pública e privada:

Os monges acompanham o velório e a cremação, utilizando uma série de procedimentos de purificação do morto, uma vez que, no imaginário nipônico, a morte seria impura. Não é coincidência que sejam utilizadas diferentes substâncias, como água e sal, com o intuito de afastar o perigo de contaminação “espiritual”. Nessas ocasiões, o *kamidana*, o oratório xintoísta, é fechado com o objetivo de afastar as influências nefastas da morte. O *butsudan*, o altar budista, permanece aberto, uma vez que ele é o lugar especializado para o culto mortuário, numa divisão de papéis religiosos que se tornou relativamente comum em território japonês. Os bonzos realizam nos templos cerimônias periódicas em memória do falecido, cujo nome é recitado ritualmente. Isso principalmente em períodos como o *Obon Matsuri*³⁹⁸.

Conforme se pode verificar, no Japão, a morte apresenta um caráter doméstico, uma vez que o culto mortuário acontece nas próprias casas (oratórios) e nos templos. Os fiéis acreditavam que durante três dias, as almas/espíritos dos mortos voltavam à terra para partilhar

³⁹⁵ Os registros dos primeiros imigrantes em Bauru são de 1914, mas a comemoração ocorre há cerca de 60 anos.

³⁹⁶ LUIZ, Leonardo Henrique; ANDRÉ, Richard Gonçalves. O retorno dos ancestrais: *Bon Odori* e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina, 2018.

³⁹⁷ ANDRÉ, Richard Gonçalves. Do Samsara à ancestralidade: a apropriação do culto aos ancestrais no budismo japonês, 2018.

³⁹⁸ ANDRÉ, Richard Gonçalves, *op. cit.*, p. 285.

da vida e das refeições com a família.³⁹⁹ Mediante o retorno dos ancestrais do outro mundo, luzes são colocadas entre o cemitério e as casas indicando o caminho. Lugares e comidas são reservados à mesa, os familiares também vão aos cemitérios limpar e reformar os túmulos e colocar flores.

Na noite de 15 de julho (aproximadamente 15 de agosto no nosso calendário), pequenos esquifes de papel e bambu com luzes são soltos na corrente de rios ou mar para desejar boa viagem às almas que retornam ao Além. Finalmente, nas cidades, acontecem danças como a *Bon Odori*.⁴⁰⁰ Richard André, deixa claro que essa presença quase física do ancestral no interior das residências remete a certos paradoxos do budismo nipônico: já que o morto se encontra presente durante todo o tempo, oblações devem ser realizadas em troca de proteção. No entanto, simultaneamente, ele teria migrado para a Terra Pura (literal ou metafórica) e retornaria em algumas épocas do ano, como o *Obon Matsuri*, por exemplo. Ele indica que essas densas camadas de significação seriam consequências das diferentes leituras que as concepções e as práticas budistas sofreram em território japonês ⁴⁰¹.

Luiz e André também ressaltam que a função dos *ihai* é permitir o culto doméstico aos ancestrais, as tabuletas são inseridas no *butsudan*, não somente para representar a memória do falecido, como no sentido moderno, mas evocando sua presença real, como entidade protetora da família. Portanto, faz-se necessário que os viventes realizem oblações na forma de alimentos, incenso, flores, entre outros, como forma de completar a troca simbólica⁴⁰².

Quanto aos *butsudan*, Rambelli; Nakamura; Fukunaga (s.d.,1989,1989), destacam que eles se tornaram mais populares a partir do século XVII, com o *Danka Seido* (obrigou as famílias japonesas a possuírem oratórios budistas em suas residências como prova de que não eram cristãos). A princípio, os *butsuma* constituíam salas inteiras como locais de reverência budista, mas não eram necessariamente destinados ao culto de ancestrais; com o decorrer do tempo, adquiriram a forma compacta do *butsudan*. Também não havia a presença dos *ihai*

³⁹⁹ É importante ter em mente que o próprio Sakyamuni não se preocupou com cerimônias fúnebres referentes à sua própria morte. Mara (a morte) já o havia visitado, porém após a ingestão de alimentos em encontro com o Papa, Sakyamuni foi acometido de uma diarreia sangrenta. Mesmo assim, dirigiu-se à Kusinagara. No caminho, encostou-se entre árvores, seu discípulo Ananda estava em soluços, mas Buda lhe consolou: “Basta, Ananda, cesa de afligirte y de gemir. ¿Cómo admitir que lo que ha nacido no muera? Es algo absolutamente imposible”. Após converter um religioso, perguntou se os discípulos tinham dúvidas acerca da Lei e da Disciplina e pronunciou suas últimas palavras: “A vosotros me dirijo, oh monjes Buda mendicantes: la caducidad es la ley de las cosas, no aflojeis vuestros esfuerzos!”. ELIADE, *op. cit.*, 1999, p. 104-105.

⁴⁰⁰ FRÉDÉRIC, *op. cit.*, p. 1230.

⁴⁰¹ ANDRÉ, Richard Gonçalves. Do Samsara á ancestralidade: a apropriação do culto aos ancestrais no budismo japonês, 2018, p. 290.

⁴⁰² LUIZ, Leonardo Henrique; ANDRÉ, Richard Gonçalves. O retorno dos ancestrais: *Bon Odori* e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina, 2018, p. 809-810.

(tabuletas memoriais) para evocar os falecidos, convertidos em ancestrais, trazidas da China para o Japão, somente no século XIII d. C. e popularizadas no período⁴⁰³.

No budismo de Terra Pura, os espíritos são realmente invocados e essa duração termina com o fim do *Obon Matsuri* e o exorcismo espiritual, caracterizado em algumas escolas budistas pelo *Tôrô Nagashi*.⁴⁰⁴ Como visto, esse ritual de finalização — *Tôrô Nagashi*, realizado por escolas como a *Shingon*, tem como objetivo o retorno das almas dos mortos aos lugares de origem. Para tanto, são confeccionadas miniaturas de barcos de papel, nos quais são escritos os nomes dos ancestrais, e que são colocados em rios, lagos ou mares a fim de que os espíritos retornem ao mundo dos mortos⁴⁰⁵.

Outro aspecto a ser considerado nas festas é o trabalho voluntário, elas recrutam os indivíduos que trabalham pela festa e pelo mito. De acordo com Marques e Brandão, “As festas, sobretudo as religiosas são repletas de signos, significados e alegorias, tendo como vetor central um mito de origem – um elemento de adoração e/ou admiração – que dá sentido à festa”.⁴⁰⁶ Mas, também convém observar a importância do mito, qual sua necessidade e o que leva um indivíduo a se dedicar ao trabalho voluntário?

O mito é necessário ao ser humano no sentido de justificar/responder a questões intangíveis pela ciência. Dessa forma, cria-se uma rede simbólica, que busca no imaginário individual, no subconsciente, no mítico, na filosofia, na religião, enfim, em artifícios não mensuráveis, respostas que sustentem a humanidade⁴⁰⁷.

Também se faz relevante a compreensão da questão do tempo e do espaço festivo. Para tanto, Canclini questiona e ressalta as contradições sociais do cotidiano:

A festa continua, a tal ponto, a existência cotidiana que reproduz no seu desenvolvimento as contradições da sociedade. Ela não pode ser lugar de subversão e da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada, pois não é apenas um movimento de unificação coletiva; as diferenças sociais e econômicas nela se repetem⁴⁰⁸.

⁴⁰³ NAKAMURA, Gen; FUKUNAGA, Mitsuji et al. *Bukyô Jiten*. Tóquio: Iwanami Shoten, 1989, p.44; RAMBELLI, Fabio. *Home buddhas: historical processes and modes of representation of the sacred in the Japanese Buddhist Family altar (butsusan)*. *Japanese religions*, vol. 35, n.1/2, p. 63-86, [s/d]. Apud ANDRÉ, Richard G. Do Samsara à ancestralidade: a apropriação do culto aos ancestrais no Budismo japonês. 2018, p. 297.

⁴⁰⁴ LUIZ; ANDRÉ. *op.cit.*, p. 810.

⁴⁰⁵ ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio da cultura material (1929-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

⁴⁰⁶ MARQUES, Moreira Luana; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 18, dez/2015.

⁴⁰⁷ Ibid, p. 18.

⁴⁰⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 55.

Fica evidenciado, portanto, que as diferenças sociais do cotidiano estão presentes nas festas também, pois o acesso a elas está relacionado a práticas e normas que estruturam a vida social. Elas também têm a capacidade de trazer para a atualidade as experiências do vivido e as culturais de determinadas populações, assim como os usos e costumes vivenciados no cotidiano.

Com relação ao espaço, trata-se de uma categoria que denota amplitude, refere-se ao meio e a seus elementos culturais, sociais e naturais, bem como as relações estabelecidas entre eles; ou seja, não pode ser entendido como área (espaço territorial, delimitado).⁴⁰⁹ Trata-se, portanto, de um espaço para observações das relações e interações entre o indivíduo e o meio, onde o público presente acompanha tudo o que ocorre (danças, música, culinária e relações sociais). Um exemplo, é a dança coordenada pelas *Obasan* (mulheres mais velhas), conhecedoras das músicas e das coreografias, ao redor das quais se formam círculos. Porém, as transformações e as influências no ato de festejar apresentam especificidades, como a periodização, delimitação de espaços para propaganda, danças, espaço para gastronomia, palco para apresentação das músicas, tocadores de *taikô*, localização de público, venda de produtos, entre outros. As *Obasan* e os homens mais velhos, por exemplo, vestem-se com o *yukata* (quimono de verão). Esse conjunto (dança, vestimenta, música, gastronomia) propiciam à festa a possibilidade de torná-la tanto um elemento de interação (os presentes juntam-se à dança); quanto um elemento na constituição da identidade étnica dos japoneses na cidade, ou seja, quando vestem o quimono, sentem-se realmente japoneses. De acordo com Ennes, no cotidiano, as relações ocorrem por meio de práticas e representações que não delimitam claramente o pertencimento a grupos étnicos — porém, a cerimônia é um espaço de maior visibilidade e pertencimento étnico, expresso na encenação das danças, na culinária e na vestimenta.⁴¹⁰

As festas também representam rupturas nas rotinas, sendo o calendário o sinalizador do tempo de festa, descanso e trabalho, além de indicar como um tempo se transforma em outro, por meio de uma festa, ela festa representa a transição, expressando as mudanças da sociedade. Ou seja, sempre foi por meio de festas que o homem celebrou as mudanças como a passagem do sol, mudanças climáticas, de atividades, de *status*, nascimentos, mortes, vitórias, fundações, entre outros, que levam a construção da memória coletiva.

É importante destacar que em Bauru o momento da dança do *Bon Odori* sempre foi o ponto central da festa, a qual representa as tarefas da vida diária de camponeses como: plantio,

⁴⁰⁹ MARQUES; BRANDÃO, *op. cit.*, p. 17.

⁴¹⁰ ENNES, Marcelo. *Bon-Odori: Fronteiras Simbólicas, identidades e estratificação social*. Teoria e Pesquisa. *Revista de Ciência Política*, v. 9, n. 1, p. 203, 2010. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/213>. Acesso em: 05 mar. 2021.

colheita e pesca, remetendo a um tempo antigo de realização de tarefas manuais. Na verdade, segundo Luiz e André, os movimentos inerentes às danças, relativos às práticas cotidianas, podem aludir à circularidade que caracteriza o tempo da natureza, matizado pela passagem das estações do ano⁴¹¹. Mas, como observa Tonelli, a celebração ocorre após o pôr-do-sol, por causa da crença de que os espíritos somente saem durante a noite. Não há uma data específica para sua realização: cada localidade escolhe o dia para a celebração, que, no Japão, ocorre entre julho e agosto⁴¹². No Brasil, o período para realização do evento também acontece entre os meses de julho e agosto.

Especificamente em Bauru, o evento passou a fazer parte do calendário das comemorações do aniversário da cidade em 01/08. Segundo Cerigatto, tem como objetivo principal, divulgar e cultivar a cultura japonesa através da dança, música e culinária⁴¹³, geralmente, a festa acontece em finais de semana, porém, caracteriza elementos do cotidiano.

O evento que cultua a alma dos antepassados acontece há muitos anos na cidade. Na verdade, segundo Tonelli, desde a fundação do Clube Nipo (1936)⁴¹⁴, a dança é organizada no salão central do clube, sendo que o palco (*yagurá*), é montado geralmente no centro do salão. A diferença entre Oriente e Ocidente se expressa na alegria: os descendentes nipônicos cantam e dançam danças folclóricas típicas, ritmadas ao compasso dos descendentes tocadores de *taikô*⁴¹⁵. De acordo com Cerigatto, a apresentação do *taikô* (no palco – *yagurá*) passou a ser realizada pelo grupo Gakudan⁴¹⁶.

Quanto à participação, Itikawa observa que: “É uma dança para todo mundo participar, é como se fosse um carnaval, com participação de crianças, jovens e adultos”⁴¹⁷. Dias também relata que: “O salão fica todo enfeitado com lanternas japonesas e fitas para o dia da festa e o monumento aos antepassados, fica em um local mais alto entre as duas quadras onde acontecem

⁴¹¹ LUIZ; ANDRE, *op. cit.*

⁴¹² MARCELE, Tonelli. *Bon Odori* mantém viva memória dos mortos neste sábado. *JC Net*, Bauru, 06 ago. 2016. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2247894/geral/2016/08/bon-odori-mantem-viva-memoria-dos-mortos-neste-sabado>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴¹³ CERIGATTO, Mariana. *Bon Odori* está chegando. *Jornal da Cidade*. JC Cultura, Bauru, 2 de ago. 2012, p. 22.

⁴¹⁴ TONELLI, Marcele. *Bon Odori* mantém viva memória dos mortos neste sábado. *Jornal da Cidade*, Bauru, 6 ago. 2016.

⁴¹⁵ *Taiko*: existem vários tipos desses instrumentos musicais, desde o *ô-daiko* (grande tambor de tempo de origem chinesa), até o *gakudaiko* (utilizados antigamente nas orquestras de música). Alguns grupos de camponeses especializaram-se no toque com duas baquetas do grande tambor *ô-daiko* e conquistaram um público internacional nas demonstrações de ritmos e de virtuosidade feitas em vários países. FRÉDÉRIC, *op. cit.*, p. 1144.

⁴¹⁶ CERIGATTO, Mariana. *Bom Odori*: uma festa para os antepassados. *JC Net*, Bauru, 02 ago. 2013. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2351976/cultura/2013/08/bon-odori--uma-festa-para-os-antepassados>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴¹⁷ ITIKAWA, Tetuo. *Undokai* aproxima culturas e gerações em evento. [Entrevista cedida a] MILANEZ, Cinthia Milanez. *Sampi.net.br*, Bauru, abr. 2015.

as danças”.⁴¹⁸ Nesse ritmo, a dança e a comemoração do *Bon Odori* seguem a apresentação, transmitindo aos japoneses e descendentes seus valores e conhecimentos, ainda que algumas mudanças tenham ocorrido durante os anos, na forma de realização do ritual.

Assim como Mokuen dançava de felicidade ao ver sua mãe toda iluminada e flutuando como uma lanterna de papel ao vento. O salão também recebe iluminação e atenção especial. Do centro do palco em direção às laterais são penduradas lanternas de papel colorido (*chōchin*), com o objetivo de iluminar o ambiente e as pessoas que dançam. As cores utilizadas para a confecção são geralmente brancas e vermelhas (remetem à bandeira do Japão), as luminárias (*tyotins*) também representam uma homenagem à sabedoria de vida dos antepassados.

Nessa perspectiva, o Clube Nipo-Brasileiro apresentou-se para os imigrantes que vieram para o Brasil e, principalmente, os nascidos no período pré-guerra - que cresceram com poucos parentes extrafamiliares, em um local de contribuição para o estreitamento dos laços, por meio das relações sociais que se manifestavam nas confraternizações e nos momentos de união e que muitas vezes, foram mais efetivas, que as baseadas em laços de parentesco. Diante de tal situação, Maeyama destaca:

Assim, as redes sociais baseadas na relação de parentesco eram limitadas, ao passo que os laços baseados na comunidade étnica local eram mais cruciais. [...] A “religião japonesa” encontrou seus melhores dias no Brasil, somente quando os japoneses abandonaram sua pertença psicológica ao país natal. A “religião japonesa” proporcionou-lhes uma outra forma de “Japão”, como base ideológica para a identificação de grupo. [...] Por conseguinte, os fatores religião, parentesco, etnicidade e classe social são profundamente relacionados na formação de identificação de grupo e interação social entre os japoneses no Brasil.⁴¹⁹

A própria construção do Clube Nipo-Brasileiro em Bauru, representa um dos exemplos dessa organização comunitária onde a festa do *Bon Odori* é organizada anualmente, assim como o *Undokai*, dentre outros.

É preciso destacar outro aspecto do evento que, para muitos, ainda representa a oportunidade de homenagear e demonstrar gratidão aos antepassados. No Japão, o retorno às aldeias era comum no período do festival, prática que ainda se mantém, ou seja, retornar ao lugar ou cidade de origem, conforme relata Yamada: “Muitas famílias aproveitam a oportunidade para se reencontrar durante o festival, partilhando lembranças, se reunindo para compartilhar da culinária, bem como voltando das grandes cidades aos seus lugares de origem,

⁴¹⁸ DIAS, Bruna. *Bon Odori* espera 2 mil pessoas hoje. *Jornal da Cidade*, Bauru, 6 ago. 2011, p. 16.

⁴¹⁹ MAEYAMA, Takashi. Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil urbano. In: SAITO; MAEYAMA, op. cit. p. 245-246.

como forma de agradecer e manter viva a memória de seus antepassados”⁴²⁰. Ao longo dos anos, o evento que era voltado somente para a comunidade oriental, foi se abrindo para todos os interessados”⁴²¹.

A gastronomia também sempre foi parte importante da festividade, um elemento essencial na construção da identidade desse grupo social, pois os pratos típicos representam o modo de reconhecimento de um grupo e estão associados a povos específicos, o que leva a questões relativas à identidade. Diante dessa realidade, Luiz e André também observam que a comida, após a cerimônia, marca o caráter social que envolve a morte domesticada nas religiões e religiosidades japonesas, bem como a materialidade dos mortos que deveriam ter suas necessidades básicas atendidas. Nesse sentido, o alimento não corresponderia apenas a um elemento profano, mas a um símbolo sagrado, encontrando-se no interior do tempo sagrado. Há que se destacar que a realização da festividade se justifica pelo próprio mito de origem relativo à narrativa de Mokuen⁴²².

Com base nas colocações de Ennes, na organização das festas, a distribuição das tarefas passa pela hierarquia e pelas posições que os indivíduos ocupam no interior da colônia⁴²³. Nesse sentido, a importância nunca esteve apenas na cerimônia do *Bon-Odori* em si, enquanto tradição, mas em sua preparação, que leva ao envolvimento de toda comunidade. Há pessoas de fora, que ajudam na organização da cerimônia, nos ensaios da coreografia e do evento. Ou seja, desde sua preparação, o *Bon-Odori* aciona mecanismos de solidariedade e de integração. Portanto, participar do evento significa estreitar relações entre a comunidade nipo-brasileira e a cidade. Ou seja, essa celebração representa um momento de reafirmação da comunidade dentro da cidade, já que sua realização traz, implícita, a preocupação de reafirmar também sua imagem e suas disposições culturais (tradição, organização, receptividade) perante a cidade. Segundo Mazoco, os momentos do próprio planejamento, da organização e da realização da festa permitem aos homens que reafirmem seus laços de solidariedade, pratiquem a sociabilidade, se harmonizem, se unam e, assim, construam suas identidades sociais⁴²⁴. É

⁴²⁰ MARCELE, Tonelli. *Bon Odori* mantém viva memória dos mortos neste sábado. *JC Net*, Bauru, 06 ago. 2016. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2247894/geral/2016/08/bon-odori-mantem-viva-memoria-dos-mortos-neste-sabado>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴²¹ YAMADA, Milton. Bon Odori está chegando. [Entrevista concedida a] Mariana Cerigatto. *Jornal da Cidade*. JC Cultura, Bauru, p.22, 2 de ago. 2012.

⁴²² LUIZ; ANDRE, *op. cit.*

⁴²³ ENNES, Marcelo. *Bon-Odori: Fronteiras Simbólicas, identidades e estratificação social*. Teoria e Pesquisa. *Revista de Ciência Política*, v. 9, n. 1, p. 203, 2010. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/213>. Acesso em: 05 mar. 2021, p. 203.

⁴²⁴ MAZOCO, Eliomar Carlos. *Festas e artesanato em terras do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.

verdade que a realidade é um processo social dinâmico e as festas sofrem influência do processo capitalista, mas o caráter inovador e de reinvenção da comunidade, enxerga a necessidade de preservar a estética dessa festa, que vem ocorrendo há quase 90 anos, como parte de sua cultura e que, portanto, deve ser preservada. Portanto, a proteção e a preservação do patrimônio cultural têm sido primordiais para valorização de culturas locais e do fortalecimento de identidades.

Em última análise, podemos considerar as festas como comemorações populares que fazem parte da vida dos indivíduos. Por meio delas são realizadas homenagens a heróis, acontecimentos, datas e antepassados, como no caso do “*Bon Odori*”, também é possível a observação das relações sociais que expressam o pensamento, a linguagem, o fazer e o sentir de um povo. Depois do *Undokai*, o *Bon Odori* é a maior celebração das tradições japonesas da comunidade em Bauru, mas é importante ter presente que o *Bon-Odori*, ainda que ressignificado e vivenciado de múltiplas formas, continua sendo uma cerimônia japonesa que expressa essa cultura. Entre 1942 e 1945 essas práticas religiosas sofreram revezes, uma vez que só puderam ser retomadas após a reabertura do Clube-Nipo-Brasileiro novamente. No último capítulo, a seguir, veremos algumas interdições sofridas pelos nipônicos que perduraram até 1958.

CAPÍTULO III – Cotidianos marcados pela Guerra

Acompanhado de um policial, fui levado para o Hospital japonês da Rua Santa Cruz. Recuperado, fui desta vez, conduzido à Casa dos Imigrantes, transformada provisoriamente em presídio de criminosos políticos. Havia vários beliches de ferro num quarto amplo, onde estava recolhida a elite da sociedade nipo-brasileira. Estava também o reverendo Chujiro Ôtake, o primaz da Sede Missionária da Igreja Tenrikyo, situada em Bauru. Tempos depois, quando nos encontrávamos, ríamos juntos, dizendo: “Somos colegas formados no mesmo presídio”.

Nobuji Nagasawa

Compreender o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), suas consequências para o Japão e para os imigrantes japoneses no Brasil, serão os objetivos deste capítulo, pois é preciso refletir como se deram as perseguições e proibições que atingiram esses imigrantes também em Bauru. Bem como, desvelar como organizaram as formas de resistência que permitiram a retomada de bens e direitos, assim como as estratégias usadas por eles para garantir a sobrevivência. Por isso a análise do período do pós-guerra, torna-se fundamental, por representar uma busca pela recuperação e reconquistas, considerando que os sequestros de bens, direitos e outras medidas restritivas, somente foram definidos no final da década de 1950, período bem posterior ao término da guerra. Daí a necessidade de rastrear essas interdições e reconquistas.

3.1 O contexto da Segunda Guerra Mundial

Aliados e Eixo estiveram em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45), caracterizada como um conflito em estado de guerra total, o qual implicou a mobilização de vários recursos. Entretanto, para o entendimento do contexto desse conflito é preciso retroceder ao Tratado de Versalhes,⁴²⁵ dominado por cinco considerações, segundo Hobsbawm: o colapso de vários regimes na Europa; o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo (imã para forças revolucionárias de todas as partes); a necessidade de controlar a Alemanha (impondo-lhe uma paz punitiva), por sua força militar contra a coalizão aliada; e, por fim, redividir e retraçar o mapa da Europa (para enfraquecer a Alemanha e preencher os

⁴²⁵ Acordo de paz celebrado em 1919, que delineou as condições de paz entre Alemanha e Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália.

vários espaços vazios deixados na Europa e Oriente Médio, a partir da derrota e colapso dos impérios Russo, Habsburgo e Otomano). Ou seja, as potências vitoriosas buscavam um acordo de paz que inviabilizasse outra guerra. Percebe-se, então, que tal Tratado já surgiu condenado, pois se baseava apenas em duas potências (Grã-Bretanha e França); as outras duas potências europeias estavam fora do jogo internacional – Alemanha e Rússia soviética —, e a Itália, estava insatisfeita.⁴²⁶ Além da parcialidade do Tratado de Versalhes, que atendia aos interesses de Grã-Bretanha e França, a economia mundial foi abalada por uma crise no início da década de 1920. Na visão de Hobsbawm, a insatisfação não se restringia aos Estados derrotados, mas acabou por facilitar a ascensão ao poder, tanto na Alemanha quanto no Japão, de forças políticas militaristas e de extrema direita, insatisfeitas e ressentidas, dispostas a romper com o *status quo*. Entretanto, é preciso refletir sobre a advertência de Hobsbawm de que é necessário cuidado ao considerar a tese de que a reação direitista foi uma resposta à esquerda revolucionária. Tal entendimento, primeiramente, subestima o impacto da Primeira Guerra Mundial, sobre soldados e jovens nacionalistas que iriam desempenhar um papel importante nos movimentos da direita radical no pós-guerra, como Hitler e a emergência de esquadrões de ultranacionalistas (57% dos primeiros fascistas italianos eram ex-soldados da Primeira Guerra Mundial). Em segundo lugar, é preciso considerar que a reação da direita não respondeu ao bolchevismo, mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem da sociedade, especialmente a classe operária organizada⁴²⁷.

Quanto ao fascismo, Falcón esclarece que a Itália foi o berço desse movimento, como nova força política, que segundo o próprio Mussolini, forjaria um homem novo, ancorado nas tradições da romanidade, cujas características eram um regime totalitário, que exaltava o nacionalismo como forma de desenvolvimento e o corporativismo, sendo os sindicatos patronais e trabalhistas os próprios mediadores das relações de trabalho.⁴²⁸ Como foi colocado por Hobsbawm, não é fácil discernir o que os vários tipos de fascismo tinham em comum após 1933, além do fascismo em sua forma original italiana e depois alemã do nacional-socialismo, que propagou o senso geral de hegemonia alemã, inspirou e atraiu outras forças antiliberais e ainda atraía todo tipo de teóricos reacionários. Também é preciso considerar que no início, o racismo estava ausente do fascismo italiano. Entretanto, o fascismo compartilhava: nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo com elementos não fascistas da direita. Mas, a

⁴²⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 37-43.

⁴²⁷ Ibid., p. 130-134.

⁴²⁸ FALCÓN, Francisco. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. In: SILVA, José Werneck (org.). *O feixe e o prisma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

grande diferença entre a direita fascista e não fascista, era que o fascismo mobilizava massas de baixo para cima (na forma de teatro público), pertencia a era da política democrática e popular (que os reacionários tradicionais detestavam), denunciava a emancipação liberal e desconfiava da corrosiva influência da cultura moderna — denominada de artes degeneradas. Porém, há que se destacar que o movimento fascista italiano e alemão não apelava aos guardiões históricos da ordem conservadora (Igreja e rei), mas buscavam complementá-los com um princípio de liderança corporificado no homem que faz a si mesmo, legitimado com apoio das massas por ideologias seculares. Importante considerar também que o fascismo italiano sozinho não exerceu muita atração internacional e, sem o triunfo de Hitler na Alemanha em 1933, ele não teria se tornado um movimento geral ⁴²⁹.

Como se pode verificar, o fascismo emergiu como um sistema político antiliberal, antidemocrático e imperialista, sendo que o poder absoluto do Estado estava centralizado em uma única pessoa e liderado por um grupo que centralizava os poderes políticos e administrativos. Além disso, o Estado centralizava os meios de comunicação, visando disseminar a propaganda política a fim de legitimar a verdade oficial como forma de garantir esse processo, fazendo com que a censura e o regime de partido único fossem indispensáveis. Dessa forma, os novos movimentos da direita radical que apelavam para tradições antigas de intolerância atraíam grupos inferiores e médios das sociedades europeias e eram formulados por intelectuais nacionalistas. Porém, em países onde a ideologia de democracia e liberalismo não eram dominantes, a militância de classe média e de classe média baixa deu uma guinada para a direita radical. Tais movimentos da direita radical já haviam surgido em vários países europeus em fins do século XIX, e tal emergência se deu em reação ao liberalismo, à ascensão dos movimentos da classe trabalhadora e à onda de estrangeiros que invadia o mundo, na maior migração de massa da história, não apenas para outros países e continentes, mas do campo para a cidade. A xenofobia de massa, da qual o racismo tornou-se expressão comum, já havia sido introduzida em fins do século XIX, como a campanha contra a imigração de massa nos Estados Unidos ⁴³⁰.

Com relação ao período anterior à guerra, de acordo com Coggiola, representou uma “política de apaziguamento” que na verdade fechava os olhos ao expansionismo alemão:

A política de “apaziguamento” remontava à tolerância com a invasão japonesa da Manchuria em 1931, passou pela vista grossa com a invasão italiana da Etiópia em 1935, atingiu a vergonha com a política de “não-intervenção” na guerra civil

⁴²⁹ HOBBSBAWM, *op. cit.*, p. 129-132.

⁴³⁰ *Ibid.*, p.122.

espanhola de 1936-1939 (quando a ajuda nazifascista ao campo franquista foi fundamental para o desfecho do conflito), e teve seu ponto culminante com a Conferência de Munique em 1938 (Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, França) e sua consequência imediata, o desmembramento da Tchecoslováquia pela Alemanha nazista (invasão dos Sudetos)⁴³¹.

Ou seja, na verdade, a política de apaziguamento representou a “cegueira” dos governos democráticos acerca das verdadeiras intenções do Terceiro Reich. A realidade que se colocava era que na sua tentativa de revisão da Paz de Versalhes, Hitler pretendia se beneficiar indiretamente da existência da União Soviética e os governos ocidentais consideravam a possibilidade de desviar em direção à União Soviética o expansionismo alemão em benefício de todos eles. Portanto, a Segunda Guerra Mundial, além de se constituir em continuidade da Primeira Grande Guerra (1914-18), também representou a tentativa do imperialismo de destruir a revolução nos países europeus, destruindo militarmente a Revolução Russa pela intervenção armada por meio da guerra civil.

Quanto às características das “democracias” ocidentais, estas não se caracterizaram pela lucidez com relação ao nazismo, mas estavam dispostas a dele se servir contra a União Soviética (as bases econômicas e sociais remanescentes da revolução) e contra o movimento operário do Leste e Oeste⁴³². Diante dessa realidade, é preciso considerar os interesses estratégicos no quadro do sistema imperialista para compreender as causas da Segunda Guerra Mundial. Sob o ponto de vista de Coggiola, havia forte rivalidade entre velhos e ricos impérios coloniais, como Grã-Bretanha e França e os “bandidos imperialistas atrasados” (Alemanha e Itália); também havia uma contradição econômica mais forte que conduziu à guerra de 1914-1918 que foi a rivalidade entre Grã-Bretanha e Alemanha; além da participação dos Estados Unidos na guerra preventivamente (entraram na guerra na fase final)⁴³³. Portanto, para o autor a partir dessa visão, pode-se considerar uma mentira a guerra da democracia contra o fascismo:

[...] a palavra de ordem de uma guerra da democracia contra o fascismo. Como se os operários tivessem esquecido que foi o governo britânico que ajudou Hitler e seu bando de carrascos a se apropriar do poder! As democracias imperialistas são na realidade as maiores aristocracias da história (PRAGUER, 1978, apud COGGIOLA, 2017).

⁴³¹ COGGIOLA, Osvaldo. A Segunda Guerra Mundial — Conflito e Violência. *Revista Produção Acadêmica*, v. 3, n. 1, p. 96, 2017, p. 92-122.

⁴³² Ibid., p. 97.

⁴³³ Ibid., p. 96.

Ainda há dois aspectos importantes destacados por Coggiola a considerar: quanto ao aspecto político, o “Pacto Anti-Komintern”⁴³⁴ evidenciou que estava explícita a intenção de conter a “expansão mundial do comunismo” (da revolução soviética). No que se refere ao aspecto econômico, o autor alerta para o fato de que a economia armamentista da década prévia à guerra foi a única via de saída para a crise da economia capitalista mundial pós-1929.⁴³⁵ Entretanto, os resultados desse “pacto” evidenciaram a preparação da Alemanha para a guerra (treinada na própria URSS), o fornecimento de “trigo, grãos, petróleo, minerais estratégicos e ainda borracha, látex, soja, que vinham do sudeste asiático, transportados pela União Soviética para abastecer a Alemanha”.⁴³⁶ Tais fatos evidenciam que não havia como Stalin ficar surpreendido com a iminente invasão nazista anunciada pelos espiões soviéticos, ou seja, Stalin sabia o que fazia, enquanto Hitler necessitava tanto da neutralidade da União Soviética, quanto de suas matérias-primas asseguradas pelos tratados.⁴³⁷ Nesse contexto, em junho de 1941, a guerra foi revivida pela invasão da URSS por Hitler, comprometendo a Alemanha em duas frentes. A conquista de Stalingrado mobilizou diversos recursos, prejudicando o esforço de guerra alemão em outras frentes de batalha, sendo que seus exércitos foram aí detidos em 1943, quando o Exército Vermelho iniciou o avanço que os levou a Berlim, Praga e Viena. Mas, enquanto isso, a guerra já se tornara global.

Com relação a reviravolta na guerra, também é preciso destacar as considerações de Coggiola, de que tal fato não estava ligado somente ao avanço dos exércitos soviéticos a partir de 1943, mas também ao desenvolvimento de grande resistência classista⁴³⁸ que se espalhava pela Europa e até Estados Unidos, do enfraquecimento do colonialismo e das revoltas anticoloniais, dentre as quais, o autor ressalta a vitória dos japoneses no Pacífico, dando oportunidade para sublevação das massas nas Filipinas, Cingapura, Oriente Médio, Índia, China e Norte da África.⁴³⁹

⁴³⁴ Aliança preventiva entre a Alemanha Nazista e o Japão, estendido à Itália Fascista em 1937, caso houvesse um ataque soviético a essas potências que agiriam em comum acordo.

⁴³⁵ COGGIOLA, *op. cit.*, p. 97.

⁴³⁶ BERESHCOV, 1991 *apud* COGGIOLA, *op. cit.*, p. 92-122.

⁴³⁷ COGGIOLA, *op.cit.*, p. 104.

⁴³⁸ O autor cita diversas greves, a de mineiros franceses de 1941 (apesar da ocupação alemã desde 1942); as que explodiam na Grécia (também ocupada pelos nazistas); as da Itália em 1943 (que serviram de pano de fundo para o golpe de Estado que derrubou Mussolini); as de mineiros e ferroviários nos Estados Unidos, também em 1943; a da Iugoslávia (também ocupada, nessa mesma época, onde os grevistas chegaram a 300 mil); além do levantamento do *ghetto* de Varsóvia (dirigido por organizações judaicas de sobreviventes de esquerda). COGGIOLA, *op. cit.*, p. 106.

⁴³⁹ *Ibid.*

3.1.1. As consequências da Guerra para o Japão

Em relação ao aspecto político, até 1926, no Japão (falecimento do imperador *Taishô*) o regime monárquico se assemelhava ao liberal. Porém, a partir dessa data, instalou-se um nacionalismo-militarista, cujo chefe de Estado era o imperador Hirohito. Tal regime convivia com partidos políticos, sendo que o culto aos antepassados fazia parte da religião, além da crença na origem divina, e ainda havia um patriotismo exacerbado — daí o *bushidô* (código de honra), a passividade e a adoração ao Imperador.

Hobsbawm afirma que a influência do fascismo era global, mas fora da Europa poucas eram as condições dos movimentos fascistas. Com relação ao Japão, como aliado de Alemanha e Itália e com uma política dominada pela direita, suas afinidades com as ideologias dominantes eram fortes, pois acreditavam na necessidade de pureza racial e tinham crenças nas virtudes militares, autossacrifício, obediência absoluta a ordens, abnegação, estoicismo e uma sociedade de rígida hierarquia com total dedicação do indivíduo à nação e ao divino imperador. Entretanto, apesar das muitas afinidades, o Japão não era fascista⁴⁴⁰, pois

[...] o fascismo europeu não poderia ser reduzido a um feudalismo oriental com uma visão imperial nacional. Pertencia essencialmente à era da democracia e do homem comum, embora o próprio conceito de um “movimento” de mobilização de massa para fins novos, na verdade revolucionários, guiado por líderes autodesignados não fizesse sentido no Japão de Hirohito. O exército e a tradição prussianos, mais do que Hitler, se encaixavam na sua visão de mundo japonesa. Em suma, apesar das semelhanças com o nacional-socialismo alemão (as afinidades com a Itália eram menores), o Japão não era fascista.⁴⁴¹

Ainda com relação ao aspecto político, embora a força naval e militar do Japão representasse a maior potência no Extremo Oriente, principalmente após a Rússia estar fora do quadro e o Acordo Naval de Washington de 1922, colocar um ponto final na supremacia naval britânica, sua economia era bastante modesta (2,5% da produção mundial ao final da década de 1920), daí sua necessidade de recursos naturais para abastecer uma emergente economia moderna que dependia de mercados externos. As importações também dependiam de marinhas estrangeiras e as exportações ainda estavam à mercê dos Estados Unidos, a solução de tal problema seria a criação de um império territorial próximo da China.⁴⁴² Considerando-se que o problema do superpovoamento se tornou grave, o Japão adotou uma política de Estado bem planejada, com o envio de excedentes populacionais para o exterior. Com essa estratégia de emigração, o comércio exterior do Japão desenvolveu-se, mas apesar do progresso, havia

⁴⁴⁰ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 135.

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² *Ibid.*

problemas sociais e econômicos. Além disso, Hobsbawm destaca a falta de recursos minerais e energéticos, a dependência de carvão, chumbo, zinco, cobre, petróleo, minério de ferro, entre outros. Diante de tais fatos, o governo japonês concebeu um império colonial (na Manchúria⁴⁴³, Coréia, Taiwan, Sacalina, desembarcando tropas também na Indochina, Ilhas Holandesas e outras regiões do Sudeste Asiático) para abastecimento de matérias-primas. Assim, em praticamente meio século, o Japão transformou-se de uma economia considerada medieval para um sistema produtivo moderno, passando a disputar mercados no Pacífico com os Estados Unidos⁴⁴⁴.

As evidências de que o Japão criaria uma ordem na Ásia causaram preocupações aos Estados Unidos, devido aos seus interesses econômicos e políticos (mercados de consumo na Ásia Oriental). Conforme ressaltado por Hobsbawm, para os Estados Unidos, a extensão de poder do Eixo no Sudeste Asiático era inconcebível, portanto, quando o Japão afirmou um protetorado sobre as relíquias dos franceses na Indochina, os americanos aplicaram severa pressão econômica sobre o Japão, uma vez que este havia tomado todo o Sudeste Asiático, ameaçava invadir o vazio Norte da Austrália (a partir da Nova Guiné) e a Índia (a partir da Birmânia). Com isso, o governo de Washington tomou algumas medidas: não renovou o Tratado Comercial com o Japão e celebrou um acordo de cooperação militar com a Grã-Bretanha (pelo qual os Estados Unidos transfeririam a base naval de Pearl Harbor para o Pacífico e Londres concentraria sua esquadra no Atlântico para combater submarinos alemães)⁴⁴⁵. Tal acordo evidenciou as apreensões dos Estados Unidos com a expansão industrial do Japão no sudoeste asiático e a concorrência comercial da Alemanha na Europa e América Latina, adotando uma política preocupada, entre outras coisas, com um bloqueio à expansão japonesa.

Duroselle deixa claro o quanto o Japão era um obstáculo ao imperialismo americano na Ásia: os Estados Unidos chegaram a suspender a licença de exportação de alumínio, sucata de

⁴⁴³Na resenha que Vaz-Pinto realiza do livro de Rana Mitter, *China's War with Japan 1937-1945, the struggle for survival*, o Japão concebeu um império na Manchúria com sua invasão em 1931 e a guerra foi declarada em 1937, o ataque a Pearl Harbor teria sido um alívio para a China que supostamente teria ajuda para combater o Japão, mas para os europeus, o conflito era secundário, sob o ponto de vista da guerra com a Alemanha. O objetivo de Washington foi manter a China na guerra para o dividir o esforço militar japonês. Além da guerra com o Japão, a China continuava a guerra civil entre o nacionalista Chiang Kai-shek, o comunista Mao Zedong e colaboracionista Wang Jingwei, que reivindicavam o legado de Sun Yat-sen. Ironicamente, a invasão japonesa permitiu um certo alívio à perseguição de Chiang ao Partido Comunista Chinês, e possibilitou a Mao consolidar sua liderança. VAZ-PINTO, Raquel. **A Guerra Sino-Japonesa e o fim da República da China**. Revista de Relações Internacionais. Dez. p.171-174. 2015, Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri48/n48a12.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023. Grifos nossos.

⁴⁴⁴ HOBBSAWM, *op. cit.*

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 48.

ferro, peças de avião e derivados de petróleo ao Japão, além de fecharem o Canal do Panamá a navios japoneses e congelarem créditos bancários do Japão nos Estados Unidos, fazendo com que a rivalidade entre eles fosse se acirrando cada vez mais.⁴⁴⁶ É oportuno frisar que, após essas medidas dos Estados Unidos, um Tratado foi celebrado entre Alemanha, Itália e Japão em setembro de 1940, o “Acordo Tríplice” ou “Pacto Tripartite”,⁴⁴⁷ a fim de assegurar aos signatários o domínio da “Nova Ordem Mundial”, na Europa e Ásia, estabelecendo auxílio econômico, político e militar, caso um dos membros sofresse agressões.

Com referência ao “isolacionismo” americano, Hobsbawm deixa claro que pretendia manter-se fora somente da Europa, porque, na verdade, foram o embargo americano ao comércio japonês e o congelamento de bens japoneses que obrigaram o Japão a entrar em ação, evitando o estrangulamento de sua economia. Em 1941, os Estados Unidos exigiram que o Japão se retirasse da Manchúria e Indochina, mas como o Japão não era autossuficiente em matérias-primas e sua indústria dependia de abastecimento exterior, cumprir às exigências era inviável.⁴⁴⁸ Diante de tal situação, os americanos mantiveram o embargo econômico e a suspensão de licenças para exportações ao Japão; em contrapartida, Tóquio autorizou o ataque à base americana de Pearl Harbor no Pacífico⁴⁴⁹.

Segundo Coggiola, depois do ataque, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão (que havia assinado o Tratado Tripartite com Alemanha e Itália em 1940). Hitler desejava que o Japão também atacasse a URSS e declarou guerra aos Estados Unidos; porém, o Japão, já estava comprometido no Pacífico⁴⁵⁰. Hitler, mesmo esgotado na Rússia, declarou guerra aos Estados Unidos, possibilitando a entrada deles na guerra ao lado da Grã-Bretanha. Entretanto, a Alemanha nazista representava para os Estados Unidos um perigo mais sério e global que o Japão, tanto que foram necessários mais três anos e meio para derrotar a Alemanha; já o Japão caiu em três meses. Assim, as decisões de invadir a Rússia e declarar guerra aos Estados Unidos acabaram por decidir a Guerra, de tal forma que, no Ocidente, a resistência alemã se mostrou difícil de vencer e, no Leste, houve menos sinais na determinação do Japão de lutar até o fim,

⁴⁴⁶ DUROSELE, Jean-Baptiste. *Europa de 1815 a nuestros días: vida política y relaciones Internacionales*. Nueva Clio La historia y sus problemas. Barcelona: Editora Labor, 1971.

⁴⁴⁷ Outros acordos já haviam ocorrido em: 25/11/1936, como o Pacto *Anticomintern* e o Pacto de Amizade e a Aliança entre Alemanha e Itália de 1939, que previam ajuda entre as partes, caso houvesse ameaças internacionais.

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 48.

⁴⁴⁹ Na Segunda Guerra Mundial, a participação dos Estados Unidos não foi preventiva como na Primeira. Por isso, também se tornou mundial, principalmente após o ataque a Pearl Harbor em 1941. Nesse ano a Alemanha cruzou o Mediterrâneo para manter suas linhas na Grécia e no norte da África em socorro a Itália (sua aliada), sob risco de ser expulsa de seu império africano pelos britânicos. O *Afrikakorps* alemão foi enviado ao Egito, mas foi repellido pelos ingleses em 1942. HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 48.

⁴⁵⁰ COGGIOLA, *op. cit.*, p. 92-122.

motivo que estimulou a precipitação das armas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, em 1945, para assegurar a rápida e incondicional rendição japonesa. Os Estados inimigos derrotados foram ocupados pelos vencedores,⁴⁵¹ sem realização de paz formal (não se reconhecia autoridade independente das forças de ocupação — caso da Alemanha e Japão)⁴⁵².

Como visto, o Tratado de Versalhes já surgiu condenado a partir da exclusão da Alemanha e da Rússia soviética e da insatisfação da Itália. O contexto histórico que se delineava era excepcional e foi determinado pela ascensão da Alemanha nazista, Itália fascista e forças militaristas de extrema direita insatisfeitas e dispostas a romper com o *status quo* vigente (caso do Japão), contra as quais lutaram a URSS, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, entre outros. Entretanto, os motivos que desencadearam esse processo transcendem as relações internacionais e tornou significativo tal alinhamento. Na verdade, o que pesou mais na união contra a Alemanha foi o fato de que não se tratava somente do descontentamento com sua situação, o que desencadeou ambições determinadas por uma ideologia fascista, mas a possibilidade de desviar em direção à União Soviética o expansionismo alemão, em benefício de todos, tentando provocar à revelia a destruição da Revolução Russa, evitando assim sua expansão. Convém ressaltar que era possível realizar acordo ou ser oposição à Alemanha, dependendo do interesse de cada Estado, o que ficou claro com a posição supostamente “neutra” da União Soviética em troca de ganhos territoriais — assim como a Itália e o Japão, que consideraram que não deveriam participar dos primeiros estágios da guerra. De forma geral, também é preciso considerar a insatisfação e a reação da direita aos movimentos que ameaçavam a “ordem da sociedade”, como o movimento operário emergente. Porém, o equilíbrio de poder estava cada vez mais tenso entre os Estados-nação, tornando a guerra internacional a partir da emergência da Alemanha nazista e da aliança entre Alemanha, Itália e Japão.

3.1.2. As consequências da Guerra no Brasil

Durante a década de 1930, Estados Unidos e Alemanha travavam uma disputa pelas relações comerciais com o Brasil, sendo que os Estados Unidos observavam o crescimento da influência alemã no Brasil com temor e cautela. Entretanto, a “política da boa vizinhança” foi utilizada como uma das estratégias dos Estados Unidos, para aumentar sua influência sobre

⁴⁵¹ Houve conferências em que as potências aliadas (Estados Unidos, URSS e Grã-Bretanha) decidiram a divisão dos despojos da vitória e tentaram determinar suas relações no pós-guerra: Teerã, em 1943; Moscou, em 1944; Ialta – Criméia, em 1945; e em Potsdam – Alemanha, em 08/1945. HOBSEAWM, *op. cit.*, p. 49.

⁴⁵² *Ibid.*, p. 48.

os países da América Latina. Tal política, além de visar fornecer acordos, também previa o estreitamento de laços culturais.

Em meio a incentivos econômicos e pressão diplomática, os americanos instalaram bases aeronavais na costa Nordeste brasileira; em troca, forneceram equipamentos militares e financiaram a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Porém, a consolidação do acordo entre Brasil e Estados Unidos; o torpedeamento por meses, de vários navios mercantes brasileiros, por submarinos alemães e italianos, causando naufrágios e mortes) e o impacto político do ataque militar japonês a base americana de Pearl Harbor, trouxeram consequências. No dia 19 de janeiro de 1942, a Superintendência da Segurança Pública de São Paulo, baixou um edital “para regulamentar a atividade dos estrangeiros naturais dos países do “eixo”” com uma série de proibições, conforme se pode verificar:

“I – Em face da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, Itália e Japão, faço público que ficam os súditos destes últimos países, residentes neste Estado, proibidos:

- 1º - da disseminação de quaisquer escritos nos idiomas de suas respectivas nações;
- 2º - de cantarem ou tocarem hinos das potências referidas;
- 3º - das saudações peculiares a essas potências;
- 4º - do uso do idioma das mesmas potências, em concentrações, em lugares públicos (cafés etc.);
- 5º - de exibir em lugar acessível, ou exposto ao público, retrato de membros do governo daquelas potências;
- 6º - de viajarem de uma para outra localidade, sem salvo-conduto fornecido por esta Superintendência;
- 7º - de se reunirem, ainda que em casas particulares, a título de comemoração de caráter privado;
- 8º - de discutirem ou trocarem idéias, em lugar público, sobre a situação internacional;
- 9º - de usarem armas, mesmo que hajam anteriormente obtido o alvará competente, bem como, negociarem com armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos;
- 10º - de mudarem de residência sem comunicação prévia a esta Superintendência;
- 11º - de se utilizarem de aviões que lhes pertençam;
- 12º - de viajarem por via aérea sem licença especial concedida por esta Superintendência.

II – Os salvo-condutos serão fornecidos todos os dias úteis, das 9 às 11 horas – das 14 às 18 horas e das 21 às 23 horas. Aos domingos das 14 às 17 horas”. O edital era assinado pelo major do Exército, Olinto de França Almeida e Sá, Superintendente da Segurança Pública e Social⁴⁵³.

Outro fato grave foi o encerramento das atividades da embaixada japonesa do Rio de Janeiro, do Consulado Geral de São Paulo e outras representações oficiais de Tokyo, no dia em 28 de janeiro. Na sequência, em 29 janeiro, Vargas declarou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os três países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. O Itamarati também enviou aos agentes diplomáticos daqueles países no Rio de Janeiro uma nota,

⁴⁵³ MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992, p. 257-258.

entregando seus passaportes ⁴⁵⁴. A Folha do Povo reproduziu a fala do Ministro do Exterior, Oswaldo Aranha, no Palácio Tiradentes quando do encerramento da Conferência dos Chanceleres, que declarou após apresentar os antecedentes da atitude:

Esta é a razão pela qual hoje, 6 horas da tarde, por ordem do Presidente da República, os embaixadores de Berlim e Tóquio e o encarregado dos negócios do Brasil em Roma passaram uma nota aos governos juntos aos quais estão acreditados, comunicando que em virtude da recomendação da terceira conferência, os ministros do Exterior das Republicas americanas e do Brasil rompiam suas relações diplomaticas e comerciais com Alemanha, Japão e Itália. Na mesma hora, o Itamarati enviou aos agentes diplomaticos daqueles paises no Rio de Janeiro uma nota comunicando essa resolução e entregando a cada um deles seus passaportes, para que se possa transportar com segurança a seus respectivos paises. Na mesma ocasião, os interventores e governadores nos Estados do Brasil receberam instruções para cassar o “exequatur” concedido aos agentes da Alemanha, Italia e Japão. Mais um grande dia para os povos livres ⁴⁵⁵.

Entretanto, o Itamaraty distribuiu uma nota por intermédio do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, informando oficialmente o governo brasileiro sobre o tratamento recebido pelo embaixador, cônsul e funcionários do Brasil no Japão que estavam sob condições de constrangimento e vexatórias⁴⁵⁶.

Segundo matéria publicada no *Correio da Noroeste*: O nosso embaixador foi preso incomunicável e a nossa embaixada foi ocupada por forças da Polícia Civil Militar, que nela permanecem e os nossos funcionários são tratados como prisioneiros de guerra. O governo brasileiro, que tem concedido aos diplomatas e funcionários dos países com os quais cessou suas relações diplomáticas, todas as garantias, bem como assegurando-lhes, liberdade de acordo com a sua tradição de hospitalidade, vê-se forçado, a contra-gosto, a dar ao embaixador e funcionários nipônicos no Brasil, tratamento equivalente ao que estão recebendo os diplomatas e cônsules brasileiros no Japão.

Em seguida, os jornais da época também publicaram o embarque dos representantes, para seus países de origem:

Rio, 15 (A.N.) – Psocedentes de São Paulo chegaram a esta capital os súditos japônêses e membros da representação consular e diplomática do Japão que residiam em vários pontos de São Paulo. Viajaram em trem da Central do Brasil, e são em número de 180. Foram recebidos por um representante da embaixada da Espanha e

⁴⁵⁴ Ibid.

⁴⁵⁵ *Folha do Povo*. Bauru, Ano VIII, n. 1.643, 20 jan. 1942.

⁴⁵⁶ Segundo matéria publicada no *Correio da Noroeste*: O nosso embaixador foi preso incomunicável e a nossa embaixada foi ocupada por forças da Policia Civil Militar, que nela permanecem e os nossos funcionários são tratados como prisioneiros de guerra. O governo brasileiro, que tem concedido aos diplomatas e funcionários dos países com os quais cessou suas relações diplomáticas, todas as garantias, bem como assegurando-lhes, liberdade de acordo com a sua tradição de hospitalidade, vê-se forçado, a contra-gosto, a dar ao embaixador e funcionários nipônicos no Brasil, tratamento equivalente ao que estão recebendo os diplomatas e cônsules brasileiros no Japão⁴⁵⁶.

também por alguns cidadãos do “reich”, e aguardarão o dia da partida para o respetivo país de origem⁴⁵⁷.

Em consequência do rompimento das relações diplomáticas, foram reforçadas as medidas de fiscalização sobre os naturais do Japão, Alemanha e Itália, que se tornaram súditos de países inimigos, e sua liberdade foi grandemente restringida. Nos meses seguintes, começaram as restrições e proibições como: evacuação de japoneses da rua Conde de Sarzedas (zona de maior concentração de japoneses na cidade de São Paulo que foram obrigados a deixar o local sob alegação de motivo de segurança); decretação do congelamento dos bens dos súditos de países do Eixo (visando coibir atividades econômicas - atos destinados a favorecer países inimigos e instituir um fundo de indenização de guerra) e proibição de compra, venda ou hipoteca de imóveis. Além dessas, muitas outras medidas complementares foram baixadas, as propriedades dos súditos dos países do Eixo ficaram sob controle do governo brasileiro, o fim do congelamento ocorreu somente em novembro de 1950, fazendo com que casas de comércio, bancos, cooperativas e fazendas ficassem sob fiscalização e intervenção do governo⁴⁵⁸.

Como era de se esperar, em agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália. Entretanto, segundo Koiffman e Oda, embora fosse nação partícipe do Eixo e aliado militar da Alemanha e da Itália, o Japão não foi incluído na declaração de guerra, tendo o Brasil esperado por quase três anos para então decidir-se por declarar guerra a essa nação, somente com o Decreto nº 18.811, de 6 de junho de 1945⁴⁵⁹. Os autores destacam o fato de que, apesar da não declaração de guerra, as autoridades no Brasil davam um tratamento aos súditos japoneses aqui residentes idêntico ao reservado aos súditos alemães que residiam no país. Como exemplo, desse tratamento citam o formulário remetido aos municípios brasileiros solicitando informações minuciosas, relacionadas ao número de alemães, italianos e japoneses residentes, quem possuía rádio ou armas, falavam o idioma, questionavam a ida dos filhos à escola, entre outras informações⁴⁶⁰. Ou seja, as mesmas restrições de mobilidade,

⁴⁵⁷ Diplomatas e súditos do Japão. Chegaram ontem ao Rio, onde aguardarão embarque para seu país. *Correio da Noroeste*. Bauru, 16 jun. 1942, n. 3.432.

⁴⁵⁸ MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. *Op. cit.* p. 258.

⁴⁵⁹ Decreto 18.811, de 6 de junho de 1945. Declara guerra entre o Brasil e o Império do Japão. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Declara%20guerra%20entre%20o%20Brasil,que%20lhe%20confere%20o%20art..> Acesso em: 15 de abr. de 2023.

⁴⁶⁰ KOIFMAN, Fábio; ODA, Humberto Manabu. A declaração brasileira de guerra ao Japão. XXVII Simpósio Nacional de História-ANPUH. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN:2013, p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364614725_ARQUIVO_AdeclaracaobrasileiradeguerraaoJapao_ANPUH2013F.KoifmaneH.M.Oda_.pdf. Acesso em: 22/04/2023.

perseguições, interrogatórios e prisões que incidiram sobre os cidadãos alemães e italianos aqui residentes, também incidiram sobre os japoneses.

Quanto a resposta e explicações do governo brasileiro, no que tange a declaração de guerra em 1945, Koifman e Oda, trazem as declarações de José Roberto de Macedo Soares, que em 6 de junho de 1945, respondendo interinamente pelo Itamaraty, convocou uma entrevista coletiva com a imprensa anunciando que “nesta data em que nós, aliados, comemoramos o primeiro aniversário do dia ‘D’, o Brasil declara guerra ao Japão.” Macedo também justificou a atitude do governo brasileiro baseada na solidariedade dos países americanos, comentando que entre esses, naquele momento, somente a Colômbia ainda não declarara guerra ao Japão, mas estaria em processo de fazê-lo em breve. Sendo que a primeira pergunta dos jornalistas se relacionava a possível participação militar direta do Brasil na guerra do Pacífico. Macedo Soares então, esclareceu que o tema não dependia do Itamaraty, mas de entendimentos entre o Alto Comando Aliado e os Estados Maiores das Forças Armadas brasileiras. Segundo ele, o Brasil estaria disposto a atender a qualquer solicitação aliada, mas julgava que tal envolvimento militar direto, não seria necessário. A pergunta seguinte foi a respeito das razões pelas quais só naquele momento a declaração de guerra ao Japão ocorrera ⁴⁶¹, o ministro respondeu:

Não declaramos guerra ao Japão, em agosto de 1942, porque o Sr. Oswaldo Aranha a isto se opôs e com razão, sob o fundamento de que a tradição do nosso país era de só fazer a guerra defensiva. Os acontecimentos se desenvolveram, porém, a tal ponto, que hoje em dia, o Brasil, defendendo a América, defende-se a si próprio. Não estamos, pois, mudando de atitude. A posição que agora assumimos, chegando do estado de relações diplomáticas interrompidas ao estado de guerra, é o desdobramento de uma mesma atitude⁴⁶².

Conforme se pode verificar, carece de investigação a problemática da posterior declaração de guerra do Brasil ao Japão (somente em 06/1945), o problema era que tal declaração trouxe mais consequências aos imigrantes japoneses radicados no Brasil, assim como a posição do Japão na Guerra (lutar ao lado do Eixo), pois com o início da Segunda Guerra Mundial e, na sequência, a entrada do Brasil, ao lado dos aliados e a configuração do Japão ao lado dos países do Eixo, conforme exposto, as condições de vida dos imigrantes japoneses foram se desgastando e tomando novos rumos.

Havia fatores que causavam perda de referências como: as perseguições com características eugênicas que já vinham sofrendo; a ausência de manifestação do Império

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² Ibid., p.6.

japonês acerca das difíceis condições de vida dos imigrantes no país; o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil-Japão (causou o retorno do embaixador e do cônsul para o Japão, fazendo com que as comunidades nipônicas se sentissem desamparadas); o projeto nacionalista de Vargas que, de modo autoritário, buscava solapar a identidade desses imigrantes; a constituição de campos de internação como medida de guerra do governo Vargas para conter a opinião pública; a forma como a imprensa da época tratava o antiniponismo e a pressão para resolução de crimes. Tais fatos contribuíram para desestabilizar o grupo do ponto de vista cultural, principalmente quando seus bens foram congelados. A polícia passava a revistar as casas a procura de documentação incriminatória. Ou seja, partia-se da premissa de que todo japonês era um inimigo. Foi nesse contexto, que surgiu a *Shindô-Renmei*, fundada em 23/09/45, no Jabaquara/SP, cujos princípios eram honrar o código de conduta dos súditos para com o imperador⁴⁶³. A organização tinha como vítimas principais, japoneses que não acreditavam na derrota do Japão. Okamoto assinala que foram diversos os fatores que culminaram no surgimento da *Shindô-Renmei*, dentre eles: notícias falsas de jornais brasileiros; instabilidade psicológica dos imigrantes japoneses; fortalecimento da educação ultranacionalista japonesa com a vinda de novos imigrantes (década de 1920); fechamento dos jornais nipo-brasileiros durante a guerra e a circulação de jornais clandestinos “vitoristas”. A autora também, faz uma análise que visa compreender as dinâmicas das relações dentro das colônias, por meio das imprensas *nikkei* do período. Segundo ela, os jornalistas-intelectuais derrotistas, ao lançarem impressos no pós-guerra, tinham como objetivo esclarecer a comunidade *nikkei* sobre a rendição do Japão na guerra; controlar a onda ultranacionalista, que se propagava nas associações nipo-brasileiras e iniciar o processo de integração dos nipônicos à sociedade brasileira (isso não significava que eles tinham cortado seus laços com o país de origem). Por sua vez, os impressos vitoristas (com exceção dos impressos da *Shindô-Renmei*), eram dirigidos por pessoas que honravam o código de conduta moral japonesa (*shûshin*) e acreditavam na invencibilidade do Japão (crenças pregadas nas escolas japonesas privadas da colônia no período pré-guerra)⁴⁶⁴. A autora destaca a visão de Fukusawa:

⁴⁶³ HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz/ Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987, p.657. Para aprofundar o assunto e obter uma visão da atuação da polícia política do Estado de São Paulo, sobre a *Shindô-Renmei* os estudos de Rogério Dezem oferecem subsídios para pesquisa e compreensão dos fatos. DEZEM, Rogério. Inventário do Deops: módulo III, japoneses: *Shindô-Renmei*: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

⁴⁶⁴ OKAMOTO, Monica. Intelectuais nipo-brasileiros nos jornais em língua japonesa do pós-guerra (1946-1970). In: BIONDI, Luigi; LUCHESE, Terciane Ângela; GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2022, p. 362-363.

(...) naquela época, ser parte do grupo dos “vitoristas” implicava questões e sentimentos mais complexos do que simplesmente admitir a derrota do Japão na guerra; acarretava na dissolução dos sonhos e das esperanças de milhares de imigrantes japoneses que esperavam retornar ao Japão com o fim do conflito. Era, ainda, ter de enfrentar o fato de que seus planos de vida haviam mudado e que o Japão não era uma potência da qual mantinham orgulho⁴⁶⁵.

Como se pode verificar, as informações eram importantes, mas a partir de 1940, de acordo com Miyao e Yamashiro, os periódicos só conseguiram manter sua circulação, mediante a tradução dos textos para a língua portuguesa e apresentação à censura. Entretanto, entre julho e dezembro de 1941, todos eles estavam com as portas fechadas: o *Seishu Shinpo* (de Bauru) encerrou as atividades em 30 de julho, com o editorial “Asiáticos, voltemos para a Ásia”; o *Burajiru Jihô*, encerrou as atividades em seguida, em 31 de agosto, com o aviso “Hoje, último dia” e o *Nippak Shinbun*, alterou o nome para *Brasil Asahi* e a edição em língua portuguesa, mas foi obrigado a parar em dezembro, devido à guerra no Pacífico⁴⁶⁶. Dessa forma, os jornais editados em língua japonesa desapareceram, causando um vazio de comunicação e informação para os imigrantes e um isolamento e como muitos ainda, não compreendiam bem a língua portuguesa, os jornais brasileiros eram incompreensíveis, além de publicarem notícias distorcidas e ou falsas, por vezes. Mas, convém observar os dados levantados pelos autores citados, na publicação *Compatriotas da Jurisdição de Bauru*, (a pesquisa foi realizada em 1939, com 15 mil famílias, com a média de 11 anos no Brasil), a respeito do número de assinantes de jornais e revistas japonesas, o qual permite que se tenha uma ideia do nível de alfabetização e escolaridade dos imigrantes japoneses, havia 1.078 assinantes de revistas infantis; 1.168 de revistas femininas; 5.967 de revistas masculinas e 10.154 de jornais, perfazendo um total de 18.367 assinantes.⁴⁶⁷ Cabe frisar, que o próprio autor do livro *Compatriotas da Jurisdição de Bauru*, Shungoro Wako, ressalta que apesar do número de famílias pesquisadas (15 mil) e dos cem jornais brasileiros em circulação, não havia revistas brasileiras e a maior parte desses jornais, eram lidos por intelectuais moradores da cidade. Segundo ele, tal realidade justificava a preocupação do governo brasileiro de que os japoneses eram inassimiláveis⁴⁶⁸.

⁴⁶⁵ FUKUSAWA, Masayuki. *Nikkei mídia no rekishi*. Tóquio: Fûkyôsha, 2010. *Apud* OKAMOTO, Monica. Intelectuais nipo-brasileiros nos jornais em língua japonesa do pós-guerra (1946-1970), p.363.

⁴⁶⁶ MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em Branco na Corrente Imigratória e os Distúrbios na Comunidade Japonesa. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 255-256.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 256.

⁴⁶⁸ WAKO, Shungoro. *Bauru Kannai no Hôjin* (Os Patrícios da Jurisdição de Bauru), 1939. *Apud* MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em Branco na Corrente Imigratória e os Distúrbios na Comunidade Japonesa. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 256.

Entretanto, também é preciso acentuar que devido à guerra, a imigração japonesa para o Brasil foi suspensa durante o período de (1942 a 1951), sendo que a retomada do processo ocorreu somente por iniciativa da comunidade nipônica que vivia no país e apesar dessas perseguições, restrições e discriminações, principalmente o período do pós-guerra, se mostrou favorável à independência econômica de muitas famílias, à mobilidade geográfica e posterior fixação (especialmente em áreas pioneiras), o que se percebe com aumento significativo no número de imigrantes.

Ou seja, tal período manifestou-se como favorável à independência econômica das famílias: muitas conseguiram economizar recursos suficientes para investir; outras, se aproveitavam da venda de terras de fazendas desmembradas. Tais fatos estimularam certa mobilidade geográfica por parte de alguns imigrantes, principalmente nas áreas pioneiras e posterior fixação em áreas novas, quando abriu-se cada vez mais a perspectiva de permanência definitiva no país receptor por parte dos imigrantes.

Dessa forma, o ano de 1952 representou para Saito, o início de um terceiro período da imigração japonesa para o Brasil, já que somente em 1951, foi autorizada a introdução de imigrantes japoneses nos núcleos coloniais⁴⁶⁹. Desde então, houve um crescimento significativo na entrada de imigrantes, conforme dados de Lesser: 30.610 entre 1952 e 1959, com posterior queda nos anos seguintes.⁴⁷⁰. Tal fato fica claro a partir da queda no valor de remessas ao Japão, efetuadas por imigrantes japoneses residentes no Brasil, as quais passaram de 190.197 *yens* em 1919, para 1.155.325 em 1924, mantendo-se em 1.217.406 em 1929 (mesmo durante a crise), para decair sucessivamente a partir de 1930 a 337.602 em 1939 - no início da guerra (com exceção do ano de 1937, com remessas de 1.199.391)⁴⁷¹. Como se pode observar, a princípio, os valores eram mais expressivos, mas, a partir de 1930 com a recuperação da economia e o surgimento de pequenas propriedades disponíveis para compra, é compreensível a queda nas remessas, demonstrando também um direcionamento para a perspectiva de fixação definitiva no país receptor.

É preciso considerar também que, segundo Sakurai, existia um descompasso claro entre os objetivos das autoridades japonesas, das companhias de imigração e dos imigrantes

⁴⁶⁹ SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil*. Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1961.

⁴⁷⁰ É importante ter em mente que tal queda na década de 1960 reflete o processo de industrialização do Japão, seu desenvolvimento econômico e tecnológico do pós-guerra, o qual naquele momento, já absorvia seu excedente populacional. O ano de 1960 foi citado somente a título de comparação (queda brusca), já que o recorte temporal desse estudo se delimita em 1958.

⁴⁷¹ UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. In: **SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 193.

japoneses: estes desejavam enriquecer e retornar ao Japão (antes da Segunda Guerra Mundial); e aquelas, fixá-los definitivamente nos países receptores⁴⁷².

Como foi demonstrado a Segunda Guerra Mundial funcionou como uma espécie de balizador: ao mesmo tempo em que se apresentava como mais um obstáculo a ser vencido pelos imigrantes, também serviu para definir os rumos e decidir destinos. Depois da interrupção por um longo período, após seu término, o processo imigratório foi retomado novamente a partir do Decreto Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945⁴⁷³ (apesar de ter sido mantido o sistema de cotas de 1934). Entretanto, o perfil desses imigrantes já não era mais o mesmo daqueles que vieram no período anterior à guerra: a maioria foi deslocada para trabalho na indústria.

3.2 Bauru em tempos de perseguições e proibições: tempo de lutas e resistências

Como era de se esperar, a Segunda Guerra Mundial e mesmo o pós-guerra, também trouxeram consequências, para as instituições dos migrantes nipônicos, sendo que por determinação de autoridades da época, a “Associação Japonesa” em Bauru teve seu nome alterado para “Clube Recreativo” e em 1942, com a participação do Brasil na guerra ao lado dos aliados, outras medidas foram tomadas. Diante desse quadro, o presidente do Clube na época, Jintoku Arino, passou a orientar a colônia no sentido de respeitar as leis e as determinações das autoridades, sem demonstrar descontentamento ou revolta perante as novas medidas como: fechamento das escolas, proibição de agrupamentos com mais de três pessoas, congelamento de bens da cooperativa e encampamento das grandes empresas que passaram a ter administração de interventores federais. O presidente orientou os membros da colônia que andassem acompanhados, evitassem falar a língua japonesa em público e que escondessem livros e armas.⁴⁷⁴ Portanto, o antigo Clube Recreativo de Bauru, estava inativo e somente pôde retornar às atividades em 1958, alterando sua denominação para Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru⁴⁷⁵, dando finalmente continuidade às tradições e revivendo as manifestações culturais.

⁴⁷² SAKURAI, *op. cit.*, 2000, p. 228.

⁴⁷³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴⁷⁴ OGINO, Massaru. Reminiscências da vida no campo. *In*: CLUBE..., *op. cit.*, p.10.

⁴⁷⁵ O Clube Nipo-Brasileiro de Bauru tinha cerca de quinze departamentos que atendiam aos associados nas mais diversas áreas: Departamento Tênis de mesa; Departamento Cultural Haiku-Haikai (Poemas Japoneses); Departamento Cultural Gakudan (Conjunto Musical); Departamento Cultural Bunkassai (Festival de Cultura); Departamento dos idosos; Departamento Shôgui (Xadrez Japonês); Departamento Taikô Muguen-kyô; Departamento Fujin-kai (Clube das Senhoras); Departamento Cultural – Gakou — Escola de Língua Japonesa; Departamento Kayou-aikoukai (Amantes de Música Popular); Departamento Ikebana; Departamento Kendô (arte marcial, espécie de esgrima); Departamento karatê e Departamento karaokê (com concurso nas cidades ao longo

Outra instituição que sofreu perseguições foi o consulado japonês em Bauru, instalado desde 1921. Porém, em 1941, com a entrada definitiva dos Estados Unidos na guerra, em 28/01/1942, após a Conferência com Chanceleres Americanos, a Embaixada Japonesa no Rio de Janeiro e o Consulado Geral do Japão em São Paulo, encerraram suas atividades.

Entretanto, é importante destacar que nesse período, o Consulado em Bauru era vizinho à residência do cônsul, (separado por uma casa), cujos fundos se davam com o terreno da fábrica montada por Nobuji Nagasawa⁴⁷⁶, onde secava o - *udon* (macarrão grosso à japonesa)⁴⁷⁷. O rompimento das relações diplomáticas fez com que a delegacia de polícia passasse a vigiar constantemente, os relacionamentos do cônsul Ishihara e sua esposa - italiana, com o exterior. Segundo Nagasawa, havia boatos de que diplomatas japoneses seriam repatriados ao Japão, por meio de navios neutros, sendo trocados por diplomatas brasileiros nesse país, num porto de Moçambique, na África⁴⁷⁸. Tais fatos ele descreve em seu livro de memórias “60 anos no Brasil”, inclusive onde relata o que se passou durante uma noite, quando recebeu um recado de Ishihara, o cônsul do Japão:

Foi nessa época que recebi através da empregada uma carta do cônsul Ishihara solicitando a minha visita naquela noite. Esperei a noite e visitei-o, pulando a cerca dos fundos. O Cônsul disse-me que havia chegado uma ordem do seu país, para indicar um representante antes de sua retirada até que o consulado fosse reaberto. Para o representante, seriam enviadas as comunicações e também o numerário

das antigas ferrovias – Paulista, Noroeste e Sorocabana). Também havia organização de jantares, noites dançantes, reunião de idosos, comemoração do Dia das Mães, entre outros. Entre as funções do departamento de senhoras, por exemplo, constava a participação em trabalhos sociais beneficentes que visavam angariar fundos para diversas campanhas e apresentação de palestras. CLUBE..., *op. cit.*, p.55.

⁴⁷⁶ Nagasawa, deixou o quinto ano do colégio comercial no segundo semestre, para entrar num curso supletivo em Tóquio. Segundo ele, a contabilidade e os cálculos que tinha aprendido de nada serviram, era bom em matemática, mas fraco em inglês. Também não aceitou o convite da irmã mais velha, para estudar medicina, permanecendo junto a ela e ao marido médico, e juntos montarem um hospital. Preferiu visitar a irmã Sawako que havia estudado no Colégio Feminino de Tochigi, mas, que emigrou para o Brasil, casada com um agricultor. Nagasawa chegou à casa do cunhado em Araçatuba, em 1929, na Colônia Perobal, porém não permaneceu lá, saiu de madrugada com as “bugingangas de uso pessoal colocadas num saco de sal vazio”. Como não encontrou emprego em Araçatuba, foi para Lins a procura de Masuyama (também vindo de Tochigi), que o levou à fazenda Fujinaga. Na fazenda, foi admitido para secagem de café e capina, mas em 1932, sabendo da necessidade de encarregado de depósito em uma Casa de Ferramentas, aceitou o emprego, sendo promovido a vendedor. Mais tarde, em contato com Jisaburô Shimoya (comprador da loja), tornou-se vendedor de sementeiras deixando a loja de ferramentas. Entretanto, os compradores eram frequentes somente na semeadura, por isso solicitou admissão na fábrica de doces Fukudaya. Em seguida, foi procurado pela fábrica de Macarrão Tōyō para venda de massas nas áreas das Estradas de Ferro Paulista e Sorocabana, até que certo dia, como Ganaha tinha mais um conjunto de máquinas de fazer macarrão, manifestou o desejo de construir uma filial em Bauru, sendo que o empreendimento da fábrica de Bauru ficaria a cargo de Nagasawa como sócio de Ganaha. Diante da proposta, em 05 de setembro de 1935, Nagasawa foi buscar a irmã Sawako e alguns operários num velho caminhão Chevrolet, carregado de máquinas de fabricar macarrão e bagagens, com destino à Bauru, para montagem da fábrica de macarrão. NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil. Londrina, Paraná: Gráfica Leal, 2000, p. 11-33. Com o tempo, a fábrica se tornaria uma grande e renomada empresa: Mezzani.

⁴⁷⁷ NAGASAWA, Nobuji. **60 anos no Brasil**. Londrina, Paraná: Gráfica Leal, 2000, p. 47.

⁴⁷⁸ Ibid.

mensal pelo cônsul Suetaka Hayao, lotado como adjunto na Embaixada da Espanha. Pediu-me para que aceitasse essa incumbência. Perguntei-lhe: “Por acaso, no que consiste o meu serviço?” E ele me disse: “Em primeiro lugar, conservar os documentos que existem no consulado. Em segundo lugar, transmitir aos presidentes das associações de vários locais as comunicações do cônsul Hayao, que vieram da Embaixada da Espanha. (...) Em terceiro lugar, o governo japonês lamenta que os imigrantes japoneses estejam animados na sericicultura, pois, a seda é a matéria-prima para fazer pára-quadras dos Estados Unidos da América. Assim, teria de persuadi-los a parar de produzi-la”. “Entendi o primeiro e o segundo item, mas o terceiro, que significa isso? O que os cônsules estiveram fazendo até agora? Dizer agora, nesta altura, às pessoas da colônia para que parem de produzir seda, eu, como um simples representante, para isso não posso fazer. Se disser tal coisa, haverá problemas muito sérios”. Diante de tal afirmativa, o cônsul assentiu que se não pudesse fazer o terceiro, não seria preciso; todavia, pediu-me que aceitasse a representação para realizar só o primeiro e o segundo item⁴⁷⁹.

Nagasawa tinha ciência de que as correspondências destinadas aos japoneses passavam pela censura dos correios em Botucatu, diante de tal fato, afirmou: “solicitei ao cônsul Ishihara e obtive a sua anuência para que a Embaixada da Espanha não mandasse os comunicados pelo correio, e sim trazidos por um mensageiro. Só depois disso é que aceitei o encargo”⁴⁸⁰. Em seguida, o cônsul respondeu por escrito em um pedaço de papel: “Solicito seja o representante do cônsul na região”⁴⁸¹. Após essa conversa, Nagasawa teria retornado para casa e conforme ressaltado no livro de memórias:

O cônsul Ishihara partiu para o Rio de Janeiro, acompanhado por um policial, no dia seguinte. Não me lembro muito bem como recebi os documentos do consulado, coloquei-os dentro de cinco caixas grandes de madeira e guardei-os na fábrica de macarrão. Contudo, dois anos depois, desfiz-me deles, jogando-os no fundo de um poço velho. Para cumprir o compromisso com o cônsul Ishihara, preparei-me para partir segundo um esquema determinado de viagem. Enrolei num jornal a solicitação escrita de representante do cônsul, que havia recebido, colocando-a num fogão em desuso no fundo do quintal, instruindo minha esposa para queimá-la, caso necessário, fingindo estar aquecendo chá⁴⁸².

Seguindo o que foi acordado com o cônsul, Nagasawa se dirigiu para as regiões de Marília, Pompéia, Tupã, Bastos e Lins a fim de visitar os presidentes das associações japonesas, porém ao chegar em Lins, recebeu telefonema da esposa avisando sobre a presença da polícia, no dia anterior para revistar a casa. A preocupação dele era com “o papel de representante do cônsul”. “Neste particular, não é preciso preocupar-se. Pus fogo

⁴⁷⁹ Ibid.

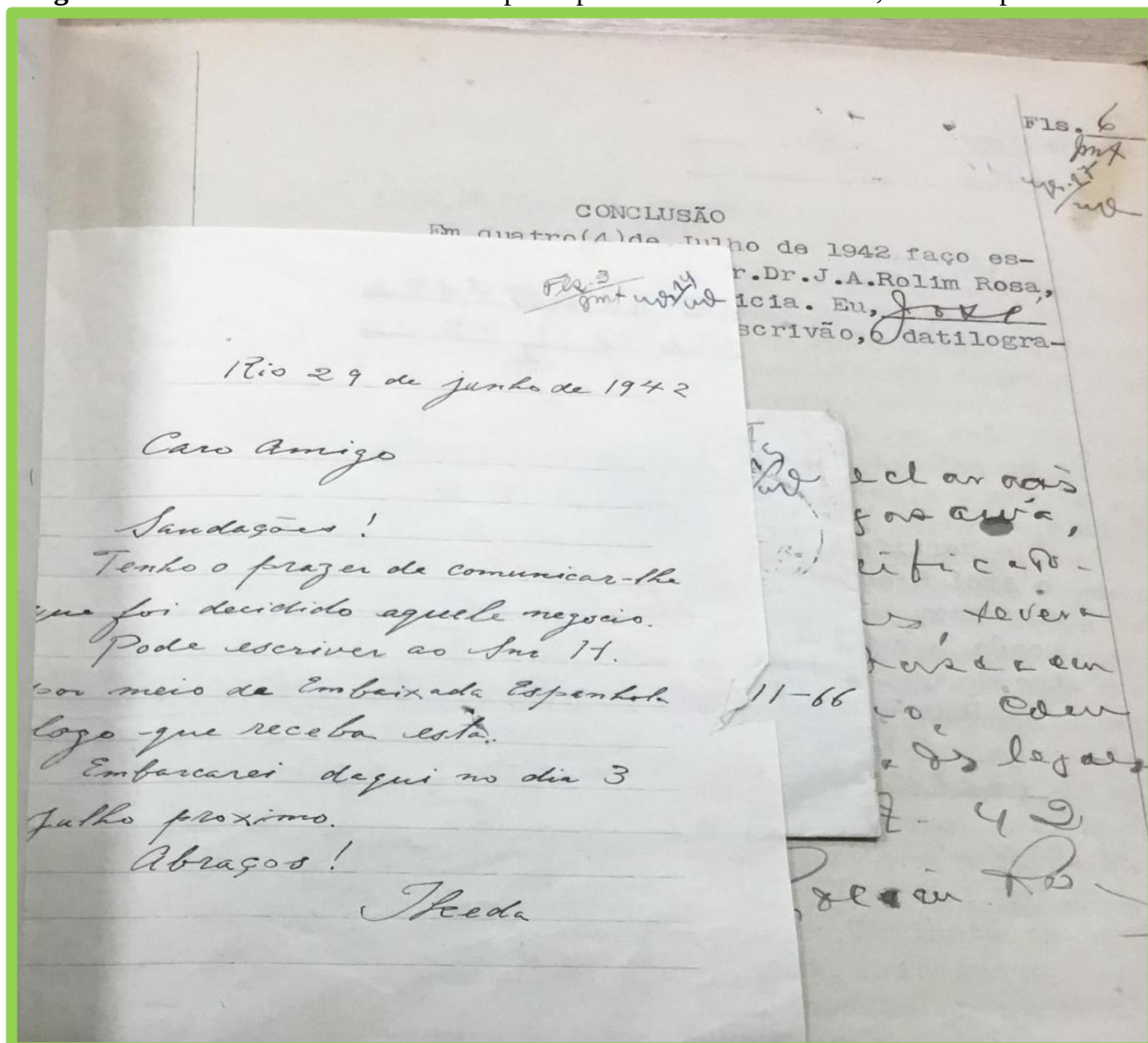
⁴⁸⁰ Ibid.

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Ibid., p. 48.

nele, fingindo esquentar água. Queimei-o inteiramente”⁴⁸³, respondeu a esposa para Nagasawa, conforme combinado e tranquilizando-o. Diante dos fatos, Nagasawa ficou aliviado. Segundo ele, tinham levado somente o álbum de fotografias de sua formatura. “Pensei que não tivesse nada com que me preocupar, pois não havia nenhuma prova”⁴⁸⁴. Entretanto, o Chefe da Comissão de Censura Postal, do Departamento dos Correios e Telégrafos de Botucatu, Arlindo de Almeida, na data de 03 de julho de 1942, por meio do ofício nº 54, havia encaminhado ao Delegado Regional de Polícia de Bauru, conforme pode-se verificar, uma “carta suspeita” “(...) por julgar o assunto de grande interesse à Segurança Nacional”⁴⁸⁵.

Figura 14 - Carta enviada do RJ interceptada pelo Correio de Botucatu, assinada por Ikeda



⁴⁸³ Ibid., p. 49.

⁴⁸⁴ Ibid., p. 49.

⁴⁸⁵ Ofício nº 54 - Departamento dos Correios e Telégrafos. Botucatu, 03 de julho de 1942. Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

Fonte: Botucatu, 03 de julho de 1942. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

O delegado dando sequência ao processo, arrolou como testemunhas Manoel Rodrigues e Aydí Ribeiro Escobar, que o acompanharam em diligência, no dia 6 de julho de 1942, à residência de Nobuji Nagasawa. O Auto de Busca e Apreensão, conforme demonstrado na Certidão (folha110), assinada pelo escrivão José Manoel de Araújo e anexada ao prontuário nº 5.957, de Nagasawa, no DEOPS/SP ⁴⁸⁶, apresentou o seguinte registro:

Aos seis dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade de Baurú, na rua Manoel Bento da Cruz, numero 11-66, residencia do japonês Nobuji Nagasawa, onde em diligencia foi vindo o Doutor Joaquim Alfredo Rolim Rosa, Delegado Regional de Policia, (...) às quinze (15) horas, a autoridade após fazer-se conhecer pela esposa de Nobuji Nagasawa, D. Kimiji Nagasawa, na ausencia daquele, procedeu rigorosa busca no interior da aludida casa com o fito de descobrir e apreender documentos ou objetos semelhantes relacionados com a carta de fls.3. (...) a autoridade só encontrou e apreendeu um recorte de jornal “Folha da Noite” – exemplar de 14 de março de 1942 – no qual consta a noticia sob a epigrafe “Misterioso japonês preso no interior” e sublinhado “Papéis, mapas, sinetes encontrados em poder do niponico condecorado na guerra da China, (...) bem como a carteira de identidade de Nobuji Nagasawa – Registro Geral nº249.373 (...) Nada mais encontrado digno de cuidados em relação ao assunto da carta de fls. 3 ou de outro relacionado com a Segurança Nacional, deu a autoridade por finda a diligencia, mandado para constar, lavrar este auto, o que foi feito e lido e achado conforme vae por todos assinados⁴⁸⁷.

A carteira de identidade e o recorte de jornal apreendidos em casa de Nagasawa foram juntados aos autos em 06 de julho de 1942, conforme se pode verificar:

Figura 15 - Carteira de Identidade nº 249.373 expedida pelo Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações em 04/09/1936



⁴⁸⁶ Certidão. Bauru, 06 de julho de 1942. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁸⁷ Auto de Busca e Apreensão. Bauru, 06 de julho de 1942. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

[illegible]

Após cumprido o acordo com o cônsul, Nagasawa retornou à Bauru depois de percorrer e visitar todos os locais devidos⁴⁸⁸. Entretanto, após finalizar as visitas, dois policiais esperavam Nagasawa na saída da estação, sendo conduzido até a Delegacia de Polícia de Bauru, na presença do delegado Rolim Rosa. O delegado de posse do álbum comemorativo da formatura do Colégio Comercial de Tochigi, lhe perguntou se ele viera ao Brasil depois de

⁴⁸⁸ NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil. *op. cit.* p. 49.

receber educação militar. Nagasawa explicou que era álbum escolar dos 18 anos do Colégio no Japão. Em seguida, o Delegado mostrou-lhe um envelope e questionou se ele conhecia o remetente. O destinatário do envelope era Nagasawa e o remetente era o cônsul Ishihara⁴⁸⁹. Em seguida, o Delegado fez a leitura do conteúdo da carta (estava em português): “O que solicitei a V.S. deixei explicado para Hayao, que está ciente de tudo. Pode ficar tranquilo”⁴⁹⁰.

Nagasawa pensava no que responder e afirmou ao delegado: “Embora leia tanto, não entendo absolutamente nada do seu conteúdo”⁴⁹¹. Ao que o delegado respondeu: “Esse Hayao é ex-cônsul do Japão em Bauru e está ainda na Embaixada da Espanha. Ishihara deve ser sem dúvida o cônsul Ishihara. Por acaso, o que o cônsul tem solicitado a você?”⁴⁹² A resposta de Nagasawa foi a seguinte: “Ele não me solicitou nada. Esta carta deve ter sido enviada com equívoco ou um concorrente nos meus negócios escreveu esta carta em português para me prejudicar”⁴⁹³. Abaixo está o Auto de Qualificação de Nagasawa, na Delegacia de Polícia de Bauru, na qual ele prestou as seguintes declarações:

(...) E sobre a carta de fls.3 apreendida nos Correios de Botucatu, que foi dirigida ao declarante por um tal Ikeda e datada de vinte e nove de junho deste ano, pode esclarecer que ele é do Consul japonês que residiu em Bauru cujo nome é Naonori, sendo que esse Consul era conhecido na colônia com o nome de Ikeda. Quando esse consul esteve detido na residência aqui em Bauru, antes de embarcar para o Rio, ele tentou corresponder-se com o declarante mandando-lhe uma carta e cuja carta não foi aberta e foi devolvida por sua senhora, com o recado de que a polícia não permitia a correspondência e podia prender o seu marido, que é o declarante. Chegando em casa e sabendo do sucedido, procurou a casa do Consul Naonori ou Ikeda. Mas verificou que a casa do mesmo estava cercada ou vigiada por um soldado e como o soldado estava carrancudo, o declarante desistiu de falar com ele e desistiu de falar com o Consul referido. Não sabe portanto que negócio o Consul tinha com o declarante e não sabe o que ele quer dizer na carta de fls.3. Também não sabe quem é o tal senhor “H” de que fala Ikeda na mesma carta e por meio do qual ou para quem o declarante deveria escrever por intermédio da Embaixada Espanhola. Não sabe em que dia o referido Consul embarcou daqui para São Paulo e Rio de Janeiro (...). Nada mais disse (...)⁴⁹⁴

Figura 17 - Auto de Qualificação – Delegacia Regional de Polícia de Bauru, 1942

⁴⁸⁹ Ibid., p.49.

⁴⁹⁰ Ibid., p.49.

⁴⁹¹ Ibid., p.49.

⁴⁹² NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil. *op. cit.* p. 49.

⁴⁹³ Ibid., p. 49.

⁴⁹⁴ Declarações de Nobuji Nagasawa. Delegacia Regional de Polícia de Bauru. s/d. Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 102 -104.



 EST. S. PAULO

DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA
 DE
 BAURÚ

Fls. 123

AUTO DE QUALIFICAÇÃO

DE NOBUJI NAGASAWA

Aos d e z ----- dias do mês de J u l h o --- de
 mil novecentos e quarenta e dois ---, nesta cidade de Baurú, na
 Delegacia Regional de Policia -----, onde
 se achava o Dr. Joaquim Alfredo Rolim Rosa, Delegado Regional
 de Policia -----, comigo escrivão --- do seu cargo, ao final
 declarado e assinado, compareceu Nobuji Nagasawa -----
 de cõr amarela -----, a quem

a autoridade fêz as seguintes perguntas:

Qual o seu nome? Nobuji Nagasawa

(religião: catolica)

Qual a sua idade? 31 anos (Data do nascimento: 26 / 3 / 1911)

Qual o seu estado? casado ----- (Quantos filhos tem? um)

Qual a sua filiação? Otasaburo Nagasawa e de Fuji Nagasawa --

Qual a sua profissão ou meio de vida? viajante comercial

Qual a sua nacionalidade e lugar do nascimento? Japonesa, natu-
 ral de Totigui

Sabe lêr e escrever? sim (Altura: 1.66)

Qual a sua residencia? Em Baurú, á rua Manoel Bento da Cruz
 n.º 11-66

Nada mais havendo, mandou a autoridade encerrar este auto, que
 assina com o qualificado, comigo, Jose Bonifacio Franco,
 escrivão que o datilografei,

J. Rolim Rosa
Nobuji Nagasawa
Jose Bonifacio Franco

Fonte: Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

Segundo Nagasawa, a prisão foi efetuada, no dia 06/07/1942⁴⁹⁵, o que se confirma nas folhas 123 do Prontuário de número 5.957, assinada pelo Delegado Adjunto Francisco Franco do Amaral:

Informo que nos arquivos desta Delegacia, consta que o requerente, NOBUJI NAGASAWA, de nacionalidade japonesa, em data de 6-7-942 foi processado como incurso na Lei de Segurança Nacional, cujo inquérito foi encaminhado à

⁴⁹⁵ Ibid.

Superintendencia de Segurança Política e Social, em data de 13 do mesmo mês e ano. Baurú, 1º. – VI-945⁴⁹⁶.

Em 12 de Julho de 1942, conforme Relatório do resultado das investigações, emitido ao Delegado Regional de Bauru, pelo investigador de 2ª classe, João Paulino de Brito, alguns japoneses foram intimados a depor no inquérito de Nagasawa, apesar de o investigador já ter ouvido mais de 50 indivíduos a fim de averiguar se conheciam “Ikeda”:

-Dos japoneses mais antigos moradores nesta cidade e município e de mais influencia na colônia respectiva, são Yochi Furukawa, Kasiti Shinoahara, Shimpei Okiamia e Tomezo Yano, pessoas essas que poderão ser ouvidas no inquérito em apreço. Cumpre-me relatar mais, que ouvindo cerca de 50 elementos nipônicos residentes nesta cidade, nenhum deles ouviu falar que o ex-agente consular do Japão local, Snr. Naonori Ishihara, é ou era conhecido também pelo apelido ou nome de “Ikeda”⁴⁹⁷

Na sequência, em Relatório enviado ao Major Superintendente de Segurança Política e Social, datado de 13 de julho de 1942, o Delegado Regional de Bauru, Rolim Rosa, afirmava que não foi possível apurar a origem da “carta” e indicava a obtenção de “confissão” do destinatário, assim como a averiguação do substantivo masculino “abraço”, usado como fórmula informal de despedida, que na concepção do Delegado, estaria absurdamente vinculado a um “código secreto”:

Não tendo podido apurar a origem da carta de fls.3, escrita em termos misteriosos e naturalmente em estilo de espionagem ou “quinta-colunismo”, porque se não fora assim, estaria explicado nela o “negocio” a que se refere e estaria escrita por extenso o nome do tal “H” e se recusando o destinatário a esclarecer o assunto, é bem de ver que talvez a Superintendencia de Ordem Política e Social possa esclarecê-lo, com a obtenção da confissão do destinatário, para que explique o conteúdo misterioso da mesma e também o “Abraços” do final, que envolve naturalmente algum código secreto, pois, na descoberta da rede de espionagem no Norte, os jornais do Brasil esclareceram que essa frase fazia parte de um código dos espiões⁴⁹⁸.

Nagasawa foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional a partir da carta interceptada pelo correio de Botucatu, mas para além disso, havia a acusação de participação num plano elaborado por nipônicos para abalar a economia paulista, cujas atividades eram contrárias aos interesses nacionais. Isso pode ser constatado no conteúdo do Relatório da Sub-Chefia de Ordem Política enviado ao Delegado Especializado de Ordem Política e Social, em São Paulo,

⁴⁹⁶ AMARAL, Francisco Franco. Informação. São Paulo, 01 de junho de 1945. *Pront.* 5.957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p. 123.

⁴⁹⁷ Relatório – Delegacia Regional de Polícia de Bauru. Bauru, 12 de julho de 1942. *Pront.* 5.957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁹⁸ ROSA, J. A. Rolim. Relatório. Bauru, 13 de julho de 1942. *Pront.* 5.957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

na data de 22 de agosto de 1942, no qual consta que o objeto são “ATIVIDADES JAPONESAS CONTRÁRIAS AOS INTERESSES NACIONAIS” e onde relata-se que:

As atividades japonesas constantes do presente relatório, referem-se ao plano em via de execução, destinado a abalar os alicerces da economia paulista, com enórme reflexo na economia nacional. Representa ele o grito de revolta dos nipônicos contra as “perseguições” que vem sofrendo por parte das nossas autoridades. Essa represália acarretará, caso o plano logre efeito, gravíssimos prejuízos para a lavoura, comércio e indústria. O presente relatório é uma ampliação do apresentado em 30 de julho do corrente ano. Nele foram acrescentados mais dados relativos ao plano, colhidos no decurso das investigações. O inquérito a ser instaurado para o esclarecimento total do plano, cobrirá as falhas existentes no presente relatório. (...) O ex-vice-consul de Baurú, ISHIHARA, foi para o Japão. É ele conhecido na intimidade por IKEDA, sendo casado com mulher italiana. Sugeriu ficasse aqui, em seu lugar, NOBUJI NAGASAWA, óra detido. Ao partir de Baurú, para o Rio de Janeiro, ISHIHARA disse a NOBUJI que dali lhe mandaria instruções por intermédio da embaixada espanhola⁴⁹⁹.

Tais instruções eram relativas ao plano que os nipônicos executariam de não mais cultivarem a terra e os comerciantes e industriais liquidarem seus negócios, segundo o relatório e se resumiam no seguinte:

(...) os japoneses serão aconselhados e mesmo forçados a não mais cultivarem a terra, sendo que os comerciantes e industriais, até o fim do corrente ano, no máximo, deverão liquidar seus negócios, tempo esse suficiente para o cancelamento de suas firmas. Os mais necessitados receberão um auxílio pecuniário para proverem a sua subsistência até o término da guerra. Durante esse tempo ficarão de braços cruzados. Não plantarão sequer para o gasto⁵⁰⁰.

No entanto, como foi visto, na zona Noroeste, o “plano teria fracassado” em virtude da apreensão de uma carta pela censura de Botucatu, escrita por Ikeda e destinada a Nagasawa e segundo o Relatório, a carta era manuscrita. Diante disso, o delegado adjunto, Nicolau Mario Centola, mandou que Nagasawa escrevesse do próprio punho a Hayao, porém segundo o delegado havia uma tentativa (dele – Nagasawa) de alarmar Hayao:

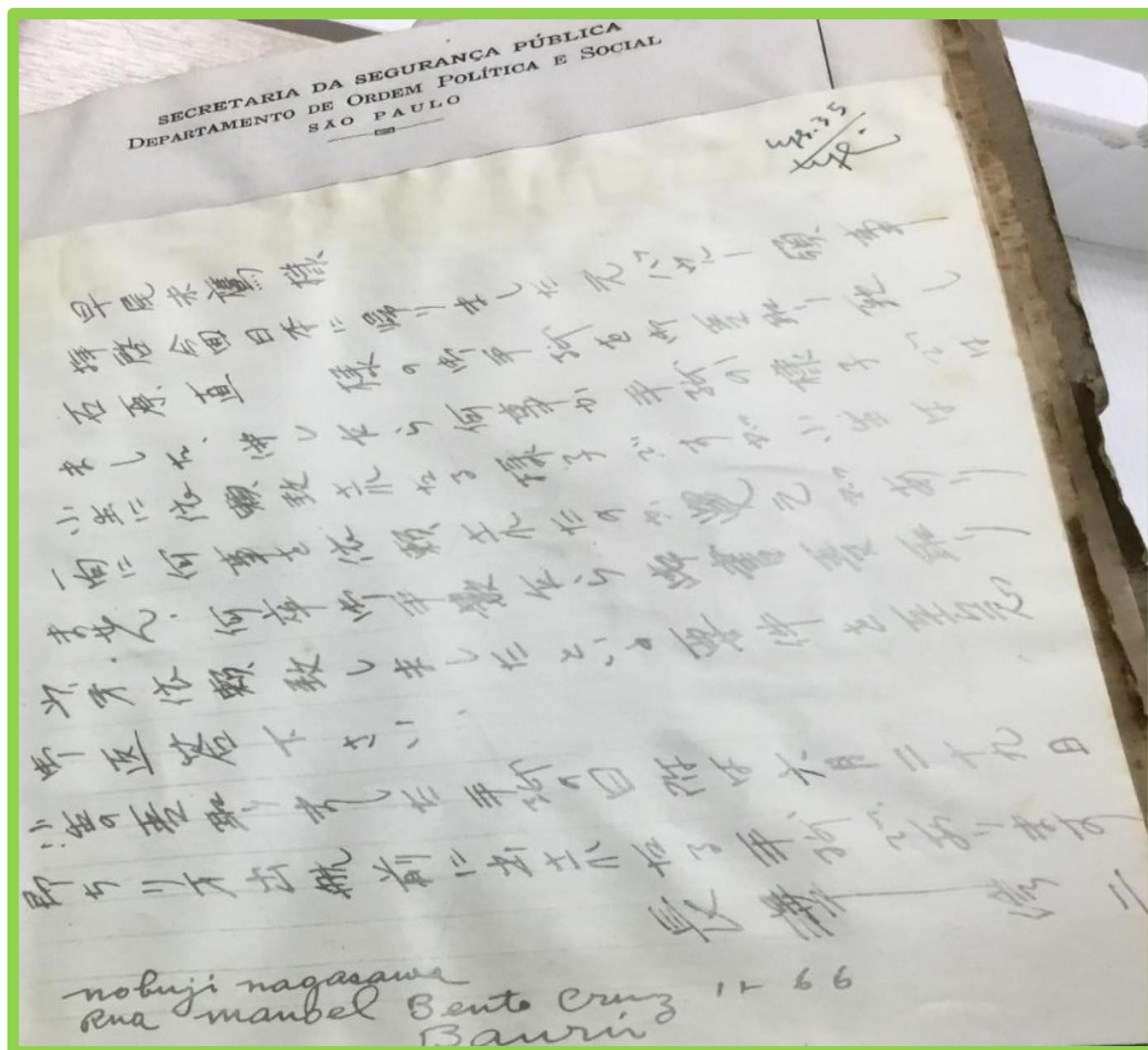
(...) empregou certos termos em que dava a entender ao destinatário que se achava detido, ou pelo menos, em situação crítica perante as autoridades, HAYAO, inteligente e arguto que é, logo teria previsto, ao ler a missiva, que o seu amigo se encontrava em situação embaraçosa. Destarte, conseguiu ele ludibriar o intérprete Paulo. Ludibriar porque ao escreve-la, em japonês, logo de início, ao envez de dizer HAYAO “KAKA” (tratamento relativo a excelência), disse HAYAO “SAN” (quer dizer, SENHOR HAYAO), tratamento este pouco respeitoso entre os japoneses quando se dirigem a uma autoridade consular. Quando não bastasse isso para alarmar HAYAO, eis que, mais adiante, NOBUJI, a ele se dirige como que surprezo; QUAIS

⁴⁹⁹ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 1.

⁵⁰⁰ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 2.

AS INSTRUÇÕES QUE ME DEU? DELAS NÃO ME LEMBRO: Terminou pedindo a HAYAO que lhe dissesse que instruções eram elas, pois que de nada se recordava...⁵⁰¹.

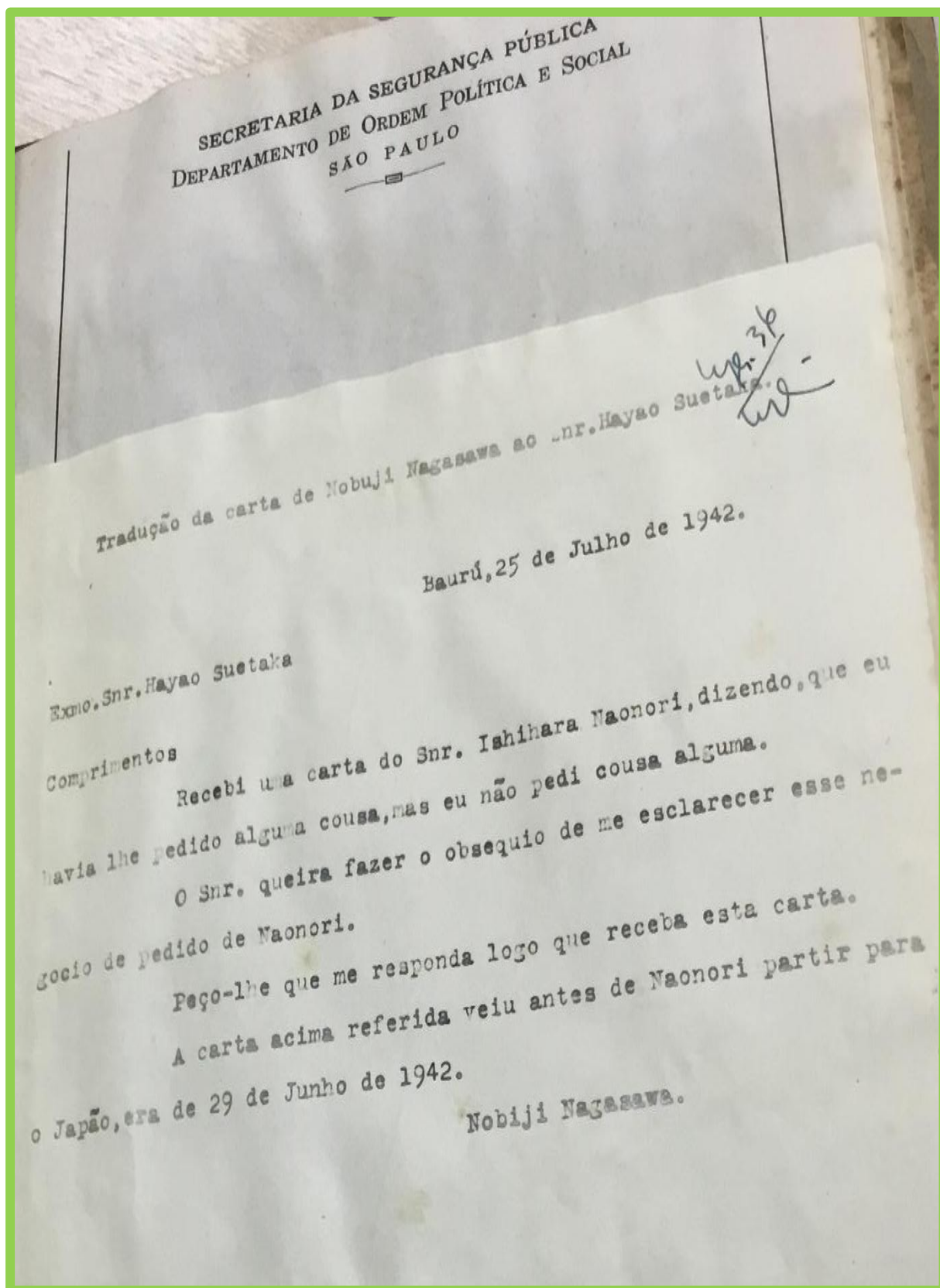
Figura 18 - Carta de próprio punho escrita por Nagasawa a Hayao, segundo orientações do delegado adjunto Nicolau Mario Centola. Bauru, 1942



Fonte: Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 35.

Figura 19 - Tradução da carta de próprio punho, escrita por Nagasawa a Hayao, segundo orientações do delegado adjunto Nicolau Mario Centola, 1942

⁵⁰¹ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 3.



Fonte: Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 36.

Nos registros das memórias de Nagasawa a esposa foi visitá-lo na prisão, onde:

O policial conhecido, talvez com pena de mim, logo avisou minha esposa, que veio à cadeia, trazendo Junji no colo. Era 6 de julho, dia realmente frio. A minha esposa queria trazer roupas de cama, mas rejeitei-as. Na cela da cadeia, havia muitos piolhos, sujar os cobertores por esse motivo. Não dormi deitado. Ficando com sono, dormia sentado no vaso sanitário, que ficava no canto da cela. (...) Logo fui conduzido de Bauru para São Paulo. Lá havia o presídio dos criminosos políticos denominado Departamento de Ordem Política e Social. Tão logo cheguei, fui conduzido no quarto em que estavam dez alemães e um italiano⁵⁰².

Entretando, o que se pode verificar no Relatório da Sub-Chefia de Ordem Política é o seguinte:

(...) que na noite em que foi preso, em Baurú, Nobuji, aproveitando-se da ausência do carcereiro e do delegado de polícia, deu cinquenta mil réis ao soldado então de sentinela, afim de que este avisasse sua família para ir visita-lo. Durante quatro noites, das 23 às 2 horas, era visitado por sua mulher e cunhado, além de mais dois amigos. Escreveu ele, então, diversas cartas a pessoas de suas relações, pedindo-lhes para que, caso algum dia fossem chamadas à polícia, negassem terminantemente tivesse ele viajado uns dias antes em serviço de observação nas colônias japonesas, em companhia de um alto funcionário do consulado espanhol desta capital e de mais dois patrícios seus. Está NOBUJI, no firme propósito de negar tivesse tido quaisquer contatos com IKEDA; aliás foi o que sucedeu ao prestar ele as primeiras declarações na Delegacia Regional de Polícia de Baurú e perante o delegado adjunto, sr. dr. Nicolau Mário Centola⁵⁰³.

As fontes utilizadas para compreensão da trajetória de vida de Nagasawa, foram sua autobiografia “60 anos no Brasil”, publicada em 2000⁵⁰⁴ e seu prontuário no DEOPS de número 5.957⁵⁰⁵. Entretanto, o que se pode verificar, são algumas informações diferentes com relação à quantidade de pessoas que o visitam na prisão e supostos pagamentos realizados. Diante de tal fato, é preciso considerar a observação de Alberti de que há pessoas que, por mais representativas que sejam, não se interessam ou não podem explorar de modo extensivo sua experiência de vida e discorrer sobre o passado, mas isso não significa que a escolha tenha sido equivocada, ao contrário, ela continua justificada pelos objetivos do estudo e pode se tornar relevante quando tomamos a própria parcimônia do discurso como objeto de reflexão: quando nos perguntamos porque o entrevistado que tem condições de prestar um depoimento esclarecedor não se dispõe a (não sabe, não quer, não pode) falar sobre ele com igual intensidade. Tanto as entrevistas de história oral, quanto as autobiografias, memórias, diários e outros documentos pessoais, devem ser compreendidos como documentos de cunho biográfico

⁵⁰² NAGASAWA, Nobuji. **60 anos no Brasil**. Londrina, Paraná: Gráfica Leal, 2000, p. 49-50.

⁵⁰³ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p. 3.

⁵⁰⁴ NAGASAWA, *op. cit.*

⁵⁰⁵ NAGASAWA, Nobuji. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

do mesmo gênero. Na verdade, trata-se de uma fonte ajustada a ideia do indivíduo como valor e paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas. No passado, grande parte das críticas eram sobre “as distorções” da memória – carregada de subjetividade; hoje, considera-se que a análise dessas “distorções” pode levar à melhor compreensão dos valores e ações coletivas. Ou seja, a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela também é resultado de organização e seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de coerência, isto é, de identidade. O imigrante, mesmo inconsciente, seleciona o que deseja expor, conforme suas representações⁵⁰⁶.

Quanto ao “plano” que estava sendo elaborado e visava “paralisar a agricultura paulista, cujos reflexos atingiriam a economia nacional”⁵⁰⁷, em seus relatos, Nagasawa afirma que foi conduzido de Bauru para São Paulo, no DEOPS e que primeiramente, ficou com dez alemães e um italiano, depois foi para junto de japoneses, acusados de formar um plano e organizar uma revolta no Brasil⁵⁰⁸. Importante destacar que o Relatório traz outras informações e destaca os nomes, profissão e tipo de envolvimento dos nipônicos considerados adeptos de plano:

Com a prisão de SEIGUI FUJIHARA, a execução do plano foi retardada na capital; no dia 30 de julho próximo findo FUJIHARA ia participar de uma importante reunião sobre o assunto, tal não acontecendo, entretanto, em virtude da sua detenção. O plano é de grande envergadura e atinge os setores Sorocabana, Paulista, Mogiana, Litoral e Capital. Os chefes, até agora conhecidos, são: CARLOS Y CATO (KATO): ex-presidente do Banco América do Sul, antigo BRATAC; teve o seu processo de naturalização impugnado em virtude de não existir em japonês o nome CARLOS e também porque não provou qual, o seu meio de vida; ademais o seu passaporte estava irregular; CHIBATA MIYAKOCHI: figura de grande prestígio na colônia, tanto que esteve para ser nomeado consul em Baurú. Viajou para o Japão diversas vezes. TOKYIYA WASHISUKA: gerente da Casa Bancária Imigratória (K.K.K.K. – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – Companhia de Desenvolvimento Ultramarino Sociedade Anônima). São conhecidos até o presente como secretários: TOSHIO TEKEDA: Funcionario do Banco América do Sul e Chefe da Secção de informações; HIDEO SUGUIYAMA: ex-funcionario do extinto consulado japonês, deste Estado; tradutor publico e 4º anista da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo; SAKURO HASE: Individuo de péssima reputação; fala mal do Brasil; enriqueceu-se fazendo contrabandos; JOSÉ SUKENARI ONAGA; KOJI OKAYAMA; SHIGERU HOKKA; TETSUO MATSUOKA; NOBUO NAGAMORI; SEIGUI FUJIHARA; KIICHI OGAZAWARA; ZENKI SAKAIDA⁵⁰⁹.

Ainda segundo o Relatório havia os seguintes representantes de “setores”:

WAZIRO KANEGAE: De Birigui a Valparaizo; NOBUJI NAGAZAWA: De Baurú a Birigui – viajante de fábricas de macarrão e doces; muito bem quisto na colônia; UKICHI MORIGUCHI: (...) Santos; TADAKI NARA: fala muito mal do Brasil;

⁵⁰⁶ Ibid., 173.

⁵⁰⁷ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.* bid., p.1.

⁵⁰⁸ NAGASAWA, Nobuji. **60 anos no Brasil**, *op. cit.* p.50.

⁵⁰⁹ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 4-10.

reside na estação Sta. Mariana – E.F.S.P.P. – Paraná; ITIZO TAKAYAMA; HATSUO TOYOTOMI: Marília⁵¹⁰.

Como elementos de ligação, o Relatório destaca os seguintes indivíduos e dá as seguintes informações sobre eles:

MASAICHI SAITO: (...) Esse indivíduo fala muito mal do Brasil. O seu passaporte está irregular. Quando soldado na Sibéria, casou-se com uma russa, de quem está separado. Atualmente faz a vida em Baurú. SAITO veio para o Brasil há 15 anos. Há tempo foi convidado a naturalizar-se brasileiro; respondeu que preferia morrer a se transformar em caboclo. Ultimamente trabalhava como propagandista de filmes japoneses. SAITO saiu do Japão com a nota de comunista no seu passaporte. Seu irmão se encontra preso no Japão há muito tempo, acusado de ter sido um dos elementos que mais se sobressaíram no levante comunista ali verificado em 1937⁵¹¹.

Quanto ao ex-cônsul Hayao e aos valores envolvidos na elaboração do “plano” o relatório esclarece que:

Os japoneses pensam que HAYAO, ex-consul nipônico em Baurú e antecessor de ISHIHARA (IKEDA) e ultimamente consul adjunto à embaixada japonesa, tenha embarcado para o Japão. Sómente os chefes e elementos de ligação têm ciência de que ele ficou na embaixada espanhola, seguindo outro em seu lugar, isto para o bom êxito do plano, pois ficou no Brasil para controlar os empréstimos aos seus patrícios. 3.800:000\$000 é o total existente para auxiliar os nipônicos. NOBUJI receberá 800:000\$000 para serem aplicados no setor Noroeste. Esse numerário, destinado a paralisar o trabalho japonês, sairá da embaixada espanhola. Dinheiro japonês, para ela transferido em conta corrente. Representa, todavia, a PRIMEIRA PARCELA. Se a guerra tiver longo curso, outras parcelas virão, naturalmente pelos meios diplomáticos, afim de que o nipônico continue de braços cruzados e concorrendo assim, de modo eficaz, para o definhamento da economia nacional⁵¹².

Conforme foi colocado, Nagasawa havia combinado com o cônsul, de seguir para as regiões de Marília, Pompéia, Tupã, Bastos e Lins (Alta Paulista), para visitar os presidentes dessas associações ⁵¹³ e assim o fez. Mas, é oportuno frisar que segundo o Relatório, Nagasawa teria viajado com um funcionário do consulado espanhol pelas regiões da Alta Paulista (Bastos), Noroeste (Penápolis) e Sorocabana (Presidente Prudente):

Há dois meses e meio, mais ou menos, um alto funcionário do consulado espanhol, desta Capital, em companhia de NOBUJI e de dois patrícios seus, viajaram pelas zonas Noroeste e Paulista. Estiveram em Bastos, Penápolis, Presidente Prudente e em outras cidades. Investigaram sobre a situação da colônia, anotando as necessidades de cada um. Investigaram sobre a ação repressiva da polícia paulista⁵¹⁴.

⁵¹⁰ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.* p. 5.

⁵¹¹ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.* p.5.

⁵¹² RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.* p.6.

⁵¹³ NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil. Londrina, Paraná: Gráfica Leal, 2000, p. 49.

⁵¹⁴ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. *Pront.* 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 4-10.

Há que se destacar também que um dos objetivos do plano seria um bloqueio marítimo visando às Américas, pois acreditava-se também na derrota dos aliados, cuja consequência para o Brasil seria o pagamento de indenizações e diárias:

Condição preponderante do plano é nada confiar aos japoneses, naturalmente brasileiros, tidos como suspeitos. Os chefes estão contentíssimos. Teem certeza de que a União Soviética fará a paz com a Alemanha (...). Assoalham os amarelos que até o fim do corrente mês o bloqueio marítimo nas Américas ficará concluído. A parte compreendida da América Central até a Patagonia, ficará a cargo da Alemanha e Itália, bem assim toda a costa norte-americana. Todo o Pacífico ficará a cargo do Japão. Com a derrota dos aliados o objetivo imediato do “eixo” será o Brasil. Segundo SEIGUI FUJIHARA e outros, o Japão formulará ao nosso Governo pedidos de indenização EM DOBRO, para os industriais e comerciantes. Para os que estiverem detidos, por suspeita, ser-lhes-á paga uma diária de 500\$000⁵¹⁵.

Em relação à quantidade de indivíduos envolvidos, o Relatório cita quinze “chefes” num total de cem pessoas⁵¹⁶, ainda consta que havia pressa da execução diante da chegada da estação das chuvas, pois uma vez a terra semeada, não haveria mais a possibilidade de demovê-los:

SEIGUI FUJIHARA E NOBUJI NAGASAWA dizem que si CARLOS Y. CATO (KATO), TOKIYA WASHIZUKA e CHIBATA MIYAKOCHI confessarem o plano, tudo estará perdido; quinze são os chefes; estes somados aos auxiliares e elementos de ligação, darão um total de cem pessoas aproximadamente. Uma vez presas, o plano será fatalmente desarticulado. (...) CARLOS Y. CATO (KATO), TOKIYA WASHIZUKA e CHIBATA MIYAKOCHI, que são chefes, sabem de tudo. Conhecem a trama em todas as suas minudências. Estamos na época das queimadas. Os lavradores ultimam os preparativos para a terra receber a semente. A destruição do plano é medida que se impõe com urgência, de vez que com a chegada da estação chuvosa, nada mais se poderá fazer. (...) Isto posto, os atuais chefes serão considerados iniciadores do movimento, sendo que os membros efetivos só serão conhecidos após a realização da assembléia, que até agora não puderam levar a efeito. ZENKI SAKAIDA, (...) foi convidado para exercer o cargo de secretário; recusou devido ao seu precário estado de saúde. O convite partiu de CARLOS Y. CATO (KATO). ZENKI SAKAIDA aduziu que daria ao plano todo o apoio, mas dele não tomaria parte ativa. No entanto, sempre foi muito ligado a MITSURU TOYAMA, na espionagem internacional. De se notar que MITSURU TOYAMA se tornou famoso na elaboração dos planos que culminaram com a conquista da Birmania, Bornéu, Índias Holandêsas, Singapura, etc., por parte das armas japonesas. SENZI SAKAIDA (...). Elemento indesejável aos interesses nacionais, é ligado a TOYAMA; merece ser afastado do convívio dos brasileiros e daqueles que para aqui vieram em busca de fortuna e de melhor vida. Jamais poderá SAKAIDA negar a sua amizade com o espião TOYAMA. As atividades desse em favor dos sucessos japoneses na atual guerra, está patenteada no numero 5 das SELEÇÕES do READER'S DIGEST, fls. 85 usque 92, que juntamos ao presente. De Toyama disse SELEÇÕES: “Não haverá provavelmente, na superfície da terra, maior organizador de quintas-colunas, do que certo homem de barbas brancas e aparência gentil, que acode ao nome de Mitsuru Toyama”⁵¹⁷.

⁵¹⁵ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.* p.7.

⁵¹⁶ Dados complementares sobre os envolvidos no relatório podem ser consultados em resumo dos Termos de Declarações e Relatório que fazem parte do Anexo I - Identificação dos nipônicos nos autos de qualificação e Termos de Declarações do interrogatório, p. 243.

⁵¹⁷ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.* p.8-10.

O Relatório também traz dados relativos à reunião, a qual deveria ser adiada para que houvesse acréscimos e emendas ao “plano”, conforme descrito abaixo:

A reunião que estava marcada para às 17 horas do dia 5 deste mês, na sede do Banco América do Sul (3º andar do prédio 399 da Praça da Sé), foi adiada para o dia subsequente, em virtude de não haver chegado o enviado japonês da parte de HAYAO, do Rio. No dia 6, à mesma hora, TOSHIO TAKEDA, um dos secretários do plano e chefe da seção de informações do Banco América do Sul, recebeu um ofício do Rio (...). Dito ofício que era dirigido a CARLOS Y. CATO (KATO), pedia-lhe que informasse os demais companheiros haver sido a reunião adiada sine-die, visto que o plano teria que sofrer emendas e acréscimos para entrar em vigor em 1º de Setembro vindouro. Tais emendas e acréscimos são: a) fórmulas sobre a quem se deve socorrer; b) classificação dos necessitados; c) nomeação de agentes efetivos que exercerão suas atividades até o fim da guerra, quando então o governo nipônico exigirá do Brasil indenizações de guerra (...)⁵¹⁸.

Os membros também deveriam evitar contatos telefônicos, diante disso, o contato entre eles ocorria na casa de chá japonesa conhecida como “papai”, bares japoneses ou nas próprias residências para não levantar suspeita:

Os chéfes e demais conspiradores, desde o dia 1º do corrente tem evitado o uso do telefone, mesmo para falar em japonês; (...) a respeito ficaram de conversar somente nas casas de chá e bares japoneses ou nas suas próprias residências. Tanto que, no dia 6 do corrente, às 22 horas (até depois das 24 horas), estiveram reunidos na casa de chá conhecida como “papai”, sita à Rua Conselheiro Furtado, CARLOS Y. CATO (KATO), alto funcionário do Banco América do Sul; CHIBATA MIYAKOCHI, diretor da K.K.K.K. e KAKURO HASE, comerciante e proprietário da Casa Hase, sito à Rua Conselheiro Furtado⁵¹⁹.

Quanto à relação entre os membros e o apoio financeiro, o Relatório descreve da seguinte forma: “Entre SEIGUI FUJIHARA e os chefes, funciona como intermediário SHIGERO HOKKA, o qual, após a detenção de FUJIHARA, vem prestando à sua família assistência pecuniária. HOKKA tem procurado com insistência o Capitão Padilha, para libertar FUJIHARA”⁵²⁰.

A denominação do “plano”, teria recebido o nome de “Federação das Associações de Auxílios Mutuos (para vítimas das perseguições policiais da D.E.O.P.S.)”⁵²¹. A organização e autorização para o desenvolvimento do plano no Brasil teria sido realizada pelo:

⁵¹⁸ RELATÓRIO da Sub-Chefia de Ordem Política. *op. cit.*, p.1.

⁵¹⁹ Ibid., p. 9.

⁵²⁰ Ibid.

⁵²¹ Ibid.

Ministerio das Relações Exteriores do Japão, por telegrama-código dirigido à embaixada espanhola, no Rio de Janeiro. Os chefes estão cientes disso; segundo parece, eles têm cópias do telegrama em apreço, datado de 16 de maio do corrente ano, guardada nos cofres da Casa Bancaria Imigratória, da Companhia K.K.K.K., ou nos do Banco América do Sul (da firma Bratac), ambos com sede na Praça da Sé⁵²².

Diante das “evidências” explanadas no Relatório, a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, por meio do Delegado Adjunto Lutgardes Poggi de Figueiredo, deu início a oitiva das testemunhas em 26 de agosto de 1942, Paulo Sueyoshi, comerciante de 46 anos de idade, declarou:

(...) em junho deste ano, chegou ao seu conhecimento, por intermédio de diversos seus patrícios residentes em Araçatuba que o japonês ANZE MORIZI, Chefe da Colônia Japonesa Noroeste, andara percorrendo fazendas e sítios de seus patrícios, fazendo sentir aos mesmos que deveriam abandonar a lavoura, isto porque mais tarde não poderiam vender a produção (...). ANZE como é de seu conhecimento estivera no Japão em mil novecentos e quarenta e de lá regressando em fins de mil novecentos e quarenta e um, conforme muitos documentos comprovantes (...) existem duas autorizações em idioma japonês, com nota reservada, uma do consul de Baurú e outro do consul geral de São Paulo, autorizando o embarque de ANZE para o Japão (...) com as despesas de viagem, por conta do Governo Japonês. (...) que quanto aos japoneses denunciados a esta Delegacia como encabeçadores de tal movimento como sejam, Carlos Y. Cato (Kato), Chibata Miyakochi, Tikiya Hashizuka, Toshio Tekeda, Hedeo Suguiyama, Sakuro Hase, José Sukenari Onaga, Koji Okayama, Shigueru Hokka, Tetsuo Matsuoka, Nobuo Nagamori, Seigui Fujihara, Kiiti Ogazawara, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Ukichi Moriguochi, Tadaki Naka, Hatsuo Toyotomi e Masaichi Saito; que dessas pessoas o depoente conhece bem os seus antecedentes, seus modos de vida no Brasil, suas atividades comerciais e caracteres nas suas transações – CHIBATA MIYAKOCHI desde mil novecentos e trinta e sete como diretor da firma K.K.K.K., sempre foi amigo do Brasil fazendo deste Paiz forte propaganda no Japão e assim conseguindo grande numero de imigrantes; que o depoente está quase certo que a denuncia formulada contra CHIBATA deveria ser contra KUNITO MIAZAKA, Diretor da Companhia Bratac, individuo este inimigo do Brasil e tem como auxiliar CARLOS YOSHIKI KATO (CATO), chefe da Sociedade Secreta “DRAGÃO NEGRO” e ainda um individuo que por meios de documentos falsos conseguira se naturalizar brasileiro sendo que essa naturalização já foi cassada. (...) também conhece TOKIYA HASHIZUKA, gerente da Casa Bancaria Imigratoria K.K.K.K., ha mais de dez anos como ali trabalhando e dele nunca tivera a menor má referencia (...); que SAKURO HASE é seu conhecido há mais de quinze anos sempre trabalhando no comércio e hoje é industrial e grande exportador (...) é muito amigo desta terra (...); que KIITI OGAWARA, é seu conhecido de cerca de quinze anos, sempre vivendo no Brasil com vida honesta, nunca fora amigo de politica mesmo a de sua terra (...); que os demais envolvidos na presente denuncia o depoente não os conhece⁵²³.

Em 04 de novembro de 1942, o Delegado Lutgardes ouviu outra testemunha, José Yamashiro (brasileiro de 29 anos e tradutor público), o qual declarou jamais ter ouvido falar

⁵²² Ibid., p.10.

⁵²³ SUEYOSHI, Paulo. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 26 de agosto de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

em organização de caráter associativo entre nipônicos com o fim de hostilizar o governo brasileiro e afetar a economia nacional. Das pessoas acusadas, o depoente só conhece José S. Onaga (pois reside na pensão de um filho deste)⁵²⁴.

Outra testemunha ouvida foi Silvio Loiola Aché (brasileiro, de 34 anos e advogado), que declarou conhecer a K.K.K.K., por intermédio de José Rueda, empregado da Companhia e que para ela trabalhava há mais de vinte e um anos, cujo Diretor era o senhor Chibata Miyakoshi, que em 08/1942 foi convidado a ser gerente da Companhia. Também declarou que soube nesse mesmo mês, que o Diretor da Companhia (Miyakoshi) e o gerente da Casa Bancária Emigratória (Washizuka) haviam sido detidos, que em outubro foi para o Rio de Janeiro, com a incumbência de avisar a “Fibro Química Ltda” que Miyakoshi estava preso (por isso não havia respondido os pedidos e recados da firma), ocasião em que ficou sabendo que Miyakoshi mantém com a Fibro Química um importante contrato de fornecimento de fibra “Rami” (plantada em fazenda de propriedade de Miyakoshi, em Piranito – Paraná). Declarou também que os sócios da firma no Rio de Janeiro “Fibro Química” (José Arthur Arnold – inglês; Luiz Canazio e Clóvis Corrêa Gastal – engenheiros e Oswaldo de Abreu Fialho – médico), em companhia de um enviado do Ministério da Guerra estiveram na fazenda de Miyakoshi, em Piranito, onde o representante do Ministério da Guerra, fez um relatório elogiando a fibra Rami, considerada matéria-prima para fabricação de material bélico. Que os sócios ficaram admirados com a detenção de Miyakoshi e entregaram uma carta dirigida a ele para que confirmasse a colaboração com o governo do Rio de Janeiro para o plano de fomento da Fibra Rami.

Aché trouxe a carta do Rio para São Paulo e com autorização do Delegado Especializado de Ordem Política e Social entregou pessoalmente, no Presídio da Imigração a Miyakoshi, o qual solicitou a Aché que redigisse uma resposta a Fibro Química, sendo que os Diretores desta empresa solicitaram a Aché que entregassem aos prepostos de Miyakoshi, em São Paulo, o valor de dez mil cruzeiros para completar o valor de cento e cinquenta mil cruzeiros, já pagos a Miyakoshi, para o financiamento da lavoura em Piranito. Também teria afirmado José Arthur Arnold (sócio da Fibro Química), disse a Aché que tanto a Embaixada Norte Americana, como a Embaixada Inglesa no Rio de Janeiro, estavam cientes do contrato feito com Miyakoshi⁵²⁵.

José Nabatino Ramos, brasileiro, de 33 anos e advogado, foi ouvido em 07/11/1942 e declarou que há cerca de dez anos prestava serviços de advogado à Sociedade Colonizadora do

⁵²⁴ YAMASHIRO, José. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 04 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁵²⁵ ACHÉ, Silvio Loiola. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 06 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

Brasil Ltda, travando relações com Carlos Y. Cato, Hideo Suguiyama e posteriormente, com Toshio Takeda e Shigero Hokka. Após o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, viu-se na obrigação de examinar a situação real dos componentes da Sociedade Colonizadora do Brasil, caso houvesse qualquer atividade incompatível com os interesses nacionais, teria que forçosamente não mais prestar-lhe serviço. Tendo concluído que, os componentes da Sociedade Colonizadora estavam animados no propósito de trabalhar, ainda que manifestassem algum receio de sofrerem dificuldades na continuação dos serviços, em razão das restrições existentes contra os japoneses. Ressalta ainda que Carlos Cato e Kunito Miasaka lhe pediram para estudar a situação, a fim de assegurar a possibilidade de prosseguirem com suas atividades, porquanto a paralisação delas acarretaria prejuízos a eles e ao Brasil, já que em torno da Sociedade Colonizadora girava um vasto número de agricultores, comerciantes e industriais japoneses, cujo trabalho representava uma parcela apreciável no quadro das atividades do Estado de São Paulo e esclareciam que as firmas que tinham grande interesse eram: Casa Bratac Ltda, Construtora Bratac Ltda, Fiação Bratac Ltda e Algodoeira Bratac Ltda.

Diante disso, Ramos prometeu estudar o assunto, pois o governo brasileiro jamais poderia dificultar as atividades da lavoura, comércio e indústria. Estudando o caso, ele soube que o governo da União, sentindo a necessidade de não perturbar a atividade dos estrangeiros, estava elaborando o projeto de uma Comissão de Defesa da Economia Brasileira para fiscalizar e administrar as firmas que trabalhavam no Brasil (nacionais ou estrangeiras).

Em seguida, Ramos elaborou um relatório da situação da sociedade e encaminhou a Comissão, para que a Sociedade Colonizadora pudesse continuar com seus trabalhos. Esclareceu que a Sociedade Colonizadora até o rompimento das relações do Brasil com o Japão, colaborava com diversos setores: doou ao Governo de São Paulo uma “ponte” sobre o Rio Tietê, em Lussanvira, prédios para grupos escolares e hospitais (de milhares de cruzeiros), doação de um prédio novo para a Delegacia de polícia do distrito de Pereira Barreto e que em todos esses atos Carlos Y. Kato, participou diretamente como diretor da Sociedade Colonizadora⁵²⁶.

Em 30/11/1942, foi ouvida Toshi Nozaki, japonesa de 39 anos, que vive maritalmente com Zenki Sakaida (deixou de comparecer à Delegacia devido ao seu estado de saúde). Nozaki afirmou que: Sakaida era redator chefe do jornal “Nambei Shimpō” e devido a situação internacional, o jornal foi fechado com apreensão por parte desta Delegacia dos maquinários e tipos. Diante de tal fato, foi Nozaki procurar o advogado e patrício Seitoku Zakini, tendo esse dito que tudo seria fácil de reaver, solicitando um adiantamento de setecentos cruzeiros. Dias

⁵²⁶ RAMOS, José Nabantino. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 07 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

depois, lhe foi entregue mais mil e trezentos cruzeiros (completando dois mil cruzeiros) e no mesmo mês lhe entregou mais novecentos e cinquenta cruzeiros. Mas, este nada conseguiu a favor de Zenki, pois as máquinas ainda estavam apreendidas na Delegacia. Seitoku havia extorquido dinheiro a diversos patrícios e ameaçara as pessoas de vingança (caso depusessem contra ele na Delegacia). De fato, a vingança de Seitoku veio a se realizar com a prisão de todos. Nazaki também garantiu que seu amasio (Zenki Sakaida) nunca tivera ligação com Toyama, mas que o conhece por ouvir dizer sobre Mitsuro Toyama, como figura de destaque no Japão e chefe do partido “Dragão Negro”⁵²⁷.

No inquérito instaurado contra Nagasawa, conforme exposto, consta acusação de que tentou organizar um movimento entre os japoneses para que deixassem de cultivar os terrenos de que eram proprietários, o qual foi arquivado, conforme informação da Secretaria de Segurança Pública – Departamento de Ordem Política e Social ao Cartório Geral do DEOPS – Informação nº 904, de 17/08/1946, assinada pelo Chefe o Arquivo Geral, Raymundo Roberto de Paula, na qual se registra o seguinte sobre ele:

- Em 14-7-1942, foi preso, sendo apresentado ofício s/n. de Baurú.
- Na mesma data foi identificado
- Em 25-8-942, foi posto em liberdade.
- Consta que o mesmo tentou organizar um movimento entre os japoneses, fazendo com que os mesmos até o término da guerra, deixassem de cultivar os terrenos de que eram proprietários.
- Em torno do fato foi instaurado o competente inquérito, que esteve a cargo do sr.dr.Lutgardes Poggi de Figueiredo, então, Delegado Adjunto.
- Em despacho final, o mesmo opinou pelo arquivamento dos autos, sem prejuízo, porém, de novas investigações. O sr. dr. Delegado de O. P.e Social, emitiu o seguinte despacho: “De acordo. Aguarde-se prosseguimento no prontuário”. São Paulo, 4 de janeiro de 1943. O Delegado Especializado de Ordem Política e Social (a) Augusto Gonzaga⁵²⁸.

O arquivamento em prontuário em 04/01/1943, pode ser confirmado a partir do Arquivo Geral nº 41/50⁵²⁹, conforme imagem:

Figura 20 - ARQUIVO Geral – Informação nº 41/50 (inquérito arquivado), 1943

⁵²⁷ NOZAKI, Toshi. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁵²⁸ Informação nº 904 – arquivamento dos autos. São Paulo, 17 de agosto de 1946. *Pront.* 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP

⁵²⁹ ARQUIVO Geral – Informação nº 41/50 (inquérito arquivado). São Paulo, 04 de janeiro de 1943. *Pront.* 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 144.

P. 5957
F. 144

AO CARTORIO, para os devidos fins.
S. Paulo, 18 de Janeiro de 1950.
O DELEGADO AUXILIAR,

Immaguata

*Informe o Mg. Gual
20 - 1 - 1950
O Escrivão
Immaguata*

D.R.M.
ARQUIVO GERAL.
Informação Nº 41/50.
Ao Cartório Central.

RESPONDA-SE E ARQUIVE-SE
S. Paulo, 21 de Janeiro de 1950.
O DELEGADO AUXILIAR,

Immaguata

Informamos que o inquérito instaurado
contra NOBUJI NAGASSAWA, Registro Geral nº 249.373,
foi arquivado em prontuario em 4-1-1943, com o se-
guinte despacho: -Aguarde-se prosseguimento. O Dele-
gado Esp. de Ordem Política e Social.

São Paulo. 21 de Janeiro de 1950
O CHEFE DO ARQUIVO GERAL,

Carlos Bueno de Aguiar

= CARLOS BUENO DE AGUIAR =

Delegacia de Ordem Política e Social	225
Auto N.	
Assunto:	
Especie:	<i>Ofício</i>
Seção:	<i>Cartório</i>
Processo anterior	
19 JAN 1950	

DEF. DE ORD. POL. SOCIAL
ARQUIVO GERAL
21 JAN. 1950
FOL. Nº 892

*S. Dr. Delegado Auxiliar.
Ponclue-se, da informa-
ção do Mg. Gual e dos
assentamentos deste Ca-
tório, nada existir
contra o nipônico
Nobuji Nagassawa ou
Nagazawa.
São Paulo, 21 - Jan. - 1950
O Escrivão
Immaguata*

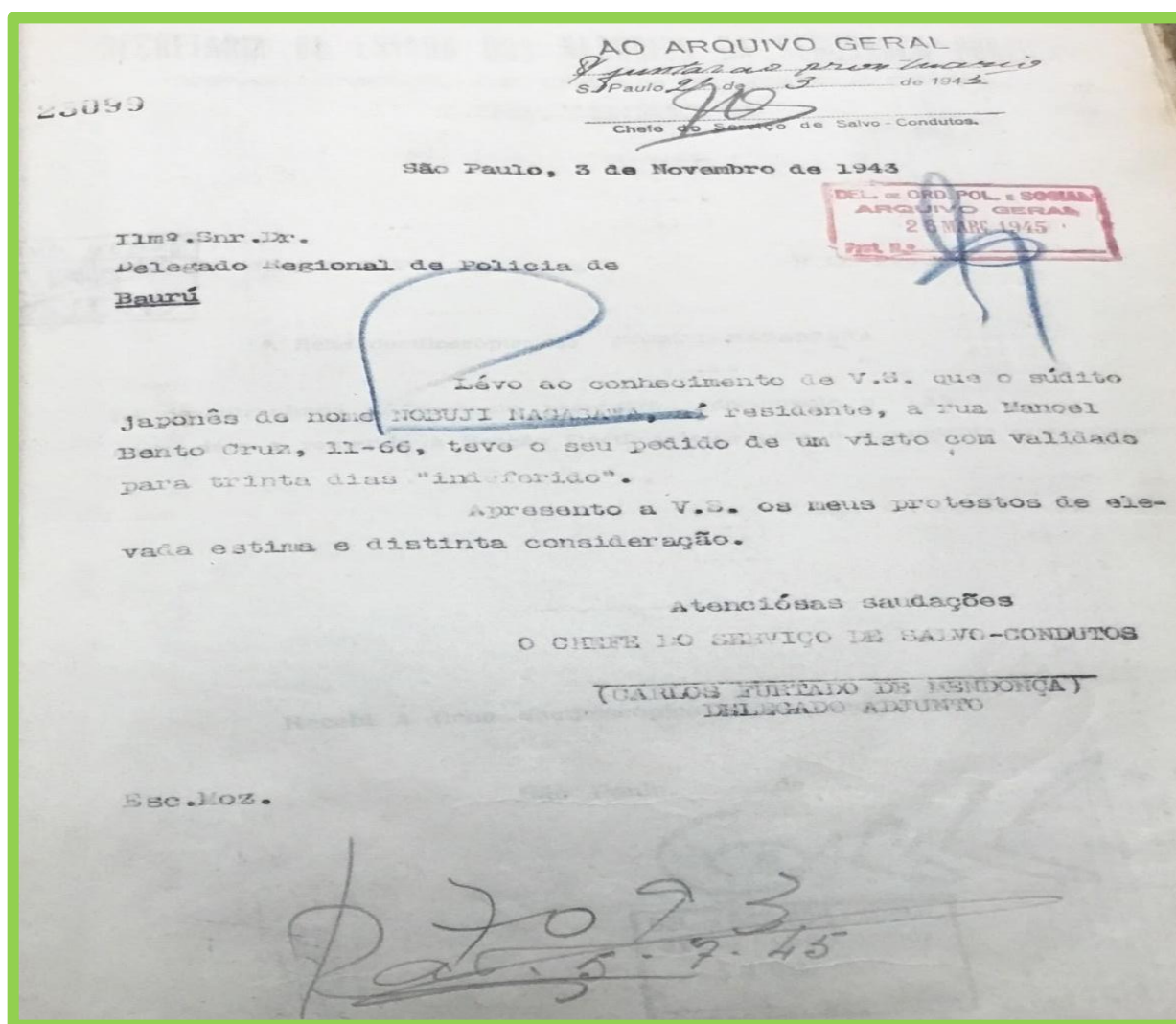
Fonte: Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 144.

Em seus relatos, Nagasawa deixou registrado que, era chamado uma vez por dia para interrogatório (no mesmo horário e pela mesma pessoa), tal fato trazia indagações: “Porque não me faziam perguntas mais aguçadas que atingissem o núcleo da questão?”. Ele mesmo respondeu: “Mas, para mim, isso era gratificante, pois, a polícia, procurando averiguar apenas a verdade somente através de mim, sem fazer outras investigações de sua parte, continuaria a

ouvir apenas a minha justificativa de que alguém me havia enviado a carta usando falsamente o nome de Ishihara”⁵³⁰.

Embora o inquérito contra Nagasawa tenha sido arquivado, tal fato trouxe consequências para o cotidiano, uma vez que seus negócios dependiam de viagens, inclusive ao exterior, portanto, havia necessidade de emissão de salvo conduto, solicitação de emissão de passaporte, autorização para viagens, atestado de antecedentes para fins de registro de contrato de constituição social, na Junta Comercial de São Paulo, entre outros. Tanto que em 03/11/1943, por exemplo, um ano e três meses após a liberdade, houve solicitação ao Delegado Regional de Polícia de Bauru, de emissão de visto de salvo conduto, o qual foi negado, conforme pode-se observar na figura 21.

Figura 21 - Pedido de visto ao Serviço de Salvo – Conduto, 1943



⁵³⁰ NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil, *op. cit.* p. 50.

Fonte: *Pront. 5957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Nagasawa também solicitou emissão de passaporte à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo – Diretoria de Expediente – 2ª Seção, Processo nº 23240/46 – informação nº 23, porém o caso precisou ser reportado ao Ministro da Justiça, conforme pode-se verificar:

- 1- Parecer nº.. – Interessado: NOBUJI NAGASAWA – Localidade: Capital – Assunto: Pedido de Passaporte. - “O súdito japonês NOBUJI NAGASAWA, solicita, a fls. 2, concessão de um passaporte para estrangeiros, a fim de seguir para a Republica Argentina para viagem de negócios. 2. A fls.3 o Sr. Consul da Suécia, encarregado dos interesses do Japão neste Estado, declara que aquele Consulado “não está atualmente fornecendo passaportes aos súditos japoneses”. 3. Em face disto, foi o processo enviado à Delegacia Auxiliar da
- 2- Quarta Divisão Policial para informar, e o Sr. Encarregado da Seção de Passaportes esclareceu: “Tendo o Sr. Delegado Especializado de Estrangeiros consultado o Ministério da Justiça e Negocios Interiores sobre a concessão de passaportes e vistos a súditos japoneses, recebeu o seguinte telegrama sob nº 1571, datado de 29 de dezembro de 1945”: “Resposta seu rádio 942, 12 corrente, informo Vossa senhoria que passaporte e visto saída e retorno súditos japoneses continua dependentes autorização deste Ministério”⁵³¹.

Diante das circunstâncias, foi solicitado ao Delegado Chefe do “SS” (Serviço de Informações) em São Paulo, na data de 18/12/1946, que se manifestasse a respeito do caso. Baseando-se em relatório de 30/07/42, o Delegado do SS, repassou as seguintes informações ao Delegado Espec. de Estrangeiros:

NOBUJI NAGASAWA veio preso de Baurú, em 1942, quando segundo constava, ficará substituindo o ex-consul Japonês em Baurú, NAONORI ISHIHARA, que pretendia seguir para o Japão. Ishihara tinha em mente desenvolver um plano de paralização da lavoura dos japoneses, até o final da guerra, plano êsse descoberto na apreensão de uma carta pelos correios de Botucatu, escrita por Ishihara e destinada a Nagasawa, o que motivou várias prisões, inclusive a de Nagasawa. Nada mais consta... Em 18 de Dezembro de 1946. (a) ilegível. Resp. pela informação. (Nota: - Esta informação é de caráter estritamente reservado, destinando-se a orientação exclusiva das autoridades interessadas.)⁵³².

Em 10 de janeiro de 1947 foi respondido ao Diretor de Serviços de Identificação que se tratava de caso político, portanto, deveria ser despachado pelo Ministério da Justiça com recomendação de investigações sobre a conduta do requerente⁵³³. Após essa devolutiva, não se

⁵³¹ Pedido de Passaporte à Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Segurança Publica do Estado de São Paulo – cópia nº 23240. São Paulo, 22 de agosto de 1946. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵³² Serviço de Informações nº844. São Paulo, 18 dez. 1946. *Pront. 5.957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵³³ Devolvendo o presente protocolado, cumpre-me informar a V.Sª. que esta Seção mantem o seu parecer de que o passaporte por se tratar de caso político, a concessão do mesmo deve ser despachada pelo Exmo. Sr. Ministro da

tem mais resposta se houve ou não a emissão do passaporte solicitado. Mas, em seguida, mesmo após o fim da Segunda Guerra e próximo de o Brasil retomar as relações diplomáticas com o Japão em 1951, ainda havia necessidade de solicitação de autorização para fins de viagem. Conforme pode-se verificar no atestado de antecedentes político-sociais emitido em 17/01/50:

Figura 22 - Solicitação de Atestado negativo de antecedentes políticos-sociais, 1950

7 JAN 1950 520

Ilmo. Snr. Dr. Delegado Auxiliar da Quinta Divisão Policial.
Capital.

391

AO CARTORIO, para expedir
atestado e arquivar.
S. Paulo, 18 JAN 1950

NOBUJI NAGASAWA, nascido aos 26 de Março de 1911, filho de Otosaburo Nagasawa e de dona Fuji Nagasawa, estado civil casado, e de nacionalidade Japonesa, residente à Rua Bandeirantes 652, Baurú, profissão industrial por conta própria, portador de Carteira de Identidade expedida pelo Departamento de Investigação de Estado de S. Paulo, sob Reg. Geral Nº 249.373 e Registro Estrangeiro Nº 4515, vem mui respeitosamente requerer a V. S., se digna conceder-lhe o Atestado negativo dos seus antecedentes político-sociais, para fins de viagem.

- Nestes Termos, P. Deferimento.

São Paulo, 17 de Janeiro de 1950

17.º Tabelião - ARMANDO SALES
Rua Felipe de Oliveira, 32 - Fone 3-5525 - São Paulo
Reconheço a firma *[assinatura]*

S. Paulo, 17 de Jan. de 1950
Em test. *[assinatura]* da verdade

CARLOS D. OLIVEIRA Escrevente Autorizado

Justiça, à vista do telegrama citado as folhas 4 do presente protocolado(...) constando do S.S. da Delegacia de Ordem Política uma nota sobre a pessoa do requerente, seria de toda conveniência que fossem feitas investigações, a fim de que o Ministério da Justiça pudesse ficar melhor informado sobre a atual conduta do requerente e sobre a conveniência ou não de concessão de um documento para que ele possa sair do país e volta. É o que me cumpre informar. O Encarregado da Seção de Passaportes (a) José B. de Oliveira Barros. Departamento de Investigações – Serviço de Identificação. São Paulo, 10 de janeiro de 1947. *Pront. 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.*

Fonte: *Pront. 5957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Ou seja, passados quase oito anos da prisão e mesmo com o arquivamento do inquérito em prontuário, Nagasawa ainda sofria as consequências do episódio, com orientação de investigações, tanto que, ele mesmo afirmou ter sofrido durante meio ano, por causa da carta enviada irrefletidamente, pelo cônsul Ishihara, sem receber nada de numerário da Embaixada da Espanha e tempos depois, ele ouviu dizer que ele que poderia ser a testemunha, suicidou-se, após o término da guerra⁵³⁴.

Como foi visto, as atividades de estrangeiros deveriam ser regulamentadas segundo edital da Superintendência da Segurança Pública de São Paulo. Nagasawa, necessitou de permissão para viagens, emissão de passaporte, de salvo conduto, atestado de antecedentes, sofreu censura em correspondências, que acabaram por determinar sua prisão no DEOPS/SP. Algumas informações relativas à sua prisão foram coletadas a partir do prontuário. Quanto a sua autobiografia, a maior ênfase foi dada ao desenvolvimento da vida profissional e a sua conversão religiosa à Seicho-no-iê. Daí a importância do trabalho simultâneo com diferentes fontes, haja vista que em seu caso específico, tratava-se do sucessor do cônsul e gozava de bastante prestígio na comunidade desde quando chegou à cidade, portanto, carregado de valores tradicionais.

As prisões e perseguições aos japoneses tinham continuidade em todo o país, com as engrenagens do sistema explícitas. O tratamento destinado a eles incluía desde os já citados (que envolveram Nagasawa), até xingamentos, cerceamento de liberdades, suspensão da carteira de motorista, proibição do ensino da língua japonesa em escolas, falar língua japonesa em público e da circularidade de jornais em japonês, exigência de informações a respeito de posse de rádios, armas, máquinas fotográficas, sequestro de bens, torturas, passando pelo fechamento de escolas, jornais e associações, confinamentos em campos de concentração e “evacuações”,⁵³⁵ (transferências compulsórias dos nipônicos para o interior do país), dentre outros.

Torna-se evidente dessa forma, que as consequências da guerra chegaram a Bauru e aos imigrantes japoneses e as perseguições e restrições passaram a fazer parte do cotidiano deles, como no caso de exigência de salvo-conduto para circulação, apesar de ser livre a locomoção

⁵³⁴ NAGASAWA, Nobuji. 60 anos no Brasil, *op. cit.* p. 51.

⁵³⁵ Os estudos de Kimura, *op. cit.*, são esclarecedores para a compreensão das políticas restritivas e das evacuações forçadas efetuadas nesse período.

no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair. Porém, nesse período e para esses indivíduos, estava limitada (seja por meio de veículos ou caminhando) e exigia-se um salvo conduto para circulação, como pode-se verificar no comunicado que primeiramente foi publicado pelo *Correio da Noroeste* e registrado pela Delegacia de Bauru: “A Delegacia Regional de Policia de Baurú cientifica de que não poderão, sob pretexto algum, deixar as localidades onde se encontrem, sendo imediatamente presos e remetidos para S. Paulo os que desobedecerem às determinações”⁵³⁶. Dois dias depois, em 14 de março, no próprio *Correio da Noroeste*, tem-se a notícia a respeito da prisão de dois japoneses que se dirigiam de caminhão à São Paulo: “Foram ontem detidos em Baurú pela Policia, os japonezes Masura Honda e Ktenoski Kawagoe procedentes de Lins e Avanhandava e que viajavam em dois caminhões com destino à Capital, em desacordo, com as u’ltimas instruções que os proíbem de se locomoverem”⁵³⁷. Interessante notar que nos jornais analisados, em Bauru as restrições estavam direcionadas especificamente a “súditos nipônicos” e o trânsito dos japoneses, também estava sujeito à fiscalização dos próprios brasileiros que realizassem algum tipo de comércio com eles, conforme comunicado do delegado Rolim Rosa ao *Correio da Noroeste*:

Comunica-nos o dr. J. Rolim Rosa, delegado regional de Policia desta cidade, que os súditos japoneses podem transitar dentro do município, sempre que estiverem tratando de negócios com brasileiros, mas ficarão sujeitos a fiscalização, não só por parte da Policia como tambem dos proprios brasileiros com os quais mantiverem transações⁵³⁸.

No que se refere ao cumprimento da lei, o delegado Rolim Rosa cumpre à risca as determinações e o que se pode verificar na cidade, é uma verdadeira caçada, tanto a pessoas, quanto a direitos. As prisões e apreensões se estendiam também a jardineiras e proprietários que transportavam indivíduos sem salvo – condutos, conforme pode-se verificar:

O dr. J.A. Rolim Rosa, delegado regional de Policia de Baurú, apreendeu anteontem a jardineira que trafega de Jaú a Baurú e vice-versa, por ter o respectivo chofer sr. Romualdo, permitido viajar estrangeiros sem “salvo-condutos”. Só ontem o veiculo tornou a trafegar. – Foi preso ontem o sr. Joaquim Gonsales, proprietário da jardineira Baurú-Avaí por estar conduzindo estrangeiros sem “salvo-condutos”, tendo conduzido os autriacos Ricardo e João Kateche. Gonsales é Hespagnol, não possui registro de estrangeiro e viajava também sem “salvo-conduto”⁵³⁹.

⁵³⁶ Os Japonezes. *Correio da Noroeste*. Bauru, 12 de mar. 1942.

⁵³⁷ Detidos dois caminhões. *Correio da Noroeste*. Bauru, 14 mar. 1942.

⁵³⁸ Transito municipal para os japonêses. Sujeitos a fiscalização, podem os súditos niponicos vir à cidade. *Correio da Noroeste*. Bauru, 25 mar. 1942, Ano XI, n. 3.376.

⁵³⁹ Jardineiras apreendidas. Conduziram estrangeiros sem “salvo-condutos”. *Correio da Noroeste*. Bauru, 17 mar. 1942.

Ou seja, apesar de serem livres para entrar, permanecer ou sair do território, havia severas restrições que limitavam as atividades desses indivíduos e as autoridades davam tratamento semelhante aos súditos alemães, apesar de o Brasil declarar guerra ao Japão somente em 06/1945, no entanto, os súditos já sofriam com essas regulamentações, inclusive tendo prejudicadas suas atividades de trabalho cotidianas. A lista de proibições incluía falar a língua japonesa em público ou não se expressar na língua portuguesa, como foi citado e pode-se confirmar com a prisão de um nipônico:

O dr. Rolim Rosa, delegado regional de policia, em prosseguimento à sua campanha contra os elementos suspeitos de inimigos do nosso país, prendeu ontem, um nipônico, que se acha ha muitos anos no Brasil e não sabe articular uma só palavra em nosso idioma. Essa medida será aplicada, não só aos japoneses que já tiveram tempo de aprender a nossa língua, e que, por uma lenta questão de superioridade, que não pode existir, persistem em falar somente a língua de seu pais, mas também os naturalizados e os filhos de nipônicos, seja qual for sua situação⁵⁴⁰.

Outro impedimento e restrição que se colocava, era com relação ao uso de rádios, máquinas fotográficas, ou porte de armas, aos quais os estrangeiros estavam sujeitos a prisão e processo. A prisão imediata de um nipônico portador de equipamento fotográfico e seu encaminhamento direto para o DEOPS/SP também foi matéria de periódico:

Foi preso ontem em Tibiriçá, neste município, o nipônico Yugi Matsumura, portando uma máquina fotográfica 16 ½ por 21 ½ polegadas, de fabricação japonesa e que tirava retratos desta região. Enviado para Bauru', Yugi ontem mesmo, foi remetido devidamente escoltado à superintendência de O'rdem Política e Social em S. Paulo, sendo-lhe apresendida a máquina⁵⁴¹.

Após a prisão, o mesmo periódico publicou texto relativo à advertência sobre a necessidade de registo de equipamentos fotográficos, filmadoras, de engenharia (ou seja, inclusive instrumentos de trabalho) sob pena de prisão, refletindo a realidade do cotidiano desses imigrantes:

De ordem da Superintendencia de Segurança Política e Social, esta Delegacia notifica aos súditos do "eixo", alemães, italianos e japoneses, com exceção dos naturalizados, de que deverão registrar, nesta Regional de Policia, todos os instrumentos de ótica e fotografia em seu poder. Os instrumentos segeitos a registro são os seguintes: binóculos, maquinas fotográficas ou de filmar, instrumentos de engenharia, telômetros e aparelhos óticos mecânicos, para observações terrestres, marítimos e aéreas, quer sejam de propriedade particular, quer estejam à venda em

⁵⁴⁰ Um general japonês preso em Cerqueira Cesar – Por não falar português, foi preso. *Correio da Noroeste*. n. 1.692, Bauru, 29 de mar. 1942.

⁵⁴¹ Preso um fotografo Japonez. Tirava fotografias em Tibiriça e foi remetido para S. Paulo. *Correio da Noroeste*. Bauru, 14 mar. 1942, Ano XI, n. 3.367.

estabelecimentos comerciais de súditos do “eixo”. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Baurú, 18 de Novembro de 1943. O Delegado regional de Policia. – CARINO DO ESPIRITO SANTO⁵⁴².

Quanto ao porte de armas, outro comunicado do *Correio da Noroeste* “esclarece” aos estrangeiros alemães, japoneses e italianos:

O dr. J. A. Rolim Rosa, delegado regional de policia de Bauru’, avisa aos estrangeiros de nacionalidade alemã, japonesa e italiana que façam a entrega imediata às delegacias de Policia de sua região, de suas armas de defesa e caça, sob pena de serem presos e processados. Essas armas poderão depois serem requeridas mediante prova de idoneidade, permanência legal no país por longos anos e prova de nacionalização⁵⁴³.

No mesmo dia, outro comunicado avisava que as respectivas armas poderiam ser requeridas de volta desde que provassem a idoneidade e nacionalidade, ficando, portanto, restritas a estrangeiros:

Os nacionais das potencias do Eixo que já entregaram suas armas, de caça e defesa pessoal, à Delegacia Regional de Policia de Bauru’, ou às Delegacias da Região, podem requerer a respectiva devolução, diretamente à Delegacia Especializada de Armas e Munições, desde que provem, em requerimento dirigido ao sr. Superintendente da Ordem Política e Social, a sua conduta imparcial e a sua idoneidade perante o Estado de Emergencia, e que residem legalmente no Brasil, e ofereçam também prova de nacionalidade. A presente resolução, refere-se a casos especiais continuando os estrangeiros com a obrigação de entregarem suas armas à Policia⁵⁴⁴.

O bairro Barroão, se aproximava da Colônia Fuji onde se concentravam muitos imigrantes japoneses e seus descendentes (daí a “batida” do delegado), onde havia sericicultura e cultivo de algodão. Dentre os fatos e fatores que dão a dimensão e registram a importância do local e a quantidade de pessoas que lá se fixavam, um deles foi a visita do embaixador japonês, Setsuzo Sawada, em 1938⁵⁴⁵ e o outro; a inauguração do novo prédio do Grupo Escolar⁵⁴⁶. Entretanto, isso não impediu que o delegado Rolim Rosa que era um “arguto” cumpridor da lei,

⁵⁴² Delegacia Regional de Policia de Bauru. Edital. *Correio da Noroeste*, Bauru, 19 nov. 1943, n. 3.851.

⁵⁴³ Serão Processados os estrangeiros que não entregarem imediatamente as suas armas. *Correio da Noroeste*. Bauru, 26 fev.1942.

⁵⁴⁴ Devolução de armas aos estrangeiros. *Correio da Noroeste*. Bauru, 26 fev. 1942.

⁵⁴⁵ Visita do embaixador japonês. *Correio da Noroeste*. Bauru, 09 de set. de 1938.

⁵⁴⁶ A colônia Fuji, nucleo agricola nipônico ativo e progressista deste município, estará hoje em grandes festas, por motivo da inauguração do novo prédio de seu Grupo Escolar, construido às suas expensas, num gesto de colaboração com o poder publico. Trata-se de edificio amplo e arejado, dotado, portanto, de todas as exigências da moderna arquitetura pedagógica, de maneira a oferecer a professores e alunos, ambiente saudavel e confortável. (...) A ensejo da reunião, na colônia, de elevado numero de pessoas, a firma Comércio e Industria Takeda Ltda., desta praça, procederá a demonstração com tratores agrícolas (...). Grandiosas festas hoje na Colônia Fuji. *Folha do Povo*. Bauru, 01 de mar. de 1958.

fosse além e determinasse a busca e apreensão nas residências dos “extrangeiros”. Em contrapartida; o *Correio da Noroeste*, sustentando-se em seu papel de “conservador” deu grande destaque e apoio à atuação do delegado:

O imprensa e o rádio diariamente estão divulgando instruções da Superintendencia de Ordem Polista e Social, que proibem terminantemente aos nacionais alemães, japonezes e italianos terem em sus residências armas de defesa ou caça, as quais devem ser entregues à Policia, sob pena de busca em casas desses estrangeiros, prisão dos contraventores e mesmo processo. O dr. J.R. Rolim Rosa, sabendo que no bairro Barrocao, diversos nipônicos tinham em seu poder grande nu'mero de armas, determinou aos investigadores da nossa Regional, srs. Irineu Pereira de Azevedo e João Paulino de Brito e mais dois soldados que déssem na madrugada de ontem uma “batida” naquele local. A’ tarde, quando estive na Regional a reportagem do CORREIO DA NOROESTE, notou que os policiais haviam sido felizes na sua diligencia, pois apreenderam 10 espingardas, 4 revolveres e uma garrucha⁵⁴⁷.

Conforme pode-se verificar, a imprensa bauruense da época, de forma conservadora, fazia sérias interferências na vida diária, além de produzir informações de que os japoneses eram perigosos, daí os cuidados metodológicos na pesquisa com imprensa e periódicos. Luca nos adverte que com a aceleração do tempo, diversas transformações ocorreram e passaram a integrar as preocupações dos historiadores, que se voltaram para a imprensa periódica em busca de parte das respostas. Por exemplo, o confronto com artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinema, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas); a difusão de novos hábitos, aspirações e valores; as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades; os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”; a constituição dos espaços públicos; as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene; a produção cultural e renovações estéticas⁵⁴⁸. Mas, é preciso observar que os jornais diários se profissionalizaram, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública, embora uma das mudanças mais significativas tenha sido a forma de abordar a notícia. É preciso destacar também a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (capa, ilustrações, impressão), divisão do conteúdo, relações que manteve com o mercado, publicidade, público que visava atingir⁵⁴⁹.

⁵⁴⁷ Apreendidas 15 armas de japonezes. A Policia Bauruense iniciou busca em casas de estrangeiros. *Correio da Noroeste*. Bauru, 10 mar. 1942.

⁵⁴⁸ LUCA, Tania Regina de. FONTES IMPRESSAS História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

⁵⁴⁹ Ibid.,

Apesar de ser fonte de estudos, o periódico, pode interferir em questões políticas, sociais, na disseminação de ideias, valores, ideologias e articulação dos modos de agir e pensar dos indivíduos. Daí a necessidade de averiguar as condições de consulta (exemplares organizados, com séries completas, por exemplo e de se conhecer o jornal e suas diretrizes; também é imprescindível que o historiador analise a fonte em sua origem e seja capaz de realizar uma releitura, considerando-se que o jornal enquanto documento é resultado de uma montagem conforme interesses diversos. Tanto a Folha do Povo quanto o Correio da Noroeste, circulavam principalmente nas cidades de Bauru, Araçatuba, Penápolis e Promissão, com abrangência da ferrovia e a periodicidade diária. As matérias e reportagens traziam textos que abordavam assuntos de interesse nacional e internacional. Os anúncios estampavam os jornais cujo vínculo com a ferrovia ocorria na medida em que o fundador do *Correio da Noroeste*, José Fernandes e os diretores João Maringoni e Correia das Neves eram também funcionários da EFNOB, característica que colaborou para que o periódico contasse com um conteúdo editorial de cunho conservador, tendencioso, produzindo informações sob o ponto de vista de que os japoneses eram perigosos. O Correio da Noroeste, por exemplo, elogiava e discutia assuntos ligados às lavouras de café, à EFNOB, também defendia o interventor federal Waldomiro Lima em São Paulo (1933) e combatia o “comunismo”. A partir de 1932 passou a discutir a política estadual e nacional, quando José Fernandes, alistou-se, pois era contra a política centralizadora de Getúlio Vargas.

Perseguições e restrições no geral, também afetavam a vida no cotidiano, tanto nos aspectos físicos e psicológicos, quanto financeiro. Dois hotéis que tinham excelentes localizações, em pontos estratégicos e que representavam fácil acesso no ir e vir entre as estações Noroeste, Sorocabana e Paulista, foram obrigados a mudar-se, de acordo com Nagasawa:

O Japão entrou em guerra no Pacífico, atacando a baía de Pearl Harbor, no Hawaii, em 8 de dezembro de 1941. Nós, japoneses do Brasil, não sabíamos se este iria apoiar os países aliados ou os países do eixo. Apoiando afinal os aliados, o Japão veio a ser um país inimigo. Então, saiu a ordem de retirada dos japoneses e suas famílias do litoral de Santos, dentro de vinte e quatro horas apenas. Foi terrível a mudança forçada dos japoneses residentes em Santos e São Vicente para o interior. Em Bauru, os dois hotéis em frente da estação, Sawao e Okiyama, foram obrigados a mudar-se⁵⁵⁰.

Dentre as igrejas e templos, a Tenrikyo⁵⁵¹ sofreu as consequências do pós-guerra, na medida em que o líder foi preso e a igreja fechada. Segundo relato de Midori, seu avô foi acusado de

⁵⁵⁰ NAGASAWA, Nobuji. **60 anos no Brasil**. Londrina: Gráfica Leal LTDA, 2000, p. 45.

⁵⁵¹ A Igreja Tenrikyo tinha planos de construção em 1935, porém durante a Segunda Guerra, as manifestações religiosas foram proibidas no Brasil. Em 1937 havia 9 igrejas em Bauru e região, e no final de 1941, houve a

conspirar e foi preso, primeiramente na delegacia de Bauru, como responsável pela realização de reuniões. Posteriormente foi levado preso a DEOPS em São Paulo, acusado de traição à pátria e conspiração. Sua prisão durou um ano e três meses, de acordo com ela: “para os fiéis foi um momento muito angustiante, ver o líder preso e ter que fazer as coisas às escondidas”.⁵⁵² O Prontuário de Chujiro Otake⁵⁵³ na Superintendência de Segurança Política e Social, é o de número 26.226, sua prisão se deu em 16/04/1942, em Bauru, sendo identificado na mesma data. É preciso considerar que desde 11/04/1942, conforme relatado na portaria do delegado J. A. Rolim Rosa, já havia suspeitas de que no prédio onde funcionava a “Egreja Japonesa, na Vila Independência desta cidade, existem ocultos materiais e documentos destinados a propaganda niponica no País, instaure-se inquérito a respeito dando uma busca completa no interior do predio indicado”⁵⁵⁴.

O Auto de busca e apreensão anexado ao processo e assinado pelo delegado Joaquim Alfredo Rolim Rosa (Delegado Regional de Polícia) e pelos investigadores Irineu Pereira de Azevedo e João Paulino de Britto, com data de 11/04/1942, declara que:

(...) às 13 horas, a autoridade procedeu rigorosa busca no interior do prédio onde funciona a Igreja Japonesa, cuja religião denominada “TENRI” é ministrada pelo súdito japonês Chujiro Otake, que foi intimado a franquear a entrada no aludido prédio e , atendido sem imposição alguma foram apreendidos os documentos e objetos que se seguem, todos suspeitos de estarem relacionados com uma articulação contra a integridade da Nação: 1 passaporte escrito em japonês pertencente a Chujiro Otake nº 293538; 1 dito também escrito em japonês e pertencente ao mesmo subito nº 048268; 3 certificados da Casa de Emigração em Kobe, no Japão, a favor do aludido Chujiro Otake; 1 certidão de Consulado do Japão em S. Paulo a favor do dito Chujiro Otake sob nº 4.251; 22 fotografias diversas esparças, todas de personalidades japonesas; 3 albuns de fotografias também de súditos japoneses; 2 bandeiras – uma brasileiras e outra japonesa; 2 bandeirolas – uma brasileira e outra japonesa; 1 quadro com uma fotografia; 1 mapa do Estado de S. Paulo; 14 livros diários, para notas; 14 livros escritos em japonês e impressos; 3 cadernetas de apontamentos; seis cartas escritas em japonês e, finalmente, 9 boletins impressos conhecidos por “Papagaio”. Nada mais

fundação de 6 casas de divulgação, mas com o início da Guerra as Igrejas foram fechadas e Otake foi preso. Em maio de 1943, ele conseguiu liberdade temporária, criou uma academia de treinamento espiritual e instalou um departamento de divulgação. Sendo que em 31/07/1951, foi inaugurada em Bauru a sede missionária da Igreja e em 10/09/1951, foi realizada a cerimônia de estabelecimento de Deus – Parens no Altar. Disponível em: <http://www.tenrikyo.org.br/cronologia>. Acesso em: 16/06/2021.

⁵⁵² DOCUMENTÁRIO..., *op. cit.*

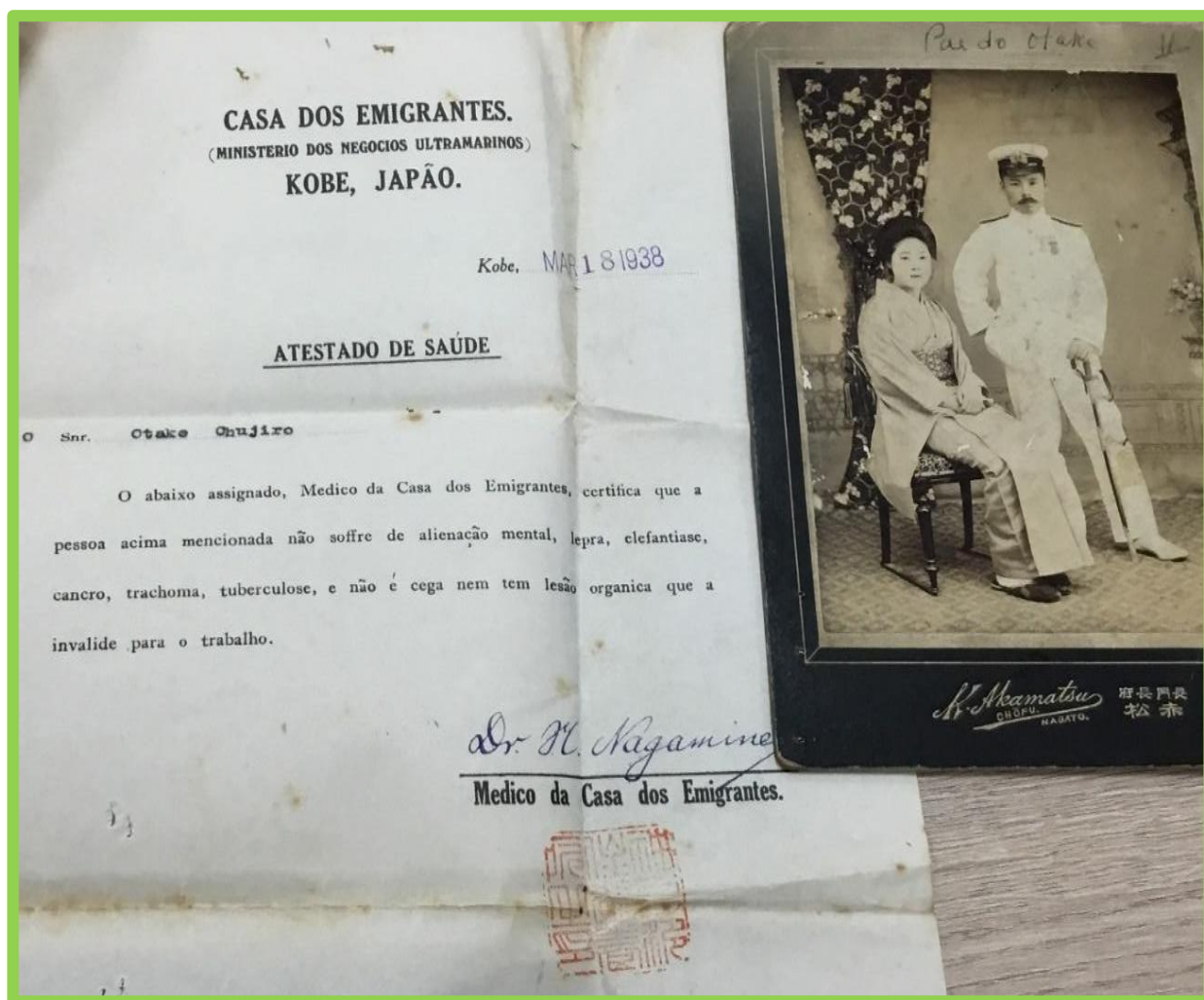
⁵⁵³ O sexto filho de Yoshimatsu e Nao Otake, nasceu em 1905, na Província de Wakayama. Chujiro foi escolhido para fazer parte de um grupo de dez famílias para participar de missionamento no exterior, mas precisava constituir uma família, portanto em 1929, casou-se com Chiyo Nishi, recebendo por adoção o jovem Shichiro Minami. Em maio de 1929, partiu o primeiro grupo de pioneiros, quando Chujiro lembrou-se do que seu pai lhe dissera: “Você não vai para ganhar dinheiro! Irá transmitir ensinamento e salvar pessoas”. Além dos mares e continentes. Bauru: Tenrikyo, s/d. Disponível em: <https://www.tenrikyobauru.org/hist%C3%B3ria-da-igreja-bauru>. Acesso em: 14/03/2023.

⁵⁵⁴ Portaria da Delegacia Regional de Polícia – Séde Bauru. São Paulo, 11 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 – Chujiro Otake. DEOPS/SP DAESP.

havendo a se apreender, deu a autoridade por finda a diligencia, mandando encerrar este auto (...) ⁵⁵⁵.

Importante observar que na conclusão dos autos, em 11 de abril, o escrivão José Manoel de Araújo certifica que deixou de “reduzir a termo as declarações de Chuziro Otake, por não saber o mesmo se expressar em português, respondendo apenas, com dificuldade, as perguntas referentes a sua qualificação”⁵⁵⁶. Em seguida, o Delegado J.A. Rolim Rosa elaborou um Relatório para ser encaminhado ao Delegado de Ordem Política e Social em São Paulo, juntado aos autos, aos quais segundo ele, foram anexados: documentos, dois passaportes e fotografias, como a anexada ao atestado de saúde, onde há uma anotação em que o homem em pé de farda, seria o suposto pai de Otake.

Figura 23 - Atestado de saúde e fotografia de suposto pai de Otake

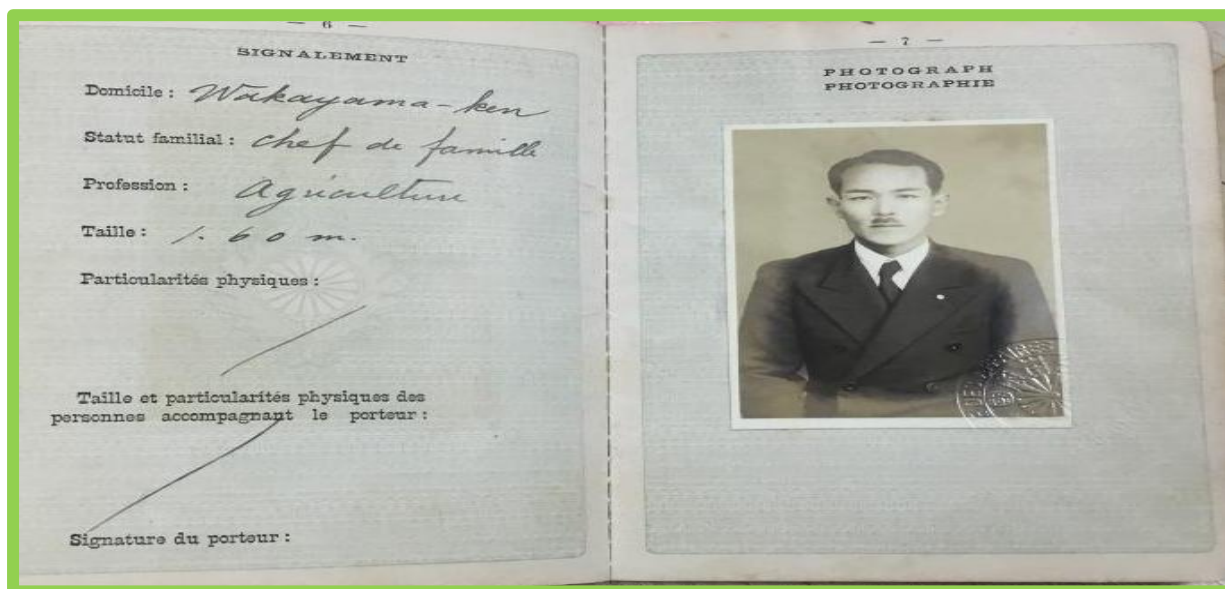


⁵⁵⁵ Auto de Busca e Apreensão. São Paulo, 11 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 – Chuziro Otake. DEOPS/SP DAESP, p.3.

⁵⁵⁶ AUTO de Busca e apreensão – Conclusão. São Paulo, 11 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 – Chuziro Otake. DEOPS/SP DAESP, p. 4.

Fonte: Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP.

Figura 24 - Passaporte apreendido de Chujiro Otake



Fonte: Pront. 26.226 – Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP

Figura 25 - Ficha de número de prontuário de Otake – DEOPS/SP, ago.1944

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º Nome CHUIRO OTAKE.-
Cabelos	Data 18-8-44.- Vulgo.
Bigodes	Prontuário Delegacia n.º = 26.226 =
Olhos	Prontuário geral n.º = 394.178 =
Estatura	Atividade
Marcas nel/mori.-	
Filiação: -- Pai Yoshimatsu Otake.- Mãe Nao Otake.-	
Idade 2 Nascido em 2 de janeiro de 1905 Sexo masculino.-	
Nacionalidade japonesa.- Natural de Ohagiana-Ken.- Japão.-	
Estado civil casado Profissão lavrador.-	
Ordenado	Local de trabalho
Residências = Vila Independência.- Baurd.- Estado de São Paulo.-	
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma frequentar	

Fonte: Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP

Figura 26 - Identificação de Otake – DEOPS/SP

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

Delegacia de Polícia de **Ordem Política e Social**

Registro Geral N.º

Nome: **Chujiro Otake** Vulgo: **Nao Otake**
 Filiação: (pai) **Yoshimatsu Otake** e (mãe) **Nao Otake**
 Idade: (declarada ou aparente) **37** anos: (Sabendo o dia em que nasceu, convém registrar)
 Nascido no dia **2** de **Janeiro** de **1905** Estado civil: **Casado**
 Profissão: (declarada) **Lavrador** Nacionalidade: **Japonesa**
 Lugar onde nasceu: **Ohagatama ken 1 Japão** (sendo estrangeiro,
 ha quanto tempo veio para o país e a data sabendo-a) **Veio para o Brasil em 1930**
 Instrução: **Primaria** Residência: (declarada) **Bauru - Vila Independência**
 Data da prisão: **16/4/1942** Data da identificação: **16/4/1942**
 Motivo da prisão: **of. 896, da Del/Bauru** Forma da prisão: (em flagrante,
 por mandado, etc.) **Está sendo processado?**
 Estado em que se acha o processo:
 Juízo Criminal do processo ou da sentença:
 Notas sobre a marcha do processo:

Religião: **Protestante**

Conduta:

OBSERVAÇÕES: — Os dados acima devem ser todos obrigatoriamente preenchidos.

Assinatura da autoridade policial: *[Assinatura]*

HAVENDO FOTOGRAFIA, COLOCAR AQUI

IMPRESSÕES DA MÃO DIREITA

				
---	---	--	---	---

Fonte: Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP.

Fundamentado nesses dados, o relatório acabou por adquirir um cunho discriminatório e acusatório, baseado em supostas evidências que à primeira vista, diante do contexto e das

exigências da lei (cumprida à risca por ele), pareciam evidenciar crime contra a Nação, passível de prisão em campo de concentração ou na Ilha das Flores, conforme se pode observar:

Dando uma busca numa igreja japonesa construída em Baurú, por suspeitas de propaganda perniciosa contra os interesses do Brasil e chefiada essa Igreja pelo japonês Shuziro Otake, foram encontrados documentos e objetos suspeitos e relacionados no auto de busca e apreensão de fls. 3. (...) Entre as fotografias pequenas encontradas em poder de Shuziro Otake, encontram-se diversas de oficiais de marinha e numa delas está escrito o nome dele “Otake” a lápis, estão quatro oficiais de marinha com três senhoras. No passaporte sob o nº 0293538, fls. 9 está a fotografia de Otake com a senhora. É só conferir a fotografia dele com a fotografia pequena que eu grudei a fls. 9 desse passaporte, para verificar que Otake se acha com a respectiva senhora na fotografia dos oficiais de marinha do Japão e tirada a bordo dum navio que, talvez seja de guerra. O retrato da senhora dele confrontado com o do passaporte e aquele que se acha entre os oficiais de marinha referidos é o mesmo do passaporte e até o modo de usar o cabelo. Os outros retratos que grudei a fls 8 do mesmo passaporte e em tamanhos pequenos, são do mesmo Otake entre oficiais de marinha e numa festa a bordo. Além disso foi apreendido também o retrato do pai dele e a mãe que está a fls e estando o pai vestindo de oficial de marinha. E outra fotografia em uma festa a bordo do vapor Ossaka, nome que se lê perfeitamente num dos salva-vidas, ele se acha na quarta fileira e assinalado á tinta. Na primeira fileira estão sentados varios patentes da marinha japonesa.

Em conclusão embora Shuziro Otake tenha se negado a prestar declarações, alegando que não entende o português, o que é comum entre todos os japoneses, embora entendam da nossa língua, a prova fotográfica, a meu ver, é suficiente para que Shuziro Otake, que se diz padre, e chefe da religião “Shintoisma” ou “Tenri” ou “Penitió”, e que construiu aqui uma Igreja japonesa na Vila Independencia, e onde fazia as sua reuniões às 4 horas da manhã, portanto em hora impropria e esquisita, é suficiente para que ele seja conservado preso em campo de concentração ou na Ilha das Flores, como medida de desarticulação dos planos que eles têm em vista no Brasil, planos de conquistas e destruição. Ele é efetivamente oficial de marinha e portador de dois passaportes e já esteve no Japão em 1940, mui recentemente, para receber novas instruções sobre esses planos de conquista. Espero pois que ele não mais seja solto ou posto em liberdade até o fim da guerra. A tal Igreja já foi por mim fechada e não será reaberta. Pelo menos enquanto durar a guerra⁵⁵⁷.

Um ofício de número 896, com data de 14 de abril de 1942, foi encaminhado pela Delegacia Regional de Polícia de Bauru ao Delegado de Ordem Política e Social em São Paulo, em cujo conteúdo destacava-se a escolta, encaminhamento do inquérito, documentação e fotografias apreendidas. Entretanto, mais uma vez, o delegado é incisivo encaminhando o Relatório e um ofício nas acusações preliminares, solicitando o confinamento do “suspeito” à Ilha das Flores ou a um campo de concentração:

É indivíduo suspeito e pelas fotografias inclusas a fls. 8 do passaporte respectivo, é também oficial da marinha. Na fotografia de fls. 10, ele também se acha assinalado a bordo de um navio em companhia de outras pessoas e de cinco oficiais da marinha e a fls. 11 também se acha a fotografia dos pais do referido Otake, sendo que o pai dele é ou foi oficial de marinha. De acordo com o meu relatório a fls. 5 e 6, peço que esse elemento seja enviado à Ilha das Flores ou a um campo de concentração até o fim da

⁵⁵⁷ ROSA, Rolim Joaquim Alfredo. Relatório. São Paulo, 15 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP, p. 5-6.

guerra. Quanto a Igreja na qual ele pontificava em japonês e dava também instruções em japonês, foi por mim fechada e não mais a reabrirei até o fim da guerra⁵⁵⁸.

Figura 27 - Imagem de Otake no navio (última fileira de homens sentados em frente a três jovens de terno claro), onde percebe-se a seta indicativa do delegado



Fonte: Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP.

As informações que constam do Registro Criminal do Estado – Folha de Antecedentes, nº 23.901, com data de 25 de junho de 1942, permitem verificar que Otake solicitou atestado de antecedentes em 10/10/1935; 27/07/1937, 09/05/1938 e 03/09/1940, ele também solicitou em 02/08/1940 a Carteira de Estrangeiro e foi identificado como imigrante na Hospedaria da Imigração.

Como foi demonstrado, o documento que originou a prisão de Otake, foi o ofício 896 da Delegacia de Bauru e após a prisão, em 25/04/1942, já em São Paulo, Otake assinou o seguinte

⁵⁵⁸ ROSA, Rolim Joaquim Alfredo. Ofício 896. São Paulo, 15 de abril de 1942. Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP.

Termo de Declarações, na Superintendência de Segurança Política e Social, sob responsabilidade do delegado adjunto Lutgardes Poggi de Figueiredo, declarando que:

(...) em Vila Independência, em Baurú, onde reside, o declarante tem um pequeno templo, onde todas as manhãs, das quatro horas em diante, costuma rezar, de acordo com as práticas do “Shintoísmo”, do qual é adepto e de acordo com os costumes do Japão; que no dia 27 do mês de março proximo findo, a policia de Baurú deu uma busca em sua residencia, ali apreendendo diversos objetos de propriedade do declarante, inclusive fotografias; que numa destas, o declarante aparece entre os tripulantes de um vapor japonês, não tendo, entretanto, servido o Exercito de seu país; que a fotografia de fls.11, não se refere à pessoa do pai do declarante e sim a um cidadão que não conhece; que em sua residência nada foi apreendido de contrario ao Brasil e no material arrolado nada havia com referencia a atividades niponicas em nosso país; que está no Brasil há treze anos, aqui tendo chegado no ano de mil novecentos e vinte e nove. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado⁵⁵⁹.

Chujiro Otake foi colocado em liberdade em 07/05/1943, conforme solicitação de número 8.872, entretanto é necessário destacar que em 06/05/1943, ele encaminhou solicitação ao delegado Lutgardes, alegando estar doente e detido nesta capital, no Presídio Político da Imigração, desde abril de 1942:

(...) “encontrando-me bastante doente”, não sendo acusado de atividade perniciosa ao paiz, venho pela presente solicitar de V. Excia. O especial obsequio de autorizar minha soltura, comprometendo-me a não deixar esta Capital até ordem expressa de V.Excia. Comprometo-me ainda, caso seja necessário, a fixar residência na localidade que esta Delegacia julgar conveniente⁵⁶⁰.

Em seguida, após a soltura, no dia 08/05/1943, Otake realizou um termo de aditamento às informações prestadas no depoimento anterior:

(...) tem a dizer que está no Brasil ha quinze anos e tem a sua situação regularizada, estando registrado na policia de Baurú, sob o nº 2158; que exerce a profissão de lavrador, porém, nas horas vagas, como padre que é, dirigia o culto Shintoista, em Baurú; que nunca pertenceu às forças armadas do Japão, pois que não foi aceito devido ao seu estado físico; que as fotografias de patrícios fardados não tem a do declarante, nem mesmo a paisana, tendo apenas uma fotografia tirada a bordo de um navio mercante, junto com os oficiais da guarnição e demais passageiros, (...) se compromete a não se afastar desta Capital durante o tempo que as autoridades policiais assim julgarem conveniente; que vae residir provisoriamente em casa de seu patrício Taqueshi Ota, que é seu primo, à rua Eduardo Lobo, nº3, no Bosque da Saúde. E mais não disse⁵⁶¹.

⁵⁵⁹ Termo de Declarações de Chujiro Otake. São Paulo, 25 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁶⁰ Termo de Declarações de Chujiro Otake. São Paulo, 06 de Maio de 1943. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁶¹ Termo de Declarações de Chujiro Otake. São Paulo, 08 de maio de 1943. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP. NÃO ESTÁ REFERENCIAS

A Delegacia de Polícia Regional de Bauru, era considerada muito atuante, principalmente no comando do delegado Rolim Rosa. Algumas prisões que foram efetivadas em Bauru, foram destaque no *Correio da Noroeste*, que coletou a reportagem de *O Globo* do Rio de Janeiro. O periódico carioca teria enviado um repórter a São Paulo para focalizar as atividades da Delegacia Regional de Bauru. A reportagem tinha o seguinte título: “Raízes envenenadas em poder do oficial nipônico” e os seguintes subtítulos: “Havia grande quantidade além de farta documentação comprometedora – Varejado um templo xintoísta – Reunião misteriosa pela madrugada – Varias diligencias em Bauru – Empresta-se grande importância à prisão de um sacerdote amarelo”.⁵⁶² A reportagem dá ênfase e enaltece o trabalho desenvolvido pelo Delegado Regional de Bauru, Rolim Rosa:

Tem sido incansável a atividade da Delegacia Regional de Bauru, chefiada brilhantemente pelo dr. Rolim Rosa, de uma dedicação constante no combate aos elementos da “Quinta Coluna” nipônica naquela região. [...] Podemos antecipar algumas das ultimas e mais destacadas diligencias realizadas sob a direção do sr. Rolim Rosa que tem livrado a Noroeste da perigosa ação dos importantes elementos da colônia nipônica⁵⁶³.

Convém observar que as atividades do Delegado de Bauru se estenderam a prisões em Bastos (capitão nipônico e um filho de um coronel do exército japonês), Duartina (cabo do exército nipônico) e Garça (capitão do exército nipônico), porém não serão tratadas aqui, visto que estão fora do recorte espacial proposto. E em Bauru, além do “sacerdote amarelo”, também foi preso um engenheiro eletrotécnico e fabricante de aparelhos de rádio que, segundo a reportagem, tratava-se de: “um sobrinho de uma alta patente do exercito japonês, cujo retrato ele ostenta em sua residência [...]. Em poder do engenheiro a Policia apreendeu preciosas coleções de fotografias originais das forças armadas nipônicas”.⁵⁶⁴

A reportagem continua e afirma que a diligência mais importante foi efetuada pelo delegado Rolim Rosa, o qual teria desarticulado “uma célula perigosa disfarçada como núcleo do Sintoísmo”:

Até agora a diligencia mais importante em Bauru foi efetuada pelo delegado Rolim Rosa, na igreja xintoísta construída pela colonia nipônica num dos bairros mais afastados da cidade. A Policia apurou que no templo eram realizadas frequentes reuniões de japoneses, invariavelmente às 4 horas. Numa diligencia, de surpresa, aquela autoridade prendeu em flagrante no templo, pela madrugada, o sacerdote e mais quatro japoneses. Foram vasculhadas a igreja e as casas dos nipônicos que a rodeiam. A impressão é que se trata de uma célula perigosa disfarçada como nucleo

⁵⁶² A Delegacia Regional de Polícia de Bauru. *Correio da Noroeste*, Bauru, 5 abr. 1942, p. 2.

⁵⁶³ *Ibid.*

⁵⁶⁴ *Ibid.*

de sintoísmo. Foram apreendidos documentos e albuns de fotografias originais das forças armadas do Japão. O ponto culminante dessa “batida” foi o encontro de uma fotografia em que aparecem num grupo, numerosos civis e militares nipônicos. O “sacerdote” preso é visto nesse grupo, ao lado de um major general japonês, oficiais da marinha e altos dignatários do Japão. Liga-se grande importância à prisão desse sacerdote, suspeitando-se que suas atividades na Noroeste sejam de grande transcendência. Informa-se ademais que os xadreses da Delegacia de “Bauru” estão repletos de nipônicos suspeitos de atividades nocivas aos interesses do país⁵⁶⁵.

Apesar de não ser citado o nome do “sacerdote amarelo” é muito possível que a prisão se refira a Chujiro Otake, entre outros fatores, pela data, pelos materiais apreendidos (fotografias com oficiais da marinha, horário da reunião, entre outros) e pelas características da prisão.⁵⁶⁶

É importante ressaltar que por meio do prontuário, foi possível reconstruir o discurso repressivo da polícia política que funcionava como instrumento de legitimação de poder do governo nacionalista de Vargas no período do Estado Novo (1937-45). Tais documentos e os relatos do jornal, permitiram recuperar os principais estereótipos contra os estrangeiros, principalmente nipônicos. Com referência às citações a imagens de nipônicos ao lado de oficiais da marinha ou exército do Japão, é importante destacar que, principalmente as autoridades policiais, consideravam-nas atitudes de traição ao país receptor (Brasil). Todo o material recolhido (armas, documentos pessoais, certificados de cursos, fotografias) serviam como prova de atos ilícitos. Takeuchi usa uma expressão de Kossoy e Tucci para esclarecer o significado dessas imagens usurpadas:

A imagem “construída” do espião é reafirmada pela fotografia, documento complementar à narrativa policial. [...] a fotografia - utilizada pela polícia como documento verdade - se prestava para “editar” o conceito de crime contra o Estado, ou seja: ... a contextualização social do indivíduo junto aos autos policiais sujeita aos critérios ditados pelas autoridades (investigadores, delegados) que, durante os autos de busca e apreensão, procuravam indícios que comprovassem a prática de crime político⁵⁶⁷.

No caso de Nagasawa, uma carta tornou-se um objeto de investigação que permitiu a ligação por um fio condutor ao ex-cônsul, e dele, a um plano mirabolante de estagnação da

⁵⁶⁵ Ibid.

⁵⁶⁶ O líder da Igreja Tenrikyo em Bauru, Chujiro Otake, nascido em 01/01/1905, na Província de Wakayama, foi preso político, primeiramente em Bauru, dando entrada na Delegacia em 17/03/1943 (investigado como líder de país inimigo), depois, foi transferido para a Delegacia de Ordem Política e Social em São Paulo e encaminhado para a penitenciária, cumprindo pena por um ano e três meses. Sua entrada no DEOPS ocorreu provavelmente em 06/04/1943.

⁵⁶⁷ KOSOY, Boris; TUCCI CARNEIRO, M.L.T. Imagens da repressão e de resistência: o arquivo fotográfico da política brasileira (1924-1983). Comunicação apresentada no II Congresso de Fotografia Latino-Americano do Chile, Santiago, 2000. *Apud* TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra* (1939-1945). Módulo III – Japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 79.

economia paulista. No caso de Otake, os objetos apreendidos tinham significados de lembranças, memórias, histórias, momentos de nostalgia e conquistas, mas para a polícia política, passaram a representar a prova indiscutível de crime político, a partir da busca efetuada pela polícia de Bauru, em sua residência. No local, foram apreendidos diversos objetos de propriedade do declarante como foi visto, inclusive fotografias, nas quais ele alega aparecer entre os tripulantes de um vapor japonês, sem que isto tenha o significado de ter servido ao exército ou marinha de seu país. Otake também alegou que a fotografia de fls.11, não se refere a seu pai, mas a um cidadão que não conhece. Diante desse contexto, realmente, conforme demonstrado por Kossoy e Tucci, parece que os flashes das lembranças captadas, acabaram por transformar a imagem (fotografia) - em documento verdade, utilizada pela polícia para “editar” o conceito de crime contra o Estado.

Figura 28 - Fotografias tiradas a bordo de navio mercante apreendidas com Otake



Fonte: Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP.

Figura 29 - Fotografias tiradas a bordo de navio mercante apreendidas com Otake



Fonte: Pront. 26.226 - Chujiro Otake, DEOPS/SP, DAESP.

A resistência da família Toyti também foi testada no período da guerra, entretanto a quebra de paradigmas fazia parte da história que envolvia a família. Em texto publicado no *Bauru Ilustrado* “Retratos de Famílias” - suplemento mensal do *Jornal da Cidade*, a vinda de Toyti Maruno, da Província de Kagoshima, para o Brasil, deu-se 1910. No Japão, Maruno já

exercia a profissão de marceneiro. A cidade de Bauru foi escolhida como destino, aqui Maruno trabalhava na fábrica de móveis de Massagi Koga, entretanto, seu talento na marcenaria direcionou-o para as oficinas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ⁵⁶⁸:

Toyti Maruno, face a excelência de seu trabalho na arte de marcenaria, teve a primazia de ser o primeiro imigrante a ingressar no quadro de funcionários da E.F. Noroeste do Brasil, isto em 1 de julho de 1918, nas funções de encarregado da Carpintaria. Depois de trabalhar 13 anos naquele setor da ferrovia, onde deixou a sua marca visto os maravilhosos trabalhos realizados como marceneiro, veio a aposentar-se por invalidez. Enquanto militou na Noroeste do Brasil, muitas vezes viajando até Aquidauana e enfrentando as condições insalubres, que dominavam o longo da linha, na qualidade de um verdadeiro artista como bom marceneiro e entalhador de primeira que era, confeccionou muitos móveis para os escritórios, além dos entalhes da sigla NOB, feitos nos vagões de madeira⁵⁶⁹.

Maruno ficou viúvo cedo, com quatro filhos. Casou-se, mas ficou viúvo novamente e casou-se mais uma vez. De seu primeiro casamento, nasceram quatro filhos: Tokiti (médico), Togo e José (contadores) e Luiz (bancário). O fato de Luiz tornar-se bancário no Banco do Brasil, foi tão relevante quanto Maruno trabalhar na NOB, tais postos de trabalho não costumavam ser preenchidos por imigrantes nipônicos:

Com méritos indiscutíveis foi ele o primeiro nissei a ser admitido nos quadros como funcionário em todo território nacional. A década de 40 não era nada favorável aos imigrantes japoneses, face a guerra, pois o Brasil se posicionou ao lado dos aliados contra o Japão, Alemanha e Itália. Assim, eram frequentes as hostilidades contra os japoneses aqui residentes, com reflexos sobre os nisseis devido aos seus inconfundíveis traços orientais. Em 1943, ao prestar o concurso do Banco do Brasil, Luiz Maruno teria que vender dois obstáculos: garantir a sua vaga e ganhar várias batalhas, a exemplo das que se desenrolavam a milhares de quilômetros, pois com a guerra em plena efervescência, os nisseis acabavam atingidos. Depois de prestar os exames, Luiz deixou bem claro a seu pai: se houver justiça, meu pai, eu passo! O receio é que fosse eliminado ao entregar a foto que mostrava amplamente os seus traços orientais. No entanto acabou prevalecendo a justiça e a decência, pois Luiz Maruno, aprovado, em 1944 tomou posse na Agência do Banco do Brasil, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, onde trabalhavam outros bauruenses. Em 1945, apesar dos preconceitos que ainda existiam, Luiz casou-se com uma autêntica brasileira, Reny de Almeida, filha de mineiros⁵⁷⁰.

Figura 30 - Toi (Irene) Koitice Maruno com seus quatro enteados: Tokiti - Geraldo – no colo. Abaixo: da esquerda para direita: José, Togo e Luiz

Figura 31 - Os irmãos Luiz, Tokiti (Geraldo), togo e Luiz

⁵⁶⁸ Retrato de Família. *Bauru Ilustrado* – Suplemento mensal do *Jornal da Cidade*. Bauru, ago, 1988, ano XIV, nº 145, p. 1-2.

⁵⁶⁹ Retrato de Família. *Bauru Ilustrado* - Suplemento mensal do *Jornal da Cidade*. Bauru, ago, 1988, ano XIV, nº 145, p. 1-2.

⁵⁷⁰ Ibid.



Fonte: Retrato de Família. *Bauru Ilustrado* Suplemento mensal do *Jornal da Cidade*. Bauru, ago., 1988, ano XIV, n° 145, p.1-2.



Fonte: Retrato de Família. *Bauru Ilustrado* Suplemento do *Jornal da Cidade*. Bauru, ago., 1988, ano XIV, n° 145, p. 1-2.

3.2.1 O Cinema Nippaku Shinema-sha!

Além da impressão de jornal, imigrantes japoneses em Bauru também foram pioneiros na exibição de filmes comerciais japoneses. Segundo Handa, as primeiras exibições de filmes ambulantes japoneses, ocorreram no oeste do estado de São Paulo e essas sessões, eram apresentadas em locais sem rede elétrica, de forma que o motor do projetor era ligado a um gerador, acionado por meio do movimento da roda traseira do automóvel do projetista⁵⁷¹. Hosokawa enriquece essa explicação, declarando que entre projetor, gramofone e gerador, transportava-se quase uma tonelada de equipamento e ainda havia a participação e atuação dos *Katsuben* ou *benshi* (orador das imagens que marcham - profissional que ficava ao lado da tela para explicar ou comentar imagens) e além de leitores, interpretavam vários papéis da arte dramática do *kabuki*, sendo que tal profissão (bem pagos), persistiu até a década de 1930 no Japão, como modalidade de arte⁵⁷².

De acordo com Nagib a chegada do cinema sonoro nos anos 1930, no Japão, colocou um fim aos *benshi*, como atores profissionais provindos do *kabuki*, os quais também construíam histórias, quando o filme era constituído de fragmentos curtos, dando-lhe um sentido moral. Entretanto, o fim da profissão desestruturou a vida desses “explicadores”, os quais não se conformavam com a nova realidade, adotando atitudes extremas, como no caso de Heigo

⁵⁷¹ HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês – História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de estudos Nipo – Brasileiros, 1987.

⁵⁷² HOSOKAWA, Shichei. *Ane Maya Percorre o Brasil*. Tradução de Yuko Takeda de Arruda. Palestra Fundação São Paulo. São Paulo, 09 ago. 2007. *Apud* KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado – Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, p. 16.

Kurosawa, irmão de Akira Kurosawa (que ao ser demitido aos 27 anos, suicidou-se). Outros, tentariam a sorte no Brasil, onde o cinema mudo ainda persistiria por algum tempo⁵⁷³. Foi dessa maneira artesanal que a primeira exibidora comercial de filmes japoneses no Brasil - Nippaku Shinema Sha (Companhia Cinematográfica Nipo-Brasileira), fundada por Masaichi Saito, passou a importar do Japão, filmes de ficção, de longa-metragem. Conforme ressaltado por Nagib, a Nippaku produziu o filme *Noroeste – sen isshu* (1929), no qual documentava a própria distribuição dos filmes pelas estradas de ferro que cortavam as lavouras⁵⁷⁴. Kishimoto relata que a empresa foi fundada em Bauru, em 1929 e segundo ele, Saito percorria as linhas das estradas de ferro Noroeste, Paulista, Sorocabana e Mogiana, realizando cerca de 50 distribuições e exibições de filmes japoneses no interior do estado. Na época, Hirata era projecionista ambulante que atuava junto a Saito, porém em 1935, Hirata fundou outra distribuidora de filmes japoneses: Nippon Eiga Kogyo⁵⁷⁵. Kobori acrescenta que as duas distribuidoras: Nippaku Shinema-sha e a Nippon Eiga Kogyo teriam sido as responsáveis por grande parte dos filmes japoneses exibidos no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial⁵⁷⁶.

Figura 32 - Família Tanaka. Sessão de cinema ambulante na cidade de Bastos em 1936 (dentro do carro está Masaichi Sato – fundador da Nippaku Shinema-Sha e entre os projetores Kimiyasu Hirata (fundador da Nippon Eiga Kogyo – empresa distribuidora e exibidora de filmes japoneses)



⁵⁷³ NAGIB, Lúcia. O cinema japonês em São Paulo. São Paulo, 7 de jun. de 2011. Disponível em: <https://jojoscope.net/2011/06/07/o-cinema-japones-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15/04/2023.

⁵⁷⁴ Ibid.

⁵⁷⁵ KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado/ Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, p.16.

⁵⁷⁶ KOBORI, Edna. “O cinema japonês em São Paulo”. In: ABE Oi, Célia (org.). Cultura japonesa. São Paulo: Fundação Japão. Aliança Cultural Brasil-Japão, 1997, p. 142-147. Apud KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado – Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, p.16.

Fonte: KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado – antropologia social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 47.

Posteriormente, em 1933 a Nippaku Shinema-sha mudou seu escritório para São Paulo, onde sessões de filmes japoneses eram promovidas em clubes e escolas da comunidade e depois no Cine Theatro de São Paulo (Liberdade), porém com o início da Segunda Guerra Mundial houve uma interrupção na distribuição e exibição dos filmes do cinema japonês⁵⁷⁷. Segundo Hirata, além da proibição das exibições, todas as cópias e equipamentos de projeção foram confiscados pelo governo⁵⁷⁸. Mas, finalmente com o fim da guerra em 1946, Kimiyasu Hirata deu início a tentativa de reativação de exibição de filmes japoneses novamente e preparou o lançamento de *Vida de artista (Ruten)*. Porém, os distúrbios que desencadearam a cisão da colônia em *makegumi* e *kachigumi* (derrotistas e vitoristas) que marcaram sua história e a história particular de cada imigrante no estado de São Paulo, inviabilizaram a apresentação. Kishimoto, relata que diante das dificuldades, Hirata novamente uniu-se a Masaichi Saito para juntos organizarem nova empresa distribuidora: Nippaku Kogyo e a partir dessa união, *Vida de artista* estreou nos cinemas, após um ano, com casa lotada⁵⁷⁹.

3.3 Bauru em tempos de liberdades: a retomada de bens e direitos

O que permitiu a retomada do fluxo de imigrantes após o final da guerra foi o fato de que o Japão passou por um processo de desmilitarização e reconstrução, que abriu o país para o desenvolvimento e a reindustrialização com apoio de capital ocidental num ritmo espantoso⁵⁸⁰. Com efeito, o governo japonês continuou regendo a migração, mas os japoneses que chegavam ao Brasil, nesse período eram diferentes dos que vieram no pré-guerra (a maioria veio para trabalhar nas lavouras), enquanto os do pós-guerra, eram técnicos qualificados da área agrícola e industrial⁵⁸¹. É importante destacar que junto ao fim da Segunda Guerra Mundial, também se tem o fim do Estado Novo (1937-45). Esses novos ventos de liberdade que sopravam, trouxeram a retomada desse processo imigratório inserido em novo contexto, que de

⁵⁷⁷ Ibid.

⁵⁷⁸ HIRATA, Kimiyasu. “Roho, Nippaku Shinema Sha”. In: Corônia Gueinoshi [História da Arte na Colônia]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1986, p. 217-230. Apud KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado/ Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, p. 19.

⁵⁷⁹ KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. *op. cit.*

⁵⁸⁰ NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 6, n. 19 out/2006, p. 61-77.

⁵⁸¹ Ibid.

acordo com Taniguti teve início com a elaboração de políticas migratórias, ocupação de zonas agrícolas, urbanização e alteração das estruturas de poder, abrindo caminho para que os imigrantes ocupassem posições sociais inéditas. Com relação ao período de 1946 a 1964, o autor ressalta que as instituições públicas de justiça e segurança que haviam controlado os modos de vida dos imigrantes, tornaram-se progressivamente, mais receptivas, haja vista, a revogação de antigos decretos restritivos, a assinatura de acordos migratórios e a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Também é preciso acentuar que a Constituição de 1946, trouxe novidades com relação aos direitos civis (partidos com programas ideológicos definidos puderam reorganizar-se), permitindo uma maior participação de grupos sociais, além dos decretos sobre pluripartidarismo e convocação de eleições para 1945, que foram significativos para filhos de imigrantes, viabilizando suas aspirações de ingresso na política⁵⁸². Com relação a presença de candidatos de origem japonesa na política, a princípio ocorreu com cargos no legislativo. Taniguti deixa claro que para suas candidaturas, os candidatos utilizaram-se de recursos relacionais específicos⁵⁸³, como por exemplo, capital social e educacional, concebidos em espaços relacionais e em redes associativas próprias do grupo.

Com maior flexibilidade que permitia a inserção desses imigrantes japoneses na política, esses novos candidatos eleitos concentravam-se em municípios e zonas do estado com maior presença deles, merecendo destaque nessa ordem, as Zonas Noroeste, Alta Paulista, Vale do Ribeira e Região Metropolitana de São Paulo⁵⁸⁴. Como foi demonstrado, a Zona Noroeste apresentou maior quantidade de candidatos eleitos e a cidade de Bauru, no contexto da redemocratização do país, a partir de 1946, também passava pelo processo eleitoral (1947). Um dos eleitos foi Ishikawa⁵⁸⁵, que permaneceu por mais de 27 anos consecutivos como vereador em Bauru, conforme destacado por Bastos.

⁵⁸² TANIGUTI, Gustavo Takeshi. Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo**. São Carlos: EdUFSCAR, 2021.

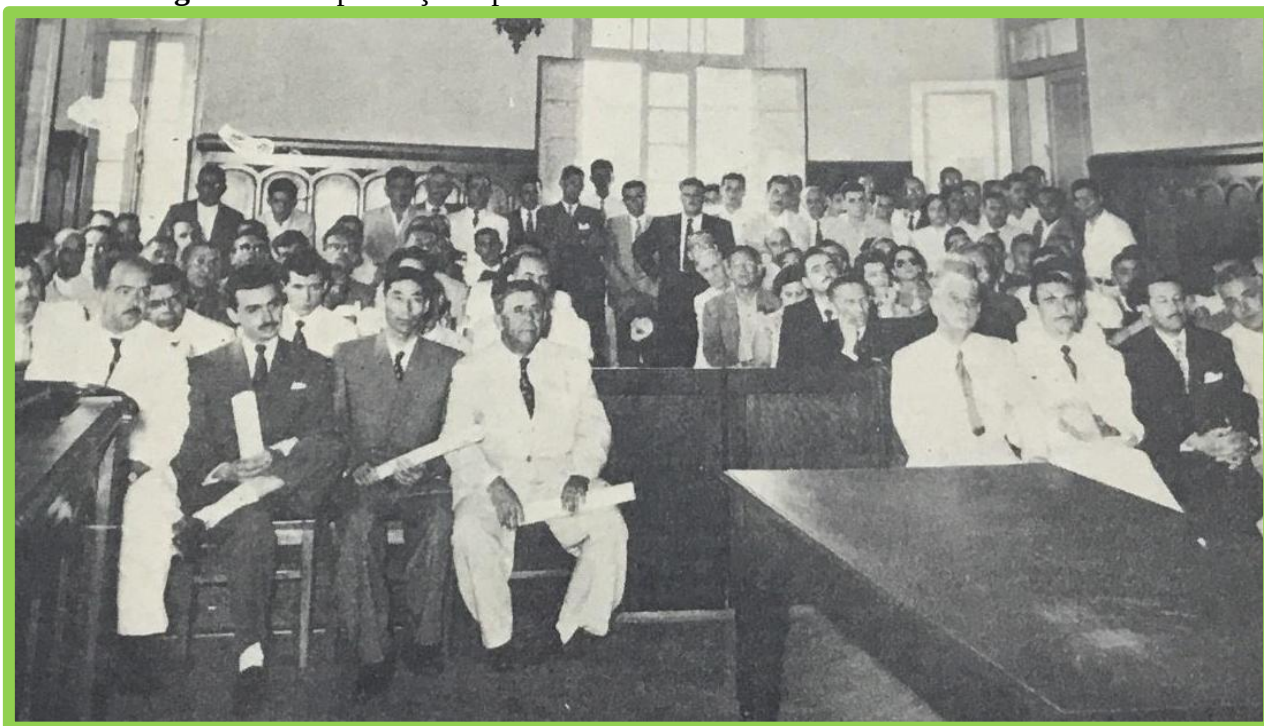
⁵⁸³ Interessante notar que apesar do conservadorismo dos nipônicos, tanto o vereador Futaro Sato, quanto o professor Paulo Kawauchi (foi eleito vice-prefeito em 1989), receberam incentivo e apoio do ex-prefeito e ex-deputado federal, Tuga Angerami (PT (1980-1982); PMDB (1982-1986); PSB (1986-1988); PSDB (1988-1999); PSB (1999-2004); PDT (2004-)), que sempre manteve uma postura mais progressista, entretanto, tal fato não impediu que os recursos relacionais se estabelecessem visando ampliar o capital social dos nipônicos.

⁵⁸⁴ TANIGUTI, Gustavo Takeshi. Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo**. São Carlos: EdUFSCAR, 2021.

⁵⁸⁵ Ishikawa, era filho de imigrantes japoneses que aportaram em Santos - navio Hakata Maru, procedente de Kobe, no Japão, no dia 2 de setembro de 1910. Nasceu em Cravinhos (SP), em 1919 e posteriormente, residiu com seus pais em Lins, Cafelândia e Avaí, onde criavam o bicho-da-seda. Foi no pós-guerra, em 1946, que se mudou para Bauru. Convém ressaltar, que teve papel importante na formulação de Tenri, como cidade irmã de Bauru, Ishikawa

No pleito de 1947 não houve candidatos *nisseis* ou *sanseis* em nossa cidade. Na eleição seguinte, em 1951, o Partido Trabalhista Brasileiro apresentou dois candidatos: Ikuso Takeda e Arlindo Aoki, mas ambos não obtiveram sucesso. No pleito subsequente, em 1955, três filhos de japoneses tentaram uma vaga na Câmara Municipal: Kisei Naca Partido Social Trabalhista; Aruiko Tumura, pelo Partido Rural Trabalhista, e Giro Ishikawa, pelo Partido Social Progressista. Giro foi eleito e, a partir de então, sucessivamente, foi reconduzido à Câmara nos pleitos seguintes: 1959, pelo Partido Trabalhista Nacional, em 1963, novamente pelo Partido Social Progressista, em 1968, em 1972 e 1976 pela Aliança Renovadora Nacional. Nas eleições de 1982 ficou como primeiro Suplente do vereador Francisco Dal Médico, exercendo o mandato por alguns meses. Foi no pós-guerra, em 1946, que Giro se mudou para Bauru, ingressando como membro da Igreja Tenrikyo, localizada na rua Tenri, na Vila Independência, região em que se tornou morador. Identificado com aquela vila, a partir de 1955 Giro Ishikawa candidatou-se como vereador, sendo eleito e, a partir daí, ocupou uma cadeira no Legislativo bauruense por mais de 27 anos contínuos. (...) atendendo reivindicações simples, mas necessárias de seus eleitores⁵⁸⁶.

Figura 33 - Diplomação e posse dos vereadores eleitos em 1956



Fonte: *Bauru Ilustrado*. Bauru, ago. 1981, p. 5. (Sentados em primeiro plano, da esquerda para a direita: José Marques, Horácio Cunha, Nicola Avallone Jr., Giro Ishikawa e Alfredo Fontão).

De tal forma, que os candidatos eleitos a partir de 1947, dialogavam com as associações locais, visando mobilizar apoio político⁵⁸⁷. Quanto aos cargos municipais para vereadores,

transformou-se no intérprete da convivência entre as autoridades das duas cidades. BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença nipônica na política bauruense. *Diário de Bauru*, Bauru, 19 de set. 1997. Tenri é a cidade localizada na prefeitura de Nara – Japão, com sede da Tenrikyo, que se tornou cidade irmã de Bauru.

⁵⁸⁶ BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença nipônica na política bauruense. *Diário de Bauru*, Bauru, 19 de set. 1997.

⁵⁸⁷ Foi nessas circunstâncias que elegeu-se Futaro Sato pelo Partido da Social Democracia Brasileira, embora o pleito de 1988 (estava fora do recorte temporal do estudo), mas serve para ilustrar a realidade que se colocava a partir da mobilização do apoio político das associações, pois Sato além de presidente do Clube Nipo-Brasileiro em

foram disputados nas câmaras de 305 municípios e o cargo de prefeito, em 292. Porém, tais disputas somente puderam ocorrer com a promulgação da Constituição de 1946, após a eleição de Eurico Gaspar Dutra para presidente e o fim do Estado Novo. Esse novo contexto representava muitas mudanças, entre elas a reconfiguração do sistema político que acarretou a renovação das elites de poder tradicionais e o fim do sistema de interventores, também evidencia o caráter da integração, principalmente com as reeleições de Ishikawa.

De forma geral, conforme esclarecimentos de Taniguti, havia nas colônias um sistema social emulado e organizado em torno de um “certo poder soberano”, pouco suscetível a mudanças, porém, embora devido a circunstâncias adversas, em fins dos anos 1930, tal sistema tenha sido desestabilizado e progressivamente abandonado, mas durante anos ele regeu a vida cotidiana de muitos imigrantes da primeira geração e seus descendentes, instaurando lógicas de sociabilidades “com apreço pela senioridade”. Diante desse contexto, tais imigrantes de primeira geração (*isseis*), possuíam certa indiferença em relação à sua presença no debate público municipal, uma vez que em sua trajetória migratória, costumavam lidar com assuntos de ordem coletiva no âmbito restrito dos núcleos coloniais, além de o vínculo com a terra natal aparentar ser algo incompatível com o cenário político de autonomia municipal. Portanto, o advento da estrutura de poder a nível municipal, trouxe a essas lideranças uma espécie de desafio de adequação, assumido por indivíduos de segunda geração. Segundo o autor a projeção das lideranças de segunda geração de filhos de imigrantes ainda continuou valendo-se do suporte das associações de primeira geração, como demonstrado, mas a clivagem geracional indicava a importância de outros espaços demarcados pela idade, idioma e escolaridade, tanto que a década de 1950, já representava um espaço de sociabilidade capaz de arregimentar apoio político. De tal forma que a eleição de candidatos filhos de imigrantes nascidos no Brasil⁵⁸⁸,

Bauru à época (havia mais cinco candidatos descendentes), também teve apoio do prefeito Tuga Angerami e do ex-vereador Ishikawa (que havia abandonado a política). Porém, Ishikawa deu as diretrizes a Sato: este deveria dedicar-se a um bairro carente, onde houvesse problemas a serem resolvidos (ele dedicou-se à Vila Independência e adjacências, sendo correspondido nos votos). Dessa forma, Sato foi reeleito em 1992 e 1996 pelo PMDB. Recebeu o apoio dos nipônicos e concentrou esforços na zona norte (na Vila Nova Esperança e nos Parques Jaraguá, Santa Edwirges, Nove de Julho, Real, Núcleos Edson Francisco da Silva e Leão XIII) o que lhe permitiu ser o mais votado em 1996, com 1930 votos e dentre os 220 candidatos, mesmo considerando-se o êxodo do dekassegui, o que deixa claro que: a receita do amigo Ishikawa era funcional e que o apoio foi além do Clube Nipo-Brasileiro, Clube Okinawa da Bela Vista e da Independência, mas de brasileiros também, uma vez que seus projetos eram mais diversificados: propaganda comercial remunerada no muro das escolas públicas, criação do campo de *Gate-ball* Mititoshi Yanase, incentivo da abertura da Avenida Duque de Caxias às Vilas Falcão e Independência, passagem do Núcleo Mary Dota ao Distrito Industrial. BASTOS, Irineu Azevedo. Futaro Sato. *Diário de Bauru – Espaço Aberto*, A.2, Bauru, 26 de out. de 1997.

⁵⁸⁸ O anexo II permite a visão dos candidatos eleitos e não eleitos nas eleições municipais em Bauru, no período entre a década de 1950 a 1990, que embora não faça parte do recorte temporal da tese, demonstra a evolução desses nipônicos na política em Bauru, suas filiações partidárias e um espaço de sociabilidade capaz de arregimentar apoio político.

evidencia a transformação desse cenário, demonstrando que a inserção política é uma modalidade específica de incorporação, fenômeno catalisador de transformações nas formas de organização coletiva da sociedade receptora, cuja análise complementa o entendimento dos processos de mobilidade socioeconômica de imigrantes⁵⁸⁹.

3.3.1 A retomada do processo de ensino e a volta da escola de língua japonesa.

Com relação ao fechamento da escola japonesa em Bauru é preciso considerar dois aspectos observados por Shibata: na memória da maioria das primeiras gerações de imigrantes japoneses, o fechamento da escola estava associado aos efeitos da Segunda Guerra Mundial e não às repressões do programa de nacionalização do ensino e a consolidação do fechamento das escolas japonesas foi resultado das próprias transformações que ocorreram no interior da colônia.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, em 29/01/1942 e a retirada dos consulados, tanto as associações, quanto às escolas não se sustentaram, já que as articulações sociais que as sustentavam (baseadas na tutela do consulado) não existiam mais. Além disso, muitos imigrantes ao se decidirem pela permanência no Brasil, ao final da Guerra, fizeram com que as funções da escola de língua japonesa perdessem o significado⁵⁹⁰.

A autorização para o retorno das atividades da Escola de Língua Japonesa só foi concedida após dez anos de paralisação, em 1952, pelo Inspetor de Ensino, Sr. Antônio Faria. Com a autorização para o reinício, formou-se uma Comissão liderada pelo Sr. Yoshimatsu Takamoto, com trabalhos desenvolvidos pelo Sr. Giro Ishikawa. Em março do mesmo ano, a colônia japonesa e a escola, preocupadas com os aspectos pedagógicos, trouxeram o palestrante Toyohito Kagawa, para uma Conferência sobre Educação em Bauru e em julho, também houve uma assembleia da Colônia Japonesa para debater os problemas relacionados com o sistema de ensino da língua japonesa. Como não houve consenso, a Assembleia recorreu ao Cônsul Geral do Japão em São Paulo, para que houvesse a restituição da escola que havia sido confiscada pelo poder público. Pelos registros das Atas da Associação, até o ano de 1954, o prédio da escola ainda se encontrava confiscado.

⁵⁸⁹ TANIGUTI, Gustavo Takeshi. Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo. São Carlos: EdUFSCAR, 2021, p.288-291.

⁵⁹⁰ SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

Diante das dificuldades, o ex-presidente da entidade, Sr. Seiiti Takeda, solicitou junto ao Deputado Yukishigue Tamura, a liberação do prédio. Tentando dar andamento à situação, o advogado Dr. João Maringoni encaminhou requerimento à Secretaria da Educação e até mesmo o General Lima Figueiredo, Presidente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, tentou auxiliar a colônia na recuperação da Escola. Até que, finalmente, em 23 de novembro de 1954, o inspetor de ensino na época, Sr. Carlos Viana, fez a entrega do imóvel ao Sr. Issamu Uemura, Presidente do Clube Nipo-Brasileiro⁵⁹¹. Após a restituição da escola, a colônia achou por bem solicitar o ressarcimento de aluguéis, relativos aos dez anos em que a Escola Japonesa ficou fechada. Para tanto, foi encaminhado um requerimento ao Governador do Estado.

Visando a informação e integração da colônia, em 1956, “A noite do Cinema” foi retomada com a exibição de um filme japonês, após o “longo inverno”, também foi organizada uma palestra: “Nisseis da Colônia e a Educação Japonesa”. Mas, apesar da retomada dos trabalhos, em 1958, a Escola de Língua Japonesa e todas as escolas de idioma estrangeiro voltaram a ser alvo de severas leis com relação ao funcionamento. Exigia-se do diretor uma habilitação legal para funcionamento. O Clube precisou solicitar a presença, em Bauru, de uma professora, residente em São Paulo, para dar continuidade às atividades, que foram retomadas em 17 de março de 1958, apresentou-se a professora Tiaki Takeda. A Escola de Língua japonesa também tinha preocupação com a formação cultural dos alunos. As atividades para arrecadação de verbas eram variadas, como por exemplo, a apresentação de peças teatrais. Havia também a preocupação com a conversação, integração e conhecimento da economia e cultura local. Ou seja, a conquista desse espaço onde a cultura e os valores eram transmitidos se deram por meio da perseverança e da resistência desses indivíduos em busca da manutenção de suas tradições. Outro aspecto que reforça a tendência do grupo a manter as tradições foi a declaração do cônsul Shiro Ishiguro de que: “Quanto ao restabelecimento do consulado japonês nessa cidade, não deixarei de enviar imediatamente um ofício ao governo de Toquio, para que a vontade dos habitantes de Bauru seja satisfeita”⁵⁹², referindo-se aos pedidos de reabertura do consulado em Bauru em 1953, fechado em consequência da Segunda Guerra Mundial.

⁵⁹¹ OGINO, Massaru. No embalo do ônibus. Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru – Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel, SP: Grafilar, 2010, p.11-13.

⁵⁹²A visita do cônsul geral do Japão em Bauru. *Correio da Noroeste*. Bauru, 6 de mai. de 1953.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta tese queria trazer algumas observações sobre aspectos da trajetória dos imigrantes nipônicos em Bauru. Um deles é que, mesmo a partir do contato com a sociedade brasileira, as percepções e os valores vinculados ao “espírito japonês” permaneceram em evidência, tornando-se uma particularidade da identidade nipo-brasileira. Com o tempo e a intersecção de culturas, essas famílias reconstruíram suas identidades baseadas em idealizações nostálgicas do Japão, haja vista o interior das casas, onde se percebe a superposição de objetos e valores culturais tradicionais, por vezes conflitantes, como, por exemplo, os *butsudan* com imagens católicas, bem como o culto ao imperador e antepassados e festividades como *Undokai* e *Bon Odori*, as quais se transformaram em possibilidades de manutenção de costumes, valores e tradições, de forma ressignificada, mas com singularidades que se expressaram nas sucessivas gerações. Entretanto, é preciso acentuar que as estratégias adotadas para as vivências desses primeiros imigrantes em solo brasileiro, estavam baseadas em valores culturais herdados de uma tradição carregada de hierarquia, disciplina, respeito, união e solidariedade, que aqui foram reinterpretadas e passaram a se constituir na base para o enfrentamento de dificuldades do cotidiano, na sociedade brasileira.

Dessa forma, aspectos culturais da vida dos imigrantes nipônicos estavam inseridos nos espaços sociais da nova realidade de vida, no novo país, por isso se preocuparam em transmitir suas tradições e valores culturais, para isso criaram várias instituições formais e informais, similares ao seu país de origem, com o objetivo de sedimentá-las. Dentre essas instituições estão a Igreja Tenrikyo, Associação Religiosa Nambei Honganji (Templo Budista), ACOAS e o Clube Nipo-Brasileiro, relacionados à preservação da memória e tradições desses imigrantes, como locais de festividades, confraternização, socialização, reuniões e celebrações quando a comunidade passa por momentos de reafirmação dentro da cidade.

Cabe observar que o período desse estudo teve início em 1914 por representar a data de chegada e fixação dos imigrantes nipônicos em Bauru. Consideramos, entretanto, necessário compreender retrospectivamente, as políticas migratórias definidas pelo império nipônico, cujos deslocamentos se deviam a situações internas não tributárias da conjuntura histórica provocada pelas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, por isso a pesquisa abordou a saída dessas pessoas do Japão, bem como a realidade brasileira que permitia a entrada desses imigrantes. Entretanto, embora considerando as dificuldades de fontes, a investigação optou pelo acompanhamento de suas trajetórias de vida, para interpretação do grupo, na tentativa de

compreensão de singularidades e especificidades da mobilidade e da inserção desses indivíduos na sociedade local.

Dessa forma, o trabalho pautou-se pelo aprofundamento sobre o tema elaborado a partir dos aspectos diferenciados e específicos em que se apresentou a imigração dos japoneses para Bauru. Primeiramente, considerou-se o fato de a cidade de Bauru não se organizar a partir de colonato, nem tão pouco, por meio de Companhias de Colonização - como houve em Bastos, Assaí, Uraí (Paraná), por exemplo, e nem a partir de empresas individuais como em Promissão. Essa problemática permitiu responder a hipótese de que as possibilidades e oportunidades quase únicas, que a cidade oferecia, das quais muitos imigrantes se utilizaram para montar seus negócios, formavam uma estrutura capaz de permitir a organização da vida a partir do desenvolvimento de diversas atividades ligadas a agricultura (fruticultura – inclusive voltadas à exportação, pequenas chácaras com cultivo de hortaliças, plantações de algodão); desenvolvimento da sericicultura; expansão do comércio (principalmente a partir da implantação das ferrovias); prestação de serviços; pequenas fábricas, entre outros. Dentre as atividades ligadas à agricultura, muitas tiveram início a partir da crise de 1929, com o declínio da produção cafeeira, quando antigas fazendas foram desmembradas, dando lugar a pequenas propriedades e novas possibilidades a pequenos proprietários. A cidade também era banhada por alguns rios e córregos que influenciaram no destino e fixação de alguns imigrantes como se viu na Vila Independência.

Tais imigrantes ainda puderam contar com uma rede de acolhimento e relacionamentos por meio de associações, cooperativas, escolas, igrejas, clubes, entre outros, permitindo que esses indivíduos expressassem suas identidades e desenvolvessem a sociabilidade. Ou seja, apesar das adversidades, ainda que Bauru não fosse alvo da interferência direta de grandes companhias de colonização, o fato de a cidade também se tornar um polo atrator, está relacionado ao contexto da realidade local que estava permeada por algumas possibilidades que permitiram inclusive a manutenção de valores e tradições.

Entretanto, para compreensão desse processo de inserção na cidade, foi importante acompanhar o interesse sobre a educação dos filhos dos primeiros imigrantes nipônicos. Constatamos que ainda havia a vinculação da escolarização primária concluída no Japão, com orientação para uma política educacional nacionalista, herdada da Restauração Meiji (1868). Por isso a organização de associações teve em mira suprir essa educação, na medida em que as escolas funcionavam como articuladoras da identidade étnica, já que a transmissão dos valores, cultura e conceitos éticos ocorriam por meio do idioma. Mas, esse processo confrontou-se com o programa de nacionalização do ensino, no contexto de consolidação do Estado Nacional e do

Estado Novo, na medida em que o cerceamento do ensino da língua japonesa comprometia a formação da consciência ética de seus filhos. Outro aspecto a considerar é que além de construírem as próprias escolas, esses imigrantes tentavam suprir as deficiências dos governos locais e dessa forma acabaram por reafirmar a manutenção de suas tradições e identidade.

O ano de 1958 demarcou a finalização da pesquisa, considerando que os imigrantes japoneses, (bem como alemães e italianos) passaram a ser vigiados durante todo o período da guerra. De 1942 a 1945, a vigilância recrudescceu, mas no caso dos nipônicos residentes em Bauru, os líderes religiosos, consulares e de entidades culturais foram perseguidos e presos e, seus bens, individuais e coletivos, confiscados (caso de Chujiro Otake e Nobuji Nagasawa). O primeiro foi encaminhado para prisão em São Paulo, com sugestão do chefe de polícia de Bauru para que fosse para um campo de concentração. Quanto a Nobuji Nagasawa, sua prisão se deveu a uma carta que se tornou objeto de investigação e fio condutor que o ligava ao ex-cônsul de Bauru. Ambos e mais outros indivíduos, também foram presos e encaminhados ao presídio em São Paulo. No caso de Nagasawa foi acusado de conspiração e elaboração de um plano para estagnar a economia paulista, com acusação de traidor da pátria, sendo que os materiais foram “suficientes” para incriminação, uma vez que tais objetos foram transformados em “documentos verdade”, utilizados pela polícia política para “editar” o conceito de crime contra o Estado. Entretanto, os documentos do DEOSP foram fundamentais e abriram perspectivas novas para análise e desvelamento do assunto e do período, que representou perseguições, prisões e perdas de direitos, mas também a recuperação e a reconquista deles, uma vez que a Segunda Guerra Mundial (1939-45) embora tivesse como marco final o ano de 1945, ainda trazia várias consequências que atingiam esses imigrantes. Por isso, também foi necessário analisar as questões que envolveram o pós-guerra e recuperar as reações de intolerância, perseguições e repressão, bem como desvelar as formas de resistência e negociações que permitiram a retomada de bens, direitos e instituições que antes pertenciam aos imigrantes nipônicos. Por exemplo, a restituição da Escola de Língua Japonesa que ocorreu em 1954 e do Clube Nipo-Brasileiro, devolvido em 1958.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.
- ANDERSON, Perry. O feudalismo japonês. ANDERSON, Perry. In: **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução: Renato Prelorentzou. São Paulo: Brasiliense, 1985, 645 p.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 330 p.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)**. 2011. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. Silenciosos diálogos: religião, apropriação e cultos privados entre imigrantes japoneses no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano III, n.8, set., 2010, p. 75-100. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtrelição>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. Do Samsara à ancestralidade: a apropriação do culto aos ancestrais no budismo japonês. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, a. XI, n. 32, set./dez., p. 285, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/40442>. Acesso em: 20 out. 2023.
- ARNAUT, Luiz; MOTTA, Rodrigo P. Sá. A Segunda Grande Guerra. Do nazi-fascismo à guerra fria. São Paulo: Atual, 1994.
- BALBINOT, G. Detratores e defensores da imigração italiana para o Brasil: o Decreto Prinetti de 1902 e a exposição mundial de 1906. *Saeculum – Revista de História, [S. l.]*, v. 38, n. 38, p. 205–227, 2018. DOI: 10.22478/UFPB.2317-6725.2018v38n38.32739. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/32739>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. B.; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra; GOUVÊA, Marina Machado de Magalhães. **Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- BASTOS, Irineu. A violência na história de Bauru. Bauru, EDUSC, 1996, p. 17.
- BENEGAS, Alexandre. Independência – Um bairro vocacionado a tradições. Disponível em: <https://www.socialbauru.com.br/2020/12/17independencia-um-bairro-vocacionado-a-tradicoes/independencia>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- BONATTI, Thiago Fernando. **A imigração japonesa para o estado de São Paulo** [recurso eletrônico]: características sociodemográficas, dinâmica migratória e distribuição espacial da

população, entre 1908 e 1973. 2022, p.333. Tese (Doutorado em História - demografia) – UNICAMP – Campinas, 2022.

BLOCH, Marc. Memória Coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente. In: BLOCH, Marc. **História e historiadores**: textos reunidos por Étiene Bloch. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, 320 p.

BORGES, Solange de Almeida. **Arquivos vivos: repressão ao imigrante em São Paulo**. Discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930 e 1940. 100 p. Dissertação em Estudos Culturais. USP, 2016.

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e Misérias da Biografia**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velho. São Paulo: T.A. Queiroz, EDUSP, 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Ana Regina Lessa, Heloísa Pezza Cintrão; tradução da introdução Gênese Andrade. São Paulo: Edusp, 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983, 150 p.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 491 p.

CHAGA, Marco Antônio. **A viagem do haikai de Nempuku**. Chapecó SC: Universitária Grifos, 2000.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002, 277 p.

COGGIOLA, Osvaldo Luiz Angel. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL – CONFLITO E VIOLÊNCIA. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, [S. l.], v. 3, n. 01, p. 92–122, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/4047>. Acesso em: 13 out. 2023.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1999.

COSTA, Armando D.; SILVA, Gustavo P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). **América Latina en la Historia Económica, Revista de investigación**,

v. 27, n. 1, e10022020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532020000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2023.

COX, Harvey Gallager. **A festa dos foliões: um ensaio teológico sobre festividade e fantasia**. Tradução: Edmundo Binder. Petrópolis: Vozes, 1974.

D'ÁVILA, Rosemeire P. **Lembranças da Imigração: Cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

DAVILA, R. P. O ritual do *Bon-Odori* entre japoneses de Bauru: identidade e memória (2010 a 2019). In: **31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia**, 2021, Rio de Janeiro. Anais do Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2021.

DE LUCA, Tânia Regina de. L'utilisation des fonds périodiques: réflexions méthodologiques pour un nouvel espace de L'historiographie brésilienne. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, Nouvelles écritures de l'histoire du Brésil, v. 3, n. 103, p. 38-42, 2011.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Japoneses em São Paulo: desafios da educação na Nova Terra. In: KISHIMOTO, T. M.; DEMARTINI, Z. de B. F. (orgs.). **Educação e cultura: Brasil e Japão**. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DEPARTAMENTO Cultural. *Gakou* – Escola de Língua Japonesa. In: **CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU**. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel/SP: Grafilar, 2010.

DOMINGUES, Luís Paulo. **Boca do sertão: a História de Piratininga na marcha do café**. Bauru SP: ND Editora, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 623 p.

DUROSELE, Jean-Baptiste. **Europa de 1815 a nuestros días: vida política y relaciones Internacionales**. Nueva Clio La historia y sus problemas. Barcelona: Editora Labor, 1971.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 208 p.

ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**. Tradução: Manuela Torres. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2019, 143 p.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Tradução: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELIADE, Mircea. **Historia de las creencias y las ideas religiosas II. De Gautama Buda al Triunfo del Cristianismo**. Tradução: Jesus Valiente Malla. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

ENNES, Marcelo. *Bon-Odori: Fronteiras Simbólicas, identidades e estratificação social*. Teoria e Pesquisa. **Revista de Ciência Política**, v. 9, n. 1, p. 203, 2010. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/213>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FALCÓN, Francisco. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. In: SILVA, José Werneck (org.). **O feixe e o prisma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidade. In: NOVAIS, Fernando. A. (coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERNANDES, Edson; DOMINGUES, Luís Paulo. **Fronteira infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bahurú do século XIX**. Bauru, SP: Universo Elegante Produção Cultural, 2018.

FILHO, Camões Ribeiro de Couto. **O Canto do Vento: história dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros**. São José dos Campos/SP: Notebooks Editora, 2012.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. **A trajetória da imigração japonesa no Rio Grande do Sul e a política de reconstrução do Japão após Segunda Guerra Mundial**. XII Encontro Estadual de História da Anpuh RS. Ensino, Direitos e Democracia. Disponível em: https://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469449125_ARQUIVO_ANPUH_RS2016TomokoKimuraGaudio.pdf. Acesso em: 15/11/2023.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Entre o Butsudán e a missa: práticas religiosas de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, Brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [En línea], 20 | 2010, Publicado el 08 abril 2011. Consultado el 25 outubro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/alhim/3667>; DOI: <https://doi.org/10.4000/alhim.3667>.

GERALDO, Endrica. **“O perigo alienígena”**: Política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945). Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. Cadernos AEL, v. 15, n.27, p. 173-209, 2012. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575>. Acesso em: out. 2020.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 set. 2022.

GHIRARDELLO, Nilson. **A nova estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Bauru, símbolo arquitetônico e político de uma ferrovia estratégica**. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 114-141, janeiro-junho de 2020.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Tradução Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990, 391 p.

GIROUX, Henry A. Os limites do multiculturalismo acadêmico. GIROUX, Henry A. In: **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003. 175 p.

GODOY, Felipe Eugênio Troiano de; MACHADO, Carolina Seiko. **O Japão também é aqui: Caderno Especial sobre cultura japonesa em Bauru**. Memorial de Projeto Experimental – UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, 2014. p. 47-50.

GOMES JÚNIOR, Evaldo; MACEDO, Fernando César de; ARUTO, Pietro Caldeirini. **Território dependência e luta de classes no Brasil**. In: MACEDO, Rogério Fernandes; NOVAES, Henrique Tahan; FILHO, Paulo Alves de Lima (org.). **Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas**. Vol. 3, Marília: Lutas Anticapital, 2018, p. 94.

GUMIERI, Julia Cerqueira. O memorial da resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. **Revista histórica**, Arquivo do Estado de São Paulo, n. 54, jun./2012. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao54/materia03/>. Acesso em: 20 de março de 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, 102 p.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (org.). Tradução: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 223 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2006, 222 p.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASHIMOTO, Francisco; TEIXEIRA, Marco Antonio Rotta. Um olhar sobre a velhice: Um estudo com os imigrantes japoneses. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Orgs). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HASHIMOTO, Francisco. **Ventos de outono: uma fenomenologia da maturidade**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFCL/USP, 1997. p. 56-57.

HASHIMOTO, Francisco. **Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade**. Assis: HVF Arte e Cultura, 1995.

HAYAKAWA, Massao. Resumo histórico da Colônia Japonesa de Bauru. In: **CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU**. Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel/SP: Grafilar, 2010.

HENRIQUE, Kevin. Undokai - Festival esportivo das escolas do Japão. Disponível em: https://skdesu.com/undokai-gincana-nas-escolas-japonesas/#google_vignette. Acesso em: 16/11/2023.

HIRANO, Sedi. Transformação do imigrante japonês em cidadão brasileiro. *In*: HIRANO, Sedi; CARNEIRO, Tucci Maria Luíza. **Histórias migrantes: caminhos cruzados**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2016.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 316 p.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598 p.

JAPONESA (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

KIYOTANI, Masuji; José, YAMASHIRO. Do Kasato-Maru até a década de 1920. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná - 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006.

KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado – Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, p. 16.

KOIFMAN, Fábio; ODA, Humberto Manabu. **A declaração brasileira de guerra ao Japão**. XXVII Simpósio Nacional de História-ANPUH. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN:2013, p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364614725_ARQUIVO_Adeclaracaobra sileiradeguerraaoJapao_ANPUH2013F.KoifmaneH.M.Oda_.pdf. Acesso em: 22/04/2023.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil – 1930-1934**. Contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, 137 P.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão... *et al*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996, 553 p.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução: Patrícia de Querioz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, 344 p.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da Brasilidade**. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2015, 291 p.

LE VEN, Michel Marie; DE FARIA, Eica; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 16, p. 57-65, set, 1996.

LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografias: usos sociais e historiográficos. O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 39.

LOVE, Joseph L. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937.** Tradução: Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 471 p.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

LUIZ, Leonardo Henrique. Xintoísmo de Estado: Entre o imperialismo e a imigração japonesa para o Brasil. AEDOS – Revista do Corpo Discente do PPG – História da UFRGS. Porto Alegre, v.10, n.22, ago., 2018, p. 199-218.

LUIZ, Leonardo Henrique; ANDRE, Richard Gonçalves. O retorno dos ancestrais: *Bon Odori* e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antíteses*, v. 11, n. 22, p. 795-820, 2018, p. 795-820. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1933/193358862003/html/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MAEYAMA, Takashi. Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil urbano. In: SAITO Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** Petrópolis, Vozes. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 52.

MARQUES, Moreira Luana; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar.** *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 18, dez/2015.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINES, Larissa de Cássia Sartori. **EFNOB/BAURU, KM 0: A EFNOB e a expansão urbana de Bauru, pela ótica dos jornais locais - 1905/1940.** Relatório final de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. FAPESP Processo n. 2012/08813-8. Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação – FAAC/ UNESP – Bauru, 2013.

MAZOCO, Eliomar Carlos. **Festas e artesanato em terras do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.

MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984, 392 p.

MONBEIG, Pierre. A divisão regional do Estado de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 88, p. 45–70, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/870>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MONBEIG, Pierre. Os problemas da Divisão Regional de São Paulo. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia. **Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante**. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

MORAIS, Livia Zanelli de. **Por um equilíbrio de histórias. Minha Cidade**. São Paulo, ano 22, n. 257.01, Vitruvius, dez. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/22.257/8341>>.

MOREIRA, C. Luciana; SIQUEIRA, Euler D. de. **Turismo, Cultura e Festa: Um Estudo de Caso sobre a Construção social da hospitalidade no Tanabata Matsuri**. Revista Eletrônica de Turismo Cultural. São Paulo: USP, 2008, p.1-20.

NAGIB, Lúcia. **O cinema japonês em São Paulo**. São Paulo, 7 de jun. de 2011. Disponível em: <https://jojoscope.net/2011/06/07/o-cinema-japones-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15/04/2023.

NAKASUMI, Tetsuo; YAMASHIRO, José. **Período do Pós-Guerra**. In: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 1993, p.7. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NOVAES, Henrique Tahan. Os conselhos operários e os limites do cooperativismo: a contribuição de István Mészáros. In: MACEDO, Rogério Fernandes; NOVAES, Henrique Tahan; FILHO, Paulo Alves de Lima (org.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. v. 3, Marília: Lutas anticapital, 2018.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 6, n. 19 out/2006.

OGINO, Massaru. Reminiscências da vida no campo. In: **CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU**. Edição comemorativa do centenário da imigração japonesa. São Manuel, SP: Grafilar, 2010.

OGINO, Massaru. No embalo do ônibus. In: **CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU**. Edição comemorativa do centenário da imigração japonesa. São Manuel, SP: Grafilar, 2010.

OKADA, Fábio Kasuo. Memórias da imigração japonesa no Brasil: uma análise dos valores presentes na identidade étnica nipo-brasileira. In: KASHIMOTO, Tizuko Morchida;

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (orgs.). **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo: Edusp, 2012. p. 113.

OKAMOTO, Monica. **Intelectuais nipo-brasileiros nos jornais em língua japonesa do pós-guerra (1946-1970)**. In: BIONDI, Luigi; LUCHESE, Terciane Ângela; GUIMARÃES, Valéria dos Santos. **Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. **Bauru, notas históricas**. Bauru, SP: Canal 6, 2007.

PELEGRINA, Gabriel R.; ZANLOCHI, Santarosa Terezinha. **Ferrovia e urbanização: o caso de Bauru**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1991.

PELEGRINA, Ruiz Gabriel. **Memorial da Câmara Municipal de Bauru, 1896-1996**. Bauru, Fergraf, 1996.

PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. p. 70-72. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 54 – 77. Disponível em: file:///C:/Users/W10/Downloads/37-672-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 25/ 11/2023.

PEREIRA, Ronan Alves. **Religiões japonesas no Brasil: Identidade e mudança sócio-cultural**. PEREIRA, Ronan Alves. In: Anais do II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, 1991.

PEREIRA, Ronan Alves. **O Budismo japonês. Sua história, modernização e transnacionalização**. Disponível em: <https://fjisp.org.br/wp-content/uploads/2011/03/artigo-Budismo-Ronan.pdf>. p. 1-28. Acesso em: 13 out. 2023.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, 250 p.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo 1870 – 1940**. São Paulo: Hucitec/INL-Mec. São Paulo, 1981.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 567 p.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Hiroshi. **Mobilidade e assimilação de imigrantes japoneses**. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

SAKURAI, Célia, COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora IBGE, 2008.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

SAKURAI, Célia. Imigração Tutelada. **Os japoneses no Brasil**. 204 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2008.

SATO, Nempuku. Trilha forrada de folhas. Nempuku Sato. Um mestre do Haikai no Brasil. Tradução de Maurício Arruda de Mendonça. São Paulo: Edições Ciência do Acidente, 1999, p. 120.

SEYFERT, Giralda. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. **Revista História: Questões & Debate**, Curitiba, a.10, n.18-19, jun /dez. 1989.

SILVA, José Júnio da. **Imigrantes Japoneses e seus descendentes em Uraí, Paraná: Reconfigurações de Identidades Culturais (1936-2018)**. Tese de Doutorado. Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Zélia Lopes (org.). **Memória e identidades negras patrimonializadas: (Brasil – século XX/XXI)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org). **Educação e Cultura: Brasil e Japão**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Adriano Amaro de. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. **Geografia em Atos**, v.1, n. 8. UNESP – Presidente Prudente, 2008.

STOLCKE, Verena; HALL, M. Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. Tradução: Célia Maria Marinho de Azevedo. **Revista Brasileira de História**, p. 80-120, v. 6, set. 1983. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2402863&forceview=>. Acesso em: 15/10/2022.

SUZUKI, Teiiti. Mobilidade Geográfica de imigrantes japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973.

TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. A abertura da emigração no Japão. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA* (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

TAKEUCHI, Márcia Y. **Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempo de guerra (1939-1945)**. Inventário do DEOPS – Módulo III – Japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TANIGUTI, Gustavo Takeshi. Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964. *In: Migrações Internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2021.

TANIGUTI, Gustavo Takeshi. Imigrantes japoneses e mercado de trabalho agrícola em São Paulo, 1908-1958. *In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; HIRANO, Sedi. Histórias migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2014. p. 167-204.

TERRIN, Aldo Natale. **O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade**. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo, Paulus, 2004, p. 448. ISBN 9788534921756.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas Populares. *In: GADINI, Sérgio Luiz; WOLTOWICZ, Karina Janz* (Orgs.) **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa/ PR: UEPG, 2007, p. 107-112.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. *In: SAITO, Hiroshi. MAEYAMA, Takashi* (orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1973.

TRUZZI Oswaldo; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). *In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra*. (org.). **Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2021.

UENO, Luana Martina Magalhães; LUIZ, Henrique Leonardo. O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos. **Revista de História da UEG**, [S. l.], v. 10, n. 02, p. e022120, 2021. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11702. Acesso em: 15 jan. 2023.

UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. Emigração como política de Estado. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA* (org.). **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

VAZ-PINTO, Raquel. A Guerra Sino-Japonesa e o fim da República da China. **Revista de Relações Internacionais**. Dez. 2015, p.171-174. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_r/pdf/ri48/n48a12.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2023.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista**: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1973.

VINHAS, Moisés. **Estudos sobre o proletariado brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WAKO, Shungoro. *Bauru Kannai no Hôjin* (Os Patrícios da Jurisdição de Bauru), 1939. *Apud* MIYAO, Susumu; YAMASHIRO, José. Período em Branco na Corrente Imigratória e os Distúrbios na Comunidade Japonesa. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria dos Santos. **Histórias de estrangeiro**: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

YAMASHIRO, José. **Pequena história do Japão**. São Paulo: Editora Herder, 1964.

ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. 1908: Mangás imigrantes. Bauru, SP: Canal 6, 2009.

FONTES

AGROQUISA – Agroquímica Industrial. **Os frutos da Terra**. Bauru 1896-1988. Bauru/SP: Editora Marprint Editora, Fotolito e Gráfica, 1988.

CLUBE CULTURAL NIPO-BRASILEIRO DE BAURU. **Edição comemorativa do centenário da imigração japonesa**. São Manoel: Grafilar, 2010.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DEZEM, Rogério. **Inventário do Deops: módulo III, japoneses**: Shindô-Renmei: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

DOCUMENTÁRIO Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008. Produção de Terezinha Santarosa Zanlochi. Turma de História do Brasil – II Semestre – 2007. [Entrevista concedida a Fabrício Silva e Solange Nágela P. Bezerra]. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 2008, 1 DVD (50,57 min.).

FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão**. Dicionário e civilização. Tradução: Álvaro David Hwang (coord.). São Paulo: Globo, 2008, 1457 p. Título original: Le Japon: dictionnaire et civilisation. ISBN 978-85-250-4616-1.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Censo demográfico de 1920**. Rio de Janeiro, RJ:

Typ. da Estatística, 1920. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 mai. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1950.

MOTOYAMA, Shozo. **Sob o signo do Sol Levante**. Uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-1941). vol. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011.

NAGASAWA, Nobuji. **60 anos no Brasil**. Londrina, Paraná: Gráfica Leal, 2000.

NAGIB, Lúcia. **O cinema japonês em São Paulo**. São Paulo, 7 de jun. de 2011. Disponível em: <https://jojoscope.net/2011/06/07/o-cinema-japones-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15/04/2023.

PRONTUÁRIO 5.957. Nobuji Nagasawa. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO 26.226. Chujiro Otake. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

PERIÓDICOS

A DELEGACIA Regional de Polícia de Bauru. **Correio da Noroeste**, Bauru, 5 abr. 1942, p. 2.

A EXCURSÃO do cônsul do Japão pelo interior. **Folha do Povo**, Bauru, 01 set. 1935.

AS EXCURSÕES nas férias escolares. **Correio da Noroeste**, Bauru, 25 de jun. 1937.

A REUNIÃO pedagógica da região escolar de Bauru. **Correio da Noroeste**, Bauru, 27 de jan. 1937.

A VISITA do cônsul geral do Japão em Bauru. **Correio da Noroeste**, Bauru, 6 de mai. 1953.

AINDA o problema migratório. **Correio Paulistano**, Bauru, 29 de ago. 1944.

APREENDIDAS 15 armas de japonezes. A Polícia Bauruense iniciou busca em casas de estrangeiros. **Correio da Noroeste**, Bauru, 10 mar. 1942.

AS NOTÁVEIS deficiências do ensino rural em nosso Estado. **Correio da Noroeste**, Bauru, 6 nov. 1936.

AUTOMOVEL Clube de Bauru. **Correio da Noroeste**. Bauru, 24 abr., 1938.

BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença japonesa em Bauru. **Diário de Bauru**, Bauru, 24 ago. 1997.

BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença nipônica na política bauruense. **Diário de Bauru**, Bauru, 19 set. 1997.

BASTOS, Irineu de Azevedo. Dois poetas e um sensei. **Diário de Bauru**, Bauru, 28 set. 1997.

BASTOS, Irineu Azevedo. Futaro Sato. **Diário de Bauru** – Espaço Aberto, A.2, Bauru, 26 out. 1997.

BASTOS, Irineu de Azevedo. A presença japonesa em Bauru. **Diário de Bauru**, Bauru, A2, 24 ago. 1997.

BASTOS, Irineu de Azevedo. Um pouco de Bauru na 2ª Guerra. **Sampi.net**. – **Bauru notícias**, Bauru, 03 de mai de 2017. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2222485/articulas/2017/05/um-pouco-de-bauru-na-2---guerra>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

BAURU, a divisão da propriedade agrícola segundo as respectivas áreas em alqueires. **Correio da Noroeste**, Bauru, n. 2052, 12 mar. 1938.

BAURÚ hospedarà hoje o embaixador do Japão. **Correio da Noroeste**, Bauru, n. 2.203, p.1, 10 set. 1938.

BAURÚ Tennis Clube. **Correio da Noroeste**, Bauru, 6 ago. 1925.

BTC, um capítulo da história bauruense. **Bauru Ilustrado**, Bauru, jul. 1980, p. 4-5.

CABRAL, Ernani. A imigração japonesa. **Correio da Noroeste**, Bauru, 18 de out. 1934.

CERIGATTO, Mariana. Bon Odori está chegando. **Jornal da Cidade**, JC Cultura, Bauru, 2 ago. 2012, p. 22.

CERIGATTO, Mariana. Bom Odori: uma festa para os antepassados. **JC Net**, Bauru, 02 ago. 2013. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2351976/cultura/2013/08/bon-odori--uma-festa-para-os-antepassados>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE BAURU. **Correio da Noroeste**, Bauru, 05 abr. 1942.

DELEGACIA Regional de Policia de Bauru. Edital. **Correio da Noroeste**, Bauru, 19 nov. 1943, n. 3.851.

DETIDOS dois caminhões. **Correio da Noroeste**, Bauru, 14 mar. 1942.

DEVOLUÇÃO de armas aos estrangeiros. **Correio da Noroeste**, Bauru, 26 fev. 1942.

DIAS, Bruna. *Bon Odori* espera 2 mil pessoas hoje. **Jornal da Cidade**, JC nos Bairros, Bauru, 6 ago. 2011, p. 16.

DIPLOMAÇÃO e posse dos vereadores eleitos em 1956. **Jornal da Cidade**, Bauru Ilustrado. Bauru, ago. 1981, p. 5

DIPLOMATAS e suditos do Japão. Chegaram ontem ao Rio, onde aguardarão embarque para seu país. **Correio da Noroeste**, Bauru, 16 jun. 1942, n. 3.432.

EXPOSIÇÃO de trabalhos escolares nipônicos. **Correio da Noroeste**, Bauru, 17 out. 1934.
FECHADAS várias escolas japonesas clandestinas. **Correio da Noroeste**, Bauru, 06 jun. 1953.

FOLHA Esportiva – o grande encontro de hoje. **Folha do Povo**, Bauru, 27 de jul. 1941, ano VIII, n. 1.488.

FRUTAS de Bauru para todo o Brasil. **Bauru Ilustrado**, Bauru, fev. e mar. 2005, p. 7.

GOICHI KOSAKA. *Bauru Ilustrado* – Suplemento mensal do **Jornal da Cidade**, Bauru, ago. 2002.

GOTO, Márcia. Cultura nipônica abraça bauruenses na tradicional festa do *Undokai*. [Entrevista cedida a] LA FORTEZZA, Luciana. **Jcnet.com.br**, Bauru, abr. 2014.

GRANDIOSAS festas hoje na Colônia Fuji. **Folha do Povo**, Bauru, 01 de mar. de 1958.

GRASIELA, Lilian. Chuva não afeta ânimo e participação na 60ª *Undokai*. **Sampi.net.br**. Geral, Bauru, mai. 2011.

ISHIKAWA, Giro. Onde encontrar o Japão em Bauru. **JC Net Bairros**, da Redação. Bauru, abr. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2508114/bairros-/2008/04/onde-encontrar-o-japao-em-bauru>. Acesso em: 23 out. 2022.

ISHIKAWA, Giro. A Independência por seus moradores. **JC Net**, Bairros, Bauru, set., 2010. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2459059059/bairros-/2010/09/-a-independencia-por-seus-moradores>. Acesso em: 14 out. 2023.

ISHIKAWA, Giro. Pedacinho do Japão. Templo Tenrikyo erguido há 60 anos preserva a cultura japonesa na Vila Independência. [Entrevista concedida a] SEIKO, Carolina. **Bauru Vida nos Bairros**. Suplemento produzido para a disciplina de jornalismo impresso. Unesp – Bauru, nov. 2011. Disponível em: https://issu.com/angelosotovia/docs/bauru_-_vida_nos_bairros. Acesso em: 15 de mai. 2023.

ITIKAWA, Tetuo. *Undokai* aproxima culturas e gerações em evento. [Entrevista cedida a] MILANEZ, Cinthia Milanez. **Sampi.net.br**, Bauru, abr. 2015.

JARDINEIRAS apreendidas. Conduziram estrangeiros sem “salvo-condutos”. **Correio da Noroeste**, Bauru, 17 mar. 1942.

JAPONESES, organiza-se um plano para assimilação dos nipponicos aqui residentes. **Correio da Noroeste**, Bauru, nº 1751, 15 nov. 1936.

JINITI, Nelson Sonoda. Chuva não afeta ânimo e participação na 60ª *Undokai*. [Entrevista cedida a] GRASIELA, Lilian. **JC Net**, Bauru, mai. 2011. Geral.

KAWASHIMA, Shigueo Mario. *Undokai* reúne 3 mil participantes. [Entrevista cedida a] SOUZA, Marcelo de. **Jcnet.com.br.**, Bauru, abr. 2008.

KIATAKE, Keichu Braz. Crônica do Leitor. **Bauru Ilustrado**, mar. 2015, p. 4.

KOMONO, Mika. Como nossos pais: famílias no *Undokai*. [Entrevista cedida a] TONELLI, Marcele. **Sampi.net.br.** Bauru, Geral, mai. 2017.

KOSAKA, Julio Aiko. Onde encontrar o Japão em Bauru. [Entrevista cedida a] CARVALHO, Wagner. **JC Net.**, Bauru, 27/04/2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2508114/bairros-/2008/04/onde-encontrar-o-japao-em-bauru>. Acesso em 10 jan. 2023.27042008

KOSAKA, Júlio Aiko. *Undokai* revive tradição de festa japonesa de modo bem brasileiro. [Entrevista cedida a] SANTANA, Ricardo. **Jcnet.com.br.**, Bauru, abr. 2009.

KOSAKA, Júlio Aiko. *Undokai* reúne 3 mil participantes. [Entrevista cedida a] DE SOUZA, Marcelo. **Jcnet.com.br.**, Bauru, abr. 2008.

KOSAKA, Júlio Akio. Lavoura e pioneirismo hoteleiro. **Jornal da Cidade – Viva Bauru** (Edição Temática Comemorativa). Bauru, 01 de ago. 2010.

KOSAKA, Júlio. “Velha Guarda” japonesa faz *Bon Odori*. **JC Net**, Bauru, 04 ago. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2520302/geral/2007/08/---velha-guarda---japonesa-faz-bon-odori>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LIGABUE, Lúgia. Milhares se divertem no *Undokai*. **Sampi.net.br.**, Geral, Bauru, abril 2010.

MAIS um grande dia para os povos livres. **Folha do Povo**, Bauru, Ano VIII, n.1.643, 29 jan. 1942.

MARAGLIANO, Junior. O problema dos Kistos. **Correio da Noroeste**, n. 1751, Bauru, 15 nov. 1936, p. 1.

MARAGLIANO, Junior. O problema dos Kistos. **Correio da Noroeste**, Bauru, 06 out. 1936, p. 2.

MARCELE, Tonelli. *Bon Odori* mantém viva memória dos mortos neste sábado. **JC Net**, Bauru, 06 ago. 2016. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2247894/geral/2016/08/bon-odori-mantem-viva-memoria-dos-mortos-neste-sabado>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MENDES, Aline. Amizade e diversão marcam a 65ª edição do *Undokai*. **Sampi.net.br.**, Bauru, abr. 2016. Geral.

NAKAMINE, Shozo. Como nossos pais: famílias no *Undokai*. [Entrevista cedida a] TONELLI, Marcele. **Sampi.net.br.**, Bauru, mai. 2017.

NAKAMINE, Shozo. *Bon Odori* cultua antepassados hoje. **Jornal da Cidade**, Geral, Bauru, 5 ago. 2017, p. 7.

NAKANDAKARE, um horticultor feliz. Quatro filhos nível universitário. **Bauru Ilustrado**, Bauru, ago. 1975, p. 5.

O BATISMO de japoneses em Promissão. **Correio da Noroeste**, Bauru, 11 set. 1938, p.6.

OGINO, Massaru. Japoneses estão em Bauru há 94 anos. Entrevista concedida a Adilson Camargo. **JC Net**, Bauru, 06 jan. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2512543/nacional/2008/01/japoneses-estao-em-bauru-ha-94-anos>. Acesso em: 20 jan. 2022.

O RECENSEAMENTO acusa em S. Paulo mais de um milhão de menores em idade escolar. **Correio da Noroeste**, Bauru, 17 jun., 1934.

OS CASULOS da Noroeste. **Correio da Noroeste**, Bauru, 2 fev., 1936, 5ª. p.

OS JAPONESES – os elementos nipônicos radicados em Bauru divertem-se a valer nos folguedos carnavalescos. **Correio da Noroeste**, Bauru, 27 mar. 1937

OS JAPONEZES. **Correio da Noroeste**, Bauru, 12 mar. 1942.

OS JAPONESES dão exemplo em Bauru. **Correio da Noroeste**, Bauru, 26 fev. 1958.

OTAKE, Eduardo Yoshinobu. Tenrikyo faz 60 anos com vigor oriental. **JC Net**, Geral. Entrevista concedida a Adilson Camargo. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2011/06/329711-tenrikyo-faz60-anos-c0m-vigor-oriental.html>. Acesso em: 16. jun. 2021.

PRECISAMOS de mais grupos escolares em Bauru. Bauru, **Correio da Noroeste**, 31 jan. 1937.

PESSOTO, Ana Paula. Baixada do Silvino: a região onde tudo começou! **Sampi.net.br.**, Bauru, 3 de jul. de 2016. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2251029/bairros-/2016/07/baixada-do-silvino--a-regiao-onde-tudo-comecou>. Acesso em: 10/08/2023.

PIRES, Luciano Dias. Batismo de imigrantes japoneses. **Bauru Ilustrado**, Bauru, mai. 1985, p. 9.

PIRES, Luciano Dias. Crônica do leitor. **Jornal da Cidade - Bauru Ilustrado**, Bauru, mar. 2015.

POSTO de secagem e classificação sericícolas no nosso estado. **Correio da Noroeste**, Bauru, 13 nov. 1936, p. 2.

PRESO um fotografo Japonez. Tirava fotografias em Tibiriça e foi remetido para S. Paulo. **Correio da Noroeste**, Bauru, 14 mar. 1942, Ano XI, n. 3.367.

REAÇÃO do Brasil contra o tratamento japonês aos nossos diplomatas. **Correio da Noroeste**, Bauru, 8 mar., n.3.362, Ano XI, 1942.

REPRESSÃO às escolas clandestinas. **Correio da Noroeste**, Bauru, 1940, n.2773, ano IX, p.2.

RETRATO de Família. Bauru Ilustrado - Suplemento mensal do **Jornal da Cidade**, Bauru, ago. 1988, ano XIV, nº 145, p. 1-2.

SANT'AGOSTINHO, Lúcia Helena; BASTOS, Irineu Azevedo. Independência: um bairro de amores e laços fortes. **JC Net**, Bairros. Da redação. Bauru, set. 2010. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2459060/bairros-/2010/09/independencia--um-bairro-de-amores-e-lacos-fortes>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTANA, Ricardo. *Undokai* revive tradição de festa japonesa de modo bem brasileiro. **Jcnet.com.br.**, Geral, Bauru, abr. 2009.

SATO, Futaro. Exposição de motivos. **Diário Oficial de Bauru**, Bauru, 25 de jun. 2005, p. 23.

SERÃO Processados os estrangeiros que não entregarem imediatamente as suas armas. **Correio da Noroeste**, Bauru, 26 fev.1942.

SHIMAMURA, Tanoue. “Velha Guarda” japonesa faz *Bon Odori*. **JC Net**, Bauru, 04 ago. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2520302/geral/2007/08/---velha-guarda----japonesa-faz-bon-odori>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOBRAL, Amâncio, J. Os Japoneses em São Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 jun. 1908, p. 1.

SONODA, Nélon. Tradição e lazer juntos no *Undokai*. [Entrevista cedida a] CORNÉLIO, Rita de Cássia. [Sampi.net.br.](https://sampi.net.br), Bauru, abr. 2012.

TOKUHARA, Teisho. Japoneses estão em Bauru há 94 anos. Entrevista concedida a Adilson Camargo. **JC Net**, Bauru, 06 jan. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2512543/nacional/2008/01/japoneses-estao-em-bauru-ha-94-anos>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TONELLI, Marcele. Cidade de Bauru tem quatro clubes nipônicos. **Jornal da Cidade – Sampi.net.br.**, Bauru, 16 de nov. 2016.

TONELLI, Marcele. *Bon Odori* mantém viva memória dos mortos neste sábado. **Jornal da Cidade**, Bauru, 6 ago. 2016.

TRANSITO municipal para os japoneses. Sujeitos a fiscalização, podem os súditos nipônicos vir à cidade. **Correio da Noroeste**, Bauru, 25 mar. 1942, Ano XI, n. 3.376.

TSUMURA, Mieko. *Undokai* revive tradição de festa japonesa de modo bem brasileiro. [Entrevista concedida a] SANTANA, Ricardo. **Jcnet.com.br.**, Bauru, abr. 2009.

UM GENERAL japonês preso em Cerqueira Cesar – Por não falar português, foi preso. **Correio da Noroeste**, n. 1.692, Bauru, 29 mar. 1942.

UM problema a resolver com urgência – A instrução precisa de melhor difusão nos núcleos coloniais. **Correio da Noroeste**. Bauru, 08 jun. 1937

VISITA do embaixador japonês. **Correio da Noroeste**, Bauru, 09 set. 1938.

YAMADA, Milton. Bon Odori está chegando. [Entrevista cedida a] CERIGATTO, Mariana. **Jornal da Cidade**, JC Cultura, Bauru, p.22, 2 ago. 2012.

YANABA, M. *Undokai*, aproxima culturas e gerações em evento. **Jornal da Cidade**, Geral, Bauru SP, 18 abr. 2015. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2015/04/435482-undokai-aproxima-culturas-e-geracoes-em-evento.html>. Acesso em: 27/01/2020. Acesso em: 20 jan. 2020.

YANABA, Mutsumi. *Undokai* une famílias e gerações. **Sampi.net.br.**, Bauru, abr. 2015 [Entrevista concedida a] Thiago Navarro. Geral.

YANABA, Matsumi. *Undokai* apresenta tradições do Japão. [Entrevista cedida a] LIBORIO, Marcus. **Sampi.net.br.**, Bauru, abr. 2016.

PRONTUÁRIOS

ACHÉ, Silvio Loiola. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 06 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

AMARAL, Francisco Franco. Informação. São Paulo, 01 de junho de 1945. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Arquivo Geral – Informação nº 41/50 (inquérito arquivado). São Paulo, 04 de janeiro de 1943. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p. 144.

Atestado de saúde – 1938 e fotografia de suposto pai de Otake. Fonte: *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Auto de Busca e Apreensão. Bauru, 06 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Auto de Busca e Apreensão. São Paulo, 11 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 – *Chujiro Otake*. DEOPS/SP DAESP.

Auto de Qualificação – Delegacia Regional de Polícia de Bauru, 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Carta enviada do Rio de Janeiro interceptada pelo Correio de Botucatu, assinada por Ikeda. Botucatu, 03 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Carta de próprio punho escrita por Nagasawa a Hayao, segundo orientações do delegado adjunto Nicolau Mario Centola. Bauru, 25 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p. 35.

Carteira de Identidade nº 249.373 – expedida pelo Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações em 04/09/1936. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Certidão. Bauru, 06 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Declarações de Nobuji Nagasawa. Delegacia Regional de Polícia de Bauru. s/d. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP, p. 102 -104.

Departamento de Investigações – Serviço de Identificação. São Paulo, 10 de janeiro de 1947. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Ficha de número de prontuário de Otake – DEOPS/SP, ago.1944. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Fotografias tiradas a bordo de navio mercante apreendidas com Otake. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

FUJIHIRA, Seigui. Relatório de investigação. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

HASE, Sakuro. Termo de Declarações. São Paulo, 02 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

HOKKA, Shigeru. Termo de Declarações. São Paulo, 09 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Identificação de Otake – DEOPS/SP. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Imagem de Otake no navio (última fileira de homens sentados em frentes a três jovens de terno claro), onde percebe-se a seta indicativa do delegado. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Informação nº 904 – arquivamento dos autos. São Paulo, 17 de agosto de 1946. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Investigações. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

KANEGAE, Waziro. Termo de Declarações. São Paulo, 28 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

KATO, Carlos Yoshiyumi. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

MATSUOKA, Tetsuo. Termo de Declarações. São Paulo, 15 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

MIYAKOSHI, Chibata. Termo de Declarações. São Paulo, 02 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

NAGAMORI, Nobuo. Termo de Declarações. São Paulo, 06 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

NOZAKI, Toshi. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

OKAYAMA, Koji. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Ofício nº 54 - Departamento dos Correios e Telégrafos. Botucatu, 03 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

OGASAWARA, Kiichi. Termo de Declarações. São Paulo, 05 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

ONAKA, José Sukenari. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

OTAKE, Chujiro. Termo de Declarações. São Paulo, 25 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

OTAKE, Chujiro. Termo de Declarações. São Paulo, 06 de maio de 1943. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

OTAKE, Chujiro. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de maio de 1943. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Passaporte apreendido de Chujiro Otake. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP

Pedido de visto ao Serviço de Salvo – Conduto. São Paulo, 03 de novembro de 1943. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Pedido de Passaporte à Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo – cópia nº 23240. São Paulo, 22 de agosto de 1946. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

PRONTUÁRIO 5957. Nobuji Nagasawa. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO 26.226. Chujiro Otake. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

PORTARIA da Delegacia Regional de Polícia – Séde Bauru. São Paulo, 11 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 – Chujiro Otake. DEOPS/SP DAESP.

RAMOS, José Nabantino. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 07 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Recorte da *Folha da Noite*. São Paulo, 14 de março de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Relatório da Sub-Chefia de Ordem Política. São Paulo, 22 de agosto de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p. 1-10.

Relatório – Delegacia Regional de Polícia de Bauru. Bauru, 12 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

ROSA, Rolim Joaquim Alfredo. Relatório. São Paulo, 15 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP, p. 5-6.

ROSA, Joaquim Alfredo Rolim. Relatório. Bauru, 13 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

ROSA, Rolim Joaquim Alfredo. Ofício 896. São Paulo, 15 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

SAITO, Masaichi. Termo de Declarações. São Paulo, 05 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Serviço de Informações nº844. São Paulo, 18 de dezembro de 1946. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Solicitação de Atestado negativo de antecedentes políticos-sociais. São Paulo, 17 de janeiro de 1950. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

SUEYOSHI, Paulo. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 26 de agosto de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

TAKEDA, Toshio. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Termo de Declarações de Chujiro Otake. São Paulo, 25 de abril de 1942. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Termo de Declarações de Chujiro Otake. São Paulo, 06 de Maio de 1943. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Termo de Declarações de Chujiro Otake. São Paulo, 08 de maio de 1943. *Pront.* 26.226 - *Chujiro Otake*, DEOPS/SP, DAESP.

Tradução da carta de próprio punho, escrita por Nagasawa a Hayao, segundo orientações do delegado adjunto Nicolau Mario Centola. Bauru, 25 de julho de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p. 36.

YAMASHIRO, José. Assentada. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 04 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

WASHIZUKA, Tokiya. Termo de Declarações. São Paulo, 03 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

REFERÊNCIAS DISPONÍVEIS EM MEIO ELETRÔNICO:

BALBINOT, G. Detratores e defensores da imigração italiana para o Brasil: o Decreto Prinetti de 1902 e a exposição mundial de 1906. *Saeculum* – Revista de História, [S. l.], v. 38, n. 38, p. 205-227, 2018. DOI: 10.22478/UFPB.2317-6725.2018v38n38.32739. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/32739>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CEM anos da imigração japonesa no Brasil (1908-2008). Coordenação: Terezinha Santarosa Zanlochi. Documentário. *In: Projeto de Pesquisa – Documentação oral e imagens dos alunos de História do Brasil*, 2º sem. 2007, sob coordenação da Profª. Dra. Terezinha S. Zanlochi. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2007, (1 DVD), v.1, (50 min), color.

DOCUMENTÁRIO Cem anos da Imigração Japonesa no Brasil 1908-2008. Produção de Terezinha Santarosa Zanlochi. Turma de História do Brasil – II Semestre – 2007. [Entrevista concedida a Fabrício Silva e Solange Nágela P. Bezerra]. Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, 2008, 1 DVD (50,57 min.).

MOREIRA, C. Luciana; SIQUEIRA, Euler, D. de. Turismo, cultura e festa: um estudo de caso sobre a construção social da hospitalidade no Tanabata Matsuri. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. São Paulo: USP, 2008, p.1-20.

SITES:

A FORMAÇÃO dos núcleos de colonização japoneses. Exposição virtual. *In: 100 years of Japanese Emigration to Brazil*, 2008. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/brasil/>> Acesso em: 02 de mai. de 2024.

TENRIKYO Bauru. Disponível em <<http://www.tenrikyobauru.org/al%C3%A9m-dos-mares-e-continentes>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TENRIKYO. Cronologia. Disponível em: <<http://www.tenrikyo.org.br/cronologia>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

UNDOKAI: O evento anual japonês de jogos e atividades lúdicas. *Japan House* (on-line). Disponível em: <https://www.japanhousesp.com.br/artigo/undokai/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ACERVOS CONSULTADOS:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Lei n. 428, de 1º de agosto de 1896. Muda a sede do município do Espírito Santo da Fortaleza para a povoação do Bahurú, com a denominação desta última localidade. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1896/lei-428-01.08.1896.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEOPS/SP, DAESP. Dossiês e prontuários. Rua Voluntários da Pátria, 596, Santana, São Paulo - SP
CEP: 02010-00 Telefone (11) 2868-4500 / 2868-4451
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/mais_consultados/deops

MUSEU FERROVIÁRIO DE BAURU. R. Primeiro de Agosto, Quadra 1 - Centro, Bauru - SP, 17010-011 Telefone: (14) 3212-8262 - Bauru/SP.
<https://www.projetoemuseoferroviario.com.br/>

ANEXOS:

A - IDENTIFICAÇÃO DOS NIPÔNICOS NOS AUTOS DE QUALIFICAÇÃO E TERMOS DE DECLARAÇÕES DO INTERROGATÓRIO

No período de 02 a 15/10/1942, na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, os indiciados foram identificados nos Autos de Qualificação e interrogados pelo Delegado Adjunto Lutgardes Poggi de Figueiredo.

Carlos Yoshiyuki Kato⁵⁹³, foi contratado no Japão para trabalhar na Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda, como sócio-gerente. Declarou que essa sociedade tem outra organização, a Casa Bratac, Empresa Construtora Bratac Ltda e Algodoeira Bratac Ltda, que seu capital junto à Empresa Bratac é de 3.500:000\$ (que trouxera do Japão), que seu nome verdadeiro é Yoshiyuki Kato, mas adotou Carlos Yoshiyuki (quando foi batizado e residiu no Peru), sendo que no passaporte não consta o nome Carlos, mas requereu o acréscimo do nome Carlos no Fórum Civil e obteve por sentença. Também declarou que desconhece a formação de uma Federação e que tem interesse no progresso da lavoura do Brasil, já que possui três fazendas que tem produzido três milhões de arrobas de algodão e caroço. Afirmou que viajou somente uma vez ao Japão a fim de trazer a família e que não é verdade que esteve na casa de chá de seu patrício conhecido como “papai” em companhia de Sakuro Hase e Chibata Miyakoshi. Conhece Chibata Miyakoshi, Tokiya Washizuka. Toshio Tekeda, Hideo Suguiyama, Sakuro Hase, José S. Onaka, Koji Okayama, Shigero Hokka, Seigui Fujihira, Kiichi Ogazawara e Masaichi Saito (como comerciantes, jornalistas, dentistas), mas não conhece nem de nome, Tetsuo Matsuoka, Nobuo Nagamori, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Urichi Noriguchi, Tadaki Naka, Itso Takayama, Hetsuo Toyotomi⁵⁹⁴.

⁵⁹³ Foi por muito tempo presidente do Banco América do Sul (Antigo Bratac) e gerente da Sociedade Colonizadora do Brasil. “Segundo apurei o investigado sempre que fosse possível facilitava adiantamentos de dinheiro a esses seus compatriotas, e é esse pois os motivos de ter o investigado muitos admiradores. Nada soube de qualquer atividade política do investigado”. Investigações. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁹⁴ KATO, Carlos Yoshiyumi. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Chibata Miyakoshi⁵⁹⁵ declarou que era formado em Direito no Japão e há mais de trinta anos fazia propaganda de colonização para o Brasil e que em 1937 foi nomeado Diretor da K.K.K.K. (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – Companhia Ultramarina de Desenvolvimento S.A), em São Paulo. Decorridos dois anos como Diretor, havendo a imigração diminuído, por força da lei, regressou ao Japão, mas em 1939 retornou novamente às atividades no Brasil. Afirmou que não era verdadeira a notícia de que fora convidado para ser cônsul do Japão em Baurú, também negou ter estado na casa de chá “papai” e ter sido convidado para a fundação de qualquer sociedade japonesa⁵⁹⁶. Também declarou que conhece Carlos Yoshiaki Cato, por ter trabalhado na Bratac, conhece Seigui Fujihara e por nome Toshio Tekeda, Hideo Suguiyama (tradutor), bem como Sakuro Hase (negociante em São Paulo), porém alegou não conhecer Koji Okayama, Shigeru Hokka, Tetsuo Matauoka, Nobuo Nagamori, Kiiti Ogazawara, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Ukichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hatsuo Toyotomi e Masaichi Saito.

Hideo Suguiyama⁵⁹⁷ declarou ser casado com mulher brasileira, que todos os filhos estudavam, que professavam a religião católica, que era formado em Direito no Japão e que cursava o quarto ano da Faculdade de Direito de São Paulo. Afirmou nunca ter tomado parte de reunião da colônia japonesa para tal fim, que conhece Carlos Y. Kato (Cato) e Chibata Miyakoshi – tendo feito serviços de tradução, conhece Toshio Tekeda (traduziu documento), conhece Sakura Hase como proprietário de comércio, José S. Onaga (como jornalista), Shigeru Hokka (da Bratac), Seigui Fugihira (da Casa Sport). Alegou que não conhece Tetsuo Matsuoka, Nabuo Nagamora, Kiichi Ogazawara, Zenki Sakaida, Naziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Ukichi Ogazawara, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hitsou Toyatomi e Masaichi Saito.

⁵⁹⁵ Formado em Direito pela Universidade de Tóquio, consultor jurídico da Casa Bancária Imigratória K.K.K.K. – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha. “Segundo apurei o investigado é bastante ouvido por seus patrícios, dado a sua bondade e as suas relações de amizade com pessoas de destaque social (...) Segundo investigações apurei não ser verdadeira a versão de que o investigado tenha sido há tempos convidado para exercer as funções de vice-consul do Japão em Baurú”. Investigações. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront. 5957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁹⁶ MIYAKOSHI, Chibata.

Termo de Declarações. São Paulo, 02 de outubro de 1942. *Pront. 5957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP, p.81.

⁵⁹⁷ Naturalizado brasileiro, intérprete no consulado japonês, consultor jurídico do Banco América do Sul (Bratac), formado em Direito pela Universidade de Tóquio e é aluno do 4º ano da Faculdade de Direito de São Paulo. “Tem boas relações de amizade (...) é amigo do Dr. Cardoso de Melo Neto, Dr. Cezarino Junior, Dr. Vicente Rão e do Sr. Arcebispo Metropolitano D. José Gaspar de Alfonseca e Silva (...). Nada soube que pudesse apontar qualquer atividade política do investigado. Investigação. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront. 5957 – Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

José Sukenari Onaga⁵⁹⁸ afirmou ter instalado uma pensão, que seu filho mais velho faz Direito, não sabe explicar como seu nome apareceu como secretário da Federação. Alegou conhecer Carlos Kato, Chibata Miyakoshi (como assinantes de seu jornal), Tokiya Washizuka (da Casa Bancária K.K.K.K.), Seigui Fujihira (Casa Soport), Kiichi Ogazawara (assinante de seu jornal), Zenki Sakaida (como jornalista), Masaichi Saito (assinante com anúncios de cinema), Nobuo Nagamori. Conhece de vista Toshio Takeda, Hideo Suguiyama, Sakuro Hase, Koji Okayama, Shigeru Hokka, Matsuoka. Porém, não conhece Nobuji Nagasawa, Ukichi Noriguchi, Takaki Naka, Itso Toyotomi⁵⁹⁹.

Kiichi Ogazawara⁶⁰⁰, se estabeleceu a princípio com armazém de secos e molhados, a partir de 1933, passou a explorar a indústria de perfumaria, alegou nunca ter sido convidado para formação da “Federação das Associações de Auxílios Mutuos”, alegou conhecer Carlos Kato (Cato), Chibata Miyakoshi, Tokiya Washizuka, Toshio Takeda, Sakuro Hase, Shigeru Hokka, devido às relações comerciais, Koji Okayama (tratou os dentes), Seigui Fugihira (como proprietário da Casa Sport), Masaichi Saito (tinha amizade de família). Conhece de nome Naburo Nagamori, Hideo Suguiyama, mas não conhece Jose S. Onaga, Tetsuo Matsuoka, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Urichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itiso Takayama e Hatsuo Toyotomi. Também alegou que por ter prestado declarações contra Seitoku Zakini, acreditava ser este o autor das falsas acusações⁶⁰¹.

Koji Okayama⁶⁰², desde que chegou ao Brasil, vem trabalhando na sua profissão de dentista, também possui uma lavoura de eucaliptos, um sítio na Estrada do Mar onde produzia legumes em grande escala (sendo também agricultor seria incapaz de se envolver em casos contrários ao progresso da lavoura). Requereu sua naturalização, a conselho de seu compadre Benedito Montenegro, deixou de frequentar toda e qualquer sociedade japonesa (devido ao seu pedido

⁵⁹⁸ Segundo investigação, consta ser jornalista, proprietário do “*Nipon Chimum*”, até a proibição de publicação por lei federal, expedida pelo DNIP. Deixando o jornal, montou uma pensão onde vive com a família. “Onaga é benquisto no ceio da colônia japonesa e nada apurei que venha levantar qualquer suspeita”. Investigações. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁹⁹ ONAKA, José Sukenari. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰⁰ A princípio tinha um armazém de Secos e Molhados, mas montou uma indústria de perfumes no porão de sua residência. A esposa que “é parálitica disse suspeitar que seu esposo foi vítima de uma denuncia falsa, e essa ella quer atribuir a seu patricio de nome Seitoco Zakini pelo motivo deste ter pedido a seu marido certa importancia e esse não o serviu. Nada apurei sobre qualquer atividade politica do investigado”. Investigações. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰¹ OGASAWARA, Kiichi. Termo de Declarações. São Paulo, 05 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰² Formado em odontologia pela Universidade de Tóquio. Na capital montou um Gabinete Dentário, requereu a naturalização, não praticou “atos de caráter político” Investigações. São Paulo, 30 de novembro de 1943.

de naturalização), declarou que desconhece a fundação de qualquer Federação na qual aparece como secretário, podendo provar por meio de seus amigos brasileiros: Dr. Benedito Montenegro, Dr. Nestor Macedo, Dr. Paulo Souza, Dr. Arthur Motta, Dr. Ararico Franco Caubi, José Biamini, negociante nesta praça e muitos outros. Que não se envolve em política e tem como companheiro de gabinete dentário Dr. Barros Ramos (dará informações de seu proceder político). Também declarou que conhece: Sakuro Hase, Nobuo Nagamori, Kiichi Ogazawara, Zenki Sakaida e Masaichi Saito (seus clientes) e não conhece Carlos Kato, Chibata Miyakoshi, Toshio Takeda, Hideo Suguiyama, José S. Onaka, Shigeru Hokka, Tetsuo Matsuoka, Seigui Fijihira, Wasiro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Urichi Noriguchi, Tadaki Naka, Itso Takayama, Hetsuo Toyotomi⁶⁰³.

Masaichi Saito⁶⁰⁴ Formado em Farmácia pela Universidade de Tóquio, declarou que trabalhou na lavoura, como comprador de cereais e representante de filmes japoneses. Que conhece Sakuro Hase (como comerciante), Kiichi Ogazawara, Zenki Sakaida (como jornalista) e de nome Chibata Miyakoshi e Carlos Kato⁶⁰⁵. Alegou que não conhece Tokiya Washizuka, Toshio Tekeda, Hideo Suguiyama, José Sukenaro Onaga, Noji Okayama, Shigeru Hokka, Tetsuo Matsuoka, Nobuo Nagamori, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Ukichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hatsuo Toyotomi e Seigui Fujihira.

Nobuo Nagamori⁶⁰⁶ declarou ser importador, casado com brasileira. Também declarou conhecer Kiichi Ogazawara (trabalhou para ele), Zenki Sakaida (como jornalista), Masaichi Saito (como importador de filmes japoneses), Carlos Kato, Chibata Miyakoshi, Tokiya Washizuka, Toshio Takeda, Hideo Suguiyama, Sakuro Hase, José S. Onaga, Koji Okayama, Tetsuo Matsuoka, Seigui Fijihira, porém alegou não conhecer Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Urichi Noriguchi, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hitsuo Toyotomi⁶⁰⁷.

⁶⁰³ OKAYAMA, Koji. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰⁴ Veio para o Brasil, passando a residir em Bauru por sete anos. Foi para a Capital, tem aparelho cinematográfico e coleção de filmes japoneses, com os quais percorre o interior exibindo filmes de enredo amoroso e costumes orientais, é homem pobre e nunca manifestou atividade política. Investigações. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰⁵ SAITO, Masaichi. Termo de Declarações. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰⁶ “É formado em farmácia pela Universidade de Tóquio (...) Homem honesto e trabalhador. Nada apurei que possa interessar a ordem política e social”. Investigações. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰⁷ NAGAMORI, Nobuo. Termo de Declarações. São Paulo, 06 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – *Nobuji Nagasawa*, DEOPS/SP, DAESP.

Sakuro Hase⁶⁰⁸ iniciou as atividades no Brasil como fabricante de macarrão, declarou que conhecia Carlos Kato (Cato) com quem conversara por duas vezes somente; conhece Chibata Miyakoshi, mas não tem intimidade. Conhece de vista Toshio Tekeda e Tokiya Washizuka. Conhece José Sukenari Onaga como jornalista e Hideo Suguiyama, Koji Okayama (dentista) de nome; com Kiiti Ogazawara tem transações comerciais (perfumaria). Com relação a Masaichi Saito (as esposas tem amizade), porém alega não conhecer Shigeru Hokka, Tetsuo Matauoka, Nobuo Nagamori, Seigui Fujihira, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Ukichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hatsuo Toyotomi. Alegava não conhecer qualquer casa de chá de nome “papai”⁶⁰⁹.

Seigui Fujihira⁶¹⁰ nasceu em Chiba – Japão, no Brasil, era comerciante proprietário da Casa “Sport Brazie”, casado com brasileira (filha de japônês), porém entregou o comércio aos credores. Reside com o patrício Shibata Miyakoshi, sendo homem de bem.

Shigeru Hokka⁶¹¹, afirmou que após chegar do Japão, trabalhou na lavoura cerca de três anos, por dois anos estudou a língua portuguesa, e se empregou na Bratac, como classificador de algodão (se formou técnico pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo). Seu chefe é Carlos Kato, mas ignora a formação da Federação, alega não ter procurado o capitão Padilha para obter a liberdade do amigo Fujihira, nem sua família para fornecer recursos financeiros, não tem intimidade com Chibata Miyakoshi, com Tokiya Washizuka. As conversas com Seigui foram sobre esporte e nunca sobre política, conhece Toshio Tekeda, Hideo Suguiyama (do trabalho), Sakuro Hase (como comerciante), José S. Onaka (jornalista), Koji Okayama (como dentista), Nobuo Nagamori (como farmacêutico), Kiichi Ogazawara (de nome), Zenki Sakaida (como jornalista), Waziro Kanegae (como comerciante), Masaichi Saito (proprietário de cinema). Não

⁶⁰⁸ Logo que chegou ao Brasil perdeu a esposa e ficou com um filho pequeno, retornou ao Japão e recebeu herança da esposa. Voltou novamente ao Brasil, instalando-se no Paraná, em seguida veio para São Paulo, estabelecendo-se com instrumentos para lavoura. “Segundo apurei Hase fala bem do Brasil e nunca se manifestou e nem tão pouco tentou fazer política”. Investigações. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰⁹ HASE, Sakuro. Termo de Declarações. São Paulo, 02 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹⁰ FUJIHIRA, Seigui. Relatório de investigação. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹¹ Sempre trabalhou no comércio de algodão, “homem pacato e bom e bastante querido, não só na colônia japonesa, como no meio de seus colegas do comércio de algodão na praça. Não há notícias de que o investigado tenha manifestado, ou mesmo exercido, qualquer atividade política”. Investigação. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

conhece: Nobuji Nagasawa, Urichi Noriguchi, Tadaki Naka, Itso Takayama, Hetsuo Toyotomi⁶¹².

Tokya Washizuka⁶¹³ era formado em Ciências Econômicas no Japão, trabalhava na K.K.K.K., vindo para o Brasil em 1932, como chefe da contabilidade da companhia. Declarou não ter conhecimento de uma Sociedade com o fim de estimular japoneses a abandonar lavouras, mas que conhece Carlos Kato (Cato) – funcionário do Banco América do Sul, Chibata Miyakoshi, Toshio Tekeda (como funcionário do Banco América do Sul), Hideo Suguiyama (como tradutor público que prestava serviços à K.K.K.K.), Sakuro Hase (mas não realizou transações comerciais), José S. Onage (como jornalista), Koji Okayama (como dentista), Shigueru Hokka (como comprador de algodão da Bratac), Nobuo Nagamori, Waziro Kanegae (superficialmente), Seigui Fujihara (como negociante de artigos esportivos, Kiiti Ogazawara (como perfumista). Declarou que não conhece Tetsuo Matsuoka, Zenki Sakaida, Nobuji Nagasawa, Urichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hetsuo Toyotomi e Masaichi Saito⁶¹⁴.

Toshio Takeda⁶¹⁵, após três meses da chegada ao Brasil passou a trabalhar na Bratac e desde 10/1941 passou a trabalhar como chefe da contabilidade e caixa, no Banco América do Sul frequentado por Carlos Kato. Também declarou que conhece Sakuro Hase como cliente do banco, José S. Onaka (como jornalista), Koji Okayama (dentista), Shigeru Hokka (classificador de algodão), Seigui Fugihira (dono da Casa Sport), Kiichi Ogazawara (fabricante de perfumes), Masaichi Saito (proprietário de filmes) e declarou que não conhece Tetsuo Matsuoka, Nobuo Nagamori, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Urichi Noriguchi, Tadaki Naka, Itso Takayama, Hetsuo Toyotomi⁶¹⁶.

Tetsuo Matsuoka, trabalhou na lavoura dois anos, depois veio para a capital e empregou-se em casas comerciais, sendo que em 1937, passou a trabalhar no consulado japonês, na capital

⁶¹² HOKKA, Shigeru. Termo de Declarações. São Paulo, 09 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹³ É gerente da K.K.K.K. “Segundo apurei é homem bom e honesto, não fala em política e sempre faz ótimas referências ao Brasil (...). Investigando pude apenas saber que Tokia quando fala aos filhos o faz sempre em língua portuguesa”. Investigações. São Paulo, 09 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹⁴ WASHIZUKA, Tokiya. Termo de Declarações. São Paulo, 03 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹⁵ Era gerente do Banco América do Sul, trabalhou na Colonização e depois na gerência do Banco, bastante estimado pelos patrícios. Investigações. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹⁶ TAKEDA, Toshio. Termo de Declarações. São Paulo, 08 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

até o seu fechamento, onde realizava registro de óbitos, casamentos. Está sem colocação devido ao fechamento do consulado, desconhece a fundação da Federação e que foi no Presídio Político da Imigração que conheceu Chibata Miakoshi, Tokiya Washizuka, Koji Okayama, Nobuo Nagamori, Seigui Fujihira, Kiichi Ogazawara, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa. Conhece de nome Carlos Kato, Shigeru Hokka, Sakuro Hase (como negociante), Hideo Suguiyama (companheiro do consulado) e que não conhece Toshio Takeda, Zenki Zakaida, Ukichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itiso Takayama, Hatsuo Toyotomi e Masaichi Saito⁶¹⁷.

Waziro Kanegae⁶¹⁸ trabalhou na lavoura, tornou-se proprietário de máquinas de beneficiar café em Birigui, nunca tomou parte de sociedades políticas, declarou que está tão acostumado aos costumes brasileiros que chegou ao ponto de mal saber escrever na língua de sua pátria, quase todos os amigos são brasileiros. Na prisão é que conheceu Carlos Y. Kato, Chibata Miyakoshi, Tokiya Washizuka, Toshio Takeda, Hideo Suguiyama, Sakuro Hase, José S. Onaga, Koji Okayama, Shigeru Hokka, Tetsuo Matsuoka, Nobuo Nagamori, Seighi Fijihira, Kiichi Ogazawara, Zenki Sakaida, Waziro Kanegae, Nobuji Nagasawa, Ukichi Moriguchi, Tadaki Naka, Itizo Takayama, Hatsuo Toyotomi e Masaichi Saito. Fora detido no hotel em que estava hospedado quando veio de Birigui a fim de conseguir um empréstimo de quatrocentos mil cruzeiros para quitar hipoteca sobre seus maquinários⁶¹⁹.

B - QUADRO DE DESCENDENTES DE NIPÔNICOS QUE FORAM CANDIDATOS EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM BAURU – 1951 A 1997

Nome do Candidato	Partido	Ano candidatura	Eleito
Ikuso Takeda	PTB	1951	Não
Arlindo Aoki	PTB	1951	Não
Kissei Naca	PST	1955	Não
Aruiko Tumura	PRT	1955	Não
Giro Ishikawa	PSP	1955	Sim
Giro Ishikawa	PTN	1959	Sim
Pedro Oniche	UDN	1959	Não

⁶¹⁷ MATSUOKA, Tetsuo. Termo de Declarações. São Paulo, 15 de outubro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹⁸ “É o investigado industrial e reside com sua família na cidade de Birigui neste Estado. (...) É proprietário de Machinas de beneficio de arroz e de Algodão. É bastante conhecido no meio dos comerciantes de Algodão e Cereaes”. Investigações. São Paulo, 30 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹⁹ KANEGAE, Waziro. Termo de Declarações. São Paulo, 28 de novembro de 1942. *Pront.* 5957 – Nobuji Nagasawa, DEOPS/SP, DAESP.

Teize Tokuhara	PTN	1959	Não
Kaneaki Ijuim	PSP	1959	Não
Yukio Abe	PRT	1959	Não
Akira Kawasaki	PR	1959	Não
Giro Ishikawa	PSP	1963	Sim
Kempe Togashi	PR	1963	Sim
Akira Kawasaki	PR	1963	Não
Giro Ishikawa	ARENA	1968	Sim
Toshinazu Ianazi	MDB	1968	Não
Giro Ishikawa	ARENA	1972	Sim
Hassaharu Adashi	MDB	1972	Não
Akira Kawasaki	ARENA	1973	Sim
Hassaharu Adashi	MDB	1976	Não
Giro Ishikawa	ARENA	1976	Sim
Giro Ishikawa	PDS	1982	Sim
Kyoiti Teraoka	PTB	1982	Não
Akira Kawasaki	PDS	1983	Sim
Akira Kawasaki		1988	Não
Eulasio M. Taga		1988	Não
Jorge Sakashita		1988	Não
Luiz Monji		1988	Não
Dorival Ussuna		1988	Não
Futaro Sato	PSDB	1989	Sim
Paulo Kawauchi	PSDB	1989	Sim
Futaro Sato	PMDB	1993	Sim
Seiko Tokuhara	Coligação Dignidade Já	1992	Não
Ivan Carlos Sakata	Coligação Dignidade Já	1992	Não
Luiz Monji	Participa Bauru	1992	Não
Akira Kawasaki	Frente Participação Popular	1992	Não
José Ap. Missao	Frente Participação Popular	1992	Não
Futaro Sato	PMDB	1997	Sim
Akira Kawasaki	PFL	1996	Não
Kisei Naka	PFL	1996	Não
Seiko Tokuhara	PSDB	1996	Não
Yoshiko A. Sakai	PFL	1996	Não
Neide G. Iasuki	PSL	1996	Não

TOTAL:

14

Fonte: adaptado de Bastos, Irineu Azevedo. A presença nipônica na política bauruense. *Diário de Bauru*, Bauru, 14 de set. 1997. Conforme dados levantados no Cartório Eleitoral pelo memorialista Gabriel Ruiz Pelegrina, arquivados no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Bauru e Região, da Universidade do Sagrado Coração e documentos arquivados na Câmara Municipal de Bauru.